



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

DANIEL DE MATTOS HÖFLING

**A Baixa Classe Média no Brasil sob a ótica social e
ocupacional**

CAMPINAS
2015



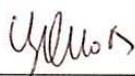
DANIEL DE MATTOS HÖFLING

**A Baixa Classe Média no Brasil sob a ótica social e
ocupacional**

Prof. Dr. Waldir José de Quadros – Orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, área de concentração em Economia Social e do Trabalho, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, na área de concentração em Economia Social e do Trabalho.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO
ALUNO DANIEL DE MATTOS HÖFLING E
ORIENTADO PELO PROF. DR. WALDIR JOSÉ
DE QUADROS.**



Orientador

**CAMPINAS
2015**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

H676b Höfling, Daniel de Mattos, 1973-
A Baixa Classe Média sob a ótica social e ocupacional / Daniel de Mattos
Höfling. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Waldir José de Quadros.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Classe Média. 2. Estrutura Social. I. Quadros, Waldir José de, 1949-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The low middle class under a social and occupational perspective

Palavras-chave em inglês:

Middle Class

Social structure

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

João Manuel Cardoso de Mello

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Davi José Nardy Antunes

Célia de Andrade Lessa Kerstenetzky

Data de defesa: 19-06-2015

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



TESE DE DOUTORADO

DANIEL DE MATTOS HÖFLING

A Baixa Classe Média no Brasil sob a ótica social e ocupacional

Defendida em 19/06/2015

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. WALDIR JOSÉ DE QUADROS
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA
Instituto de Economia / UNICAMP

Prof. Dr. DAVI JOSÉ NARDY ANTUNES
Faculdades de Campinas / FACAMP

Prof.ª. Dr.ª. CÉLIA DE ANDRADE LESSA KERSTENETZKY
Universidade Federal Fluminense / UFF

Aos meus filhos e ao Brasil, motivos pelos quais me levanto todo dia.
Às pessoas que lutam por um mundo menos desigual e que sonham com a libertação da
humanidade.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto das Instituições e pessoas que influenciaram e influenciam na minha formação intelectual.

Agradeço ao Instituto de Economia da UNICAMP, no qual iniciei meus estudos, e às Faculdades de Campinas, na qual continuo aprendendo. Ambos foram fundados com os nobres valores da República, da igualdade, da justiça e do amor ao Brasil, e muito me orgulho deles participar.

Agradeço ao Professor Waldir José de Quadros, meu orientador desde o Mestrado. Além de exemplo como professor e orientador, que procuro seguir dentro das minhas possibilidades, o que o destaca é o modo de lidar com as pessoas e os problemas cotidianos. Educado, atento, firme, bondoso e perspicaz. Eis como o vejo.

Agradeço ao Professor João Manuel Cardoso de Mello, mestre de todos nós. A feliz combinação entre inteligência, generosidade, indignação com as injustiças e pragmatismo faz dele a pessoa mais brilhante que conheci.

Agradeço à Professora Liana Aureliano e ao Professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. Ela, pela generosidade, elegância e delicadeza. Ele, pelo exemplo de homem público e dedicação aos estudos.

Agradeço ao Professor Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. Apesar de nunca ter sido meu professor, foi uma das pessoas que mais me ensinou. Seu vasto conhecimento, associado à sua acessibilidade e força em aguentar longos debates, é uma fonte enorme de aprendizado.

Agradeço ao amigo Daví, que me acompanhou em grande parte deste processo. Suas sugestões e a pressão amiga me ajudaram a realizar este trabalho.

Agradeço ao amigo Denis pelas sugestões na qualificação; ao amigo Sabbatini por ter facilitado minha vida profissional; ao amigo Vinícius pelo exemplo de coragem e perseverança.

Agradeço à minha mulher, Lia, por constantemente me puxar para frente; aos meus filhos, Davi e Pedro, por existirem; à minha mãe, Eloísa, por me fazer admirar o ser humano e me indignar com as injustiças sociais; ao meu pai, José Francisco, por me ensinar a amar a natureza; e à minha irmã, Mariana, por olhar sempre por mim.

Agradeço ao distinto Dr. Verani, ao Dr. André e às enfermeiras da Santa Casa de Piracicaba por cuidarem de mim; à Betina, Éder e Alessandro, pela amizade sincera.

“O escritor completamente desambicioso e o bom poema inédito, eis duas coisas que muita falta nos fazem hoje em dia. Mas o problema da subsistência é de uma realidade desgraçada...”

(Hemingway, Paris é uma Festa)

“É natural que o medo e a desesperança tenham tomado o lugar do nosso habitual otimismo. Mas podemos continuar cantando ou assobiando. Acreditar em homens providenciais, ou em receitas salvadoras aviadas por economistas geniais. Ou encontrar culpados. Isso é fácil e cômodo. Difícil é enxergar mais claro. Há interesses, partidarismos, preconceitos ideológicos, que criam ilusões e ocultam realidades desagradáveis. O debate público não tem ajudado. Mas o mínimo que se exige dos intelectuais é que exponham suas opiniões claramente, sem a pretensão de ditar a verdade, mas também sem medo de desagradar a quem quer que seja (...) em tempos de crise, só o pessimismo da razão pode desvendar interesses e afastar ilusões, ajudar a descobrir caminhos, multiplicar a força da vontade e manter acesa a chama da esperança. Não é esse o dever dos intelectuais?”

(Cardoso de Mello, Consequências do Neoliberalismo).

RESUMO: O presente trabalho discute a expansão recente (2004/2012) da Baixa Classe Média no Brasil e suas consequências na estrutura social e ocupacional. Partindo do suposto de que a estrutura produtiva conforma a estrutura social, analisou-se o desenvolvimento da economia brasileira a partir de 1930 objetivando compreender as transformações pelas quais passou para então entender sua atual conformação social.

Dividiu-se a análise da economia brasileira em três períodos, dispostos em três capítulos: 1) o primeiro, entre 1930 e 1980, no qual observou-se a constituição da economia capitalista monopolista no país e a criação de uma miríade de ocupações típicas de classe média; 2) o segundo, entre 1980 e 2003, caracterizado pelo baixo crescimento calcado na progressiva desindustrialização e continuada desestruturação do setor público, no qual a precarização das ocupações e o aumento do desemprego foram a regra; 3) e o terceiro, cujo crescimento de curto prazo (2004/2012) sobre uma economia desmantelada por quase vinte e cinco anos de baixo crescimento econômico acarretou na expansão recente da Baixa Classe Média. Feito o estudo sobre a economia brasileira, o Capítulo 4 versou sobre a estrutura social e ocupacional (nas Grandes Regiões do país) derivada da expansão recente da Baixa Classe Média, além de observar a evolução da escolaridade desta camada. Por fim, o quinto capítulo analisou a literatura entusiasta sobre a “Classe C” ou “Nova Classe Média”.

PALAVRAS-CHAVE: Baixa Classe Média; Estrutura Produtiva; Estrutura Social e Estrutura Ocupacional.

ABSTRACT: This Thesis discusses the recent expansion (2004/2012) of Low Middle Class in Brazil and its consequences in social and occupational structure. Starting from the assumption that the productive structure conforms the social structure, it analyzed the development of the Brazilian economy since 1930 aiming to understand the transformations that happened and then understand its current social conformation. It divided the analysis of the Brazilian economy in three periods, arranged in three chapters: 1) the first, between 1930 and 1980, in which there was the constitution of the monopolistic capitalist economy in the country and the creation of a myriad of typical middle class' occupations; 2) the second, between 1980 and 2003, characterized by low growth underpinned in the progressive de-industrialization and continued disruption of the public sector, where the precarious occupations and rising unemployment were the rule; 3) and the third, whose short-term growth (2004/2012) on an economy dismantled for almost twenty-five years of low economic growth led to the recent expansion of Low Middle Class. After the study of the Brazilian economy, Chapter 4 discussed the social and occupational structure (in the Major Regions of the country) derived from the recent expansion of Low Middle Class, and in addition observed the evolution of the education of this layer. Finally, the fifth chapter analyzed the enthusiastic literature about the "Class C" or "New Middle Class".

KEY-WORDS: Low Middle Class; Productive structure; Social Structure and Occupational Structure.

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Empregados das Manufaturas na Produção e fora da Produção, Valor Adicionado pela Manufatura e Valor Adicionado por trabalhador da Produção - EUA, 1899-1939.....	p.14
Tabela 2 - Produção e Comércio Mundial, anos selecionados (1913=100).....	p.15
Tabela 3 - Principais Ocupações, milhões de pessoas, EUA 1900-1940	p.17
Tabela 4 - % Emprego Público sobre Emprego Total, Europa e EUA	p.22
Tabela 5 - Distribuição dos trabalhadores por setor de atividade, EUA em anos selecionados.....	p.23
Tabela 6 - População Residente por situação do domicílio, Números Absolutos e Distribuição. Brasil, 1940/1980	p.29
Tabela 7 - População Economicamente Ativa, ocupada, segundo setor de atividade, Números Absolutos e Distribuição. Brasil, 1940/1980.....	p.30
Tabela 8 - Brasil: Número de Trabalhadores e Participação na PEA Urbana.....	p.40
Tabela 9 - % de novos postos gerados no conjunto das ocupações típicas de classe média, 1980	p.42
Tabela 10 - Porcentagem de domicílios da área urbana ligados à rede geral de abastecimento de água e de esgoto, segundo as classes de rendimento domiciliar per capita.....	p.44
Tabela 11 - Número, participação e proporção de pobres, segundo regiões e estratos (1970 e 1980).....	p.46
Tabela 12 - Brasil, variação do PIB e variação e participação de agregados selecionados.....	p.62
Tabela 13 -Taxa de desemprego aberto na semana, segundo áreas metropolitanas.....	p.65
Tabela 14 - Taxas médias de crescimento do nível de emprego formal, Brasil, 1980/95.....	p.66

Tabela 15 - Composição Setorial da Ocupação não agrícola, Brasil 1979, 1989 e 1999.....	p.70
Tabela 16 - Composição da Ocupação não agrícola segundo posição na ocupação, Brasil 1989 e 1999.....	p.71
Tabela 17 – Brasil, Variação Absoluta e Relativa da População, da PIA, da PEA, dos Ocupados e dos Desocupados.....	p.72
Tabela 18 – Brasil, participação dos rendimentos e evolução do rendimento médio.....	p.73
Tabela 19 - Mobilidade Social Intergeracional. Brasil 1973 e 1996.....	p.74
Tabela 20 - Brasil, Variação do PIB.....	p.82
Tabela 21 - Brasil, evolução do emprego e da renda do trabalho segundo a PME.....	p.88
Tabela 22 - Brasil, FBKF/PIB, anos selecionados.....	p.93
Tabela 24 - Brasil, Evolução do Padrão de Vida entre 2004 e 2012, <i>Y per capita</i> familiar.....	p.123
Tabela 25 - Região Norte, Evolução do Padrão de Vida entre 2004 e 2012, <i>Y per capita</i> familiar.....	p.124
Tabela 26 - Região Nordeste, Evolução do Padrão de Vida entre 2004 e 2012, <i>Y per capita</i> familiar.....	p.125
Tabela 27 - Região Sudeste, Evolução do Padrão de Vida entre 2004 e 2012, <i>Y per capita</i> familiar.....	p.127
Tabela 28 - Região Sul, Evolução do Padrão de Vida entre 2004 e 2012, <i>Y per capita</i> familiar.....	p.128
Tabela 29 - Região Centro-Oeste, Evolução do Padrão de Vida entre 2004 e 2012, <i>Y per capita</i> familiar.....	p.129
Tabela 29 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Brasil (2004)....	p.131
Tabela 30 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Norte (2004).....	p.134

Tabela 31 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Nordeste (2004).....	p.136
Tabela 32 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Sudeste (2004).....	p.138
Tabela 33 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Sul (2004).....	p.140
Tabela 34 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Centro-Oeste (2004).....	p.142
Tabela 35 - Escolaridade da Baixa Classe Média, Brasil.....	p.144
Tabela 36 - Escolaridade da Baixa Classe Média, Região Norte.....	p.145
Tabela 37 - Escolaridade da Baixa Classe Média, Região Nordeste.....	p.146
Tabela 38 - Escolaridade da Baixa Classe Média, Região Sudeste.....	p.147
Tabela 39 - Escolaridade da Baixa Classe Média, Região Sul.....	p.148
Tabela 40 - Escolaridade da Baixa Classe Média, Região Centro-Oeste.....	p.148
Tabela 41 - Evolução do Padrão de Vida, Brasil, 2004 e 2012.....	p.149

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Homicídios, acidentes de transporte e suicídios no Brasil.....	p.84
Gráfico 2 - Variação real acumulada do PIB entre 2006 e 2013, países selecionados.....	p.84
Gráfico 3 - IED acumulado em 12 meses, em bilhões de dólares, entre 1996 e set/2014.....	p.85
Gráfico 4 - Brasil, Crescimento acumulado (variação trimestral), agregados selecionados.....	p.91
Gráfico 5 - Evolução do crédito no Brasil.....	p.95
Gráfico 6 - Brasil, crescimento acumulado (var. trimestral) de setores selecionados.....	p.97
Gráfico 7 - Brasil, PIB acumulado, setores selecionados.....	p.98
Gráfico 8 - Evolução do Salário Mínimo Real.....	p.100
Gráfico 9 - Evolução do estoque de empregos e do índice do crescimento do estoque de empregos.....	p.104
Gráfico 10 - Brasil, Renda Real Média Mensal Regional.....	p.119
Gráfico 11 - Brasil, Taxa de Desemprego em Regiões Metropolitanas.....	p.120
Gráfico 12 - Brasil e Grandes Regiões – Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil.....	p.122

Índice de Figuras

Figura 1 - Brasil, Taxa de Crescimento Média em períodos selecionados.....	p.49
Figura 2 - Brasil, Evolução do Emprego Formal.....	p.86
Figura 3 - Pauta de Exportação Brasileira.....	p.89
Figura 4 - Brasil, Exportação, Importação e Saldo Comercial de Bens Manufaturados.....	p.90
Figura 5 - Brasil, Superávit Primário e DSLP.....	p.92
Figura 6 - Brasil, evolução do Crédito/PIB.....	p.96
Figura 7 - Brasil, expansão do Bolsa Família.....	p.100
Figura 8 - Trajetória da renda <i>per capita</i> e do índice de Gini no Brasil entre 1960 e 2009.....	p.95
Figura 9 - Brasil, Saldo da Conta de Transações Correntes.....	p.107
Figura 10 - Brasil e Grandes Regiões, População e Participação Relativa.....	p.121
Figura 11 - Brasil e Grandes Regiões, Coeficiente de Gini.....	p.121

Índice

Introdução	p.1
Capítulo I – Traços Gerais da Evolução da Classe Média no Brasil no Século XX	p.11
Introdução.....	p.11
Capitalismo Monopolista e Ocupações Típicas de Classe Média.....	p.12
Capitalismo Monopolista de Estado e Classe Média no Brasil.....	p.24
Classe Média e Milagre Econômico.....	p.30
Conclusão do Capítulo.....	p.47
Capítulo II – Regressão Econômica e Social: o Brasil entre 1980 e 2003	p.49
Introdução.....	p.49
O quarto de século de estagnação.....	p.50
O período 1980-1993.....	p.51
O Período 1994-2003.....	p.66
Consequências sociais do baixo crescimento entre 1980-2003.....	p.71
Conclusão.....	p.75
Capítulo III – A Retomada do Crescimento e a ampliação da Baixa Classe Média no Brasil	p.79
Introdução.....	p.79
Síntese dos Períodos Precedentes.....	p.80
O Período Recente.....	p.82
Conclusão do Capítulo.....	p.105

Capítulo IV – A Baixa Classe Média sob a ótica social, ocupacional e educacional: um estudo regional.....p.109

Introdução.....p.109

Transformações recentes na Estrutura Social Brasileira.....p.110

A abordagem Sócio-Ocupacional.....p.112

A perspectiva Regional.....p.118

Evolução do Padrão de Vida no Brasil e nas Grandes Regiões entre 2004 e 2012.....p.122

Evolução da Estrutura Ocupacional da Baixa Classe Média no Brasil e Grandes Regiões entre 2004 e 2012.....p.130

Evolução da Escolaridade dos integrantes da Baixa Classe Média no Brasil e em suas Grandes Regiões durante o período 2004/2012.....p.144

Nota sobre a Evolução do Padrão de Vida dos Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral.....p.149

Conclusão do Capítulo.....p.150

Capítulo V – Interpretando a literatura sobre a “Nova Classe Média” (Classe C) no Brasil.....p.155

Introdução.....p.155

A essencialidade da literatura sobre a Classe C no Brasil.....p.156

Limites, dificuldades e intenções da literatura sobre a Classe C no Brasil.....p.159

Conclusão.....p.183

Considerações Finais.....p.191

Bibliografia.....p.195

Introdução

O estudo de qualquer sociedade sob as óticas econômica, política e social demanda, necessariamente, o entendimento de como se constitui sua estrutura produtiva e sua correspondente divisão social do trabalho. É a partir desta que se constroem as relações sociais em seu conjunto, derivadas da estrutura ocupacional gerada por determinado estágio de evolução das forças produtivas, definindo sobremaneira as interações humanas em todas as esferas da vida. O nível de desenvolvimento econômico, social e político, a relação tempo e espaço, a expectativa de vida, o crescimento vegetativo, a conformação das classes, castas ou segmentos, as estruturas hierárquicas e de comando, a divisão da propriedade, o nível educacional e cultural, as condições de habitação e saúde, a legislação trabalhista ou ambiental, a convivência entre as pessoas; tudo isso depende, em menor ou maior grau, de como está disposta a estrutura produtiva em cada sociedade. Isso é verdade para qualquer país, tribo ou comunidade e vale para o passado e para o presente.

“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor a meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1982, p. 25, (grifo meu)).

A conformação da estrutura produtiva decorre das transformações econômicas, políticas e sociais vivenciadas por determinado país ao longo do tempo. Não é estática, tampouco passiva, direcionando e incorporando essas transformações; é “mutante”, definindo e sendo definida pela sua **história**. Dado que à melhor compreensão de determinada sociedade necessita-se, obrigatoriamente, apreender sua estrutura produtiva, torna-se imprescindível, para tanto, o conhecimento da sua história econômica.

Os estudos mais relevantes sobre a história econômica brasileira caracterizam-se pela simultaneidade da análise *geral* e *específica*. A primeira corresponde à compreensão do movimento do capitalismo como um todo, em escala global, enquanto a segunda trata das

particularidades da história nacional. Assume-se, corretamente, que o desenvolvimento brasileiro é uma “combinação” entre a generalidade e a especificidade, entre o momento da economia mundial e as características econômicas, políticas e sociais específicas do nosso país. O entendimento da sociedade brasileira exige a concomitância desses olhares, do *para fora* e do *para dentro*.

“Não basta, no entanto, admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é específica e que sua especificidade está duplamente determinada; por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária” (Cardoso de Mello, 1998, p. 104).

Visto que a estrutura produtiva - e sua correspondente divisão social do trabalho - define as relações sociais e que sua conformação decorre do desdobramento da própria história, que por sua vez só pode ser compreendida mediante análise dos movimentos exógenos e endógenos, gerais e específicos, qualquer estudo sobre a realidade social brasileira deve analisar a estrutura produtiva interna à luz das transformações na economia mundial e do desenrolar da história econômica, política e social nacional.

A compreensão deste processo e de seus desenlaces só é factível na medida em que se reconhece que as transformações observadas ocorrem em **economias capitalistas, num mundo capitalista**. Condicionadas pelo movimento do capital em escala global, as nações constroem sua história. O capitalismo, com seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais, vai traçando em grande medida o destino dos países. Sendo assim, a premissa para se estudar as sociedades contemporâneas é a constatação de que estão inseridas no capitalismo. A compreensão da história do capitalismo, com seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais, é condição primeira para se entender qualquer sociedade.

O objetivo deste trabalho é estudar o que ficou recentemente conhecido como a “Nova Classe Média” ou “Classe C” no Brasil sob perspectivas econômicas e sociais mais abrangentes que transcendam as análises baseadas exclusivamente na renda, buscando compreender qualitativamente um importante estrato da estrutura social brasileira e assim entender melhor nossa própria sociedade. À maior compreensão deste processo em nível nacional optou-se por analisar a expansão desta “Classe C” (que denominaremos a partir de

agora de “Baixa Classe Média”) nas Grandes Regiões do país, identificando similaridades e diferenças que ajudem explicar o mosaico que caracteriza a estrutura econômica e social brasileira.

Como discutiremos neste trabalho o termo “Nova Classe Média”, utilizado à exaustão pela esmagadora maioria da literatura nos últimos anos, diz respeito à parcela da população que possui um padrão de vida abaixo do que habitualmente denominou-se Classe Média no Brasil. Enquanto esta foi formada mediante o processo de industrialização nacional e correspondia às pessoas que possuíam um padrão de vida próximo às faixas mais elevadas de renda, aquela corresponde à população que ascendeu das camadas mais baixas mas que ainda encontra-se muito distante dos mais abastados ao passo que vizinha à massa trabalhadora. A “Nova Classe Média” corresponde à parcela da população que abandonou a pobreza mas ainda encontra-se circunscrita a um padrão de vida limitado pela precariedade das ocupações, da variabilidade da renda, da escassez da propriedade e da pouca acessibilidade aos serviços públicos. Não trabalha nas profissões mais valorizadas como o médico, o jurista ou o professor universitário. Não carrega o prestígio daqueles que ocupam as posições mais elevadas nas empresas, nos escritórios ou no setor público. Não conta com a estabilidade de um padrão de vida satisfatório; pode, a qualquer momento, voltar à condição anterior de classe baixa. Neste sentido possui, no máximo, um padrão de vida de Baixa Classe Média. O termo “Nova Classe Média”, portanto, nos parece inadequado. O que observamos no período 2004/2012 foi um processo de mobilidade social ascendente entre as camadas mais populares que ainda não pode ser denominado de *formação e/ou solidificação* de uma “Nova” Classe Média.

Como veremos adiante, a denominação “Nova Classe Média” ou “Classe C” ampara-se em critérios meramente estatísticos. Ao estabelecerem-se determinadas faixas de renda para fins classificatórios, as pessoas situadas na faixa correspondente à praticamente 50% da população foram denominadas “Classe C” por encontrarem-se no meio da distribuição e corresponderem à metade da população. O presente estudo reconhece tal critério suficiente apenas para estratificar a população em relação ao seu poder aquisitivo e atender às pesquisas de mercado; entretanto, o considera insuficiente para dar cabo de questões sociológicas mais complexas. Neste sentido, conforme explicaremos detalhadamente, adotaremos uma Metodologia de Classificação Sócio-Ocupacional que transcende meramente a renda monetária e abarca as ocupações no mercado de trabalho - essenciais para analisarmos as

condições de vida das pessoas nas sociedades capitalistas contemporâneas. Em nossa metodologia¹ a “Classe C” equivale analiticamente à Baixa Classe Média, embora derivem de processos metodologicamente distintos: enquanto a primeira corresponde a critérios estatísticos, a segunda diz respeito a critérios baseados na sociologia do trabalho.

A Baixa Classe Média (BCM) há tempos constitui a estrutura social brasileira. Ela corresponde, conforme veremos no Capítulo 4, às ocupações não-manuais de “baixo” escalão como o vendedor pouco qualificado, o camelô, o pedreiro, a empregada doméstica, o auxiliar de almoxarifado ou o *office-boy*. No entanto, seu crescimento vertiginoso é fenômeno recente. A BCM expandiu-se a partir de meados dos anos 2000 em virtude da retomada do crescimento econômico nacional e da efetivação de determinadas políticas econômicas e sociais domésticas que propiciaram a melhora dos padrões de vida desta camada, constituindo-se portanto num importante movimento de mobilidade social ascendente. Esse movimento na sociedade brasileira ocorreu, como veremos adiante, sobre uma estrutura produtiva capitalista monopolista que, em linhas gerais, se desenvolveu aceleradamente entre 1930 e 1980² e retrocedeu acentuadamente entre 1980 e 2003. Nesse sentido procuraremos destacar, de maneira sucinta, os principais aspectos de uma economia capitalista monopolista bem como os elementos fundamentais da história econômica nacional, após a Revolução de 30, que nos auxiliem a compreender a formação e expansão da BCM brasileira. Concomitantemente, objetivando apreender qualitativamente o significado da *Baixa* Classe Média, uma comparação com a Classe Média erigida durante o processo de industrialização nacional será realizada para averiguarmos as semelhanças e diferenças entre ambas.

Em consonância com o exposto acima, dois entendimentos prévios são demandados: 1) a Baixa Classe Média (BCM) floresce e se amplia numa estrutura produtiva capitalista 2) desenvolvida no Brasil. A aceitação desses pré-requisitos revela o ponto de partida deste estudo, qual seja, a primazia de analisarmos aspectos essenciais da dinâmica capitalista e da história nacional para compreendermos quaisquer características da sociedade brasileira. A BCM decorre do entrelaçamento entre o movimento do capitalismo global e a história do Brasil: ela é fruto do **desenvolvimento capitalista no Brasil** assim como os demais aspectos da nossa sociedade.

¹ Desenvolvida pelo professor Waldir Quadros, conforme detalhado no Capítulo 4.

² “Num período relativamente curto de cinquenta anos, de 1930 até o início dos anos 80, e, mais aceleradamente, nos trinta anos que vão de 1950 ao final da década dos 70, tínhamos sido capazes de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos. Fabricávamos quase tudo” (Cardoso de Mello & Novais, 2009, p.9).

Tal afirmação norteia a trajetória desta Tese e justifica seu método de trabalho. Visto ser a BCM desdobramento do desenvolvimento capitalista no país, ela possui características “gerais” – oriundas de determinado estágio do avanço das forças produtivas capitalistas – e “específicas” – decorrentes das particularidades históricas nacionais. Em outras palavras, ela possui similaridades com estratos sociais análogos em países com nível de desenvolvimento da estrutura produtiva próximo ao nosso³ bem como especificidades derivadas da *estrutura produtiva e superestrutura jurídica, política e social* características do Brasil.

Sendo assim, esta Tese estruturar-se-á em cinco capítulos além desta Introdução. No primeiro capítulo, procuraremos explicitar os traços gerais da evolução da Classe Média no Brasil entre 1930 e 1980 à luz das transformações econômicas, políticas e sociais oriundas da formação do Estado Nacional capitalista⁴ e do processo de industrialização. No segundo, discutiremos como a reversão deste processo ocorreu e quais foram seus efeitos econômicos e sociais, destacando a piora na estrutura social brasileira derivada da combinação entre o baixo crescimento econômico, a crise cambial decenal, a elevada inflação e a deterioração do setor público ao longo dos anos 1980 e 1990. Neste capítulo, o objetivo será mostrar o crescente desmantelamento da Classe Média formada no período anterior. No Capítulo 3, a análise centrar-se-á nos condicionantes do crescimento econômico observado a partir de 2004 e como o mesmo, sobre uma estrutura produtiva deteriorada por quase 25 anos de baixo dinamismo econômico, proporcionou a expansão recente da Baixa Classe Média. No quarto capítulo o intuito é mostrar quem é essa Baixa Classe Média sob perspectivas econômicas e sociais mais amplas, contemplando aspectos relacionados à estrutura social, à ocupação e à educação mediante observação e análise de dados quantitativos confrontados regionalmente. A comparação entre as Regiões selecionadas justifica-se na medida em que, dada a histórica desigualdade inter-regional brasileira, a perspectiva regionalizada facilita a compreensão particularizada dos condicionantes que explicam a expansão da BCM no Brasil (crescimento econômico, expansão dos programas sociais, incremento do salário mínimo, dinamização do setor primário e terciário e produção/exportação de commodities) permitindo apreender as especificidades da dinâmica desta expansão em regiões tão díspares econômica e socialmente,

³ O mesmo vale para outros estratos sociais: “(...) o estudo de Mills proporciona indicações gerais que podem ser tomadas como referência ao estudo dessa problemática em países que atinjam o nível de desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho característicos do capitalismo monopolista” (Quadros, 1991, p.4).

⁴ “A Revolução de 30 inaugurou a etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro... Esse movimento de centralização e concentração de poder, sob os múltiplos aspectos em que se expressou, conduzirá o Estado brasileiro a uma forma mais avançada de Estado Nacional, capitalista e burguês” (Draibe, 1985, p.60).

contribuindo ao melhor entendimento deste processo em nível nacional. Feito isto, no quinto e último capítulo confrontaremos nosso estudo com a literatura em voga – eivada de exageros e percepções incorretas que obliteram o debate econômico, político e social - visando desnudar os limites qualitativos da mesma. É essencial ressaltar que a análise das transformações econômicas, sociais e políticas nacionais discorridas nos capítulos será acompanhada pela narrativa de eventos internacionais que influenciaram o desenrolar das mesmas.

Antes de adentrarmos aos capítulos, uma observação faz-se necessária.

A definição⁵ teórica de Classe Média é extremamente complexa e controversa e não constitui objeto deste estudo. Não obstante, em nosso entender o termo contempla, necessariamente, características indissociáveis.

A Classe Média “tradicional”, formada durante a constituição do Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil, situa-se entre os proprietários⁶ e os trabalhadores braçais. Não detém os meios de produção tampouco trabalha no “chão” de fábrica. Em grande medida, realiza trabalhos mais “intelectualizados” já que possui um nível de escolaridade “razoável”. Mora nas cidades, tem casa própria, acessa sem dificuldades os bens públicos, pratica esportes, seus filhos estudam mais do que trabalham, viaja nas férias, possui automóvel, divide (até certo ponto) os mesmos espaços com os ricos, veste-se como os mais abastados, vai ao cinema, frequenta o teatro, lê livros, completou o terceiro grau e acredita que o futuro dos seus descendentes será ainda melhor. Independentemente de sua origem, seu presente a situa num estrato social contemplado pelo relativo conforto material e espiritual, mas olha para cima e percebe que tem muito mais a conquistar. Isso a torna inquieta e insatisfeita, sempre determinada pelos valores do trabalho, da concorrência e da meritocracia a adquirir mais bens e recursos capazes de conferir aos seus descendentes uma posição mais favorável na corrida mercantil. Como classe “conquistadora”, se acha merecedora do que possui e se opõe a qualquer tipo de intervenção que ameace seu patrimônio ou que ajude aqueles que

⁵ “La sociología, que como disciplina académica es producto del período 1870-1914, se ve inmersa todavía en interminables debates sobre la clase y el status social, debido a la inclinación de quienes la practica a reclasificar a la población da la forma más adecuada a sus convicciones ideológicas. Además, con la movilidad social y el declive de las jerarquías tradicionales que determinaban quién pertenecía y quién no a un <<estamento>> o <<capa media>> de la sociedad, los límites de esa zona social intermedia (y el área en su seno) se hicieron borrosos” (Hobsbawm, 2007, p.180).

⁶ W. Mills, referindo-se aos *white collars*: “Suas oportunidades de receber uma renda, de exercer o poder, de gozar de prestígio, de adquirir e utilizar habilidades são determinadas pelo mercado de trabalho, e não pelo controle de uma propriedade” (Mills, 1979, p.83).

“não fazem” por merecer. Como almeja o andar de cima, está constantemente defendendo os interesses dos mais abastados. Sonha em ser rica e tem aversão aos pobres. É conservadora.

Este entendimento sobre Classe Média é baseado, em grande medida, nos estudos realizados por Wright Mills sobre a *Nova Classe Média (White Collar)* nos EUA. Em que pese as diferenças espaciais e temporais⁷, o trabalho de Mills analisa a formação de uma Nova Classe Média mediante a constituição do Capitalismo Monopolista. A consolidação da economia capitalista monopolista caracteriza-se pela formação de grandes empresas produtivas que demandam estruturas burocráticas, administrativas, financeiras e de apoio à produção e circulação de mercadorias inexistentes no capitalismo concorrencial. A empresa então gerenciada pelo proprietário que contava com um contador, um supervisor de produção e muitos trabalhadores braçais que atuava num mercado relativamente limitado cede lugar à estruturas enormes que disputam o mercado nacional e internacional⁸, comandadas por administradores e gerentes, repletas de arquivistas, secretárias, telefonistas, auxiliares de almoxarifado e *office boyes*⁹. Tanto dentro como fora da grande empresa inúmeras ocupações consideradas “intelectuais” surgem para atender essa nova estrutura econômica que depende direta ou indiretamente tanto de unidades produtivas com elevada composição orgânica do capital¹⁰ quanto dos escritórios de advocacia, economia, contabilidade e arquitetura, dos grandes magazines, dos bancos e das agências de propaganda e *marketing*. Paralelamente, o setor público¹¹ amplia suas estruturas burocráticas bem como seus serviços de educação, saúde, transporte e comunicação, adequando-se à nova realidade produtiva bem como ao enorme êxodo rural que acompanha esse movimento. Essa urbanização, por sua vez, demanda uma gama de serviços públicos e privados como infraestrutura, farmácias, lojas,

⁷ O trabalho de Mills analisa a formação da Nova Classe Média nos EUA entre 1890 e 1940. O termo *Nova* é utilizado para diferenciar essa classe em formação da classe média independente anterior, constituída pelos pequenos e médios proprietários de terra. “Em toda a história dos Estados Unidos, o agricultor é o lastro numérico da classe média independente” (Mills, 1979, p.26).

⁸ “À medida que os mercados aumentam em complexidade e extensão, e se torna cada vez mais urgente a necessidade de encontrar, ou mesmo de criar, outros mercados, os intermediários que transportam, armazenam, financiam, promovem e vendem mercadorias são interligados numa grande rede de empresas e ocupações” (Mills, 1979, p.88).

⁹ A Nova Classe Média de Mills equivale, em nossa metodologia, ao *conjunto* da Classe Média formada pela Alta Classe Média, a Média Classe Média e a Baixa Classe Média - conforme veremos no Capítulo 4.

¹⁰ “Três tendências explicam por que os *colarinhos-brancos* se tornaram a categoria de mais rápido crescimento dentre as modernas ocupações: o crescente aumento de produtividade da maquinaria empregada na indústria, o desenvolvimento da distribuição e a ampliação das funções de coordenação” (Mills, 1979, p.87).

¹¹ “Outro motivo para a expansão dos empregos de *colarinho branco* é o desenvolvimento das grandes empresas privadas e públicas e sua consequência, o crescimento regular da burocracia, uma tendência da estrutura social moderna (...) Enquanto o mundo dos negócios passava por essas transformações, o aumento das tarefas do Governo em todos os setores atraiu um número ainda maior de pessoas para ocupações de regulamentação e assistência à propriedade e às pessoas” (Mills, 1979, p.89).

médicos, escolas e cinemas. Todas essas atividades, e muitas outras descritas a seguir, originam uma estrutura ocupacional preenchida por ocupações que não são caracterizadas como braçais, de chão de fábrica, e tampouco proprietárias dos meios de produção; constituem, em sua esmagadora maioria, ocupações assalariadas. São postos de trabalho condicionados pela nova dinâmica capitalista; derivam do seu funcionamento.

Sendo assim, Mills trata essa Nova Classe Média como *dependente* desse sistema. Não possui a liberdade, autonomia e vontade própria dos proprietários agrícolas independentes; está subordinada ao movimento da economia e à correspondente estrutura de propriedade. Não tem o poder de comando e direcionamento de sua vida; nada conforme o movimento da estrutura econômica¹². É à esta Classe Média que nos referimos neste trabalho (com o intuito de estudarmos uma parcela desta Classe Média brasileira: a Baixa Classe Média - objeto desta Tese); a Nova Classe Média de Mills equivale à Classe Média brasileira formada durante o processo de industrialização nacional. Seu universo deriva das novas ocupações que conformam determinada estrutura social, pois contemplam determinado espectro de renda e posição na sociedade.

“Usamos como critério para delimitar a classe média os seus tipos de empregos, mas esse conceito implica também diferentes modos de classificar as pessoas quanto à sua posição social. Como atividades específicas, as ocupações vinculam diferentes tipos e níveis de especialização e seu exercício preenche determinadas funções dentro de uma divisão industrial do trabalho... Como fontes de renda, as ocupações estão ligadas à situação de classe, e como normalmente elas acarretam uma certa dose de prestígio, são também relevantes para o status do indivíduo. Implicam também determinados graus de poder sobre os outros, ou diretamente num emprego, ou indiretamente em outras áreas da vida social. As ocupações, portanto, estão vinculadas à classe, status e poder, assim como à especialização e função” (Mills, 1979, p.91).

Não há dúvidas de que o estudo de Mills tem limitações para explicar a Classe Média brasileira. Inúmeras são as diferenças econômicas, políticas e sociais entre os EUA e o Brasil. Entretanto, o que nos interessa apropriar do seu estudo é mais o conceito do que a aplicação direta à estrutura social nacional. Mills relata a formação de uma série de novas ocupações não manuais, urbanas e assalariadas (não-proprietárias) mediante o advento do capitalismo

¹² “(...) a transformação da classe média representa a passagem da propriedade para a não-propriedade (...) a ascensão numérica dos novos empregados assalariados deve-se aos mecanismos industriais que deram origem às novas ocupações de classe média (...) vivem às custas da maquinaria social que coordena e organiza o trabalho daqueles que criam objetos (...) ajudam a transformar o produto do trabalho de alguém em lucros para outros (...)” (Mills, 1979, p.86).

monopolista. Olha, portanto, para mudanças na estrutura produtiva para compreender a estrutura social. Os EUA foram pioneiros no advento do capitalismo monopolista. Com ressalvas, o sucedido na sociedade estadunidense mediante tais transformações econômicas acontecerá também em outros países com estágio de desenvolvimento econômico semelhante. Neste sentido, nos parece bastante apropriado utilizar o trabalho de Mills como referência para entendermos o que foi a Classe Média brasileira num sentido mais amplo¹³ para, num segundo momento, estudarmos a Baixa Classe Média e compreendermos melhor a sociedade na qual vivemos atualmente.

¹³ Mills considerava o estudo dos colarinhos brancos extremamente importante pois essa classe social refletia as principais mudanças econômicas e sociais então vivenciadas, explicando muito do mundo em que se vivia: “(...) é nesse mundo dos *colarinhos-brancos* que se deve procurar as características da vida no século XX (...) Eles trazem em si, de maneira bastante reveladora, a maior parte dos temas psicológicos característicos de nossa época, e qualquer teoria geral das grandes tendências da sociedade deve levá-los em consideração. Antes de tudo, formam um novo elenco de atores que desempenha as principais rotinas da sociedade do século XX” (Mills, 1979, p.12).

Capítulo I – Traços Gerais da Evolução da Classe Média no Brasil no Século XX

1.1 – Introdução

O objetivo deste capítulo é mostrar a evolução da Classe Média no Brasil. Sua gênese e desenvolvimento derivam das transformações na estrutura produtiva, iniciadas nos anos 1930, que ensejaram mudanças econômicas, políticas e sociais no Brasil do século XX.

A Revolução Getulista propiciou a criação do Estado Nacional capitalista que conduziu o processo de industrialização brasileiro entre 1930 e 1980. A partir de 1956, com o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek, esse processo se intensifica quantitativa e qualitativamente complementando o parque industrial nacional constituindo-se assim o Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil, ampliado sobremaneira durante o Milagre Econômico e o II PND.

Tais transformações na estrutura produtiva foram acompanhadas de mudanças no desenho institucional, burocrático e administrativo estatal bem como por um intenso êxodo rural. Esses três movimentos simultâneos (industrialização, reordenamento do setor público e urbanização), associados à constituição do capitalismo monopolista no país, propiciarão o surgimento de inúmeras ocupações típicas dos colarinhos brancos, acarretando assim na conformação e solidificação da Classe Média do século XX no Brasil.

Em consonância com o descrito anteriormente, relativo à necessidade de apreensão dos movimentos gerais para então compreender as especificidades nacionais, faremos primeiramente uma breve análise da evolução do capitalismo monopolista nos países centrais – e seus efeitos na estrutura ocupacional, focando as ocupações típicas de Classe Média – para em seguida adentrarmos no caso brasileiro. Na mesma linha, a descrição das transformações ocorridas entre 1930 e 1980 na sociedade brasileira será permeada por análise dos fatos econômicos, sociais e políticos internacionais que influenciaram nossa trajetória no período.

1.2 – Capitalismo Monopolista e Ocupações Típicas de Classe Média

A transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista¹⁴ ocorreu, nos países avançados, a partir de meados do século XIX com o advento da II Revolução Industrial. A presença de muitas unidades produtivas no mesmo ramo industrial, com baixa densidade tecnológica e reduzida escala de investimentos, sobre as quais predominavam a livre concorrência na qual a Inglaterra detinha a hegemonia comercial, produtiva e financeira - e a tecnologia do ferro, do carvão e da máquina à vapor era disseminada por trabalhadores mais experientes – vai cedendo lugar à empresas maiores que tendem ainda mais à concentração e centralização¹⁵, com incremento das inovações tecnológicas e elevados montantes de investimento, cuja disputa pelos mercados leva ao protecionismo e à formação de trustes e cartéis impulsionados pela expansão do crédito decorrente da interligação entre bancos e empresas sobre as quais emergem novas lideranças mundiais – Estados Unidos, Alemanha e Japão – detentoras de um novo padrão tecnológico baseada no aço, na eletricidade e no motor à combustão.

“A Inglaterra perdia o monopólio da produção industrial no mundo capitalista, e a tendência ao livre-cambismo no mercado mundial começava a ser substituída pelo protecionismo; a livre concorrência, nos países capitalistas, ia dando lugar a um rápido processo de centralização de capitais e ao surgimento do monopólio, ao mesmo tempo que um novo padrão tecnológico ia sendo gestado. Ao lado da tecnologia então vigente – do ferro, do carvão e da máquina a vapor -, a partir da década de 1870 começava a se desenvolver um processo que foi denominado segunda revolução industrial. Dando lugar a novos ramos de produção, vai sendo gestado um novo padrão tecnológico – do aço, da eletricidade, do motor a combustão interna, da química pesada etc. Esta nova tecnologia já não era produzida e difundida por homens práticos... a inovação tecnológica passava a ser resultado do planejamento e de pesquisas, e não mais produto da ação individual (...) o estreitamento das relações entre bancos e indústrias, e o crédito de capital passava a ser utilizado como poderosa arma na luta pela eliminação de concorrentes e para a centralização de capitais” (Barbosa de Oliveira, 2003, p. 237).

¹⁴ Uma análise acurada da passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista encontra-se em Shonfield (1968), Braverman (2006) e Barbosa de Oliveira (2003).

¹⁵ Para Marx, a concentração (aumento da composição orgânica do capital, decorrente da ampliação do capital constante *vis a vis* à diminuição relativa do variável) e a centralização (aglutinação de muitos capitais em poucos ou mesmo numa única unidade de capital) dos capitais é uma tendência do capitalismo: “Esta *expropiación* la lleva a cabo el juego de las leyes inmanentes de la *propria producción capitalista*, la *centralización de los capitales*. Cada capitalista desplaza a otros muchos. Paralelamente con esta centralización del capital o *expropiación de muchos capitalistas por unos pocos*, se desarrolla en una escala cada vez mayor la forma cooperativa del proceso de trabajo, la aplicación técnica consciente de la ciencia... la economía de todos los medios de producción al ser empleados como medios de producción de un trabajo combinado, social, la absorción de todos los países por la red del mercado mundial y, como consecuencia de esto, el carácter internacional del régimen capitalista” (Marx, 1999, p. 648).

O gigantismo das plantas industriais e a necessidade de vultosos investimentos em novas tecnologias na luta por mercados agora mundiais solapou o empreendedorismo individual e a possibilidade de iniciativas “geniais” de empresários iluminados, acarretando na substituição dos capitães da indústria por um *board* de executivos subordinados aos interesses dos acionistas e dos credores banqueiros. A disputa agora se dá num outro patamar.

Os interesses da grande empresa monopolista imbricam-se aos da nação na medida em que seu sucesso significa avanço econômico e político no âmbito das relações econômicas internacionais, crescimento econômico, geração de renda e emprego e ampliação da base material, ao passo que seu fracasso transmuta-se em diminuição da influência internacional do país de origem, perdas financeiras enormes, fechamento de plantas, desemprego e até caos social¹⁶. Essa “dependência mútua” entre nação e grande empresa caracteriza o Capitalismo Monopolista de Estado.

O bom desempenho dos monopólios, cuja capacidade produtiva é enorme, depende da expansão recorrente de novos mercados consumidores e fornecedores de matéria-prima. As nações industrializadas, objetivando garantir o incremento do produto e a geração de emprego e renda e concomitantemente um espaço de valorização aos seus conglomerados, simultaneamente protegem seus mercados internos e buscam adquirir novos mercados externos, o que acarretará na I Guerra Mundial.

“Pero el mundo desarrollado no era tan sólo un agregado de <<economías nacionales>>. La industrialización y la depresión hicieron de ellas un grupo de economías rivales, donde los beneficios de una parecían amenazar la posición de las otras. No sólo competían las empresas, sino también las naciones... La <<mano visible>> de la moderna organización y dirección sustituyó a la <<mano invisible>> del mercado anónimo de Adam Smith. Los ejecutivos, ingenieros y contables comenzaron, así, a desempeñar tareas que hasta entonces acumulaban los propietarios-gerentes. La <<corporación>> o Konzern sustituyó al individuo. El típico hombre de negocios, al menos en los grandes negocios, no era ya tanto un miembro de la familia fundadora, sino un ejecutivo asalariado, y aquel que miraba a los demás por encima del hombro era más frecuentemente el banquero o accionista que el gerente capitalista...Por otra parte, las rivalidades políticas entre los estados y la competitividad económica entre grupos nacionales de empresarios convergieron contribuyendo... tanto al imperialismo como a la génesis de la primera guerra mundial” (Hobsbawn, 2007, p.63).

¹⁶ Kalecki (1943)

Se a fusão¹⁷ dos interesses econômicos e políticos foi uma das características marcantes da consolidação do Capitalismo Monopolista de Estado, não menos importante foram as transformações na estrutura produtiva refletidas em mudanças profundas na economia, sociedade e política.

A passagem de uma economia calcada em unidades menores para plantas de maior escala, dimensão e tecnologia, com produção e produtividade até então inimagináveis, revolucionou a qualidade e quantidade da base material produzida bem como a divisão do trabalho¹⁸ a ela correspondente. A elevação da composição orgânica¹⁹ do capital em todos os setores produtivos, oriunda do cavalgar progresso técnico, diminuiu a necessidade do trabalho braçal na agricultura e na indústria, o que de forma alguma retira o protagonismo desta na geração de valor e incremento da renda. É o que se observa nos Estados Unidos, nação “símbolo” da transição do modo concorrencial ao monopolista:

Tabela 1 - Empregados das Manufaturas na Produção e fora da Produção, Valor Adicionado pela Manufatura e Valor Adicionado por trabalhador da Produção - EUA, 1899-1939						
	1899	1909	1919	1929	1939	99-39(%)
Empregados linha de produção (mil) (A)	4.502	6.262	8.465	8.370	7.808	73,4
Empreg. fora da linha de prod. (mil) (B)	348	759	1.371	1.290	1.719	394,0
B/A	0,08	0,12	0,16	0,15	0,22	175,0
Valor Adic. Manufatura (US\$ milhões) ¹	4.647	8.160	23.842	30.591	24.487	426,9
Valor Adic. por trab. da prod. (US\$) ¹	1.032	1.303	2.816	3.654	3.136	203,9

¹Valores Correntes

Fonte: Antunes (2011)

A tabela acima ilustra o impacto das mudanças na linha de produção decorrentes das transformações originadas na Segunda Revolução Industrial. O protagonismo das máquinas e equipamentos no processo produtivo, simultaneamente ao advento de novas tecnologias e novas técnicas produtivas, revolucionou a maneira de se produzir ampliando a produtividade e

¹⁷ “Na Era dos Impérios a política e economia haviam se fundido. A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites” (Hobsbawm, 1995, p. 36).

¹⁸ Braverman (2006).

¹⁹ “... el volumen creciente de los medios de producción comparado con la fuerza de trabajo que absorben expresa siempre la *productividad creciente de trabajo*. Por consiguiente, el *aumento* de ésta se revela el *la disminución de la masa de trabajo, puesta en relación con la masa de medios de producción movidos por ella*, o sea, en la *disminución de la magnitud del factor subjetivo del proceso de trabajo, comparado con su factor objetivo*. Este cambio operado en la *composición técnica del capital*, este *incremento de la masa de medios de producción, comparada con la masa de la fuerza de trabajo que la pone en movimiento*, se refleja, a su vez, en su *composición de valor, en el aumento del capital constante a costa del variable*” (Marx, 1999, p.526).

o montante produzido concomitantemente à menor necessidade de trabalho no chão de fábrica é à expansão dos empregos fora da linha de produção²⁰. Estes, nos 40 anos entre 1899 e 1939, cresceram 5,3 vezes mais que aqueles, enquanto o valor adicionado na manufatura cresceu 5,8 vezes e o valor adicionado por trabalhador na produção 2,8.

O aumento do capital constante e as recorrentes inovações tecnológicas, aliados aos avanços nas técnicas de produção, propiciaram um incremento substancial na quantidade produzida que, por sua vez, ampliou as transações comerciais em âmbito mundial tanto de produtos acabados quanto de matérias-primas e bens intermediários.

Tabela 2 - Produção e Comércio Mundial, anos selecionados (1913=100)

Ano	Produção	Comércio
1840	7,4	5,4
1870	19,5	23,8
1913	100	100
1929	153,3	113 (1930)
1948	274	103
1971	950	520

Fonte: W.W. Rostow, *The World Economy: History and Prospect*, Londres, 1978, apêndices A y B Apud Hobsbawm (2007)

Os dados acima atestam o crescimento da produção mediante a consolidação do capitalismo monopolista nos países avançados (entre 1870 e 1914) e a recuperação e expansão dos mesmos após a II Guerra Mundial. É importante acrescentar que a partir dos anos 1950 a recuperação europeia e japonesa e a disseminação do “modelo” de produção estadunidense, baseado em grande medida na massificação do consumo de bens de consumo duráveis, integra o mercado mundial através da internacionalização produtiva – consequência do movimento de transnacionalização das grandes empresas, destacadamente as automobilísticas. O Brasil beneficiou-se desse movimento completando seu processo de industrialização durante o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek entre 1956 e 1960²¹. Vale destacar também

²⁰ “(...) a mecanização da produção e a centralização do capital foram alternando o tipo de trabalho necessário na indústria: menos o trabalho braçal do operário e mais o do administrador da empresa e o do vendedor (...) o emprego bruto e extenuante foi tendencialmente substituído pelo emprego não manual do escritório ou da loja” (Antunes, 2011, p.36).

²¹ “O salto da indústria brasileira na direção dos ramos manufatureiros ‘pesados’ de bens de produção e de consumo duráveis é inseparável da penetração das empresas transnacionais no setor” (Serra, 1998, p.84).

os efeitos deletérios do entre-guerras à produção e principalmente ao comércio mundial, que apresentou crescimento inexpressivo durante o período 1913-1948.

A ampliação e integração dos mercados em âmbito nacional e internacional exigem mecanismos de transporte, armazenamento, crédito, negociação, compra e venda impensáveis no capitalismo concorrencial. Os serviços ligados à indústria - acessórios ao seu desenvolvimento - como escritórios, transportadoras, magazines, seguradoras, armazéns e afins expandem-se sobremaneira e passam gradativamente a abarcar parte considerável dos ocupados. Por outro lado, a grande empresa monopolista é um organismo enorme com elevada capacidade produtiva e alta densidade tecnológica. Suas necessidades administrativas, coordenativas e executórias são muito mais complexas que outrora. A presença do “dono-gerente”, com seu auxiliar contábil e administrativo, cede lugar à uma divisão do trabalho diversificada, organizada e hierarquizada, com o surgimento de “departamentos” até então inexistentes que operam descentralizados porém conectados numa extensa rede administrativa e burocrática. Reside aqui uma “novidade” no capitalismo monopolista: a centralização do capital, a inovação tecnológica, o gigantismo das empresas e a concorrência entre grandes blocos de capital culmina na formação de estruturas altamente burocráticas²². A ampliação da quantidade produzida com elevada composição orgânica do capital, numa disputa por mercados nacionais e mundiais, acarreta crescimento substancial nas ocupações fora da linha de produção, ampliando os postos de trabalho na tesouraria, no almoxarifado, na recepção, na execução de projetos, na organização de arquivos, no setor de compras etc. que tornam-se vitais às novas²³ necessidades administrativas das empresas bem como à comercialização dos seus produtos:

²² “Descritivamente, a burocracia refere-se a uma hierarquia de escritórios, cada um com sua área específica de administração e sua equipe de especialistas. Nesse sentido, a burocracia é o tipo mais eficiente de organização social que se conhece... A própria amplitude da empresa moderna, que concentra o progresso tecnológico e as decisões financeiras, obriga à criação de organizações centralizadoras submetidas a regras formais e subdivisões racionais em todos os setores da sociedade, e especialmente no Governo” (Mills, 1979, p.98).

²³ “(...) as burocracias empresariais surgiram para resolver uma crise de controle ocorrida na produção de mercadorias: a centralização do capital e o elevado crescimento da produtividade gerado pelas inovações da II Revolução Industrial exigiram que as empresas fossem capazes de mover, processar e distribuir um volume de mercadorias em grande crescimento, o que poderia bloquear a continuidade do processo de produção” (Antunes, 2011, p.34).

Tabela 3 - Principais Ocupações, milhões de pessoas, EUA 1900-1940									
	1900	%	1910	%	1920	%	1940	%	00-40 (%)
Profissionais ¹	1,1	4,1	1,7	4,7	2,3	5,6	3,4	7,1	201,7
Peq. Prop. Agrícolas	5,8	21,1	6	16,6	6,6	16,4	5,2	11	-10,4
Gerentes e Correlatos	0,6	2,1	0,9	2,5	1,1	2,8	1,8	3,7	195,4
Trab. de Escritório ²	1,1	3,8	1,9	5,4	3,3	8,1	4,9	10,4	367,4
Comerciários	1	3,6	1,6	4,5	2	5	3	6,2	196,5
Operações Gerais ³	3,8	13,9	5,8	16	6,4	15,8	8,6	18	124,5
Outros Serviços ⁴	0,9	3,2	1,5	4,2	1,8	4,4	3,4	7,1	285,3
Lavradores	3,5	12,6	5,1	14	3,4	8,5	3	6,3	-13,3
Trabalhadores Braçais	3,5	12,7	3,9	10,7	4,6	11,5	4,4	9,2	24,8

Fonte: Antunes (2011)

¹ Em 1900, o grupo era composto principalmente por médicos, religiosos, advogados e juizes, músicos e professores de música e professores em geral. Em 1940, os engenheiros, os enfermeiros e os contadores também se tornaram grupos relevantes. ² Em 1900, o grupo era composto principalmente por contadores e caixas, mensageiros (inclusive os de telégrafo) e estenógrafos, datilógrafos e secretários. Em 1940, os mensageiros são substituídos pelos telefonistas entre os grupos mais relevantes. ³ Em 1900, o grupo era composto principalmente por entregadores, costureiros, tintureiros, mineiros, metalúrgicos e operários em geral. Em 1940, se destacavam também os pintores da manufatura, os motoristas os operários têxteis em geral. ⁴ Em 1900, o grupo era composto principalmente pelos barbeiros, cabelereiros, faxineiros, cozinheiros, zeladores e garçons. Em 1940, os grupos dos auxiliares de enfermagem e o dos guardas, porteiros e seguranças também se tornaram relevantes.

A tabela mostra a evolução das principais ocupações entre 1900 e 1940. O movimento geral é uma redução relativa e absoluta nas ocupações ligadas ao setor primário, uma expansão modesta dos trabalhadores braçais (de 24,8%) e um incremento considerável das ocupações fora da linha de produção. O grupo que mais cresceu foi os Trabalhadores de Escritório, bem acima dos demais, com uma variação de 367,4%, indicando a nova configuração da divisão do trabalho²⁴ e a importância dessas ocupações no processo de acumulação do capital. Em seguida temos os Outros Serviços, com 285,3%, e os Gerentes e Correlatos e os Comerciários, com mais de 195%. É importante ressaltar que os três primeiros grupos têm uma participação importante dentro da empresa, seja na planta produtiva ou na comercial ou administrativa, enquanto o quarto encontra-se na esfera comercial.

Como citado anteriormente, o advento da economia capitalista monopolista demanda maior sobreposição entre os setores público e privado. A produção e os serviços públicos, bem como as funções interventoras, reguladoras, creditícias, administrativas e burocráticas do Estado expandem-se consideravelmente com a consolidação da economia capitalista

²⁴ “Atualmente, os três maiores grupos ocupacionais na camada dos *colarinhos-brancos* são os professores, os vendedores, trabalhando dentro ou fora das lojas, e os vários tipos de empregados de escritório (...) um número cada vez menor de indivíduos manipula *objetos*, e um número cada vez maior manipula *pessoas* e *símbolos* (...) suas capacidades características referem-se à manipulação de papéis, de dinheiro e de pessoas (...) são mestres nas relações comerciais, profissionais e técnicas. O que eles não fazem é ganhar a vida criando coisas (...)” (Mills, 1979, p.86).

monopolista, dada sua essencialidade na reprodução²⁵ da mesma. Tanto pelo lado das empresas, cuja concorrência não se dá via preços mas sim mediante grandes blocos de capital com múltiplas estratégias que necessitam planejamento²⁶ de longo-prazo intuindo maiores lucros e evitando enormes perdas, quanto pelo lado do Estado, que vê a grande empresa como instrumento de crescimento econômico, geração de renda e emprego, a relação entre ambos estreita-se.

“A educação da qual ela depende é fornecida principalmente pelo setor público da economia... O mercado para a tecnologia mais avançada e que melhor permite o planejamento encontra-se também no setor público. Grande parte das inovações científicas e técnicas vem do Estado... E, ainda discretamente e sem firmeza de propósito, algo à maneira de um clérigo conservador a contemplar uma estátua erótica, o Estado fornece a regulação de salários e preços... Evidentemente, a economia organizada moderna foi traçada por mão perversa. Pois, não fosse isso, de que maneira poderiam unir-se tantas necessidades para fazer com que um sistema que se rejubila em nome da livre iniciativa seja em verdade tão dependente do Governo? O sistema de planejamento está, de fato, inextricavelmente ligado ao Estado... a companhia amadurecida é uma ramificação do Estado, e este, em questões importantes, é um instrumento importante do sistema de planejamento” (Galbraith, 1983, p. 217).

Investimentos de elevado montante de capital com longo prazo de maturação que afugentam a lógica privada da busca pelo lucro no curto e médio prazo como pontes, hidrelétricas, estradas de baixa rodagem, eclusas ou mesmo algumas indústrias de base, são realizados pelo Estado ou em parceria entre o setor público e o privado. Como os investimentos numa economia monopolista são vultosos - sejam aqueles em infraestrutura ou os destinados à construção de novas plantas produtivas ou à inovação técnica - a necessidade do endividamento é vital ao seu funcionamento. Tanto o setor público quanto o setor privado precisam ser financiados para executar suas funções. Esses financiamentos devem, para o bom funcionamento da economia, possuir taxas de juros baixas e prazos extensos para pagamento. Em muitos casos, devem ser acompanhados de subsídios e determinadas isenções que viabilizem o empreendimento; não podem estar sujeitos às exigências impostas pelas instituições privadas de crédito que normalmente cobram taxas de juros mais elevadas com prazo restrito para a quitação da dívida. Nesse sentido, a centralidade do endividamento na

²⁵ “Sem querer simplificar a questão, poderíamos dizer que a “estatização” é na realidade, o epifenômeno das novas formas de regulação encarnadas no Estado e que seus limites estão dados pelas necessidades da reprodução conjunta do próprio capitalismo monopolista” (Cardoso de Mello, 1977, p.16).

²⁶ “Na economia do mercado, conta-se com o preço que se oferece para obter o resultado que se procura (...) o planejamento existe porque esse processo deixou de ser seguro” (Galbraith, 1983, p. 30).

reprodução ampliada do capital exige a expansão do crédito público como propulsor do sistema. Tanto nos empreendimentos em infraestrutura de longa maturação quanto em muitas das inversões nos grandes blocos de capital característicos da economia monopolista, o financiamento público é central.

As transformações na estrutura produtiva exigem mudanças no arcabouço institucional, técnico, administrativo, burocrático e tributário do Estado. Visto que a dinâmica da economia deve ser regulada e planejada com o propósito de evitar bruscas oscilações no ritmo de atividade que poderiam ocasionar quebras e perdas não só às empresas mas à sociedade como um todo, o raio de ação do setor público precisa se estender. Suas funções interventoras devem ampliar-se. Nesse sentido, a legislação tem que permitir ao Estado regular – dentro das especificidades de cada nação - a atividade econômica.

A execução de projetos, o apoio aos variados ramos de atividade, o bom funcionamento da máquina pública – ampliada no capitalismo monopolista – necessita de mais recursos, propiciados pelo aumento do volume arrecado, e de um corpo técnico e administrativo maior e mais competente, possibilitado pela expansão considerável do emprego público. A burocracia estatal e a estrutura do setor público no capitalismo monopolista é maior e mais eficiente, acompanhando as transformações econômicas e sociais e a necessidade de sobrevivência do sistema através do planejamento.

É vital esclarecer que tais transformações no setor público dos países centrais, que ampliaram sua capacidade interventora e mostraram-se indispensáveis ao funcionamento de uma economia capitalista monopolista, não ocorreram de maneira linear e/ou espontânea mediante o desenvolvimento das forças produtivas. Foi necessária a ocorrência da Crise de 1929, aliada ao turbulento período do entreguerras, para explicitar a incapacidade do liberalismo econômico em elidir crises sociais de maior profundidade. Somente as catástrofes sociais decorrentes do moinho satânico ensejaram mudanças no aparato estatal que propiciaram a regulação da economia e conseqüentemente da sociedade²⁷. Tais mudanças atingiram seu ápice após o Acordo de Bretton Woods em 1944 e dos diversos pactos sociais

²⁷ “Se a economia de mercado foi uma ameaça para os componentes humano e natural do tecido social, como insistimos, o que mais se poderia esperar senão que uma ampla gama de pessoas exercesse a maior pressão no sentido de obter alguma espécie de proteção?” (Polanyi, 2000, p.182).

erigidos nos países desenvolvidos, nos quais o Welfare State²⁸ e o pleno emprego foram pilares centrais tanto na recuperação econômica quanto na resolução dos problemas sociais²⁹.

Por último, e não menos importante, há outro fator que confirma a relevância e expansão do setor público mediante a consolidação de uma economia capitalista monopolista. Dada a magnitude dos recursos necessários aos novos investimentos e dos riscos a eles inerentes, a proximidade público-privada é vital ao ingrediente que sustenta a expansão dos investimentos: a confiança.

Formada por grandes empresas que demandam escalas de recursos, plantas e produção bastante elevadas, cujas inversões são enormes e o período de maturação e de retorno dos investimentos realizáveis apenas no longo prazo, a falta de previsibilidade em relação ao futuro é o que mais prejudica a dinâmica dos investimentos. O fato dos empresários não saberem o comportamento dos seus concorrentes ou apresentarem desconfiança em relação ao mercado torna a decisão de investir bastante complexa, dependendo menos do cálculo e mais da antecipação do futuro. Nesse sentido, um ambiente institucional e jurídico que transpareça credibilidade é passo fundamental para aumentar a confiança dos investidores produtivos em relação ao futuro. Mais do que isso, além da credibilidade nas regras o setor privado precisa saber que ele, como um todo, está ampliando seus investimentos, o que asseguraria o incremento da demanda efetiva. Esse investimento “em conjunto”, “em bloco”, que é a única maneira de garantir a efetiva realização das vendas e assegurar um faturamento capaz de compensar os recursos dispendidos, só é possível mediante a coordenação do Estado, único agente capaz de planejar macroeconomicamente os investimentos inter e intra setoriais dispersos no tempo e no espaço. O setor público deve sinalizar a direção dos investimentos, constituindo-se como guia ao setor privado.

A intensa urbanização³⁰ que acompanha esse processo exige uma série de serviços públicos como educação, saúde, saneamento básico e transportes, em grande medida

²⁸ “Nos demais países capitalistas, na Europa e na Ásia, o crescimento do Estado de Bem Estar Social e a estatização do investimento em alguns setores estratégicos foi necessária em nome da reconstrução e do desenvolvimento acelerado. Este maior grau de intervenção estatal era mais aceito pela maior proximidade destes países com a ‘frente de batalha’ da Guerra Fria”(Serrano, 2007, p.186).

²⁹ “O Estado – através das nacionalizações e da consolidação do *Welfare State* – ampliou sua participação na vida econômica nacional e regulou o ritmo das atividades econômicas mediante as ações de *demand management* exercidas, de modo preponderante, por meio da política fiscal” (Mazzucchelli, 2013, p.57).

³⁰ “Podemos afirmar también que el mundo <<avanzado>> era un mundo en rápido proceso de urbanización y en algunos casos era un mundo de ciudadanos a una escala sin precedentes...el porcentaje de europeos de la zona <<desarrollada>> y de norteamericanos que vivían en ciudades se había incrementado hasta el 41 por 100 en 1910 (desde el 19 y el 14 por 100, respectivamente, en 1850)...” (Hobsbawm, 2007, p. 57).

oferecidos pelo Estado. Muitas destas ações foram encorpadas mediante a construção do Estado de Bem-Estar nos países desenvolvidos, responsável pela saúde, educação, assistência social e moradia na maioria das nações europeias do pós-guerra. Concomitantemente, o incremento do comércio e dos serviços como um todo se acelera frente à intensificação do êxodo rural, do crescimento das cidades e da elevação da renda. A massa de recursos que o Welfare State injeta na economia, seja pela transferência monetária direta ou ao proporcionar o aumento da renda disponível das famílias que não precisam gastar com educação e saúde, é muito importante à dinâmica das economias dos países centrais.

No mundo urbano não há mais a produção para autoconsumo ou o desenvolvimento de redes comunitárias, de solidariedade e ajuda aos moldes do universo rural. Por outro lado, a visita aos vizinhos e as idas à igreja são substituídas pelo teatro, cinema, clubes, lojas e posteriormente o *shopping*. O médico da comunidade cede lugar aos especialistas (cardiologistas, neurologistas etc.) e a cama da família e o cuidado dos parentes é substituído pelos hospitais; a escola da fazenda com a professora “da cidade”, cujas salas incorporavam simultaneamente crianças de 5, 7 e 10 anos, evolui às escolas primárias, secundárias, técnicas e de ensino superior, com milhares de professores e funcionários. Neste novo contexto, de mudanças profundas no modo e nas condições de vida das pessoas, há forte expansão do emprego e dos serviços públicos bem como das atividades privadas no setor secundário e principalmente no terciário. De acordo com Antunes (2011), em 1900 haviam 1.094 mil empregados no setor público dos EUA, correspondendo a 3,8% da força total de trabalho. Esse número saltou para 4.202 mil em 1940, equivalente a 7,9%, e para 13.032 mil em 1970 - 15,6% da força de trabalho. No tocante à Educação e Saúde, em 1940 eram 1.480 mil (2,8% do total); em 1970, 4.598 mil (5,5% do total). O movimento é similar na Europa:

Tabela 4 - % Emprego Público sobre Emprego Total, Europa e EUA			
	1951*	1981*	Varição
Grã-Bretanha	26,6	31,4	18,05
França	17,5	32,6	86,29
Alemanha	14,4	25,8	79,17
Itália	11,4	24,4	114,04
Suécia	15,2	38,2	151,32
EUA	17	18,3	7,65

Os períodos diferem minimamente de uma nação para outra: Grã-Bretanha, 1951-81; França, 1950-82; Alemanha, 1950-80; Itália, 1951-81; Suécia, 1950-80; EUA, 1952-82.

Fonte: Rose (1985, p.11).

A tabela acima retrata o incremento do emprego público em países selecionados da Europa e nos EUA após a II Guerra. Os números evidenciam o peso das ocupações no setor público frente ao conjunto dos empregos gerados, tornando as mesmas importante ferramenta para se atingir o pleno emprego e a consolidação do Welfare State - pilares da política econômica dos países centrais nos Anos Dourados³¹.

Como descrito anteriormente, as ocupações no setor terciário aumentam paralelamente à expansão industrial:

“... en 1851 había 67.000 funcionarios públicos y 91.000 personas empleadas en actividades comerciales de una población ocupada total de unos nueve millones de personas. En 1881 eran ya 360.000 los empleados en el sector comercial – casi todos ellos del sexo masculino – aunque sólo 120.000 en el sector público. Pero en 1911 eran ya casi 900.000 las personas empleadas en el comercio, siendo el 17 por 100 de ellas mujeres, y los puestos de trabajo del sector público se habían triplicado. El porcentaje de mano de obra que trabajaba en el sector del comercio se había quintuplicado desde 1851” (Hobsbawm, 2007, p.62).

Os dados disponibilizados por Wright Mills confirmam a mesma trajetória nos EUA:

³¹ “A busca do pleno emprego e a construção e sustentação da rede de proteção social (universalização do sistema público de saúde e estruturação dos programas de pensões e aposentadorias) converteram-se, dessa forma, em objetivos consensuais da política econômica” (Mazzucchelli, 2013).

Tabela 5 – Distribuição dos trabalhadores por setor de atividade, EUA em anos selecionados

Setores	1870	1940
Produção	77	46
Prest. de Serviços	13	20
Distribuição	7	23
Coordenação	3	11
Total	100	100

Fonte: Mills (1979, p.86)

Enquanto em 1870 nos EUA trabalhavam 77% dos ocupados no setor produtivo (extração e produção) e 23% na prestação de serviços, distribuição e coordenação, em 1940 esses números são 46% e 54%, respectivamente.

Procuramos destacar nesta seção que o surgimento e consolidação da Classe Média é decorrência da constituição do Capitalismo Monopolista de Estado bem como de seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais nas nações industrializadas. Se por um lado as modificações na estrutura produtiva possibilitaram a criação de uma miríade de ocupações típicas de classe média - seja no interior da grande empresa ou nos serviços a ela adjacentes como escritórios, transportadores, bancos etc. - estas mesmas modificações ensejaram um processo intenso de urbanização que demandou uma série de novos serviços inexistentes no mundo rural, serviços esses realizados em grande medida pela então nascente Classe Média. Por sua vez, o advento do capitalismo monopolista provocou mudanças profundas na estruturação do setor público – com o incremento do aparato estatal e de suas funções reguladoras bem como na extensão e profundidade de suas atividades econômicas e sociais - e na composição das forças sociais, acarretando não só na ampliação do emprego público como também na estruturação do Estado de Bem-Estar Social, decisivos à constituição da classe média. Tanto o emprego público quanto o Welfare State conferiram aos cidadãos dos países desenvolvidos um padrão de vida típico de classe média. Seria pouco provável a disseminação da classe média nos países centrais na ausência da estruturação do emprego público e da consolidação do Estado de Bem Estar Social. Olhemos agora para o Brasil.

1.3 – Capitalismo Monopolista de Estado e Classe Média no Brasil

A história do desenvolvimento econômico e social dos países denominados desenvolvidos é marcada pela evolução da base material e pela construção de um sistema de proteção social que, apesar das especificidades nacionais, permite ao cidadão comum desfrutar das benesses produzidas pela industrialização.

A análise do desenvolvimento capitalista nesses países, que permitiu a expansão da produção, da riqueza e das políticas sociais, nos parece bastante clara: ao promoverem um processo de industrialização que possibilitou o incremento do valor potencializando assim a geração de riquezas, esses países passaram a ter recursos capazes de propiciar a seus cidadãos melhores condições de vida através do aumento do consumo e da disseminação dos direitos sociais relativos à educação, saúde, habitação, transporte etc. Nesse sentido, reforça-se aqui nosso entendimento sobre a questão: a direção à uma sociedade dita “primeiro mundista” parte da expansão da estrutura produtiva industrial à realização de políticas públicas universais. Em outras palavras, necessita-se promover um processo de industrialização para atingir-se o desenvolvimento. Essa é a história, obviamente com suas particularidades, dos países europeus, dos Estados Unidos, do Japão e da Coreia do Sul.

Observando-se a trajetória de desenvolvimento econômico e social desses países percebe-se um denominador comum: o protagonismo do setor público no planejamento de longo-prazo visando impulsionar e completar o processo de industrialização. Foi a partir da articulação entre os setores produtivo e financeiro concomitantemente a políticas protecionistas e de defesa da produção nacional, coordenada pelo Estado e executada pelos setores público e privado, que tais países conseguiram se desenvolver mediante o advento da industrialização. Esse processo “simbiótico” continua até hoje.

No caso brasileiro a intervenção estatal fez-se (e faz-se) necessária dado o caráter tardio³² de nosso desenvolvimento, que tem duas razões. Em primeiro lugar, ingressamos no processo de industrialização tardiamente, quase 100 anos após os países desenvolvidos; ao iniciarmos nosso processo de industrialização, em 1930, os países desenvolvidos já haviam

³² “O capitalismo monopolista de Estado assume no Brasil características particulares decorrentes da própria industrialização tardia. De um lado, a estrutura monopolista é marcada pela existência de um setor produtivo estatal na indústria de base e pela profundidade do processo de internacionalização do sistema produtivo, e consequentemente por uma fragilidade congênita do capital monopolista nacional. É a partir destes traços que podemos entender a natureza da função reguladora do Estado na economia brasileira” (Cardoso de Mello, 1977, p. 16).

consolidado sua indústria e encontravam-se na fase monopolista do capitalismo - da grande empresa, do grande conglomerado, das economias de escala e do grande bloco de investimento. Em segundo lugar, tivemos que **saltar** de uma economia primário-exportadora com seus vícios econômicos, políticos e sociais, para uma sociedade industrial moderna. Vale dizer que entramos atrasados nessa corrida e já tivemos que “começar grande”, destruindo e superando boa parte da estrutura econômica, política e social preexistente – condição necessária para fazer frente à estrutura industrial monopolista já estabelecida nos países desenvolvidos. Nesse sentido o “intervencionismo”³³ aqui no Brasil foi, em certa medida, bastante elevado; e não poderia ter sido diferente. Toda a infraestrutura e parte considerável das indústrias de base foram (ou são) estatais. Seria impossível adentrar ao rol das dez maiores economias mundiais via geração espontânea de mercado, como se isso existisse.

Imersos numa economia atrasada, com uma estrutura produtiva arcaica e um mercado industrial diminuto, não havia a possibilidade do setor privado realizar investimentos de maior monta tanto pela incapacidade de concentração e centralização de capitais quanto pela ausência da demanda interindustrial requerida pela fase monopolista do capitalismo. Era “ilógico” e irracional, sob a ótica capitalista, investir, dada à impossibilidade de realização do capital – a demanda ainda não existia; havia a necessidade de antecipá-la. Somente um agente não submetido à busca do lucro imediato e capaz de fomentar investimentos conjuntos, em bloco, assegurando demanda nos variados setores produtivos, seria capaz de rumar a economia ao processo de industrialização – o setor público.

“Porém, não é menos certo que a industrialização pesada tinha escassas possibilidades de nascer como mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves; nem se dispunha de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capitais, indispensáveis à maciça concentração de recursos externos e internos exigida pelo bloco de investimentos pesados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da diversificação da estrutura produtiva existente... A ação do Estado foi decisiva, em primeiro lugar, porque se mostrou capaz de investir maciçamente em infraestrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado não só por lhe oferecer economias externas baratas, mas, também, por lhe gerar demanda” (Cardoso de Mello, 1998, p.125).

³³ “É inegável a magnitude da intervenção do Estado na economia brasileira, seja do ponto de vista do peso do setor produtivo estatal, seja da enorme capacidade de controle de fundos destinados ao financiamento de acumulação de capital” (Cardoso de Mello, 1977, p.14).

O Brasil do atraso, do mundo rural da miséria e da pobreza, começa a mudar sua história a partir de 1930 quando ingressa numa trajetória de avanço que durará, em linhas gerais, até 1980.

A partir da conjunção de três fatores – a Crise de 1929, a Revolução de 30 e a infraestrutura legada pelo complexo cafeeiro - o país gradativamente abandonará sua sociedade atrasada, calcada numa economia primário-exportadora, e adentrará à modernidade, traduzida pela expansão da base material propiciada pelo advento da indústria precedida da criação do Estado Nacional. Enquanto a Crise de 1929 estrangulará o comércio mundial e deteriorará nossos termos de troca, reduzindo nossas exportações e importações ao “quebrar” nosso papel na divisão internacional do trabalho e desestruturar nossa economia primário-exportadora³⁴, paralelamente conferirá maior autonomia à execução de políticas nacionais soberanas³⁵. Por outro lado a Revolução de 1930, fator preponderante³⁶ ao processo de industrialização ao permitir a construção do Estado Nacional brasileiro, aproveitará também da infraestrutura produtiva e do sistema financeiro do complexo cafeeiro³⁷ para iniciar o processo de industrialização nacional.

³⁴ “A crise em que mergulha a economia exportadora capitalista na década de 20, e que desemboca em 1929/30, não pode ser pensada dentro dos estreitos limites da análise econômica, porque diz respeito à desarticulação das formas através das quais se desenvolve o capitalismo no Brasil. E, nesse sentido, é tanto econômica quanto política, é crise social de que a Revolução de 1930 é o momento crucial. É crise social que só se resolverá em um novo modo de acumular nos quadros de uma nova estrutura de poder” (Aureliano, 1999, p.55).

³⁵ “A ‘crise de 29’ constitui uma ruptura no padrão de acumulação (o primário-exportador). A profundidade da crise e sua longa duração não mais permitiam a ‘volta ao passado’, isto é, a manutenção do antigo padrão de consumo e investimento, e formas de ajustamento passivo para enfrentar a depressão (...) No período 1929-1937, apesar da profundidade da depressão, e da enorme fuga de capital internacional, pudemos contar com maiores graus de liberdade em termos externos” (Cano, 1999, p.289).

³⁶ “Penso que as condições econômicas ao final da década de 1920 estavam amadurecidas para pressionar a sociedade brasileira tanto para superar a crise (ambas, a cafeeira e a industrial) como aprofundar o desenvolvimento industrial do país (...) mesmo antes de seu momento culminante, que foi o final de 1929 (...) o Brasil fez parte de restrito grupo de países que enfrentaram essa situação e enveredaram, assim, mais que os outros, pelos caminhos da industrialização (...) É preciso deixar bem claro que, ainda que as pressões do processo econômico por mudanças estivessem presentes, foi necessária sua condução, pelo Estado, pela liderança de Getúlio Vargas” (Cano, 2000, p.93).

³⁷ “A realização de sua produção ensejou o surgimento de muitas atividades dinâmicas: a ferrovia, o porto, estradas, construção civil, indústrias, bancos, comércio etc., que eram nucleados pelo café. Eram, portanto, os segmentos secundários do complexo (...) A crise, contudo, ao ser superada, desencadeou outro processo de mais amplas repercussões: deu início à integração do mercado nacional, para a qual, inquestionavelmente, os antigos segmentos secundários do complexo cafeeiro haviam se preparado. A indústria paulista lideraria essa integração e avançaria sua concentração sobre o valor total da produção do país, que dos 31,5% verificados em 1919 saltaria para 45,4% em 1939” (Idem, p.69).

“(...) a crise se apresenta, portanto, como um momento em que a economia mercantil exportadora cumpriu todas as suas possibilidades de desenvolvimento (...) Neste sentido, no âmbito de uma economia capitalista de desenvolvimento tardio, esse momento crítico tende a se autoperpetuar na ausência de uma política deliberada por parte do Estado e de condições favoráveis ao nível da competição intercapitalista mundial. Mas não se autoperpetuou, e tanto a quebra da hegemonia da fração cafeeira da burguesia, com a emergência de um novo quadro de poder político, quanto a ruptura das articulações externas da economia brasileira foram decisivas para que o capitalismo se adentrasse, numa nova e mais avançada fase de desenvolvimento” (Aureliano, 1999, p.97).

O período de avanço econômico e social vivenciado pelo Brasil estendeu-se ao longo de cinquenta anos, entre 1930 e 1980, no qual crescemos aproximadamente 7% a.a. Sob a ótica externa, esse período coincidiu com os anos dourados do capitalismo (os Trinta Gloriosos, a *Golden Age* entre 1945 e meados dos 1970) – filhos do Acordo de Bretton Woods que foi central, juntamente com as decisões tomadas internamente, à trajetória percorrida pela economia e sociedade brasileira nesse meio século de progresso.

A ordem internacional que erigiu do Acordo de Bretton Woods foi extremamente favorável³⁸ à expansão dos países centrais assim como dos países da América Latina e Ásia conectados ao circuito produtivo e comercial capitaneado pelos EUA seguidos pela Europa e Japão. Num contexto de guerra fria e afirmação da hegemonia produtiva e financeira estadunidense³⁹, as nações desenvolvidas acordam em submeter a economia à política como forma de desenvolver produtivamente e socialmente os países do centro, afastando o perigo comunista ao atender as demandas sociais do pós-guerra⁴⁰ e consolidando a hegemonia da produção capitalista de massa liderada pelos EUA⁴¹.

³⁸ “O sistema dominante de relações internacionais na idade de ouro (*Golden Age*) do pós-guerra, como já foi dito, era compatível e relativamente acomodatório com relação aos processos de industrialização dos países em desenvolvimento na periferia. O protecionismo, a regulação nacional do crédito, a prática de políticas dirigidas de fomento e de subsídio inclusive às exportações eram tolerados em função de outras compensações – (...) no caso do Brasil, pela articulação direta do modelo de substituição de importações com a forte penetração do investimento direto estrangeiro, americano e europeu, de tal forma a associá-los privilegiadamente ao processo de industrialização” (Coutinho, 1999, p.356).

³⁹ “(...) os Estados Unidos puderem exercer sua hegemonia de modo a abrir caminho para políticas nacionais de desenvolvimento econômico e de reforma social. Com isto, ao longo do período que se estende do imediato pós-guerra até o fim do sistema de Breton Woods, em 1979 (quando os Estados Unidos assumem unilateralmente a responsabilidade de manter a posição do dólar como moeda reserva), deu-se um crescimento econômico generalizado na periferia” (Cardoso de Mello, 1998, p.19).

⁴⁰ “Alguns, como J. M. Keynes, se achavam na vida pública desde 1914. E se a memória econômica da década de 1930 não fosse o bastante para aguçar seu apetite por reformar o capitalismo, os riscos políticos fatais de não fazê-lo eram patentes para todos os que acabavam de combater a Alemanha de Hitler, filha da Grande Depressão, e enfrentavam a perspectiva do comunismo e do poder soviético avançando para oeste sobre as ruínas de economias capitalistas que não funcionavam” (Hobsbawn, 1995, p. 266).

⁴¹ “De início, essa espantosa explosão da economia pareceu apenas uma versão gigantesca do que acontecia antes: por assim dizer, uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como modelo de socialidade industrial capitalista. E de certa forma era mesmo. A era do automóvel há muito chegara à América

Grosso modo, o sistema de Bretton Woods buscava o desenvolvimento econômico e social reprimindo o movimento “natural” (lógico e mais eficiente) do capitalismo consubstanciado na busca incessante pela valorização do capital que culmina no circuito D-D’. Foram criados mecanismos - destacadamente a fixação das taxas de câmbio, a disseminação dos controles de capitais e a manutenção de taxas de juros baixas ou mesmo negativas em meio ao controle do sistema financeiro – que inibiam o rentismo e restringiam a lógica do lucro e a busca pela valorização do capital aos circuitos produtivos, proporcionando a expansão da produção, da renda e da base material. Em outras palavras o capitalismo foi regulado⁴², domesticado. Ele prevaleceu e venceu mas manteve-se, nesse período, no circuito D-M-D’ - gerando benefícios reais ao conjunto da população. A expansão financeira foi reprimida em prol da expansão produtiva. Por outro lado, a estrutura tributária progressiva e a política fiscal expansionista conferiam maior justiça social e mais recursos ao setor público, ao passo que ampliavam sua capacidade interventora - proporcionando ao setor privado segurança para executar seus investimentos produtivos. Esse conjunto de ações foi essencial para se atingir o pleno emprego e a construção de um sistema de proteção social que criou uma enorme camada média nos países desenvolvidos com acesso à educação, saúde, moradia, cultura e lazer com elevado impacto sobre a demanda efetiva, contribuindo à enorme expansão econômica da *Golden Age*. Essa regulação só foi possível na medida em que os países possuíam autonomia para executar políticas internas e paralelamente cooperar entre si, obviamente sob a tutela de seus respectivos Estados que, através de seu aparato, exerciam importante controle nas relações econômicas e sociais.

“A esta altura, é preciso ter claro que os Trinta Anos Gloriosos se caracterizaram pela sua excepcionalidade (...) Uns e outros procuravam construir instituições – tanto no âmbito internacional quanto nacional – capazes de impedir as catástrofes provocadas pelo capitalismo descontrolado (...) àquela altura do século, o capitalismo parecia ter sido domesticado pela sociedade (...) nós é que andávamos meio entorpecidos pelas décadas de capitalismo domesticado, esquecidos de que o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca da riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro. Esta abstração destrutiva aparece com toda a sua força nua e crua no atual rentismo especulativo” (Cardoso de Mello, 1998, p.23).

do Norte, mas depois da guerra atingiu a Europa e mais tarde, mais modestamente, o mundo socialista e as classes médias latino-americanas, enquanto o combustível barato fazia do caminhão e do ônibus o grande meio de transporte na maior parte do globo” (Idem, p.259).

⁴² “A expressão ‘países de capitalismo regulado’, por sua vez, envolve um conjunto mais amplo, onde a intervenção estatal tem sido decisiva no pós-guerra, não somente no nível macroeconômico, mas também na política industrial, através de estímulos e financiamento público”(Tavares, 1992, p. 41).

O resultado foi um incremento do produto, da renda, do emprego e do comércio, com reflexos positivos sobre o mundo capitalista e, ao que nos interessa, sobre o Brasil e seu processo de industrialização e desenvolvimento econômico e social. Como veremos adiante, seja pelo processo de internacionalização das empresas nos anos 1950 e 1960 ou pela abundância de capital a partir dos anos 1960 proveniente da reciclagem dos petrodólares e dos recursos financeiros das grandes empresas e bancos que passavam gradativamente a operar à margem das restrições impostas por Bretton Woods – no euromercado – o Brasil, em sintonia com políticas domésticas que se valeram desta conjuntura externa, impulsionou decisivamente seu crescimento econômico via expansão industrial. O processo de industrialização nacional conclui-se ao final do Plano de Metas e a indústria brasileira expandiu-se sobremaneira no Milagre e no II PND, fruto da combinação entre políticas internas e conjuntura externa - como quase tudo que acontece em nosso país.

Este processo enseja um intenso movimento de urbanização acompanhado pela expansão dos serviços, públicos e privados, necessários à vida nas cidades - o comércio, o hospital, o transporte público, a escola.

Tabela 6 - População Residente por situação do domicílio										
Números Absolutos e Distribuição. Brasil, 1940/1980										
Ano	1940 ¹		1950 ¹		1960		1970		1980	
Total	41.236.315	100	51.944.397	100	70.070.457	100	93.139.037	100	119.002.706	100
Urbana	12.880.182	31,23	18.782.891	36,16	31.303.034	44,67	52.084.984	55,92	80.436.409	67,59
Rural	28.356.133	68,76	33.161.506	63,84	38.767.423	55,33	41.054.053	44,08	38.966.297	32,41
¹ População Presente										
² Excluído 16.713 recenseados no Amazonas (7.469) e São Paulo (9.244), cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta.										
³ Excluído 31.960 pessoas recenseadas em Minas Gerais (10.461), São Paulo (7.588) e Paraná (13.911), cujas declarações não foram apuradas por extravio do material.										
Fonte: IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais de 1950 a 1988 - 2ª edição, ver. e at. do V.3 de Séries Estat. Retrospectivas. Rio de Janeiro, IBGE, 1990 <i>Apud</i> Henrique (1999).										

A tabela acima mostra a evolução da população residente por situação do domicílio no Brasil entre 1940 e 1980. Percebe-se o progressivo aumento no número de residentes em domicílios urbanos *vis-à-vis* a redução nos domicílios rurais. Esse movimento é particularmente intenso nos anos 1960 e 1970, fazendo com que a relação se inverta em 1980 frente à 1940: enquanto neste ano 31,23% moravam em domicílios urbanos, em 1980 essa proporção salta para 67,59%.

Mediante essa profunda e veloz transformação, raras vezes observada na história mundial, a população economicamente ativa migra para as atividades urbanas, conforme explicitado na Tabela 7:

Tabela 7 - População Economicamente Ativa, ocupada, segundo setor de atividade										
Números Absolutos e Distribuição. Brasil, 1940/1980										
Ano	1940		1950		1960		1970		1980	
Total	14.758.500	100	17.117.400	100	22.750.100	100	29.338.500	100	42.271.600	100
Agrícola ¹	9.844.200	66,70	10.369.900	60,58	12.408.300	54,54	13.090.400	44,62	12.745.300	30,15
Não Agrícola	4.914.300	33,30	6.747.500	39,42	10.341.800	45,46	16.248.100	55,38	29.526.300	69,85

¹ Em 1940, 1950 e 1960 inclui-se a ind. ext. mineral, além da indústria extrativa vegetal e da agricultura, pecuária e silvicultura. Em 1970 e 1980 exclui-se a ind. ext. mineral. Estão incluídos 69,5 mil homens e 14,7 mil mulheres classificadas na classe de ativ. de serv. auxiliares das agriculturas e da pecuária no ramo serv. aux. das ativ. econômicas.

Fonte: IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 - 2ª edição, ver. e at. do V.3 de Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro, IBGE, 1990 *Apud* Henrique (1999).

A distribuição da população economicamente ativa entre atividades agrícolas e não-agrícolas reflete a tendência do processo de urbanização observado no Brasil a partir dos anos 1930, iniciado nosso processo de industrialização. Ainda mais intensa que a mudança na situação dos domicílios, a distribuição da PEA desloca-se crescentemente às atividades urbanas, fazendo com que em 1980 a proporção da PEA não-agrícola atinja quase 70%.

Tais ocupações não-agrícolas abrangem uma miríade de postos de trabalho que vão desde o chão de fábrica até os serviços pessoais no meio urbano. Neste sentido, incluem-se lixeiros, empregadas domésticas, operários, alfaiates, professores, advogados etc. A classe média, objeto de análise deste capítulo, emerge paulatinamente neste processo. Gradativamente vão se desenvolvendo, no mundo urbano, ocupações típicas de classe média. Entretanto, como veremos adiante, é somente nos anos 70 - quatro décadas após iniciado o processo de industrialização nacional - que a classe média consolida-se de fato no Brasil.

1.3.1- Classe Média e Milagre Econômico

A Classe Média como aqui a concebemos, “análoga” aos *White Collars* descritos anteriormente, surge **de fato** após a constituição do capitalismo monopolista no país, finalizado o Plano de Metas e postas em marcha as reformas implementadas a partir do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo).

Esse “momento” da economia brasileira caracteriza-se por um duplo movimento que desembocará no Milagre Econômico, consolidando a Classe Média nacional: a industrialização pesada entre 1955-60 e a modernização do Estado e do arcabouço legal entre 1964-67. Enquanto a primeira propiciará a implementação da grande indústria e consequentemente a emergência dos serviços direta ou indiretamente a ela atrelados, a segunda reordenará o setor público e demais instituições adequando-os à então nova realidade econômica do país. Ambos os fatores, sob a perspectiva econômica e política, favorecerão o **incremento** da Classe Média brasileira.

“É assim que as décadas de 1950 e 1960 podem ser tomadas como momento fundamental na gênese da nova classe média urbana, uma vez que na primeira delas são dados os passos decisivos da nossa “industrialização pesada” sob a égide do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek; e, na segunda, avança a constituição das demais estruturas monopólicas no âmbito das instituições financeiras, da comercialização, das empresas estatais, dos meios de comunicação etc.” (Quadros, 1991, p.39).

É necessário reafirmar, para eliminar qualquer dúvida e reafirmar o caráter histórico do nosso estudo, que o período ora analisado decorre em grande medida do processo iniciado em 1930 com a Revolução Vargasista, responsável pelas duas principais transformações que mudarão eternamente o Brasil: a constituição do Estado Nacional Capitalista e o início do processo de industrialização. Somente a partir de 1930 abandonaremos, gradativamente e de forma ainda incompleta, os vícios econômicos, sociais e políticos de uma sociedade nucleada pela produção primário-exportadora que jamais realizou a reforma agrária e foi a última a abolir a escravidão. Até então, sob a égide de uma estrutura produtiva arcaica dinamizada pela demanda externa, plutocrática politicamente e extremamente polarizada socialmente, não havia perspectiva para o florescimento de uma Classe Média. É da combinação entre industrialização e formação do Estado Moderno, com seus desdobramentos na estrutura produtiva, na urbanização, nos serviços e nas políticas públicas, que a Revolução de 1930 propiciará o surgimento da Classe Média no Brasil. Essa, entretanto, somente será solidificada mediante expansão do Capitalismo Monopolista de Estado no país, que encontrará seu auge nos anos 1970 com o governo militar. O Golpe de 1964, que rompeu drasticamente com um projeto nacional de desenvolvimento coletivo e “reinseriu” interesses particulares no seio do

Estado brasileiro - “reprivatizando”⁴³ o setor público como no período anterior à Revolução de 30 - leva ao limite⁴⁴ um tipo de desenvolvimento desigual e concentrador⁴⁵ que, se por um lado perpetua muitas das mazelas existentes no país, por outro contribui⁴⁶ – somente no curto prazo – à expansão da produção e do consumo acelerado de bens duráveis⁴⁷ no país, carro chefe do alto crescimento observado entre 1967-73 que contribuirá à solidificação da classe média no Brasil.

A conclusão do Plano de Metas significou a concretização da industrialização no Brasil. A partir de 1960 encontravam-se instalados no país todos os departamentos industriais que possibilitavam a reprodução endógena do capital⁴⁸: os bens de produção, os bens de consumo duráveis e os bens de consumo não duráveis, imersos numa infraestrutura de comunicação e transportes que contava com condizente indústria de base. De acordo com Lessa (1975, p. 49),

“A conclusão do Plano de Metas, de certa forma, coincide com a finalização do longo processo de diversificação industrial atravessado pela economia brasileira... Tal resultado decorreu do esforço concentrado de inversões na montagem de um sistema industrial integrado em termos verticais, onde se fizessem presentes, com peso, setores produtores de bem de capital e insumos básicos. Se bem que esta estrutura industrial ainda apresente algumas desconexões, o principal foi realizado. Em termos qualitativos, o Brasil abre a década dos 60 com um perfil de economia madura.”

⁴³ “Mas o colapso do espaço público é de exclusiva responsabilidade da nova ordem inaugurada em 1964. Um dos seus aspectos é a privatização do Estado. O manejo das políticas públicas, por exemplo, passou a ser feito por uma tecnocracia privada que, na prática, representou os negócios junto ao governo militar. Há, ainda, a destruição da burocracia pública...” (Cardoso de Mello, 1992, p.65).

⁴⁴ “Era exatamente para manter esses pilares que tinham sido estabelecidos durante o processo de industrialização. Não era para paralisar o desenvolvimento econômico, senão para consolidar esse padrão de desenvolvimento histórico que tinha marcado o século XX. A revolução de 64 é esse padrão levado ao limite... Com isso você pode dizer que a revolução de 64 é uma espécie de culminação daquilo que já vinha. E pode dizer também que foi a frustração da mudança para uma sociedade mais justa, mais equilibrada” (Cardoso de Mello, 1990, p.16).

⁴⁵ O *Golpe de 1964* aprofundou as desigualdades econômicas e sociais historicamente presentes no Brasil, em todas as suas dimensões: entre pessoas, entre setores produtivos e entre Regiões.

⁴⁶ “Um dos principais fatores da deflagração da fase de recuperação foi o dinamismo da demanda de bens de consumo duráveis... O crescimento da demanda de duráveis já em 1966/67 foi de 13,4% em média, refletindo: (i) a maior concentração pessoal da renda, que, no contexto da fase de semi-estagnação da economia, permitiu preservar e aumentar o poder de compra dos grupos médios-altos...” (Serra, 1998, p.104).

⁴⁷ “(...) no período 1967/73 (...) o crescimento da produção de bens duráveis de consumo esteve muito à frente do correspondente aos bens de capital (23,6 contra 18,1% a.a.)” (Serra, 1998, p.103).

⁴⁸ “... o capitalismo monopolista de Estado aqui se instaura ao fim do ciclo Juscelino, que marca a última fase de industrialização. Aí foram completadas as bases técnicas necessárias à autodeterminação do capital (base produtiva pesada de bens de produção), cristalizadas no estabelecimento de relações entre os Departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo Assalariado e Bens de Consumo Capitalista, o que impõe uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação” (Cardoso de Mello, 1977, p.16).

Sob a ótica externa o Plano de Metas coincide com uma nova fase da concorrência entre grandes empresas em âmbito mundial, na qual a obtenção de novos mercados se dá não mais exclusivamente pela expansão das exportações mas sim pelos investimentos diretos. A transnacionalização passa a dominar as estratégias de concorrência, em grande medida como alternativa ao relativo saturamento e exacerbação da competição nos mercados desenvolvidos dada a expansão da grande empresa estadunidense, impactando sobremaneira em nosso processo de industrialização.

“Ao longo das décadas de 50 e 60, a integração da economia mundial foi impulsionada pela transnacionalização das grandes empresas americanas (...) As grandes empresas europeias, por seu turno, reagiram ao desafio americano e iniciaram movimentos contra-ofensivos de transnacionalização nos últimos anos da década de 50. O Brasil beneficiou-se dessa rivalidade para atrair e negociar a entrada de investimentos estrangeiros em condições favoráveis, notadamente durante o ciclo expansivo 1956-1960 (...) Investimentos diretos externos em setores dinâmicos (automobilística, mecânica, material elétrico) contribuíram decisivamente para modificar o perfil da indústria brasileira e para concretizar um importante salto no processo de industrialização, viabilizado pelos investimentos públicos e estatais em infraestrutura e em indústrias de base” (Coutinho, 1999, p.355).

A instalação da grande empresa estrangeira no setor de bens de consumo duráveis e sua respectiva capilaridade, propiciada pela correspondente cadeia reversa (destacadamente na indústria automobilística), suscitou a emergência de um “subsetor” subsidiário à grande empresa reservado ao capital nacional.

“Ademais, a industrialização pesada promoveu uma forte expansão do capital industrial nacional. Nos setores metal-mecânicos que se instalam, a demanda derivada da grande empresa estrangeira estimula o surgimento, crescimento e modernização da pequena e média empresa nacional, conformando-se um oligopólio diferenciado, nucleado pela grande empresa estrangeira, com um cordão de pequenas e médias empresas nacionais, tanto fornecedoras quanto distribuidoras” (Cardoso de Mello, 1998, p. 128).

Acrescida da expansão do departamento de bens de produção a cargo da empresa transnacional e do setor público, e do incremento da indústria de base e da infraestrutura capitaneado pelo Estado, abrem-se uma gama de novos postos de trabalho bem como perspectivas até então inéditas de geração de renda a serem ocupadas em boa medida pela

emergente Classe Média. Essas oportunidades de ocupação, conforme veremos adiante, derivam da renda e do dinamismo econômico protagonizado pela indústria que se disseminam pelo conjunto da economia.

A modernização da estrutura produtiva brasileira demandava a “adequação” do Estado Nacional aos novos moldes de uma economia capitalista monopolista, exigente da mediação do aparelho estatal em **todas** as relações econômicas.

“Na verdade, as funções de regulação passam a ser exercidas no âmbito do próprio Estado. Com isso não queremos dizer, é bom advertir, que o Estado tenha-se transformado num supermecanismo externo de regulação, como sugere a interpretação corrente, de origem keynesiana. Não se trata de caracterizar o Estado no capitalismo monopolista pelas suas funções, quer dizer, como “Estado intervencionista”, o que supõe, na verdade, uma relação de exterioridade entre Economia e Política. Ao contrário, no capitalismo monopolista há uma politização da economia, no sentido de que tanto a forma da concorrência intercapitalista quanto a forma das relações entre capital e trabalho são constituídas no Estado” (Cardoso de Mello, 1977, p.16).

Havia a necessidade de um reordenamento do escopo e das funções exercidas pelo setor público, principalmente na questão tributária e financeira e na execução de políticas públicas condizentes com a nova conformação da economia e da sociedade brasileira. Parte dessas políticas beneficiará a ascendente camada média que, é bom lembrar, foi o esteio “popular” do Golpe de 64.

“Veio para afirmar, modernizar e tornar mais abrangente o papel do Estado na sociedade e na economia, através de um restrito pacto de dominação entre elites civis e militares, sob os aplausos das classes médias... sob esse aspecto, mudanças institucionais impostas autoritariamente garantiram condições favoráveis à retomada de uma nova etapa de desenvolvimento capitalista no Brasil. O sentido mais amplo que se pode extrair do impulso original do longo processo iniciado em 64 é o dessa reestruturação do aparelho de intervenção do Estado em todos os seus níveis, do econômico ao político... As reformas financeiras de 64 e 65, com seu complemento no campo tributário em 67, constituíram o vetor central para solucionar a questão do financiamento da economia, tanto do setor público quanto do setor privado, e da preparação da retomada do crescimento” (Tavares, 1985, p. 15).

Ressaltamos que o caráter geral dessas reformas decorreu do estágio no qual encontrava-se o capitalismo no Brasil, o que reafirma nossa posição sobre a relevância da estrutura produtiva frente às mudanças políticas e sociais. Afinal,

“É este o legado de aguda disparidade do Governo Juscelino à nação: uma fantástica transformação das estruturas industriais nacionais e uma gravíssima inadequação de seu sistema financeiro, ao lado da profunda atrofia dos aparelhos econômicos de Estado. A gestão dessas estruturas díspares, entregue a um Estado desparelhado, será tocada atabalhoadamente pelos governos que se seguem até 1964. Apenas então se forjará uma compatibilização das estruturas econômicas brasileiras, no bojo de mudanças políticas radicais” (Guimarães, 1990, p.31).

Tais reformas foram **condicionadas pela economia e impulsionadas pela conjuntura política**, impactando “positivamente” a reprodução e ampliação da classe média. Por ultrapassar o espectro desse trabalho, discorreremos superficialmente sobre algumas delas⁴⁹.

Olhemos para a questão salarial. A política durante a ditadura foi explicitamente favorável à expansão dos médios e altos rendimentos e ao rebaixamento dos salários de base. O arrocho salarial que atingia as camadas mais baixas beneficiava a classe média principalmente sob dois aspectos: primeiro, esmagava o custo dos seus serviços, aumentando sua renda disponível para consumo (principalmente de bens duráveis)⁵⁰ e incremento da propriedade; segundo, diminuía o preço da mão-de-obra no pequeno e médio negócio, melhorando a rentabilidade dos mesmos elevando assim os ganhos patronais da classe média e alta. Dispensável explicitar que essa medida contribuiu sobremaneira à ampliação da desigualdade no período militar.

⁴⁹ Para um estudo mais acurado sobre o tema, ver Guimarães (1990) e Tavares (1985).

⁵⁰ Comparando o período do Plano de Metas com o do Milagre Econômico: “Outra diferença marcante está nas exigências distintas impostas à estrutura da distribuição de renda por ambas as formas de acumulação. Na fase 1956/62, o crescimento rápido foi compatível com o aumento da taxa dos salários reais de base, pelo menos até 1959, e não houve, de forma significativa, uma abertura em leque das rendas do trabalho. No período recente, ao contrário, a dominância de bens duráveis de consumo impôs uma pronunciada diferenciação dos salários, cuja condição de compatibilização era dada, em última instância, pela contenção dos salários de base... a expansão do setor de duráveis promove um aumento da desigualdade distributiva no interior das rendas do trabalho, em particular entre a cúpula dos que recebem ordenados e a base dos assalariados, compatível com a aceleração momentânea de sua taxa de acumulação” (Cardoso de Mello & Belluzzo, 1998, p.175).

“... em vez de a renda das grandes maiorias subir continuamente em compasso com o aumento da produtividade social do trabalho, regulando os demais rendimentos (trabalho de direção e demais funções ligadas ao controle do capital), ocorre o contrário. Ou seja, os rendimentos dos trabalhadores subalternos são comprimidos para abrir espaço simultaneamente para lucros astronômicos e para a diferenciação das rendas e do consumo dos funcionários do dinheiro e da nova classe média... o padrão de vida da nova classe média beneficia-se muitíssimo dos serviços baratos... esse tipo de exploração dos serviços pela nova classe média reduz seu custo de vida e torna o dia a dia mais confortável do que o da classe média dos países desenvolvidos. A subida da renda dos serviços é contraditória com o nível de vida relativamente alto dos remediados” (Cardoso de Mello & Novais, 2009, p.69, sobre os resultados da “Revolução de 64”).

Outra reforma que beneficiou a classe média foi a financeira. Parte dela consistiu em ampliar a aquisição de bens de consumo duráveis, destacadamente imóveis e automóveis. Com a criação do BNH e medidas favoráveis ao endividamento de médio e longo prazo, facilitou-se a aquisição de casas, apartamentos na praia, imóveis comerciais e carros, o que ampliou a propriedade e o conforto material da classe média, distanciando-a ainda mais dos subalternos⁵¹.

Por último, a expansão das atividades do setor público requisitou a ampliação das contratações principalmente na área educacional e sanitária e nas empresas estatais. Parcela considerável desses empregos auferiam remuneração e *status* condizente com o nível de vida de classe média⁵².

Essa conjunção de fatores, acrescido do incremento do endividamento externo bem como da capacidade ociosa⁵³ herdada dos maciços blocos de investimento efetivados no Plano de Metas, levou à ocorrência do Milagre Econômico entre 1967 e 1973.

⁵¹ “O pilar da recuperação do setor privado repousou nesse gasto público de nova índole, e sobretudo na reforma financeira. Nesta se destacou a reestruturação do Sistema Financeiro de Habitação, que teve importante papel na reativação do nível de atividade urbana e de construção residencial, bem como a atuação das sociedades financeiras e dos bancos de investimento privados, como instrumento e estímulo da expansão do financiamento ao consumo e do capital de giro dos setores industriais de bens duráveis” (Tavares, 1985, p. 16).

⁵² “Constitui-se, portanto, no setor produtivo estatal, uma alta burocracia de diretores, gerentes, chefes, assessores encarregados da gestão das empresas públicas, industriais ou financeiras. Ao mesmo tempo, na administração governamental, a figura do técnico vai ganhando vulto. Ao lado dos que desempenham as funções tradicionais do Estado – militares, delegados de polícia, membros das forças públicas estaduais, juízes, promotores, procuradores, desembargadores – ganham importância os especialistas em administração de pessoal, financeira, tributária, de comércio exterior, do sistema de saúde ou de educação, etc. As famílias de classe média procuraram, assim, utilizar todas essas oportunidades de ascensão social, abertas tanto pela expansão da grande empresa privada ou estatal quanto pela ampliação da administração pública” (Cardoso de Mello & Novais, 2009, p.34).

⁵³ “Com a enorme capacidade ociosa acumulada no período recessivo, a indústria, em 1968, estava pronta a reagir positivamente ao primeiro estímulo” (Tavares, 1985, p.27).

“Durante a fase do Plano de Metas, o crescimento industrial esteve apoiado num bloco de inversões, que funcionou como uma ‘onda’ de inovações concentrada. Isto promoveu uma profunda alteração na estrutura industrial... Contrariamente, entre 1968 e 1974, crescemos à base da estrutura preexistente, com exceção da indústria petroquímica e de alguns bens do setor elétrico pesado... Por outro lado, a sobrelíquidez do mercado financeiro internacional permitiu que financiássemos um crescente déficit em conta corrente, com a entrada maciça de empréstimos em moeda”(Cardoso de Mello & Belluzzo, 1998, p.171).

O endividamento externo teve importante papel na dinamização da economia durante o Milagre e o II PND assim como foi o grande responsável pela crise da dívida após o Choque de Juros de 1979. A conjuntura mundial de sobrelíquidez nos anos 1960 e meados dos 1970, fruto da combinação entre o grande volume de recursos estadunidenses destinados aos países europeus e asiáticos, a reciclagem dos petrodólares e os excedentes financeiros das operações dos bancos e empresas que passavam a operar às margens das regras de Bretton Woods - no euromercado, foi central ao crescimento econômico nacional durante o período. A abundância de recursos externos buscava formas de valorização que compensassem a diminuição da rentabilidade das operações produtivas principalmente na Europa, que começavam a dar sinais de menor crescimento se comparadas aos anos 1950 e meados dos 1960. Países com necessidade de recursos e com potencial de crescimento, como Brasil, México, Argentina e Coreia do Sul⁵⁴ foram alvos da expansão desses capitais, bastante atraentes em virtude das baixas taxas de juros prevalentes.

“No fim dos anos 60 e início dos 70, a crise do dólar enquanto moeda-pivô do sistema internacional (provocada pela emergência de grandes déficits externos americanos) foi acompanhada por crescente desregulamentação financeira, o que ensejou a notável expansão do ‘euromercado’. Este mercado livre de crédito internacional – alimentado pela maciça oferta de petrodólares após 1973 – ganhou forte poder de gravitação, caracterizando uma nova fase de integração da economia mundial. O Brasil conectou-se intensamente a esse novo mercado de crédito, através da contratação de empréstimos em grande escala, para sustentar o último ciclo de substituição de importações (i.e. II PND: insumos básicos, não-ferrosos, papel-celulose, bens de capital), sob o governo do Presidente Geisel. Esta política de endividamento externo foi posteriormente duramente atingida pela alta taxa de juros flutuantes externos pós 1979 e pela significativa deterioração da relação de trocas entre 1980-1983” (Coutinho, 1999, p.356).

⁵⁴ “Em particular no Brasil e na Coreia, o acesso ao financiamento internacional privado permitiu que o Estado deslocasse o processo de industrialização para setores menos complementares às estratégias privadas das grandes empresas transnacionais (...) a abundância de financiamento externo nos anos 70 permite aos Estados desenvolvimentistas desses dois países completar a industrialização, incorporando os setores de bens de capital e insumos, necessários à uma base industrial integrada” (Medeiros & Serrano, 1999, p.138).

Neste sentido, a complementariedade entre o legado produtivo do Plano de Metas, as reformas decorrentes do PAEG, o descompasso intersetorial – que exigia investimentos no setor de bens de capital e insumos básicos – e a abundância de liquidez externa, inserida numa política nacional que perseguia o crescimento econômico e a expansão industrial, culmina em transformações produtivas e sociais até então inéditas na sociedade brasileira.

É nesse período que percebemos a **consolidação da Classe Média brasileira**.

A grande empresa, nacional e estrangeira⁵⁵, amplia sobremaneira sua necessidade de diretores, gerentes, contadores, engenheiros, administradores, economistas, advogados, arquitetos e secretárias bilíngues; a pequena e média empresa multiplicada demanda, em larga medida, o mesmo conjunto de funcionários, ainda que com remuneração menor, além de elevar exponencialmente o número de pequenos e médios proprietários. O setor público, transfigurado, exige um exército de colarinhos brancos para “profissionalizar” a administração pública e as empresas estatais. O incremento do ensino e da saúde pública e privada, de qualidade duvidosa, recruta milhares de trabalhadores não manuais aptos a exercerem atividades pedagógicas e sanitárias⁵⁶. A expansão urbana, acrescida da diferenciação da renda no mercado de trabalho e do desejo crescente da classe média de se distanciar dos de baixo, “cria” um mercado enorme para médicos, dentistas e advogados, cujos consultórios e escritórios abarrotavam-se - destacadamente na Região Sudeste.

É nas cidades também que o grande magazine e o supermercado e mesmo o hipermercado, com seus milhares de funcionários, gradativamente vão ocupando o espaço da mercearia, da pequena venda, do caixeiro viajante, do alfaiate e da costureira que, até então, complementava com consistência a renda doméstica. Nasce, fruto do incremento da renda associado à incorporação de estilos de vida forâneos e à possibilidade de locomoção automotiva, o *shopping center*⁵⁷ e posteriormente o *outlet*, frequentado pelos felizes

⁵⁵ “É claro que sob determinadas condições sua própria expansão logra gerar uma estrutura de emprego e uma distribuição pessoal da renda compatíveis com a elevação de sua taxa de acumulação. Em primeiro lugar, sua expansão multiplica as atividades de apoio (manutenção do estoque de duráveis, formas de comercialização e financiamento) cuja estrutura de emprego privilegia a absorção de trabalho especializado ou de ‘colarinhos brancos’ bem remunerados. Ademais, no período recente verificou-se uma profunda modernização na burocracia da grande empresa, fenômeno que se estendeu ao setor público, ligado às exigências postas ao aparelho de Estado, pela gestão de uma economia monopólica” (Cardoso de Mello & Belluzzo, 1977, p.175).

⁵⁶ “Por força do crescimento do sistema escolar, multiplicou-se o número de professores, merendeiras, serventes etc. A expansão dos serviços de saúde nas cidades foi extraordinária, especialmente na década de 70... Em consequência, criaram-se novos postos de trabalho, de médico, enfermeira, atendente, técnicos em laboratório etc.” (Cardoso de Mello & Novais, 2009, p. 72).

⁵⁷ “Os avanços produtivos acompanharam-se de mudanças significativas no sistema de comercialização. As duas grandes novidades foram certamente o supermercado e o *shopping center*. O supermercado – o primeiro O

proprietários de carros ou pelos entusiastas usuários do transporte urbano ávidos pela possibilidade real de ascensão social. O grande escritório, necessário às atividades jurídicas, de transporte, comunicação, marketing, contábeis e afins da média e grande empresa demanda centenas de milhares de arquivistas, projetistas, secretárias, telefonistas, estagiários, office-boys e marqueteiros. Como não poderia deixar de ser, as agências bancárias se multiplicam em número e tamanho, contratando milhões de caixas, atendentes, contadores, economistas, administradores e engenheiros. As concessionárias, que vendem o agora maior objeto de desejo de todas as classes sociais – o carro, multiplicam-se pelo país e tornam-se lugar predileto de “visitação” dos remediados e abastados principalmente aos finais-de-semana, para alegria dos milhares de vendedores cujos salários e direitos trabalhistas são precários mas a perspectiva de comissões e bônus impinge à disputa feroz por novos clientes.

É no universo da consolidação de uma economia capitalista monopolista associada ao vertiginoso crescimento econômico acompanhado por políticas públicas “destinadas” à sua expansão, em meio ao brutal êxodo rural e à ausência de mecanismos opostos ao aprofundamento da desigualdade da riqueza e da renda⁵⁸, que a Classe Média “triunfa” no Brasil durante o Milagre Econômico.

Disco, no Rio de Janeiro, do poeta Augusto Frederico Schmidt – vai derrotando a venda, o armazém... a quitanda ou a carrocinha e o caminhãozinho...O *shopping center*, o primeiro do Brasil, o Iguatemi, em São Paulo, inaugurado em 1966, transformou-se num verdadeiro templo do consumo e do lazer...” (Cardoso de Mello & Novais, 2009, p.12).

⁵⁸ “A reestruturação conservadora promoveu o crescimento econômico rápido e a mobilidade social vertiginosa, mas o Brasil se transformou no país mais desigual do mundo quando se tem em conta o grau de desenvolvimento material que alcançamos, com a pobreza como marca na vida de milhões de brasileiros” (Henrique, 1999, p.19).

Tabela 8 - Brasil: Número de Trabalhadores e Participação na PEA Urbana								
Ocupações Típicas de Classe Média	1950		1960		1970		1980	
	Nº Trab.	%	Nº Trab.	%	Nº Trab.	%	Nº Trab.	%
Gestão	606.179	8,8	967.041	9,3	1.825.364	11,1	4.362.403	14,7
Administradores, gerentes, chefes	141.536	2,1	103.705	1	414.879	2,5	1.287.280	4,3
Auxiliares de Escritório	364.642	5,3	678.789	6,5	1.069.737	6,5	2.257.736	7,6
Ocup. burocráticas de natureza específica	22.886	0,3	42.603	0,4	105.979	0,6	233.944	0,8
Economistas, contadores e téc. de contab.	46.411	0,7	93.905	0,9	143.302	0,9	311.164	1,1
Mestres e contra-mestres	30.704	0,4	48.039	0,5	91.467	0,6	272.279	0,9
Distribuição	484.925	7,1	663.307	6,4	1.127.124	6,9	1.924.154	6,5
Lojistas e caixas	444.100	6,6	539.839	5,2	904.117	5,5	1.603.116	5,4
Outras ocupações do comércio	35.825	0,5	123.468	1,2	223.007	1,4	321.038	1,1
Atividades Sociais	256.596	3,7	467.353	4,5	986.395	6	1.668.959	5,7
Médicos, Dentistas, Enfer. Diplomados	40.447	0,6	62.822	0,6	83.070	0,5	164.407	0,6
Ocup. Auxiliares da Área de Saúde	46.454	0,7	83.259	0,8	155.439	1	334.750	1,1
Prof. Primários e Inspetores de Ensino	169.695	2,4	293.779	2,8	631.169	3,8	885.116	3
Professores Secundários e Superiores			27.493	0,3	116.717	0,7	284.686	1
Defesa Nacional e Segurança	194.242	2,8	275.447	2,7	448.559	2,7	626.863	2,1
Ocupações Técnicas	142.293	2,1	255.375	2,5	381.725	2,3	788.626	2,7
Engenheiros e Arquitetos	13.862	0,2	31.833	0,3	48.720	0,3	118.556	0,4
Ocup. Auxiliares de Eng. e Arquitetura	13.216	0,2	26.263	0,3	54.692	0,3	150.701	0,5
Ocup. Téc. e Cient. de Nível Médio e Sup.	115.215	1,7	197.279	1,9	278.313	1,7	519.369	1,8
Total Ocupações Seleccionadas	1.684.235	24,5	2.628.523	25,4	4.769.167	29	9.371.135	31,7
PEA Urbana	6.863.226	100	10.341.729	100	16.466.866	100	29.610.509	100

Fonte: Quadros (1991, p. 40)

O exame da tabela acima revela o grande incremento das ocupações típicas de Classe Média no período de consolidação e expansão (1950-1980) do capitalismo monopolista no Brasil, destacadamente durante os anos 1970. É importante ressaltar que não dispomos de informações referentes aos micros e pequenos proprietários - detentores de um nível de vida condizente com o que denominamos classe média - o que ampliaria ainda mais seu universo no período em questão.

Enquanto a PEA Urbana cresce 331% entre 1950 e 1980, as ocupações típicas de classe média atingem 446%. Especificamente nos anos 1970, esses números são respectivamente 79% e 96%, obviando o protagonismo do aumento das ocupações típicas de classe média na expansão da PEA Urbana; nesta década, tais ocupações praticamente **uplicam**. É importante lembrar que o êxodo rural no período foi enorme, retirando quase 40 milhões de pessoas do campo⁵⁹.

⁵⁹ “Foi assim que migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural de 1960); 17 milhões, nos anos 70 (cerca de 40% da população rural de 1970). Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas!” (Cardoso de Mello & Novais, 2009, p.21).

Ao analisarmos os “grupos ocupacionais” percebemos a primazia da Gestão⁶⁰ no incremento das ocupações típicas de classe média. O grupo contempla 4.362.403 ocupados perfazendo 14,7% do total, apresentando crescimento de 620% entre 1950 e 1980. Somente nos anos 70 esse número foi 139%. Destacam-se, em termos absolutos, os Auxiliares de Escritórios seguidos pelos Administradores, Gerentes e Chefes.

O segundo grupo de maior expansão foi as Atividades Sociais⁶¹, com aumento de 550% durante as três décadas. Entre 1970 e 1980 a elevação foi de 69%. Os Professores Primários e Inspectores de Ensino correspondem a mais da metade desse grupo, totalizando 885.116 indivíduos (3% do total).

As Ocupações Técnicas⁶² ocuparam o terceiro lugar em termos de incremento relativo, crescendo 454% no período. Especificamente nos anos 70, esse número foi 107%. Destacam-se as Ocupações Técnicas e Científicas de Nível Médio e Superior, correspondendo a 66% do grupo (1,8% do total).

Na Distribuição⁶³ ocorreu um crescimento de 297% das ocupações nesses 30 anos e de 71% na década de 70, atingindo um montante de 1.924.154 ocupados em 1980 (6,5% do total). Os Lojistas e Caixas preponderaram nesse grupo com 1.603.116 ocupados (5,4% do total).

⁶⁰ Incluem-se aqui: 1) Administradores, Gerentes e Chefes (altos postos hierárquicos do setor público e privado bem como ocupações de menor qualificação como assistentes e técnicos administrativos); 2) Auxiliares de Escritório (datilógrafas, secretárias, arquivistas, recepcionistas, bibliotecários etc.); 3) Ocupações Burocráticas de Natureza Específica (trabalhadores de escritório com maior qualificação ou qualificação específica, como fiscais, inspetores, almoxarifes, digitadores etc.); 4) Economistas e Contadores de nível superior; 5) Técnicos de Contabilidade de nível médio; 6) Mestres e Contramestres (mestres e contramestres e alguns outros técnicos com posição intermediária no processo produtivo) (Quadros, 1991, p. 34 e 35).

⁶¹ Incluem-se aqui: 1) Médicos, Dentistas e Enfermeiros Diplomados; 2) Ocupações Auxiliares da Área de Saúde (Acadêmicos de hospital, Técnicos em Radiologias, Nutrição, Protéticos etc., com predomínio absoluto de enfermeiras e atendentes mal remunerados); 3) Professores Primários e Inspectores de Ensino (grupo mais numeroso da área social, incluindo alfabetizadores, monitores, supervisores etc.); 4) Professores Secundários e Superiores (engloba assistentes e pesquisadores universitários). (Quadros, 1991, p. 36 e 37).

⁶² Incluem aqui: 1) Engenheiros e Arquitetos com nível superior; 2) Ocupações Auxiliares de Engenharia e Arquitetura (auxiliares técnicos como agrimensores, cartógrafos, topógrafos, desenhistas etc.); 3) Outras Ocupações Técnicas e Científicas de nível superior (químicos, farmacêuticos, geólogos, biólogos, agrônomos, veterinários, estatísticos, promotores, advogados, jornalistas, fotógrafos, decoradores etc.); 4) Outras Ocupações Técnicas e Científicas de nível médio: os mesmos profissionais do grupo anterior sem curso superior. (Ver Quadros, 1991, p. 37 e 38).

⁶³ Incluem-se aqui profissionais ocupados na área bancária, além de Lojistas e Caixas (predomínio absoluto de uma enorme massa formada por todo o tipo de caixas e balconistas mal remunerados) e Outras Ocupações do Comércio (ocupações melhor situadas como agentes e representantes, corretores, avaliadores etc.). Quadros (1991, p. 36).

Por último, Defesa Nacional e Segurança⁶⁴ aumentou 223% entre 1950 e 1980 e 40% nos 10 anos entre 1970 e 1980.

A análise do quadro acima corrobora o que escrevemos anteriormente sobre a relevância da indústria e do setor público na abertura de novos postos de trabalho típicos de Classe Média. O fato do grupo Gestão apresentar o maior crescimento absoluto e relativo revela a expansão da empresa pública e privada bem como de escritórios, seguradoras, financeiras e demais redes de serviços que dão suporte à atividade empresarial. O mesmo vale à Distribuição. Essas atividades correspondem também às etapas de comercialização do produto industrial, necessárias à execução do “ciclo” das mercadorias. As Atividades Sociais relacionam-se tanto ao incremento da “massificação” do ensino público e privado quanto à expansão da saúde pública e privada, propiciadas em grande medida pela elevação da arrecadação estatal e pelo aumento da renda auferida pela camada média, sendo ambos relacionados direta ou indiretamente à expansão industrial. A Defesa Nacional e Segurança é de caráter eminentemente público. E as Ocupações Técnicas revelam a necessidade por mão-de-obra das empresas atuantes nas mais diversas áreas, destacadamente a construção de infraestrutura capitaneada pelo Estado e a construção civil de iniciativa privada⁶⁵. A Tabela abaixo é explícita nesse sentido.

Tabela 9 - % de novos postos gerados no conjunto das ocupações típicas de classe média, 1980				
	Grande São Paulo	Grande Rio de Janeiro	Grande Recife	Grande Salvador
Atividades				
Ind. De Transformação	31,8	18,4	14,1	18,8
Comércio de Merc.	16,4	14,2	20,9	17,2
Setor Financeiro	12,1	8,8	8,9	7,7
Atividades Sociais	8,7	14	12,7	10,9
Serviços Técnicos	5,1	9,2	4,7	4,9
Adm. Pública	3,2	2,3	6,9	6,3
Outros Serv. Pessoais	2,8	4,3	2,6	2,4
Sub-Total	80,1	71,2	70,8	68,2
Fonte: Quadros (1991, p.81)				

⁶⁴ Ocupações de Defesa Nacional e Segurança Pública (oficiais das forças armadas, praças e soldados, bombeiros, comissários, delegados, inspetores, investigadores, carcereiros etc.). (Quadros, 1991, p. 38).

⁶⁵ “Assim, uma visão panorâmica revela que parcela fundamental das oportunidades surgidas no âmbito das ocupações de classe média localiza-se nos escritórios das fábricas e das empresas estatais; no comércio; nos bancos, corretoras, financeiras e empresas congêneres; na área educacional e de saúde; nos escritórios de advocacia, contabilidade, engenharia, arquitetura, etc.; nas repartições da administração pública; e, nos serviços de fotografia, consultoria empresarial, publicidade, locação de veículos, eletricidade, etc.” (Quadros, 1991, pág.81).

Os dados acima se referem ao Censo de 1980, refletindo os postos gerados durante os anos 70. Em que pese as diferenças regionais no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, é inegável a importância da indústria de transformação (aqui incluídas as empresas estatais) na geração de ocupações típicas de classe média, principalmente levando em conta que o comércio de mercadorias e o setor financeiro dependem em boa medida do produto e da renda gerados pela mesma. Ademais, ao considerarmos a Administração Pública e as Atividades Sociais como componentes importantes do raio de ação do setor público, visualiza-se a relevância do Estado na geração das ocupações típicas de classe média.

É válido lembrar que os dados acima refletem a participação dos setores mais relevantes na geração de ocupação típicas de classe média nos estados selecionados, não discorrendo portanto sobre os números absolutos gerados nos mesmos. Com relação a estes, é importante ressaltar que o processo de consolidação do Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil - que ensejou a criação das ocupações típicas de classe média - situou-se majoritariamente na Região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo⁶⁶ e destacadamente na sua capital bem como em seus arredores, amplificando assim o “desequilíbrio” produtivo e demográfico presente desde os tempos do café.

“Assim, as migrações internas e a urbanização acelerada constituem os fenômenos demográficos mais importantes (...) entre 70 e 80 (...) Frustraram-se em boa medida as expectativas levantadas no início dos anos 70 quanto à capacidade de absorção populacional das regiões Norte e Centro-Oeste. Foram para essas regiões de fronteira cerca de 1.650 mil pessoas, enquanto o município de São Paulo cresceu, no mesmo período, em mais de 2.600 mil habitantes. Somente a Região Metropolitana de São Paulo recebeu um contingente migratório superior a todo o crescimento populacional da região Norte ou da região Centro-Oeste, tendo-se deslocado para o Estado de São Paulo quase 60% dos migrantes. Quase metade do crescimento demográfico do País foi absorvido por suas nove áreas metropolitanas, e a de São Paulo recebeu um de cada seis dos 25.809 mil novos habitantes” (Salm, 1983, p. 168).

O ponto culminante do processo de industrialização nacional nos anos 70, invariavelmente, trouxe consigo os problemas estruturais e as mazelas “intrínsecas” à

⁶⁶ “Decorrido o período entre 1939 e 1970, a indústria da periferia cresceu 7,9 vezes, SP cresceu 16,1 vezes (...)” (Cano, 1998, p.93). Quanto à Industrialização Pesada o autor afirma: “Esse período reforçaria o processo de concentração industrial, na medida em que se instalam as chamadas indústrias ‘pesadas’, principalmente em SP, onde, graças à sua maior diversificação industrial previamente existente (veja-se o caso da indústria de autopeças, em relação à automobilística, recém-implantada), seus ‘efeitos de encadeamento’ foram muito maiores” (Cano, 1998, p.100).

sociedade brasileira. A desigualdade econômica e social, as disparidades regionais, a ausência de participação popular na política, o problema do financiamento de longo-prazo... esses problemas permaneceram, embora transfigurados.

Tabela 10 - Porcentagem de domicílios da área urbana ligados à rede geral de abastecimento de água e de esgoto, segundo as classes de rendimento domiciliar per capita								
Áreas selecionadas, 1980								
	Estado de S. Paulo		Região Sul		Região Nordeste		Região Norte e Centro-Oeste	
Y Dom. per cap. (Sal. Mín.)	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto
até 0,25	75,1	33,8	47,6	2,9	39,9	1,2	45	1,2
mais de 1 a 1,5	91,2	57,8	80,5	17,8	76,2	16,5	64,5	13
mais de 5	97	84,2	91	44,2	87,3	36,2	67,2	26,9

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980 - tabulações especiais. Elaboração Própria a partir de dados disponibilizados por Henrique (1999).

A Tabela 10 retrata a porcentagem de domicílios da área urbana ligados à rede geral de abastecimento de água e esgoto, segundo classes de rendimento domiciliar *per capita* selecionadas. É importante ressaltar que o ano no qual os dados foram coletados é 1980 – finalizado portanto o período de avanço ao qual nos referimos neste capítulo.

Apesar de todas as transformações sofridas pela sociedade brasileira nos cinquenta anos que vão de 1930 a 1980, a tabela acima atesta a manutenção de dois problemas estruturais até hoje presentes na sociedade brasileira: a desigualdade entre estratos de renda e a desigualdade regional. Enquanto há uma enorme diferença no tocante à quantidade de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água e esgoto no interior de cada região selecionada, dada as diferentes faixas de rendimento, concomitantemente há um abismo naquele quesito no que diz respeito às respectivas regiões. O Estado de São Paulo, o mais rico de todos, possui uma taxa de acesso à essas redes bastante elevada na faixa de rendimentos domiciliares acima de cinco salários mínimos *per capita*: 97% estão ligados à rede de água e 84,2% à de esgoto. Na Região Norte e Centro-Oeste estes números são 67,2% e 26,9%, respectivamente, evidenciando as disparidades entre ambas as regiões. Por outro lado, na Região Nordeste, há uma grande distância entre a faixa de rendimento de até 0,25 salários mínimos/*capita* e aquela de mais de 5 SMs: enquanto 39,9% do primeiro estrato tem acesso à rede de água e 1,2% tem acesso à rede de esgoto, esta porcentagem salta para 87,3% e 36,2% para o estrato “superior”. Tanto a comparação entre estratos de renda quanto a inter-regional refletem a permanência de enormes desigualdades e sinalizavam o ainda longo caminho a ser percorrido rumo a uma sociedade mais próspera e justa. Entretanto, em que

pese tais problemas, os avanços nos cinquenta anos de crescimento econômico foram incontestáveis.

Evidentemente, o Brasil é outro após a consolidação do Capitalismo Monopolista de Estado. Construimos a **indústria** e o **Estado Moderno**. Aumentamos exponencialmente nossa capacidade de gerar riquezas, elevando a renda/capita e a qualidade de vida das pessoas⁶⁷ - ainda que desigualmente. Promovemos uma intensa urbanização. Incrementamos a tecnologia na produção de alimentos, diminuindo nossa dependência frente aos ditames da natureza. Ampliamos a expectativa de vida. “Criamos” uma representativa camada média e a levamos ao paraíso. Ela adquiriu casa própria, educação universitária de qualidade, comprou carros, geladeira, televisão, o apartamento na praia (preferindo o Guarujá à Praia Grande) e a chácara ou mesmo o sítio (ambos com caseiro) para relaxar aos finais-de-semana. Parte dela viajou ao exterior a lazer - menos à Europa e mais à Disney – e outra a trabalho, principalmente gerentes e diretores de empresa ou professores universitários felizes por completar seu doutorado alhures. A emergente classe média dividiu a escola, o dentista, o médico, a boate e o clube com os ricos, o que permitia amizades e relacionamentos que rendiam no futuro - “casando bem” os filhos. Ocupou postos de trabalho relativamente estáveis com boa remuneração, direitos e garantias capazes de assegurar sua reprodução e, acima de tudo, conferir aos filhos a chance de superar os pais.

“A industrialização rápida criou milhares de oportunidades de investimento e alterou dramaticamente a estrutura do emprego. A concorrência entre os indivíduos selecionou “os mais aptos” para os melhores postos de trabalho ou para pequenos e médios empresários. Do ponto de vista ético, o dinamismo da concorrência promoveu o avanço do utilitarismo em detrimento dos valores tradicionais, mas também validou valores universais, como o trabalho, a iniciativa, a nação. É claro que a concorrência era desigual, pois os “mais aptos” eram exatamente os que dispunham do monopólio da educação formal e do acesso privilegiado à cultura. Mas mesmo os pobres e miseráveis tinham a esperança de um futuro melhor, se não para eles, certamente para seus filhos e netos” (Cardoso de Mello, 1992, p.63).

O avanço econômico e social promovido pelo processo de industrialização atingiu a sociedade como um todo, melhorando sua estrutura social e reduzindo acentuadamente a pobreza no país:

⁶⁷ “No que concerne à evolução geral, a proporção de pobres – indicador mais usual e de simples entendimento acerca da pobreza enquanto insuficiência de renda – apresenta uma forte queda entre 1970 e 1980, período do ‘milagre econômico’ ” (Rocha, 2006, p.81).

Tabela 11 - Número, participação e proporção de pobres, segundo regiões e estratos (1970 e 1980)						
Brasil, regiões e estratos	1970			1980		
	mil	Particip.	Propor.	mil	Particip.	Propor.
Norte/Centro-Oeste	6.028	9,86	72,49	5.091	12,33	38,6
Nordeste	23.562	38,54	86,7	20.305	49,17	59,4
Sudeste, exceto SP	13.424	21,96	63,5	7.315	17,71	27,9
São Paulo	8.742	14,3	51,8	4.302	10,42	17,5
Sul	9.382	15,35	58,9	4.284	10,37	22,9
Metropolitano	11.478	18,77	53,2	9.069	21,96	27,2
Urbano	18.179	29,73	65,3	14.830	35,91	32,7
Rural	31.481	51,49	78,6	17.397	42,13	45,6
Brasil	61.138	100	68,4	41.297	100	35,3

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados disponibilizados por Rocha (2006)

A Tabela acima disponibiliza dados dos Censos realizados pelo IBGE em 1970 e 1980 referentes ao número, participação e proporção de pobres segundo regiões e estratos (Metropolitano, Urbano e Rural) no Brasil. É indiscutível que nas décadas de 1960 e 1970 ocorreu uma queda generalizada da pobreza no país. Dentre as regiões selecionadas destaca-se a redução expressiva da pobreza no estado de São Paulo, cuja proporção diminuiu 66,2%. A queda substancial na proporção de pobres também na Região Sudeste e Sul fez a participação do Norte/Centro-Oeste e Nordeste no total de pobres no Brasil ampliar de 9,86% para 12,33% e de 38,54% para 49,17%, respectivamente. Entretanto, a diminuição na proporção de pobres mesmo nas regiões mais castigadas do país é inquestionável. No tocante aos estratos coube ao Brasil Urbano, seguido de perto pelo Metropolitano, a maior redução na proporção de pobres: 50%.

É importante destacar que os dados acima demonstram uma redução generalizada da pobreza no Brasil paralelamente à uma ampliação da desigualdade regional sob a ótica da pobreza. Ainda, a tabela oculta a dinâmica das migrações no período, que claramente contribuíram à redução da pobreza nas zonas mais ruralizadas. Como atesta Rocha (2006, p.92) sobre os anos 1970:

“(…) apesar da queda generalizada dos índices de pobreza, ocorreu o agravamento da desigualdade regional no que concerne à repartição do número de pobres. Dito de outra forma, as maiores reduções de pobreza absoluta em termos do número de pobres durante a década se deram nas áreas onde a incidência de pobreza já era menor em 1970. Assim, a desigualdade crescente se manifesta não somente entre ricos e pobres em cada área, mas também entre áreas no que concerne à repartição de números de pobres no país (...) o dinamismo econômico foi o fator determinante para os resultados favoráveis de São Paulo, permitindo absorver os contingentes de migrantes pobres, originários do Nordeste, e, ainda assim, reduzir a incidência de pobreza”.

1.4 – Conclusão do Capítulo

Em consonância com o entendimento de que as transformações na estrutura produtiva ensejam mudanças econômicas, políticas e sociais, procurou-se mostrar a formação e solidificação da Classe Média à luz da consolidação e expansão do Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil.

O período de 1930 a 1980, com destaque aos 25 anos entre 1956 e 1980, significou um avanço enorme na economia e sociedade brasileira. Em meio século o país abandonou sua estrutura produtiva arcaica que condicionara o atraso, a pobreza e a desigualdade por mais de 400 anos, para adentrar ao seleto grupo das dez maiores economias do mundo. A rapidez com que atingimos essa metamorfose revelou um ineditismo sem precedentes, mostrando-se aos olhos dos expectadores como um ciclo aparentemente interminável de mudanças e progressões⁶⁸ que invariavelmente tornaria o Brasil o país do futuro, da modernidade, da grandeza.

Tais transformações decorreram da formação do Estado Nacional capitalista e do processo de industrialização por ele levado a cabo, revolucionando a estrutura produtiva e social. Com a consolidação do capitalismo monopolista no país, a partir dos anos 1960 criam-se uma miríade de novas ocupações - menos no setor primário e mais no secundário e principalmente no terciário - típicas de classe média. O Brasil, até então um país agrícola cujo “meio” da pirâmide encontrava-se bastante esvaziado, tornou-se uma nação na qual o protagonismo da classe média parecia inevitável.

⁶⁸ “Os trinta anos que vão de 1950 a 1980 – anos de transformações assombrosas, que, pela rapidez e profundidade, dificilmente encontram paralelo neste século – não poderiam deixar de aparecer aos seus protagonistas senão sob uma forma: a de uma sociedade em movimento” (Cardoso de Mello & Novais, 2009, p. 24).

Esse cenário de avanço, entretanto, começa a esvaír-se a partir da Crise dos anos 1980. A reversão do crescimento econômico, fruto da combinação entre a derrocada fiscal do setor público, crise cambial, enormes restrições externas, baixos níveis de investimento público e privado e elevadíssimas taxas de inflação, em meio a políticas severas de ajuste, deteriorou o Estado Nacional e a indústria brasileira, fazendo com que os pródigos filhos da Revolução de 1930, que transformaram por definitivo a história econômica e social do país tornassem-se, por mais de duas décadas, apêndices da composição de forças que movimentou (ou paralisou) a sociedade brasileira até meados dos anos 2000. Do enorme avanço entre 1930 e 1980, sucede um retrocesso econômico e social até meados da primeira década do século XXI. É desse período que trataremos a seguir.

Capítulo II – Regressão Econômica e Social: o Brasil entre 1980 e 2003

2.1 - Introdução

O período de 24 anos que se estende do Choque de Juros estadunidense (1979) ao ano de 2003 foi devastador à economia e sociedade brasileira ao encerrar uma longa era de crescimento econômico perdurada entre 1930 e 1980. Marcada por duas fases de baixo crescimento econômico e desestruturação continuada do setor público, a nação assiste as conquistas econômicas e sociais decorrentes da construção do Estado Nacional e do processo de industrialização esvaírem-se progressivamente.

Enquanto que na primeira fase, entre 1980 e 1993, a história nacional foi marcada pela estagflação, derrocada fiscal, restrição externa, crise cambial e um severo ajuste recessivo, impactando sobremaneira as funções até então exercidas pelo Estado bem como o desempenho da indústria, a segunda fase, correspondente ao decênio 1994-2003, caracterizou-se pela enormidade dos juros reais, sobrevalorização cambial sem precedentes e abertura comercial e financeira jamais presenciadas no Brasil, afetando drasticamente o raio de ação do setor público e o parque industrial nacional. O corolário de ambos os períodos não poderia ter sido outro: baixo incremento do produto, escassos investimentos, regressão industrial, desemprego e piora na estrutura social.

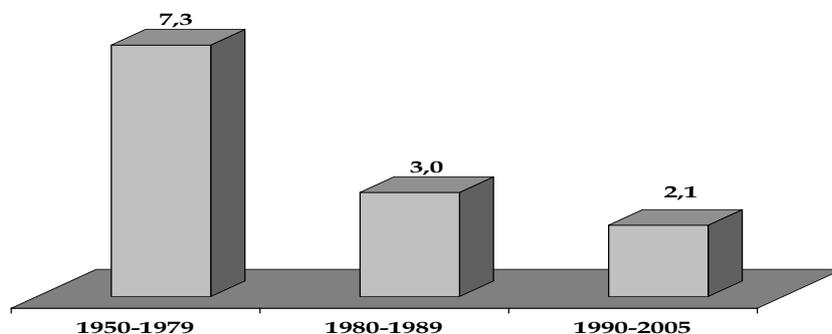


Figura 1: Brasil, Taxa de Crescimento Média em períodos selecionados

Fonte: IPEADATA

Os dados acima atestam a diminuição acentuada do crescimento da economia brasileira após 1980. A redução na taxa de crescimento econômico, mantida por mais de duas décadas, acarretou efeitos perversos em nossa sociedade.

A expansão do produto e da renda é condição necessária ao desenvolvimento econômico e social. Mediante o incremento das riquezas produzidas no país - decorrente principalmente da expansão dos investimentos - amplia-se a quantidade de recursos disponíveis à infraestrutura, educação e saúde, essenciais à melhora na qualidade de vida da população. Em que pese a apropriação desigual da renda gerada, intrínseca ao capitalismo, a elevação do produto beneficia o conjunto da nação. Nossa história, assim como a dos demais países, comprova que só foi possível elevar o padrão de vida da população após a expansão continuada da renda doméstica.

O nível de investimento e a taxa de participação da indústria no PIB – variáveis-chaves ao desenvolvimento econômico e social - sofreram quedas significativas a partir dos anos 1980. Enquanto na década de 1970 a taxa média de investimento sobre o PIB foi 22,0%, nos decênios seguintes ocorre gradativa diminuição chegando à média de 17,1% nos anos 2000; já a participação da indústria de transformação decresceu desde meados da década de 1980, passando de uma média de 24,9% para 17,3% nos anos 2000⁶⁹. Vejamos com mais detalhe estes quase vinte e cinco anos de retrocesso econômico e social.

2.2 - O quarto de século de estagnação

O quadro de **avanço econômico e social descrito no Capítulo I** fora circundado pelas estruturas assentadas numa sociedade primário-exportadora construída ao longo de mais de quatro séculos no Brasil, marcada pela enorme desigualdade social, pela tardia abolição da escravidão e pela incapacidade de realização de uma reforma agrária. O processo de industrialização, apesar de sua velocidade espantosa, não foi acompanhado pela constituição de um Estado de Bem-Estar Social em virtude das oposições impetradas pelos setores mais conservadores do país. O Golpe de 1964 reverteu o movimento de avanço social deflagrado pela Revolução de 1930 e colocou o crescimento rápido e a mobilidade social acelerada como

⁶⁹ FIESP (2013)

mitigadores das mazelas existentes na sociedade. Esta solução conservadora, de amenização dos problemas sociais via mercado de trabalho, sofreu um revés na Crise dos anos 1980 que durará até 2003 - afetando negativamente a classe média bem como aqueles localizados abaixo dela.

2.2.1 – O período 1980-1993

A *Crise da Dívida, Crise Fiscal* ou *Década Perdida*, sinônimos de um período marcado por uma crise econômica e social até então inédita no país, sepultará as décadas de progresso inauguradas pela estruturação do Estado Nacional e o processo de industrialização. Principalmente nos primeiros anos da década de 1980, o diminuto crescimento derivado da restrição externa, da elevada inflação, do baixo investimento, da escassez cambial e da crise fiscal do Estado culminará em uma política econômica nociva ao setor público e ao parque industrial nacional.

“A forte crise econômica do início dos 80 encerra uma época marcada por extraordinário êxito da industrialização. Ao mesmo tempo, começamos a cumprir o destino traçado pela Terceira Revolução Industrial, o de país exportador de produtos industriais tradicionais. O ‘ajustamento’ aos novos tempos foi deliberadamente promovido pela política econômica que: (1) provocou uma queda do salário real; (2) permitiu ao setor privado transferir para o Estado sua dívida externa; (3) promoveu fortes desvalorizações cambiais; (4) aceitou a subida das margens de lucro; (5) elevou as taxas de juros” (Cardoso de Mello, 1992, p. 61).

A Crise dos 1980 explicitará problemas estruturais nacionais e estratégias governamentais equivocadas tomadas durante o período 1974-1979 - conhecido como II PND. Ainda que importante sob vários aspectos, o “Plano Geisel” cometerá erros que contribuirão decisivamente ao distanciamento da estrutura produtiva e social brasileira frente aos países desenvolvidos.

Em que pese os enormes avanços na estrutura produtiva e no ordenamento do Estado entre 1955-74, o Brasil caminhou timidamente na resolução dos seus principais problemas

econômicos: a questão do financiamento de longo-prazo⁷⁰ e a capacidade autônoma de inovação⁷¹. A manutenção destes “calcanhares de Aquiles” em meio à uma economia capitalista (relativamente) moderna cobrará um preço alto à nação, principalmente frente às turbulências econômicas mundiais iniciadas em meados dos anos 70.

O II PND, iniciado em 1974 após a inflexão das altas taxas de crescimento do período pretérito – inflexão decorrente em grande medida da disparidade inter-setorial criada pelo Milagre Econômico desnudando a incapacidade do setor de duráveis de se retroalimentar⁷² -, assentava-se em pressupostos ousados frente às conjunturas interna e externa.

O Plano intuía corrigir os descompassos⁷³ setoriais decorrentes da expansão anterior assentada no vertiginoso crescimento do Departamento II – o setor de bens de consumo duráveis. O II PND consistia, concretamente, em três objetivos: 1) redirecionar o protagonismo da acumulação ao setor de bens de produção, defasado frente aos duráveis em virtude da estratégia observada no Milagre; 2) desconcentrar a estrutura produtiva nacional mediante investimentos fora da Região Sudeste; 3) tornar a matriz energética brasileira auto-suficiente. Para realizar transformações de tamanha envergadura, exigia-se o protagonismo das empresas estatais na execução dos investimentos necessários. Os recursos viriam da tomada de empréstimos externos⁷⁴, dada a perda de receita destas empresas – consequência do

⁷⁰ “Na verdade, transitou-se, e nisso as reformas de 1965/67 foram decisivas, de um sistema pouco diferenciado – apoiado nos bancos comerciais e em algumas agências públicas de fomento – para um sistema mais complexo que se propunha a modernizar o financiamento das empresas e das famílias. Contudo, esse desenvolvimento pouco contribuiu para a estruturação de instituições e de instrumentos privados de financiamento de longo prazo. Ao final do período (...) o financiamento privado de longo prazo continuou a ser apontado como a grande lacuna do sistema financeiro nacional” (Davidoff, 1994, p.65).

⁷¹ “Ocorre que apenas dois países – o Brasil e a Coréia – puderam construir sistemas industriais integrados. Mas ao contrário do Brasil, só a Coréia conseguiu internalizar as condições básicas para tornar o seu capitalismo dinâmico, isto é, dotado de um mínimo de capacidade autônoma de financiamento e inovação” (Cardoso de Mello, 1997, p.19).

⁷² “Como procuramos demonstrar, a crise se desencadeia em função da incompatibilidade entre as taxas de acumulação e de crescimento da demanda efetiva de bens duráveis de consumo” (Cardoso de Mello & Belluzzo, 1998, p.179).

⁷³ “O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) é formulado propondo uma correção dos desníveis gerados pela expansão industrial anterior (...) Esses desníveis residiam na indústria de insumos básicos e na indústria de bens de capital (...) Propõe que as prioridades da industrialização brasileira sejam radicalmente alteradas. De uma expansão baseada no crescimento de bens de consumo duráveis, de uma expansão baseada num padrão altamente concentrado, orientado e assignado prioritariamente aos consumos de ponta, a economia deveria continuar a crescer puxada, fundamentalmente, pelo setor produtor de meios de produção, ou seja, pela indústria de equipamentos e pela indústria de insumos de base (...) Na medida em que a expansão industrial anterior não alterou significativamente a estrutura industrial, a manutenção de altas taxas de crescimento (...) exigia, dada a própria vulnerabilidade anterior, que a economia lograsse manter em alto nível suas importações” (Lessa, 1977, p.52).

⁷⁴ Para uma discussão detalhada sobre o tema, ver Davidoff (1994) e Lessa (1977).

fim do realismo tarifário, que buscava reduzir as tarifas públicas para amenizar a escalada da inflação.

Em que pese a correta avaliação, sob a ótica departamental, da necessidade de redirecionar o padrão de acumulação nacional, o Plano esbarrava em dois problemas fundamentais: a conjuntura externa, desfavorável à tomada de novos empréstimos e à manutenção de altas taxas de exportação de produtos primários bem como da importação de petróleo e seus derivados; e a conjuntura interna, dada a dificuldade em realizar ajustes estruturais significativos em virtude de conflitos políticos e econômicos sedimentados pelo padrão de acumulação anterior bem como pela contradição da política econômica que visava tanto a sustentação das taxas de crescimento quanto a contenção da inflação através de políticas contracionistas⁷⁵. De acordo com Lessa (1977, p.57):

“O II PND foi formulado num momento em que já existiam sérias dúvidas sobre se seria possível continuar contraindo empréstimos e ‘dando festas’ (...) Porém, para fazer coisas sérias, precisamos continuar tendo crédito, ou seja, continuar podendo pagar os juros, continuar importando (...) Mas acontece que a variável chave que definiu a condição da expansão anterior, que foi uma prodigiosa abertura externa, mudou de sinal (...) e, ao mesmo tempo, com a mudança de sinal do comércio internacional, e, mais à frente, a difusão da crise do petróleo, o mercado financeiro internacional mudou completamente de sinal (...) não dava mais para manter o modelo financeiro que se havia colocado na fase anterior (...) o II PND previa a possibilidade de preservar esse padrão (...) realizar uma radical mudança de prioridade significa, em concreto, perder o apoio de alguns em troca de outros (...) estes alguns, cujo apoio é perdido, são todos aqueles setores que se viram confirmados dentro da sociedade brasileira ao longo do processo de expansão anterior (...) obviamente, havia aumentado o peso político desses setores⁷⁶”.

Longe de esgotarmos o debate referente aos limites e êxitos do II PND, nos interessam as principais consequências oriundas da política econômica prevalecente entre 1974 e 1979: a ampliação do endividamento externo⁷⁷ e a opção pelo aprofundamento de uma estrutura

⁷⁵ “Havia, portanto, uma contradição inequívoca entre a política de gasto e investimento público, ambiciosa e expansionista, e a política de crédito e financiamento que deveria perseguir objetivos contencionistas” (Belluzzo & Coutinho, 1983, p.159).

⁷⁶ Esses setores, segundo o autor, são os relacionados à produção e venda de bens duráveis, o setor privado financeiro e interesses ligados à Região Sudeste.

⁷⁷ “A tentativa de realizar o ajuste com crescimento só foi possível devido a possibilidade de endividamento externo (...) como consequência, a dívida externa líquida (dívida bruta menos reservas) passou de US\$ 6,2 bilhões em fins de 1973 (igual ao valor das exportações naquele ano) para US\$ 40,2 bilhões em dezembro de 1979 (o equivalente a 2,6 vezes o valor das exportações em 1979, US\$ 15,2 bilhões)” (Malan, 1983, p.73).

industrial cada vez mais atrasada⁷⁸ frente às mudanças em curso nas economias centrais - ocorridas principalmente a partir dos anos 1980.

Em linhas gerais, o aumento do endividamento externo (destacadamente aquele realizado sob cláusula de taxas flutuantes⁷⁹) contribuirá decisivamente à Crise da Dívida mediante o Choque de Juros realizados pelos EUA em 79; e a opção pela manutenção de uma indústria assentada nos padrões tecnológicos da II Revolução Industrial nos distanciará dos países centrais, principalmente num momento no qual as transformações convencionadas como III Revolução Industrial estavam ocorrendo⁸⁰. Adentraremos a década de 1980⁸¹ extremamente endividados e gradativamente afastados das estruturas produtivas presentes nos países desenvolvidos. Tais consequências acarretarão efeitos negativos à classe média, conforme discutiremos adiante.

A elevada quantidade de recursos em dólar distribuída pelas principais praças financeiras mundiais, decorrente das políticas econômicas do pós-guerra centralizadas no dólar e no poderio produtivo e financeiro dos Estados Unidos, abre espaço à contestação da hegemonia norte-americana principalmente após o abandono em 1971 por Nixon da paridade ouro-dólar e a adoção do câmbio flutuante a partir de 1973. A Ordem Internacional alicerçada pelo acordo de Bretton Woods favorável à expansão econômica dos países capitalistas, da qual o Brasil foi beneficiado, tem seus dias contados. Em seu lugar erigir-se-á uma nova (des) ordem financeira, consubstanciada na abertura comercial e na liberalização dos mercados financeiros e dos fluxos de capitais, desfavorável ao desenvolvimento produtivo e social.

⁷⁸ “O II PND levou à exasperação o descompasso entre um nível elevado de formação bruta de capital e as condições domésticas de financiamento (...) o hiato (...) foi coberto pela tomada de recursos externos (...) Além disso, apesar das intenções do governo, o robustecimento, a modernização e a capacitação tecnológica da empresa nacional não avançaram o suficiente” (Belluzzo, 2002, p.59).

⁷⁹ “O segundo PND, o plano de desenvolvimento elaborado em 1974, previa a realização de volumosos investimentos e privados públicos. No caso desses últimos, os mais expressivos, predominou o financiamento através de empréstimos externos (teve início aí a estatização da dívida externa pela via dos fluxos de captação), sobre os quais incidia não apenas a ‘correção plena’, mas também taxas de juros flutuantes...” (Belluzzo & Almeida, 2002, p.111).

⁸⁰ “De forma sintética é possível destacar sete principais tendências novas que vêm emergindo no cenário mundial nos últimos anos e que devem ganhar corpo ao longo dos anos 90, a partir da vigorosa expansão do complexo eletrônico. São elas: (1) o peso crescente do complexo eletrônico; (2) um novo paradigma de produção industrial – a automação integrada flexível; (3) revolução nos processos de trabalho; (4) transformação das estruturas e estratégias empresariais; (5) as novas bases da competitividade; (6) a ‘globalização’ como aprofundamento da internacionalização; e (7) as ‘alianças tecnológicas’ como nova forma de competição” (Coutinho, 1992, p. 71).

⁸¹ “Do ponto de vista do Brasil, dado o grau de industrialização alcançado, o desenvolvimento da crise nos anos 80 estará duplamente condicionado: pela estratégia de ajustamento estrutural implementada a partir de meados da década de 70, através do II PND, e, posteriormente, pelo ajuste das contas externas para viabilizar a transferência de recursos reais para o exterior” (Carneiro, 1993, p.147).

Após a decisão unilateral⁸² dos EUA de elevar sua taxa de juros, objetivando consolidar sua hegemonia em meio às crescentes contestações sobre sua liderança econômica, o serviço da nossa dívida externa cresce de maneira incontrolável. Frente à esta situação o Brasil é obrigado a acelerar o seu endividamento externo para conseguir arcar com os compromissos assumidos com os bancos, num típico esquema de financiamento Ponzi. Segundo Malan (1983), a dívida de US\$ 40,2 bilhões em 1979 salta para cerca de US\$ 60 bilhões em 1980, supera os US\$ 70 bilhões em 1981, chega a US\$ 86,3 bi em 1982 e atinge aproximadamente US\$ 100 bilhões em 1983. A escalada da dívida externa, sua estatização e **principalmente a forma como a pagamos** afetou sobremaneira a classe média e, é claro, aqueles abaixo dela.

A posição dos credores, que fundava o diagnóstico do FMI, partia da “constatação” de que a dívida externa brasileira decorria dos recorrentes déficits em transações correntes atestadores de que o país vivia além das suas possibilidades. Nesse sentido, o equilíbrio das contas como forma de ajustar “as possibilidades às necessidades” passava por uma contenção da demanda⁸³ interna que tornaria superavitária a balança comercial, aceitável o déficit em transações correntes e equilibrado o Balanço de Pagamentos⁸⁴.

“Podem-se, assim, compreender os passos metodológicos dados pelo Fundo Monetário Internacional para fixar as metas internas. Primeiro, estabelece-se um quadro factível – do ponto de vista dos banqueiros internacionais – para o balanço de pagamentos durante o período de ‘ajuste’. Determina-se, então, o limite para o déficit em conta corrente, compreendido o saldo necessário para a balança comercial. O valor das importações permite fixar a magnitude a que deve ser limitada a demanda interna (...) Mediante critérios inteiramente arbitrários, determinam-se as ‘necessidades de financiamento do setor público’ que implicam cortes no gasto e limitações ao acesso das entidades públicas ao mercado financeiro (...) o Fundo, à revelia da teoria dos ‘ajuste monetário do balanço de pagamentos’, impõe a compressão dos salários, medida ‘impopular’, porém ‘necessária’ à austeridade. E já sem qualquer ligação com a teoria, recomenda, em cláusulas secretas ou explícitas, medidas de política industrial ou comercial,

⁸² O termo *unilateral* diz respeito às relações externas dos EUA, no sentido de que os mesmos tomaram essa decisão sem acordo, consulta prévia ou comunicado aos demais países. No âmbito interno, entretanto, a disputa política foi grande e a decisão não unânime. De acordo com Belluzzo (1999, p.103), “(...) as políticas americanas de resposta às ameaças contra a hegemonia do dólar estavam associadas à recuperação do predomínio da *alta finança* na hierarquia de interesses que se digladiam no interior do Estado plutocrático americano (...) não há dúvidas de que o gesto americano de subir unilateralmente as taxas de juros em outubro de 1979 foi tomado com o propósito de resgatar a supremacia do dólar como moeda-reserva”.

⁸³ “Os programas de estabilização do FMI sempre diagnosticam o excesso de demanda como causa dos desequilíbrios no balanço de pagamentos. Sem a recuperação das exportações, o ônus da melhoria do balanço de pagamentos recai totalmente sobre a redução das importações, decorrente da queda de nível de atividade interna provocada pela política de contenção da demanda... o Brasil submeteu-se de forma parcial e confusa a um programa conceitualmente equivocado, agravou sensivelmente a recessão e provocou nova aceleração da inflação” (Lara Resende, 1983, p.33).

⁸⁴ Sobre a visão do FMI referente à necessidade do ajuste monetário no Balanço de Pagamentos, ver Bacha (1983).

normas sobre remessa de lucros, etc. (...) é criminosa a ideia de que o Brasil poderá pagar a dívida pela ampliação continuada dos saldos da balança comercial, obtida às custas de recessão permanente (...) a destruição será irreparável, pois perderemos a capacidade de acompanhar as transformações produtivas que prenunciam a mais profunda revolução tecnológica dos últimos duzentos anos (...) o ajustamento recessivo nada promete além do sucateamento da indústria brasileira e do caos social” (Cardoso de Mello & Belluzzo, 1983, p.14).

Da perspectiva do FMI, a diminuição do nível de atividade econômica era a condição necessária ao pagamento da dívida; a política do FMI, que encontrava considerável apoio interno⁸⁵, primava pela **recessão econômica** como forma de saneamento das contas externas. É evidente que o Fundo, que nada mais fez senão garantir a solvência dos bancos⁸⁶, não considerou os reais motivos desse desequilíbrio nas contas brasileiras (e nos demais países endividados) e muito menos se preocupou com os efeitos sociais desse ajuste, que recaiu completamente sobre o Brasil (e os demais países endividados)⁸⁷. Entretanto, a “culpa” não era só nossa. Os bancos estrangeiros foram os principais responsáveis pela enxurrada de recursos no mercado mundial na medida em que proviam empréstimos crescentes a devedores que não tinham capacidade de pagamento. Isto era necessário para manter os pagamentos das dívidas anteriores e evitar que um calote levasse a um colapso do sistema de crédito internacional. Estávamos imersos numa conjuntura internacional de desajustes globais nos quais os bancos privados, até a eclosão da crise, arriscavam-se em empréstimos externos e obtinham vultosos retornos com suas operações - o que continuam fazendo até hoje como demonstrou a Crise de 2008. Afinal,

⁸⁵ “O leitor já terá percebido, a esta altura, que a política do Fundo Monetário não é simplesmente imposta de fora para dentro, mas encontra apoio nos interesses parasitários dos que sempre estiveram contra a industrialização do País. Tem, ademais, a conivência dos que imaginam poder preservar seu patrimônio em meio à destruição da economia e da barbárie social. Amparados num liberalismo a *outrance*, que mal disfarça seus interesses reais, estes grupos procuram deslocar o debate para falsas questões, tentando ludibriar a opinião pública” (Cardoso de Mello & Belluzzo, 1983, p. 20).

⁸⁶ “(...) a década foi marcada pelo predomínio das políticas de ajustamento patrocinadas pelo FMI, convocado para socorrer os graves distúrbios que acometiam os balanços de pagamentos dos países devedores. Mas a missão principal do Fundo era a de impedir o colapso dos sistemas bancários – entre eles o norte-americano – que tinham, em suas carteiras, uma proporção elevada de empréstimos destinados à periferia” (Belluzzo & Almeida, 2002, p.13).

⁸⁷ “(...) o fracasso dos ajustes automáticos do balanço de pagamentos, patrocinados pelos EUA e FMI, e seus efeitos perversos sobre a instabilidade financeira global e sobre a crise financeira da América Latina e de outros países periféricos” (Tavares, 1992, p.41).

“(...) os atuais desequilíbrios de balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento decorrem – descontados os descabros cometidos por governos irresponsáveis - de um desajuste global entre as estruturas produtivas, os padrões de comércio e as modalidades de financiamento que prevaleceram desde o pós-guerra. Este desajustamento profundo foi agravado por políticas econômicas dos países desenvolvidos, sobretudo a americana, que a pretexto de ‘porem ordem na casa’ acabaram por destinar a parte maior dos sacrifícios às frágeis economias do Terceiro Mundo (...) a crise é a culminação do longo período de prosperidade do pós-guerra e envolve o desgaste definitivo dos padrões tecnológicos e de produção, da divisão prevalecente dos mercados, da ordenação do comércio mundial e do sistema monetário sustentado na hegemonia do dólar” (Cardoso de Mello & Belluzzo, 1983, p.13).

A estratégia recessiva de saneamento da dívida externa conhecida como “programação ao contrário do setor externo⁸⁸” – em parte explícita já em 1980⁸⁹, portanto antes de firmarmos a Carta de Intenções com FMI - baseou-se, em linhas gerais, em duas frentes de ajuste: a externa e a interna. A primeira consistia na geração, a qualquer preço, de superávits comerciais constantes e crescentes; a segunda, em um corte draconiano das despesas do setor público. A consequência será uma queda brutal do nível de investimento⁹⁰ na economia desembocando numa recessão econômica acrescida de elevada inflação⁹¹, aumentando o desemprego e recrudescendo os problemas sociais.

⁸⁸ “Pela primeira vez no país, a programação do setor externo foi feita “ao contrário”, vale dizer, partiu-se não de estimativas de necessidade de importação para dada taxa de crescimento e de projeções de exportações para determinar o saldo comercial esperado, adicionando-se os serviços fatores e não fatores para chegar ao déficit em conta corrente, discutindo então as formas de financiá-lo (...) ao contrário, partiu-se da cifra, aparentemente resultantes de conversas informais com alguns banqueiros internacionais, de US\$ 10,6 bilhões como limite máximo para financiamento ao Brasil (...)” (Malan, 1983, p. 75).

⁸⁹ “(...) adoção ao longo do segundo semestre de 1980 de uma estratégia claramente ortodoxa de combate ao desequilíbrio externo e à inflação, cujos principais ingredientes foram: estabelecimento de fortes restrições quantitativas à expansão do crédito bancário e de limitações do crédito ao consumidor; liberação da taxa de juros; atenuação do controle de preços, maiores cortes de subsídios, compressão dos gastos governamentais e dos investimentos das empresas públicas; limitação da lei de reajustes semestrais para os que recebem até 20 salários mínimos e forte elevação do imposto de Renda das Pessoas Físicas” (Serra, 1998, p.133).

⁹⁰ “Após ter atingido a média anual de 24% no período 1974-1980, a formação bruta de capital fixo (FBCF) (...) caiu para 17,6%, em média, no período 1981-90 como reflexo do desequilíbrio das finanças públicas, da inversão do fluxo de recursos externos, e do comportamento defensivo das empresas em face da conjuntura instável, das incertezas quanto à política econômica e da ausência de uma estratégia de política industrial e tecnológica. Essa retração foi mais acentuada nas empresas estatais federais, que tiveram seus investimentos como proporção do PIB reduzidos de 4,6% em 1981 para 2,3% em 1989 (...) o corte dos investimentos atingiu principalmente as empresas públicas do setor industrial (...) evidenciam o ritmo muito mais acentuado desse corte dos investimentos em relação à queda do PIB até 1984, o que provavelmente se constitui na principal componente das políticas de ajustamento” (Suzigan, 1992, p.96).

⁹¹ “Poucos têm dúvida quanto à origem dos processos inflacionários crônicos e assustadoramente instáveis que atingiram, no início dos oitenta, as economias latino-americanas: está no colapso do financiamento externo e na correspondente crise fiscal que se manifestou quando os programas de ajustamento começaram a ser implementados” (Belluzzo, 1999, p.80).

No que se refere ao ajuste externo a geração de superávits comerciais passava pela contenção das importações e expansão das exportações, o que seria obtido mediante queda da atividade econômica. Através das recorrentes desvalorizações cambiais e do Decreto-lei nº 2.045⁹² objetivava-se comprimir o consumo, cortar as compras externas “desnecessárias” e exportar tudo o que pudéssemos. O efeito sobre a estrutura produtiva foi deveras nocivo⁹³. Concentramos nossos esforços na exportação de produtos agrícolas⁹⁴ e industriais semielaborados⁹⁵, ao passo que diminuimos sobremaneira as importações de insumos e produtos intermediários bem como de máquinas, equipamentos e bens de produção em geral. O resultado não poderia ser outro: nossa indústria, que apesar de desenvolvida carecia de quantidades razoáveis de insumos e bens intermediários outrora importados bem como de investimentos em P&D - principalmente num momento de profundas transformações tecnológicas pela qual passava a economia mundial - diminui acentuadamente seu ritmo de produção⁹⁶; e a agropecuária passa a ser, novamente, o carro chefe da economia. A recessão brasileira e a recuperação econômica estadunidense ao longo dos anos 1980 possibilitou exportar parte importante da produção outrora consumida internamente, facilitando assim o ajuste externo (porém ampliando a carestia e o aumento dos preços). Inicia-se nosso retrocesso à categoria de primário-exportadores.

⁹² Decreto-Lei de 13 de julho de 1983, que altera a Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que trata da política salarial, e a Lei 7.069, de 12 de dezembro de 1982, que dispõe sobre o reajustamento de aluguéis em locações residenciais, adota medidas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De12045.htm (acessado em 30 de março de 2013).

⁹³ “A desarticulação do padrão de crescimento constitui uma importante herança legada aos anos 80 (...) A geração compulsória de superávits comerciais para servir a dívida externa acentua os desequilíbrios, contribuindo para aprofundar a desarticulação do padrão de crescimento” (Carneiro, 1993, p.168).

⁹⁴ “(...) algumas características centrais da década merecem ser destacadas: a estagnação da produção na indústria (1,1% a.a.) contrasta com a preservação do crescimento na agropecuária (3,1% a.a.). Ocorre portanto uma nítida dissociação entre o crescimento da indústria e o da agropecuária, mais evidente quando se contrasta o desempenho da produção vegetal (3,4% a.a.) com a indústria de transformação (0,8% a.a.)” (Carneiro, 1993, p.156).

⁹⁵ “Reforçou-se assim, durante os anos 80, a inserção internacional da indústria brasileira com base nos segmentos representativos do padrão anterior de desenvolvimento e em produtos intensivos em recursos naturais, energia e mão-de-obra barata. Para isso contribuíram os determinantes espúrios de competitividade: retração da demanda interna, desvalorizações reais periódicas da taxa de câmbio, compressão do salário real, rigoroso controle de preços no mercado interno e incentivos-subsídios fiscais e creditícios” (Suzigan, 1992, p.95).

⁹⁶ “A indústria de transformação como um todo teve sua produção reduzida em 6,4% naquele período. Foram responsáveis por esse resultado negativo as categorias de bem de capital, com uma retração de 26% entre 1980 e 1990, e duráveis de consumo, cuja produção em 1990 encontrava-se abaixo do patamar de 1980” (Suzigan, 1992, p.93).

Com relação ao ajuste interno, as medidas adotadas revelam as assimetrias de poder político e econômico inerentes à sociedade brasileira que se acentuaram mediante a consolidação do capitalismo monopolista no país e o Golpe de 64.

Através do processo de estatização da dívida externa⁹⁷ - iniciado no II PND via tomada de empréstimos externos pelas empresas estatais e “consolidado” após 1979 com a possibilidade de transferência da dívida privada em dólares para o Banco Central mediante a Resolução 432⁹⁸ – o Estado brasileiro passa a arcar com a quase totalidade do estoque e fluxo de passivos com o exterior (até então majoritariamente privados), isentando as grandes empresas de suas responsabilidades e transferindo o ônus da dívida à sociedade brasileira. A disparidade de representação política onipresente na história nacional (exceção feita ao período 1930-1960) e acentuada sobremaneira após a “Revolução” de 64, na qual apenas determinadas frações sociais tinham seus anseios atendidos pelo setor público, permitiu ao Estado plutocrático militar “limpar a barra” do setor privado. As autoridades econômicas, na esperança de que o setor privado se recuperasse rapidamente, preferiram quebrar o Estado às empresas privadas.

“A contrapartida, como se sabe, foi o extraordinário agravamento da situação fiscal do Estado. Por três razões básicas: (1) pelos efeitos das desvalorizações cambiais sobre a dívida externa; (2) pelas consequências da recessão e da aceleração da inflação sobre a arrecadação fiscal e sobre as receitas das empresas estatais; (3) pelo impacto das altas taxas de juros sobre a dívida mobiliária e bancária” (Cardoso de Mello, 1992, p.61).

A dívida, agora pública, deteriora profundamente as finanças estatais – principalmente porque a dívida externa em moeda forte aumenta muito em virtude das desvalorizações cambiais e a interna cresce constantemente dada a elevação da taxa de juros necessária ao financiamento do setor público e à absorção dos saldos exportadores gerados pelo setor privado - exigindo ações drásticas para amenizar o desequilíbrio financeiro do setor público

⁹⁷ “O Estado foi sendo conduzido, nos anos 80, ao maior endividamento por conta de vários fatores, já mencionados: pela estatização e o encarecimento da dívida externa; pelos cancelamentos de direitos detidos contra o setor privado e por encampações de dívidas privadas em moeda nacional” (Belluzzo & Almeida, 2002, p.133). Ver também Davidoff (1995) e (1999).

⁹⁸ “A Resolução 432 do Banco Central permitia aos tomadores privados depositar antecipadamente o contravalor em cruzeiros de seu débito externo numa conta aberta junto às autoridades monetárias. Estas responderiam pelos juros, *spreads* e correção cambial da dívida” (Cardoso de Mello & Belluzzo, 1983, p. 16).

que tem como contrapartida o equilíbrio do setor privado. Uma gama de medidas austeras é posta em marcha.

O corte dos gastos públicos deteve-se principalmente na diminuição dos investimentos públicos⁹⁹, na retração das atividades das empresas estatais e na queda dos gastos sociais¹⁰⁰. O Estado, então protagonista do desenvolvimento econômico nacional, retira-se progressivamente das suas principais áreas de atuação: a produtiva e a social. Em paralelo, a constante emissão de títulos públicos banhados a altas taxas de juros - que ascendiam constantemente mediante processo generalizado de indexação¹⁰¹ - expandia incessantemente a dívida pública, reduzindo sobremaneira a capacidade do setor público de executar políticas anticíclicas. É vital ressaltar que a dívida pública passa a ser um espaço de valorização da riqueza financeira das grandes empresas mediante transferência de recursos da sociedade às atividades rentistas, permitindo a defesa de seu patrimônio e rentabilidade¹⁰² e desestimulando suas atividades produtivas - principalmente no mercado interno - ao passo que amplia sua área de influência frente ao Estado¹⁰³ e demais agentes econômicos.

“A geração de excedentes comerciais pelo setor privado envolvia a compra dessas divisas pelo setor público, o grande devedor em moeda estrangeira (...) O ajustamento determinou um agravamento progressivo da situação financeira do setor público (...) Nessas condições, foi inevitável a expansão do financiamento através da dívida pública interna, contratada a curto prazo e, na maior parte do período, a taxas reais elevadas, muito superiores à taxa de crescimento da economia e ao ritmo de evolução das receitas públicas. Esse enorme desequilíbrio

⁹⁹ “No primeiro trimestre do corrente ano estas medidas já contribuíram para que a receita da União aumentasse, em termos reais, cerca de 13,4% e a receita total, aproximadamente 21%. Contudo, este aumento de arrecadação não se traduziu em aumento de disponibilidade de recursos para investimento, já que cerca de 25% da receita total obtida no primeiro trimestre foi transferida ao orçamento monetário para cobrir custos implícitos dos subsídios e dispêndios com o serviço da dívida pública” (Lessa, 1983, p.145).

¹⁰⁰ “A política de ajuste recessivo, com sua ênfase nos cortes fiscais indiscriminados, vem atingindo de forma particularmente virulenta o financiamento dos dispêndios sociais” (Cardoso de Mello & Belluzzo, 1983, p. 24).

¹⁰¹ “Esta dívida, originariamente emitida em nome do ajuste monetário do balanço de pagamentos, cresce automaticamente, impulsionada pela indexação que sustenta a política monetária e cambial... Cada ponto percentual da inflação implica automaticamente um incremento do serviço da dívida...”. (Cardoso de Mello & Belluzzo, 1983, p. 18)

¹⁰² “A grande empresa, estimulada pelo câmbio e coagida pela recessão, aumentou rapidamente as exportações, defendeu seu patrimônio e sua rentabilidade real, livrou-se da dívida bancária e acumulou grandes excedentes financeiros, valorizados a altas taxas de juros... para consolidar a enorme transferência de riqueza, de renda e de poder para a grande empresa é necessário penalizar duramente todos os outros interesses abrigados no Estado. É exatamente isso que se deve entender quando os economistas falam em ‘austeridade fiscal’ ou admitem que a recessão, ‘ainda que não desejada, é inevitável para ajustar o país’. Os interesses a eliminar ou penalizar são os dos mais fracos” (Cardoso de Mello, 1992, p.63).

¹⁰³ “Devo, no entanto, chamar a atenção para um ponto decisivo: o aumento do poder econômico da grande empresa frente ao Estado... A grande empresa torna-se rentista e banqueiro do Estado endividado... É com os olhos de banqueiro do Estado que a grande empresa vê os desequilíbrios financeiros do setor público... a grande empresa concorda em emprestar ao Estado em prazos mínimos e a juros altos” (Cardoso de Mello, 1992, p.62).

do setor público foi, no entanto, condição para o reequilíbrio corrente e patrimonial do setor privado... a instabilidade das taxas de inflação punia severamente a iliquidez, desestimulando a posse de ativos produtivos e incentivando a manutenção da riqueza sob forma líquida, encarnada nos títulos emitidos pelo governo (...) Com a emissão de moeda indexada ou títulos dolarizados, os governos garantiram aos agentes privados a possibilidade de arbitragem entre ativos financeiros (...) A economia (...) começa a apodrecer no rentismo e no hábito da indexação” (Belluzzo & Almeida, 2002, p.19).

Nesse sentido, dado nosso “esforço” em saldar a dívida externa, os anos 1980 significarão uma brutal regressão industrial e uma diminuição acentuada da participação do setor público na sociedade brasileira em meio a uma queda do crescimento econômico e recrudescimento da inflação (oriundo também do poder oligopólico¹⁰⁴ das grandes empresas que conseguem remarcar constantemente seus preços realimentando a inflação¹⁰⁵), o que trará como resultados a deterioração do mercado de trabalho, o aumento da pobreza e da desigualdade e a exacerbação dos problemas sociais presentes no país.

A indústria, apartada das inovações então em curso na economia mundial pela impossibilidade de importação de máquinas, equipamentos e componentes indispensáveis ao acompanhamento do progresso tecnológico ao passo que totalmente órfã no tocante a qualquer tipo de política pública¹⁰⁶ ou privada destinada à pesquisa e desenvolvimento, vai gradativamente sucateando e perdendo seu protagonismo frente ao dinamismo econômico e à geração de empregos qualificados e melhor remunerados - que foram a base, juntamente com a elevação do emprego público e dos serviços relacionados direta ou indiretamente à indústria, da expansão da classe média.

¹⁰⁴ “O salto da inflação ao longo do período de aplicação da política de ajustamento corresponde ao ajuste das margens de lucro das empresas líderes para a defesa do lucro corrente e da liquidez empresarial. A inflação, nessa etapa, pode ser descrita pelo processo de ajuste do *mark-up*” (Belluzzo & Almeida, 2002, p.145).

¹⁰⁵ “A defesa de margens de lucro, através de reajustes aceleracionistas de preços, nos setores com elevado poder de mercado, foi se tornando endêmica – associando a tendência à superinflação numa economia altamente indexada com o patrimonialismo defensivo, característico do setor empresarial brasileiro” (Coutinho, 1999, p.365).

¹⁰⁶ “A instabilidade macroeconômica com inflação acelerada e a inoperância do Estado em termos de política industrial e tecnológica – com exceção, mais uma vez, da área de informática e de iniciativas isoladas do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) na segunda metade dos anos 80 – levaram à estagnação da produção industrial, à contração dos investimentos e à limitação do esforço de incorporação do progresso técnico” (Suzigan, 1992, p.91).

“O ajustamento imposto à indústria em função da crise do início da década de 1980 interrompeu as tendências observadas até 1979-80 e precipitou a perda de dinamismo do padrão de desenvolvimento industrial anterior à crise (...) o rigor das políticas de ajustamento respondeu pela maior parte das mudanças ocorridas a partir de 1981. Caíram os níveis de produção e de emprego; a produtividade caiu em 1981 e voltou a crescer a partir de 1982, mas em razão da queda mais acentuada do emprego que da produção... contraiu-se o nível de investimentos de forma mais acentuada que a redução do nível de produção, e reduziu-se o esforço de incorporação de progresso técnico, com o enfraquecimento político e econômico da infraestrutura de ciência e tecnologia que vinha sendo constituída” (Suzigan, 1992, p.91).

Por outro lado o Estado, que até meados dos anos 1970 gerou uma gama de empregos públicos bem remunerados e estáveis, ampliou o investimento em infraestrutura e nos serviços públicos - capilarizando seu multiplicador pelo conjunto da economia - e concomitantemente beneficiou a classe média através de políticas direcionadas - como a concessão de empréstimos habitacionais e estímulo ao crédito à pessoa física para aquisição de bens de consumo duráveis - passa progressivamente a minimizar¹⁰⁷ seu raio de ação.

Década-	PIB	Consumo		FBCF		Exportação		Importação	
Período	Var. %	Var. %	Partic.%	Var. %	Partic.%	Var. %	Partic.%	Var. %	Partic.%
1970-80	8,5	8,1	80,9	9,8	21,8	9,9	8,6	8,7	11,3
1970-73	12,4	12,2	82,4	17,7	22,1	14,4	8,2	21,6	12,8
1974-76	7,8	7,3	82,7	10	24,8	4,4	7,8	6,6	15,3
1977-80	6,2	5,6	80,2	4,1	23,3	10,9	8,2	1,3	11,8
1981-89	2,2	1,8	77,3	-1,4	18	8,5	13,1	-1,3	8,4
1981-83	-2,1	-2,2	78,4	-11,7	19	8	11,9	-12	9,3
1984-86	7	6,4	77,5	11,2	17,6	5,3	13	7,7	8
1987-89	2,1	1,3	75,8	-2,2	17,4	12,3	14,7	1,5	8

Fonte: IBGE – Departamento de Contas Nacionais. .

Agregados Macroeconômicos a preços constantes; a partir de 1985, a variação de estoques está incluída no consumo.

Elaboração própria a partir de dados disponibilizados por Carneiro (1993).

¹⁰⁷ “... a dissociação entre investimentos públicos e privados, cuja ruptura constitui uma indicação clara do esfacelamento do padrão anterior de crescimento. São aspectos centrais dessa ruptura o decréscimo sistemático dos investimentos do setor produtivo estatal (7,5% a.a.) e o crescimento nulo do gasto público em infraestrutura e dos investimentos privados. Diante desse comportamento dos investimentos estatais, lato sensu, que possuem caráter estratégico por se localizarem nas áreas de infraestrutura e insumos básicos, não se poderia esperar desempenho distinto do investimento privado, marcado pelo declínio e por fortes oscilações cíclicas, refletindo em última instância ausência de um horizonte de crescimento sustentado” (Carneiro, 1993, p.155).

O quadro acima dispõe da evolução do PIB, do Consumo, da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das Exportações e Importações nas décadas de 1970 e 1980 bem como em períodos selecionados. Todas as variáveis, à exceção das importações, obtiveram desempenho mais favorável nos anos 1970 frente aos 1980.

A discrepância entre as taxas de crescimento e investimento na economia brasileira entre os decênios é gritante. Enquanto a variação do PIB entre 1970-80 foi de 8,5% a.a., entre 1981-89 situou-se em meros 2,2% a.a. Já a taxa de investimento foi, respectivamente, 9,8% a.a. e -1,4% a.a. Entre 1970-73, ainda no Milagre, a economia cresceu 12,4% a.a. e o investimento 17,7% a.a. Por outro lado no período 1981-83, anos de mais severo ajuste, a economia retrocedeu 2,1% a.a. e o investimento 11,7% a.a. O desastre nos 1980 só não foi pior graças ao desempenho satisfatório entre 1984-86, em grande medida decorrente da maturação de alguns investimentos realizados durante o II PND bem como do sucesso datado do Plano Cruzado. É importante ressaltar que a pequena variação anual do consumo (1,8) e a retração da FBCF (1,4) e das importações (1,3) concomitantemente à expansão considerável das exportações (8,5) revela a face recessiva tanto interna quanto externa do ajuste, na medida em que o consumo é reprimido, o investimento cortado e o *drive* exportador executado, fazendo com que as participações dessas variáveis no PIB alterem-se acentuadamente entre as décadas, acarretando somente o incremento das exportações (de 8,6% para 13,1%). O consumo cai de 80,9% para 77,3%; a FBCF, de 21,8% para 18%; e as importações, de 11,3% para 8,4%.

O corolário do baixo crescimento, da queda brutal do investimento, da hiperinflação, da regressão dos gastos sociais e da progressiva desindustrialização afetará negativamente toda a sociedade brasileira - excetuados os poucos que, mediante operações financeiras ou de defesas das margens de lucro, conseguem manter suas parcelas na renda e na riqueza. No seu conjunto, a precarização do mercado de trabalho, a queda dos salários reais e a deterioração dos serviços públicos – decorrentes, é bom repetir, da estagflação associada aos retrocessos industrial e das políticas públicas produtivas e sociais – traduzir-se-ão numa piora generalizada das condições de vida da população. A polarização social e a miséria alastram-se pela sociedade brasileira; a violência, até então restrita majoritariamente à passionalidade ou à pequenos furtos e golpes, dissemina-se na sociedade como consequência da pobreza, da falta

de perspectiva e do desejo crescente de incorporação mediante o consumo. Sequestros, saques, latrocínios e organizações criminosas passam a fazer parte do “desconvívio” social¹⁰⁸.

Os resultados da chamada década perdida só não foram piores no tocante ao crescimento econômico e à geração de postos de trabalho porque a economia brasileira não aprofundou seu processo de abertura comercial e financeira, o que ocorrerá nos anos 90 sob forte influência do Consenso de Washington¹⁰⁹. Iniciada pelo governo Collor e levada às últimas consequências por Fernando Henrique Cardoso, a abertura comercial e financeira desmesurada, combinada com uma elevada taxa de juros, acarretará na diminuição acentuada da atuação do Estado na economia e na sociedade bem como uma inusitada sobrevalorização cambial que gradativamente destruirá a indústria nacional e ampliará consideravelmente a taxa de desemprego – mas propiciará a valorização financeira de capitais domésticos e externos, ávidos pela busca de novas possibilidades de ganho num mundo globalizado com elevada liquidez e liberdade dos fluxos de capitais.

“No caso do Brasil a convivência com a globalização financeira na década de 90 (especialmente na segunda metade) parece ter sido muito mais danosa. Embora tenha se beneficiado do ingresso de capitais para estabilizar a inflação, a política econômica brasileira enveredou por uma onerosa trajetória de sobrevalorização cambial combinada com taxas de juros elevadíssimas. Os imensos custos dessa opção, em termos de reduzido ritmo de crescimento, explosão da dívida pública, esvaziamento de várias cadeias industriais e ampla desnacionalização de empresas industriais e de serviços, foram inequívocos (...)” (Coutinho, 1999, p.374).

A ausência de um processo agressivo de abertura comercial nos anos 1980 manteve a taxa de desemprego aberto em patamares relativamente estáveis, diferentemente do que ocorreria nos anos 1990 - principalmente a partir de 1994.

¹⁰⁸ “O desamparo ao indivíduo, a queda dos salários reais – que já eram insuficientes mesmo antes de deflagrada a crise – e a desesperança são as geratrizes dos saques, da criminalidade, enfim, da barbárie social. Já nos estamos aproximando do momento em que os privilegiados terão de refugiar-se em seus *bunkers* para defender-se dos famintos, usando a violência privada.” (Cardoso de Mello & Belluzzo, 1983, p.24)

¹⁰⁹ “Sob inspiração do Consenso de Washington, o Brasil pôs em prática, desde os primórdios dos anos 90, um conjunto de políticas econômicas cujos resultados são medíocres, sobretudo quando confrontados com aqueles observados ao longo da experiência desenvolvimentista” (Belluzzo & Carneiro, 2003, p.1). Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver Gimenez (2008).

Tabela 13 -Taxa de desemprego aberto na semana, segundo áreas metropolitanas				
Brasil, anos selecionados				
Áreas Metropolitanas	1980	1985	1989	1994
Recife	6,9	7,2	5,3	6,8
Salvador	7	6	4,4	7,1
Belo Horizonte	7,5	5,7	3,4	4,3
Rio de Janeiro	7,2	4,9	2,8	4,1
São Paulo	5,1	5	3,4	5,4
Porto Alegre	4,5	5,4	2,6	4,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas. Departamento de Emprego e Rendimento. PME. Elaboração Própria a partir de dados disponibilizados por Henrique (1999).

Notas: Dados de 1980 e 1981 não comparáveis aos demais. Valores de junho e julho de 1992 estimados.

Os dados da tabela acima mostram que no período 1980-1994 as taxas de desemprego aberto nas Áreas Metropolitanas selecionadas variaram muito pouco, apresentando inclusive quedas significativas em Belo Horizonte (de 7,5% para 4,3) e no Rio de Janeiro (de 7,2% para 4,1). Ademais, nota-se que todas as taxas caem consideravelmente entre 1985 e 1989, provavelmente pela combinação dos efeitos positivos decorrentes do Plano Cruzado, da maturação de alguns investimentos do II PND e da melhora do cenário externo¹¹⁰. Por outro lado, há uma piora significativa entre 1989 e 1994 em todas as taxas fruto da diminuição acentuada do crescimento econômico entre 1990 e 1992¹¹¹, em virtude principalmente das políticas recessivas e desconexas adotadas por Fernando Collor de Mello.

O fato de o desemprego aberto ter apresentado um desempenho razoável na década de 1980 não implicou a manutenção das condições favoráveis no mercado de trabalho observadas nas décadas de 1960 e 1970. Pelo contrário. O baixo dinamismo econômico afetou negativamente parte considerável das ocupações nos anos 1980. A queda na formalização e o aumento dos autônomos revelou a piora no mercado de trabalho.

¹¹⁰ “Após dez anos de crise, caracterizados pela estagflação; pelos choques de preços do petróleo; pelo choque da taxa de juros e conseqüente instabilidade financeira; pela relativa paralisia dos fluxos de acumulação produtiva de capital; pela expressiva redução das taxas de incremento da produtividade – entre 1973 e 1983 -, as principais economias industriais reencontram a senda do crescimento econômico. Com efeito, oito anos consecutivos de expansão sustentada, com estabilidade de preços, marcaram o evoluir da economia mundial capitalista entre 1983 e 1990” (Coutinho, 1992, p.69).

¹¹¹ A economia brasileira apresentou as seguintes taxas de crescimento: 1990 (-4,35%); 1991 (1,03%); 1992 (-0,54%). Fonte: IBGE - Disponível em www.ibge.gov.br

Tabela 14 - Taxas médias de crescimento do nível de emprego formal						
Brasil, 1980/95						
Setor de Atividade	1983/80	1986/83	1989/86	1992/89	1995/92	1995/80
Ind. Transformação	-5,8	8,5	-0,3	-8,7	-0,8	-1,6
Construção Civil	-14,7	3,7	-5,1	-12	-2,2	-6,3
Comércio	-3,6	2,2	-0,5	-7,7	1,2	-1,7
Serviços ¹	0,9	4,7	2,3	-2,8	0,5	1,1
Total	-2	4,9	0,8	-5	0,1	-0,3

¹Inclusive ADM. Pública

Fonte: RAIS-MTb - Painel Fixo(1980-1992). Decreto-Lei 4923 - MTb(1992-1995) *Apud* Henrique (1999).

À exceção do Setor Serviços, a Tabela 13 apresenta um crescimento negativo do emprego formal em todos os setores de atividade urbana entre 1980 e 1995. O setor mais afetado foi a Construção Civil, cujo emprego formal regrediu 6,3% no período. É importante destacar o péssimo desempenho de todos os setores entre 1989 e 1992 - oriundo em larga medida das políticas executadas por Collor, conforme supracitado. Outro indicador relevante na análise da piora do mercado de trabalho no período é o aumento das ocupações autônomas não-agrícolas, que passam de 17,4% em 1980 para 21,4% em 1991.

2.2.2 – O Período 1994-2003

Com a retórica do combate à inflação - e à busca prática por novas formas de valorização do capital tanto na esfera produtiva quanto na financeira - os estrategistas do Plano Real aproveitaram a elevada liquidez mundial para atrelar os preços internos aos externos – condicionando a busca da estabilização aos financiamentos forâneos, o que ampliará ainda mais nossa dependência por recursos de terceiros perpetuando assim nossos entraves ao desenvolvimento de um sistema de financiamento doméstico de longo-prazo:

“Em sua concepção essencial, o Plano Real seguiu o método básico utilizado para dar fim à maioria das ‘grandes inflações’ do século 20: recuperação da confiança na moeda nacional, por meio da garantia de seu valor externo. A ‘âncora’ foi, como é amplamente reconhecido na literatura, a estabilização da taxa de câmbio nominal, garantida em financiamento adequado em moeda estrangeira... isso foi possível graças à deflação da riqueza mobiliária e imobiliária observada já no final de 89, nos mercados globalizados. A recessão americana... e o ‘estouro’ da bolha especulativa japonesa exigiram grande lassidão das políticas monetárias... Em primeiro lugar é preciso entender que a regra básica das estabilizações com abertura financeira é a da criação de uma oferta de ativos atraentes que possam ser encampados pelo movimento geral da globalização. Neste rol estão incluídos títulos da dívida pública ... ações de empresas em processo de privatização; bônus e papéis comerciais de empresas e bancos de boa reputação; e, posteriormente, ações depreciadas de empresas privadas...” (Belluzzo, 1999, p.85).

O êxito no combate à inflação oriundo, é bom repetir, da combinação entre abertura comercial e financeira, elevação da taxa de juros e sobrevalorização cambial, traduziu-se na ampliação desmesurada das importações¹¹² e no incremento da aquisição de títulos públicos e das operações rentistas, retirando do setor público a capacidade de executar políticas produtivas e sociais de longo prazo visto sua obrigação em honrar os compromissos de curto prazo refletidos no pagamento de juros sobre a dívida pública¹¹³ e na manutenção do valor externo da moeda. A atividade industrial¹¹⁴ passa a ser ameaçada tanto pela elevada rentabilidade dos ativos financeiros relacionados direta ou indiretamente à taxa básica de juros – deslocando investimentos da esfera produtiva à financeira¹¹⁵ – quanto pela competição predatória dos produtos importados beneficiados pela queda das tarifas e pelo fortalecimento do Real. Paralelamente, a escalada da dívida pública pautada na taxa básica de juros “exige” medidas nocivas à participação econômica e social do setor público bem como ao parque produtivo nacional.

Num primeiro momento, parte dos compromissos foi sanado com um processo agressivo e mal feito de privatizações. Estas, além de propiciarem recursos insuficientes

¹¹² “(...) no início da década e sobretudo a partir de 1994, o coeficiente de penetração das importações deu enorme salto (...) passou de 4,3 verificado em 89, para 15,6 em 1996. A mudança abrupta, no entanto, correu em 1994 (...)” (Medeiros, 1997, p.341).

¹¹³ “A conversibilidade argentina e o uso da âncora cambial, no Brasil, foram gestos de abdicação da soberania monetária. Em ambos os casos, há uma renúncia clara à prerrogativa de utilizar as políticas monetária, cambial e fiscal como instrumentos de desenvolvimento. Essencialmente, a adoção destes regimes significa retroagir às regras do padrão ouro, mais precisamente às normas do Exchange standard, em que defesa do valor externo da moeda – por meio da ancoragem numa divisa estrangeira – se torna o objetivo central da política ao qual todos os demais devem se subordinar” (Belluzzo & Almeida, 2002, p. 21).

¹¹⁴ “O Brasil sofreu uma perda de substância industrial... O efeito negativo das políticas econômicas do Brasil, sobretudo da política monetária, foi a valorização do real” (Belluzzo, 2010, p.20).

¹¹⁵ “... o investimento vai variar até aquele ponto da curva de demanda de investimento em que a eficiência marginal do capital em geral é igual à taxa de juros do mercado” (Keynes, 1992, p.116).

frente ao montante de juros, acarretaram numa série de problemas à sociedade brasileira. Dentre eles, dois serão bastante prejudiciais: a desnacionalização de parte da cadeia produtiva e de serviços, o que pressionará o déficit em transações correntes mediante incremento das remessas de lucro - principalmente com o estímulo do câmbio sobrevalorizado; a perda das empresas estatais por parte do setor público, que abre mão de importante instrumento à execução de políticas públicas e geração de receita¹¹⁶.

Sucedendo a onda de privatizações, que grosso modo corresponde ao primeiro governo FHC, o Estado brasileiro inicia a busca por sucessivos superávits primários como forma de amenizar a ampliação da dívida pública, principalmente após a adoção do câmbio flutuante em 1999¹¹⁷. A recorrência desses superávits perpassará o segundo mandato de FHC e os oito anos de Luís Inácio Lula da Silva, constituindo-se num dos tripés da política econômica - juntamente com o câmbio flutuante e as metas de inflação. A necessidade de superávits primários como forma de viabilizar a política de metas de inflação, independentemente da conjuntura econômica, inibe o caráter anticíclico do Estado, impossibilitado de executar políticas produtivas e sociais em contextos de baixo crescimento ou mesmo retrocesso econômico. Minimiza-se o papel do setor público, colocado a mercê da política econômica.

¹¹⁶ “Ademais, a perda do controle nacional sobre as empresas e bancos desarticulou os mecanismos de governança e de coordenação estratégica da economia brasileira... o investimento público era o componente ‘autônomo’ da demanda efetiva (sobretudo nas áreas de energia e transportes)... as empresas do governo ofereciam insumos generalizados em condições e preços adequados e começavam a se constituir – ainda de forma incipiente – em centros de inovação tecnológica... É bom não esquecer: a privatização dos serviços públicos, como eletricidade, telefonia, águas e esgoto e a venda de grandes cadeias de lojas, supermercados e outros negócios de prestação de serviços vem dando uma grande contribuição para o rombo da balança de serviços” (Belluzzo, 2002, p.63).

¹¹⁷ “O câmbio fixo e valorizado após a estabilização de 1994 resultava em grandes déficits externos. A atração de capitais para financiá-los exigia altos patamares de taxas de juros internos, o que levou à brutal expansão da dívida interna... realimentou-se, assim, uma poderosa coalizão rentista, que exige altíssimas taxas de remuneração e a manutenção de enormes superávits fiscais... Mesmo com a posterior adoção do câmbio flutuante e o temporário alívio das restrições externas, apesar do câmbio valorizado novamente... as altas taxas de juros e o câmbio valorizado inibem os investimentos privados, e os enormes superávits fiscais bloqueiam os investimentos em infraestrutura” (Barbosa de Oliveira, 2006, p.51).

“... esse extraordinário poder econômico privado – das empresas produtivas e das organizações financeiras – se lança de maneira hostil contra as políticas nacionais de proteção social, de um lado, e por outro, contra as políticas nacionais de preservação dos sistemas industriais voltadas para o mercado interno, transformando os Estados Nacionais em reféns das políticas do Grande Capital. Com isso, a dimensão pública dos Estados Nacionais... define-se de forma dramática... a Periferia se transforma em campo de aplicação dos capitais especulativos... a modernização proposta pelos Estados Unidos... implica em transformar o continente num mercado cativo para exportações americanas e num território de expansão para os seus capitais, concentrados, em geral, nas privatizações dos serviços de utilidade pública... a capacidade fiscal do Estado vem se enfraquecendo sob o peso crescente do dispêndio com juros, reduzindo o gasto público e assim liquidando os ensaios de Welfare State...” (Cardoso de Mello, 1997, p.22).

Num primeiro momento, o Estado Nacional perde suas empresas; num segundo, perde a capacidade de executar políticas. Mediante a dificuldade em cortar seus gastos correntes, o superávit advém de um duplo movimento: elevação da carga tributária associada à estagnação dos gastos sociais e redução dos investimentos produtivos – o que é fatal em um contexto de baixo dinamismo econômico. Esse cenário durará, em linhas gerais, até 2003, acrescentando quatorze anos de semi-estagnação à década perdida. O resultado será desastroso em termos econômicos e sociais. A estrutura produtiva, destacadamente a industrial, se desnacionalizará e se desmantelará, diminuindo a participação do setor secundário no PIB. A estrutura social, frente ao baixo crescimento e ao inexpressivo desempenho do mercado de trabalho, somada à inocuidade das políticas sociais, esgarçar-se-á mediante a combinação maléfica entre incremento do desemprego e deterioração dos serviços públicos.

“Apesar do relativo sucesso na estabilização inflacionária, o padrão de política econômica, juntamente com as reformas (...) não criou condições favoráveis ao crescimento (...) ao utilizar-se de âncora cambial, provocou a valorização das moedas nacionais (...) A penetração de produtos importados eliminou elos das cadeias produtivas e, em geral, provocou não somente a redução da participação da manufatura no produto interno, mas também do emprego na indústria, que em geral apresentava melhores salários e maior grau de formalização (...) Como componente do projeto de liberalização comercial e financeira, manifesta-se a passividade do Estado quanto aos rumos estruturais da economia. Ele perde a capacidade de articular projetos de investimentos estratégicos que anteriormente eram realizados pelas empresas estatais (...) à frente da demanda corrente da economia, impulsionando o crescimento e sinalizando favoravelmente para os investimentos privados” (Barbosa de Oliveira, 2006, p.50).

A corrosão do tecido industrial nos anos 1990, cuja intensidade amplia-se a partir de 1994 com as reformas liberais executadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso,

decorreu em grande medida de um crescente processo de desnacionalização e desmantelamento do parque produtivo doméstico - fruto da combinação entre a transferência da propriedade de empresas nacionais a não-residentes e o incremento da penetração dos produtos importados¹¹⁸. A consequência é o aumento do desemprego no setor industrial e a elevação das remessas de lucro ao exterior, ampliando o déficit em transações correntes.

Tabela 15 - Composição Setorial da Ocupação não agrícola.					
Brasil 1979, 1989 e 1999					
Setor	Ano			Variação	
	1979	1989	1999	79-89	89-99
Indústria	22,9	20,7	15,3	35,7	-11,1
Construção	10,1	8,1	8,6	20,3	27,1
Outras Industriais	2,3	2	1,4	31,7	-12,3
Comércio	14,3	16	17,6	67	33
Serviços	22,5	22,9	25,6	53,2	34,3
Serv. Aux. Ativ. Ec.	3,8	4,1	5,2	66	49,4
Transporte e Com.	5,5	4,9	5,2	32,7	28,7
Ativ. Sociais	9,7	11,3	12,5	75,1	32,7
Adm. Pública	5,3	6,2	6,1	76,3	19,9
Outras	3,6	3,8	2,5	56,7	-20,1
Total	100	100	100	50,2	20,4
Fonte: IBGE: PNAD 1979, 1989 e 1999 <i>apud</i> Baltar (2003)					

A tabela acima mostra a ocupação não agrícola em setores selecionados nos anos de 1979, 1989 e 1999. Apesar do fraco desempenho da economia nos anos 1980 e 1990 a comparação entre ambas as décadas demonstra, nitidamente, uma menor expansão da ocupação nos anos 1990 em todos os setores à exceção da Construção Civil. Particularmente na Indústria e nas Outras Industriais o desempenho é contrastante entre ambos os períodos: 35,7% contra -11,1% e 31,7% contra -12,3%, respectivamente. O péssimo dinamismo da ocupação na indústria, acentuado após 1994 com o Plano Real, acarreta na menor agregação de valor e na queda da formalização dos postos de trabalho, visto que a indústria é o setor que

¹¹⁸ “A internacionalização ‘introvertida’ caracterizou-se pela transferência da propriedade de empresas nacionais para investidores estrangeiros, sem contrapartida proporcional de investimentos de empresas brasileiras no exterior, e pela assimetria entre o expressivo incremento de volume conteúdo importados no mercado e na produção doméstica vis-à-vis o apenas modesto desempenho exportador” (Laplaine & Sarti, 2002, p.1).

gera as melhores ocupações tanto sob a ótica dos rendimentos quanto dos direitos trabalhistas. O resultado é a redução do produto e a precarização do mercado de trabalho.

Tabela 16		
Composição da Ocupação não agrícola segundo posição na ocupação		
Brasil 1989 e 1999		
Posição na Ocupação	1989	1999
Empregado com carteira	51,9	42,7
Empregado sem carteira	14,9	17,4
Conta Própria	18,4	22,5
Empregador	4,3	4,6
Não Remunerado	2,1	2,9
Serviço Doméstico	8,4	9,9
Total	100	100
Fonte: IBGE: PNAD 1989 e 1999 <i>apud</i> Baltar (2003)		

Enquanto que em 1989, ao final da década perdida, mais da metade dos ocupados eram Empregados com Carteira, em 1999 esse percentual cai para 42,7% - cinco anos após o início das reformas do primeiro mandato de FHC. Paralelamente, os Empregados sem Carteira aumentam de 14,9% para 17,4%. A perda do emprego de melhor qualidade (formal) leva à busca por alternativas como o trabalho por Conta Própria, que expande consideravelmente de 18,4% para 22,5%. É importante ressaltar que a deterioração no mercado de trabalho acarreta no incremento de ocupações mais precárias e pior remuneradas como o Serviço Doméstico e as Ocupações Não Remuneradas.

2.3 – Consequências sociais do baixo crescimento entre 1980-2003

A sociedade brasileira, como um todo, regredirá nesses 24 anos compreendidos entre 1980 e 2003. Ao avanço constituído durante o período desenvolvimentista interpõe-se o retrocesso do período de crise e redenção ao neoliberalismo. A classe média, objeto de nossa análise, foi ao paraíso mas precisou voltar.

Tabela 17 – Brasil, Variação Absoluta e Relativa da População, da PIA, da PEA, dos Ocupados e dos Desocupados

Discriminação	1981 (mil)	1990(mil)	Var (mil)	Var (%)
População	119.692	141.580	21.888	18,3
PIA	88.903	109.094	20.191	22,7
PEA	48.281	62.782	14.501	30,0
Ocupados	45.465	59.673	14.208	31,3
Desocupados	2.815	3.103	293	10,2
Discriminação	1992 (mil)	2001(mil)	Var (mil)	Var (%)
População	145.447	169.370	23.923	16,4
PIA	113.287	137.687	29.400	21,5
PEA	71.251	85.834	14.583	20,5
Ocupados	65.148	75.458	10.310	15,8
Desocupados	6.102	10.375	4.273	70,0

Fonte: PNAD - IBGE, *Apud* Quadros (2003, p.19)

A tabela acima discorre sobre a evolução da População, da PIA, da PEA e dos Ocupados e Desocupados nas décadas de 1980 e 1990. Em sintonia com nosso argumento de piora na situação social mediante deterioração do mercado de trabalho, destaca-se o crescimento dos desocupados, muito acima das demais variáveis, durante o período 1992-2001. À primeira vista, o leitor desavisado pode achar que a deterioração não ocorreu nos anos 1980 visto o relativo baixo incremento dos desocupados. Entretanto, é importante salientar que a variação de 31,3% no número de ocupados encobre uma miríade de subempregos, ocupações precárias, produção para autoconsumo e afins que se traduzem numa piora generalizada das condições de trabalho e vida de parte considerável da população. O estrago só não foi pior porque a economia não promoveu um processo agressivo de liberalização comercial e financeira, o que só ocorreria a partir de 1992 e principalmente em 1994 com a adoção do Plano Real.

Tabela 18 – Brasil, participação dos rendimentos e evolução do rendimento médio

Discriminação	1981		1990		2001	
	%	R\$	%	R\$	%	R\$
Ativ. Agrícolas	29,9	330	24,1	292	21	270
Ind. de Transf.	15	992	14,9	799	12,3	770
Outras Ativ. Ind	1	1.274	0,8	1.202	0,8	900
Const. Civil	8,1	608	6,1	625	6,4	549
Comércio	10,3	794	12,8	779	14,3	707
Prest. Serviços	15,3	402	17,8	423	20,2	447
Serv. Auxiliares	2,6	1.563	3,2	1.464	4,3	1.506
Serv. Sociais	7,2	1.058	8,7	989	9,8	1.067
Transp e Comu.	3,9	1.089	3,9	1.028	4,2	942
Adm Pública	4	1.220	5	1.165	4,8	1.284
Setor Financeiro	2	1.932	1,8	1.759	1,1	1.875
Outras Ativid.	0,7	1.095	0,9	975	0,9	971
Total	100	707	100	683	100	681
Fonte: PNAD-IBGE, <i>Apud</i> Quadros (2003, p.47).						
Deflacionado pelo INPC 2003						

A tabela acima corrobora o que dissemos no parágrafo anterior. Ao analisarmos a Estrutura Ocupacional Setorial, destacam-se alguns movimentos importantes. À exceção da Prestação de Serviços (11,2%), Serviços Sociais (0,85%) e Administração Pública (5,2%), todos os demais setores apresentaram redução em seus rendimentos médios. E, considerando-se o intervalo de 20 anos, mesmo o incremento da Prestação de Serviços não é muito reconfortante. À histórica diminuição da participação da agricultura, após iniciado o processo de industrialização nacional, acrescenta-se uma triste novidade: a queda na participação da Indústria de Transformação e de Outras Atividades Industriais bem como do Setor Financeiro, nos quais os rendimentos médios declinaram, respectivamente, 32,4%, 29,4% e 3%, refletindo os efeitos tanto da estagnação dos anos 1980 quanto das políticas agressivas de abertura comercial, juros elevados, câmbio sobrevalorizado e processos de reestruturação e reorganização produtivas dos anos 1990¹¹⁹. Por outro lado, os maiores aumentos nas participações relativas setoriais ficaram a cargo dos Serviços Auxiliares (65,4%), do Comércio (38,8%), dos Serviços Sociais (36,1%) e Prestação de Serviços – inclusive serviços domésticos (30,8%), indicando a expansão do setor terciário. É importante ressaltar que os

¹¹⁹ “A partir deste quadro geral da ocupação setorial e tendo sempre presente a estagnação do crescimento nos anos oitenta, que se agrava nos noventa com a desestruturação das atividades, reestruturação de empresas e avanços tecnológicos localizados...” (Quadros, 2003, p.47).

setores Comércio e Prestação de Serviços possuem baixos rendimentos médios e precárias relações de trabalho e direitos legais.

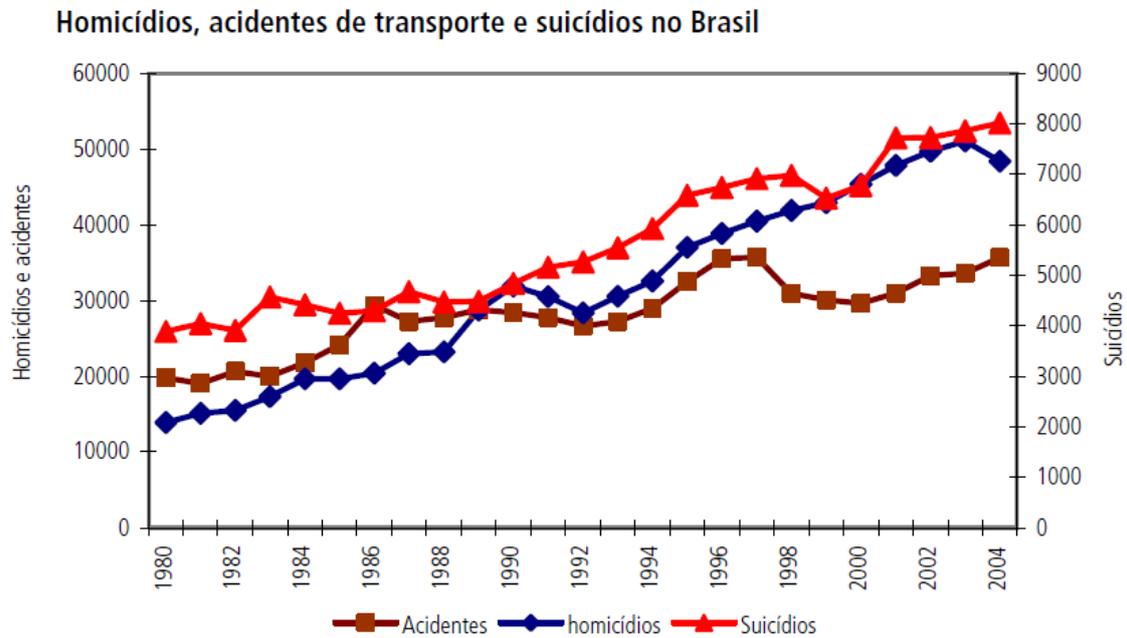
A combinação entre a redução do nível de atividade econômica, o aumento do desemprego, a queda da ocupação na indústria e a diminuição dos rendimentos médios acarreta entre 1980 e 2003, diferentemente do período 1930-1980, uma piora tanto nas condições de vida quanto nas possibilidades de melhora – derivadas das escassas chances de ascensão social. Esse cenário é visível principalmente após 1994, iniciadas as reformas neoliberais.

Tabela 19 - Mobilidade Social Intergeracional. Brasil 1973 e 1996		
Formas de Mobilidade	1973	1996
Mobilidade Ascendente	54,0	31,0
Imobilidade	42,0	60,0
Mobilidade Descendente	4,0	9,0
Total	100	100

Fonte: Januzzi (2001)

Percebe-se da tabela acima uma diminuição acentuada das possibilidades de ascensão social, refletidas no incremento significativo da Mobilidade Descendente e da Imobilidade. De acordo com a tabela, em 1996 quase 70% das pessoas ficaram estagnadas ou caíram da classe social a qual pertenciam. Paralelamente, as chances de ascensão diminuíram acentuadamente.

2.4 – Conclusão



O Gráfico 1 acima exprime, em grande medida, o sucedido na economia e sociedade brasileira nos quase 25 anos de retrocesso econômico e social compreendidos entre 1980 e 2003.

Seja pelo estrangulamento externo, explosão da dívida e elevadas taxas de inflação nos anos 1980, ou pela agressiva abertura comercial e financeira acrescida de juros reais altos e sobrevalorização cambial a partir de 1994, duas consequências negativas à sociedade brasileira marcaram este quarto de século: a regressão da estrutura industrial e o desmantelamento do setor público. Estes dois fatores, razões do desenvolvimento econômico e social que alçou o país à uma das maiores economias do planeta, perderam seu protagonismo na condução dos destinos da nação.

Se num curto período de tempo (1930/1980) - iniciado após a Revolução de 30 e adensado a partir de 1956 com o Plano de Metas – demos um salto quantitativo e qualitativo transformando um país atrasado na oitava economia mundial, num menor ainda (1980/2003) promovemos uma regressão brutal econômica e social. Órfã do planejamento público e da

riqueza gerada pela indústria, parte considerável da população brasileira viu-se abandonada pelo Estado e pelo mercado. Em um quarto de século de baixo crescimento e aumento do desemprego, no qual a ação anticíclica do Estado e a retomada da atividade industrial seriam vitais à reversão do quadro recessivo, as conquistas oriundas do período de avanço das estruturas econômicas, políticas e sociais esvaíram-se. Mesmo com a criação da Constituição de 1988 - um marco na história do sistema de proteção social nacional - a diminuta expansão econômica com suas consequências negativas na produção, na renda, no emprego e na arrecadação impossibilitou uma reversão na degradação do quadro social.

Neste contexto, a desestruturação do tecido social é a norma. Quem está no topo e consegue, por mecanismos econômicos e extra econômicos, defender sua renda ou pelo menos o patrimônio, passa relativamente ileso. Os de baixo, historicamente marginalizados porém beneficiados pela renda excedente gerada pela industrialização acelerada, não têm mais com quem contar. E a classe média, cujo patrimônio a defender é diminuto e a dependência da renda gerada por ocupações ligadas direta ou indiretamente à indústria e ao setor público absoluta, vê suas “realizações” estagnarem e sua posição social regredir. É neste sentido que a figura acima reflete os retrocessos vivenciados pela sociedade brasileira entre 1980 e 2003. O desemprego e a desesperança, absoluto entre os menos abastados mas também marcante entre os da classe média, abrem caminho aos saques, roubos, sequestros, drogas, facções e organizações criminosas, latrocínios, homicídios e suicídios. A desigualdade social, que no período de crescimento acelerado era vista como transitória ao passo que estimulante ao esforço e dedicação necessários à mobilidade social ascendente, revela seu lado mais verdadeiro: o da injustiça, da impotência, do desespero, da indignação, da raiva, da violência. Em pouco tempo, o número de mortes/ano por armas de fogo no Brasil supera qualquer guerra civil ou confronto armado em qualquer país do mundo.

É neste contexto de desestruturação econômica e social que devemos analisar as transformações no período 1980/2003 e procurar entender os acontecimentos da década seguinte. A partir de 2004 a economia doméstica retomará uma trajetória de crescimento que, embora menor do que no período de industrialização, propiciará significativa mobilidade social nas camadas menos favorecidas e dinamizará a sociedade brasileira. É vital ressaltar que esse dinamismo dar-se-á sobre uma estrutura econômica, política e social dilacerada por quase 25 anos de estagnação e desindustrialização, o que invariavelmente imporá restrições e

limites ao movimento recente de mobilidade social. É sobre esse prisma que o capítulo a seguir faz suas considerações.

Capítulo III – A Retomada do Crescimento e a ampliação da Baixa Classe Média no Brasil

3.1 – Introdução

É unânime a constatação de uma significativa melhora¹²⁰ social nos últimos dez anos no Brasil. Independente da vertente ideológica, política ou partidária, o consenso sobre o incremento na qualidade de vida e a maior inclusão social é a regra.

Pelo crescimento econômico, expansão da ocupação, aumento da renda média ou elevação do consumo, fica evidente que parcela considerável da população, principalmente a remediada, sofreu mudanças profundas em seu padrão de vida. Outrora apartada física e psicologicamente da classe média e média alta - à exceção do tempo em que servia como serviçal - a classe agora em crescimento, denominada Baixa Classe Média, convive lado a lado com os mais afortunados e torna-se o centro das atenções. Da campanha política às pesquisas de marketing, passando pelo reconhecimento e “adaptação” das lojas, restaurantes, cinemas, *shoppings*, cabeleireiros, institutos de beleza, agências de turismo e demais fornecedores de bens e serviços aos novos “tipos” de clientes, a BCM conduz parte da economia, sociedade e política brasileira.

Seja pela novidade, seja pelas preconcepções, esse fenômeno social é palco de fervoroso debate - via de regra obliterado por interesses econômicos e políticos. Aclamados como a maior mudança social de todos os tempos, significando o sinal mais evidente de democracia e igualdade vivenciado pela sociedade brasileira, ou classificados como originários de uma manobra populista com objetivos eleitoreiros fadados a desaparecer com o decorrer dos anos dada a insustentabilidade de determinadas políticas assistencialistas, as discussões sobre o tema são intensas e muitas vezes descabidas. Em boa medida, o debate

¹²⁰ “O recente dinamismo econômico e social no Brasil e as favoráveis condições estruturais de sua economia aparentemente tornaram consenso avaliações otimistas sobre o país. A partir de 2004, de um lado, elevaram-se as taxas de crescimento econômico e mesmo a crise de 2008/9 pôde ser rapidamente superada por políticas de corte heterodoxo do Governo Federal. De outro, o mercado de trabalho foi dinamizado, expandindo-se rapidamente o emprego formal e o salário mínimo real, o que, juntamente com a crescente oferta de crédito, elevou o consumo” (Barbosa de Oliveira, 2010, p.183).

peça pela escassez relacional do tema com fenômenos econômicos e políticos mais amplos. Neste sentido, o capítulo a seguir procura compreender a gênese deste importante fenômeno social à luz de transformações determinantes ao seu desenvolvimento, procurando isentar-se de convicções múltiplas que acabam desviando a discussão do bom senso.

3.2 – Síntese dos Períodos Precedentes

Procurou-se analisar nos capítulos anteriores a trajetória de expansão e deterioração da classe média no Brasil mediante a confrontação (panorâmica) de dois períodos: um de avanço e outro de retrocesso.

O período de avanço iniciado com a Revolução de 1930 e intensificado entre 1956 e 1980, caracterizado pelo elevado crescimento econômico e pelo bom desempenho do mercado de trabalho, traduziu-se na expansão das ocupações dos colarinhos brancos e na decorrente dinamização da estrutura social. Os índices de pobreza diminuíram e o meio da pirâmide engrossou. A urbanização acelerou-se e os serviços públicos, em que pese os percalços, expandiram-se. O incremento da base material, ainda que de forma bastante desigual, passa a atingir parte considerável da população. A sociedade brasileira evoluiu e parecia adentrar à modernidade.

O período de regressão, de 1980 a 2003, caracterizado pelo baixo crescimento e pelo péssimo desempenho do mercado de trabalho – que piora de forma significativa após 1994 - significou uma retração nas ocupações dos colarinhos brancos e na decorrente deterioração da estrutura social. As ocupações pior remuneradas, a informalização e os ocupados por conta própria são os que lideram a expansão, muito tímida, dos postos de trabalho no Brasil durante os anos 1980. Após 1994, o aumento do desemprego é a regra. Os salários reais corroídos pela enorme inflação, destacadamente entre 1980 e 1993, deprimem o poder de compra daqueles que conseguem se manter no mercado. E o câmbio valorizado a partir do Plano Real gera empregos alhures e destrói a estrutura industrial brasileira. A base da pirâmide passa a

engrossar. O desemprego, a exclusão e o desespero transformam-se em violência generalizada e crime organizado¹²¹. A sociedade regride.

Em nosso entender, a passagem do avanço à regressão dá-se principalmente pela deterioração dos dois “pilares” que metamorfosearam a história econômica e social brasileira: o Estado Nacional e o Processo de Industrialização. Enquanto no período de avanço ambos foram construídos e “encorpados”, assumindo o protagonismo do desenvolvimento econômico e social - dinamizando e mudando por completo a economia e a sociedade brasileira - no período de regressão tanto um quanto outro passam gradativamente a desintegrar-se, tornando-se coadjuvantes no cenário nacional.

Com o Estado Nacional ocorre a integração do país sob uma estrutura política mais centralizada capaz de levar a cabo projetos macroeconômicos de desenvolvimento de longo-prazo. Os investimentos em bloco coordenados pelo setor público, antecipados à demanda, permitiram um horizonte de segurança e confiança ao setor privado, que investia à reboque.

*“A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, **entre 1956 e 1961**, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira ‘onda de inversões’ schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo ‘salto tecnológico’; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente... este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados... a instalação autônoma (isto é, não induzida pela demanda) de setores de ponta... gerava demanda dentro da própria fração já existente... as indústrias integrantes do departamento de bens de consumo para assalariados foram levadas literalmente a reboque do crescimento rápido dos departamentos I e III” (Cardoso de Mello, 1998, p.125).*

Um processo virtuoso de inversões, crescimento e desenvolvimento é posto em marcha: a expansão do setor público na área social, mesmo que menor do que na esfera produtiva, conferia relativo bem-estar à parte considerável da população; e com a industrialização a sociedade brasileira deixava para trás a estrutura produtiva arcaica nucleada em atividades primário-exportadoras pouco dinâmicas, que traduziam-se no baixo incremento do produto, na geração de postos de trabalho mal remunerados e desqualificados, na imobilidade ocupacional, na polarização social e nas assimetrias de poder e participação

¹²¹ Para um excelente retrato do tema, assistir ao filme “Notícias de uma Guerra Particular” de João Moreira Salles (1997).

política. **Tanto pelo lado mercantil quanto pelo estatal, a sociedade brasileira assegurava-se.**

Por sua vez, o período de regressão caracteriza-se pelo movimento contrário. Seja pela necessidade de arcar com os serviços da dívida e combater a inflação nos anos 1980, ou pelos efeitos conjuntos da elevação abrupta da taxa de juros, da abertura comercial e financeira e da consequente sobrevalorização cambial nos anos 1990, Estado e indústria são negativamente afetados. O primeiro, reduz seus investimentos produtivos e gastos sociais, diminuindo seu raio de ação na sociedade. A segunda, aparta-se das inovações tecnológicas ocorridas mundialmente entre o final dos 1970 e início dos 1980, sendo na sequência exposta desfavoravelmente à concorrência externa a partir dos 1990 - desintegrando-se. O corolário não poderia ser outro: estagnação econômica e regressão social entre 1980 e 2003.

3.3 – O Período Recente

Ao analisarmos a evolução recente do produto interno e a dinâmica da estrutura social percebemos que o quadro retrocedente observado entre 1980 e 2003 começa a reverter-se, em parte, a partir de 2004.

Tabela 20 – Brasil, Variação do PIB

Ano	% PIB
2004	5,7
2005	3,2
2006	4
2007	6,1
2008	5,2
2009	-0,3
2010	7,5
2011	2,7
2012	0,9
2013	2,3
Elaboração Própria	
Fonte: IBGE	

Entre 2004 e 2013 a economia cresceu 3,7% ao ano. Se considerarmos o período de 2004 a 2010, essa taxa sobe para 4,5% a.a.; entre 2011 e 2013, cai para 2% a.a.. Em que peso o mau resultado dos anos 2009 e 2012, cuja evolução do PIB foi respectivamente -0,3% e 0,9%, o período de dez anos em questão superou em muito a média dos 24 anos anteriores.

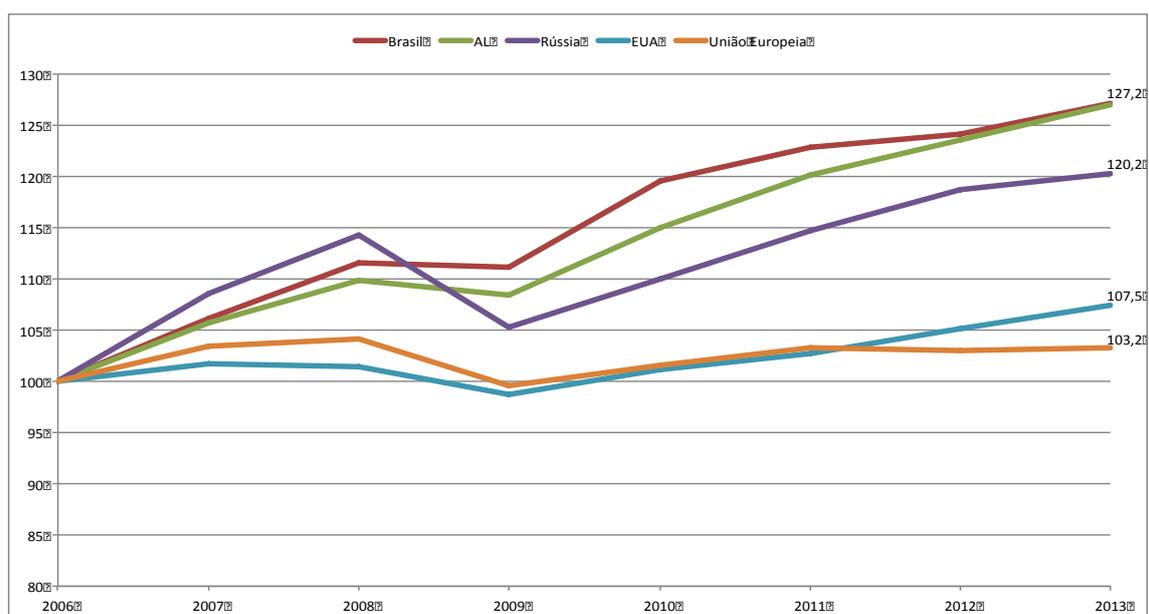
É importante ressaltar que há dois “subperíodos” nesse decênio que merecem destaque, evitando assim que se considere o mesmo como de crescimento contínuo e homogêneo, o que levaria à compreensão errônea de que o período caracterizou-se por uma expansão sustentável de longo-prazo.

O primeiro subperíodo, entre 2004 e 2010, coincide com os dois mandatos do presidente Lula e com a eclosão da Crise Mundial de 2008. Grosso modo, entre 2004 e 2008 o mundo fora marcado por um crescimento econômico impulsionado pela abundante liquidez no mercado mundial e pelo elevado crescimento chinês. Enquanto a liquidez mundial propiciara a expansão dos investimentos financeiros e o incremento do fluxo de capitais entre países acarretando, até a reversão das expectativas, no bom desempenho bursátil nas mais diversas praças financeiras, na expansão do crédito em muitos países bem como na valorização imobiliária e na ampliação do consumo na Europa e principalmente nos EUA, o crescimento e a voracidade do consumo chinês impulsionava a demanda e o preço das commodities mundo afora. Neste sentido, países desenvolvidos e em desenvolvimento apresentaram taxas de crescimento consistentes no período. O Brasil, obviamente, foi beneficiado tanto pela abundância de capital quanto pelo incremento dos preços das commodities, mantendo uma trajetória de crescimento “sustentável” interrompida em 2009 quando é atingido pelos efeitos da Crise de 2008, apresentando um crescimento negativo do PIB da ordem de 0,3%. Entretanto já em 2010, através da ação diligente do II Governo Lula - consubstanciada na ampliação do crédito, na manutenção dos investimentos públicos, na diminuição do superávit primário e numa série de isenções fiscais – a economia cresce à maior taxa do período, 7,5%. Apesar da Crise de 2008, é importante reafirmar que a conjuntura externa foi amplamente favorável ao crescimento nacional entre 2004 e 2010, o que não ocorrerá entre 2011 e 2014. Nesse sentido, a combinação entre conjuntura externa favorável, a expansão do crédito interno e o ciclo de consumo doméstico permitiu à economia brasileira crescer mesmo mantida a ortodoxia e intocado os pilares do tripé macroeconômico, crescimento que não acontecerá no primeiro Governo Dilma - servindo de alerta para seu segundo mandato.

A partir de 2011, empossada a Presidenta Dilma, a economia brasileira reverte sua trajetória expansiva, caracterizando o segundo “subperíodo” (2011-2014) pelo baixo crescimento econômico. Marcada pela exaustão dos estímulos monetários destinados à amenização da Crise nos EUA, pelos efeitos deletérios das políticas de austeridade europeia e pela redução do ritmo de crescimento chinês (que cai de 10% a.a. para 7,5% a.a.), a conjuntura externa revela seus efeitos estruturais, traduzidos na diminuta capacidade de recuperação das economias centrais e no arrefecimento do comércio mundial. Por outro lado, pela ótica doméstica, a desnecessária elevação do superávit primário (de 2,7% do PIB em 2010 para 3,1% em 2011) num contexto de queda da dívida líquida do setor público (cai de 39,1% do PIB em 2010 para 36,4% em 2011), aliada à tentativa correta porém frustrada de diminuição das taxas de juros, aos erros de comunicação com o mercado - como a fixação da TIR (Taxa Interna de Retorno) nas concessões -, à desaceleração do ciclo de consumo e à manutenção do câmbio valorizado, frearam o ritmo de expansão econômica fazendo com que a economia desacelerasse seu crescimento de 7,5% em 2010 para 2,7% em 2011.

Feitas as devidas ressalvas, é importante destacar que apesar das disparidades nas taxas de expansão entre os dois governos – explicadas muito mais pela conjuntura externa do que pela diferença de conduta na política econômica doméstica – o Brasil apresentou taxas de crescimento bastante satisfatórias no período, superando em muito a maioria dos países.

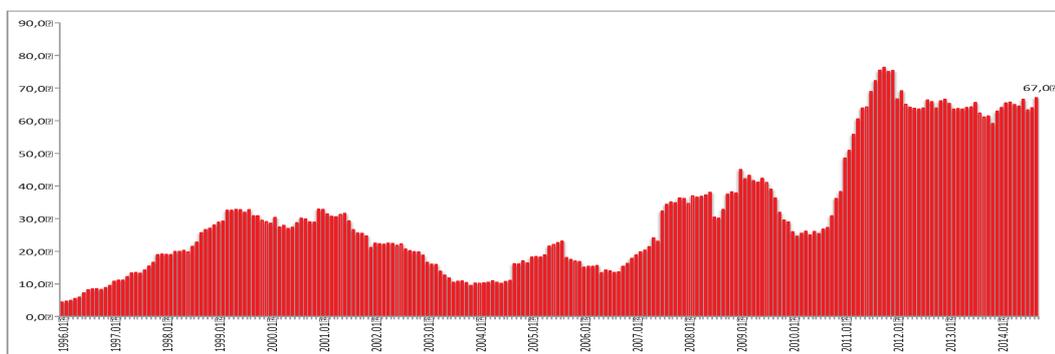
Gráfico 2 - Variação real acumulada do PIB entre 2006 e 2013, países selecionados



Fonte: WEO-FMI. Dados do Instituto de Pesquisas em Ciências Humanas da Facamp, compilados pelo professor Rodrigo Sabbatini.

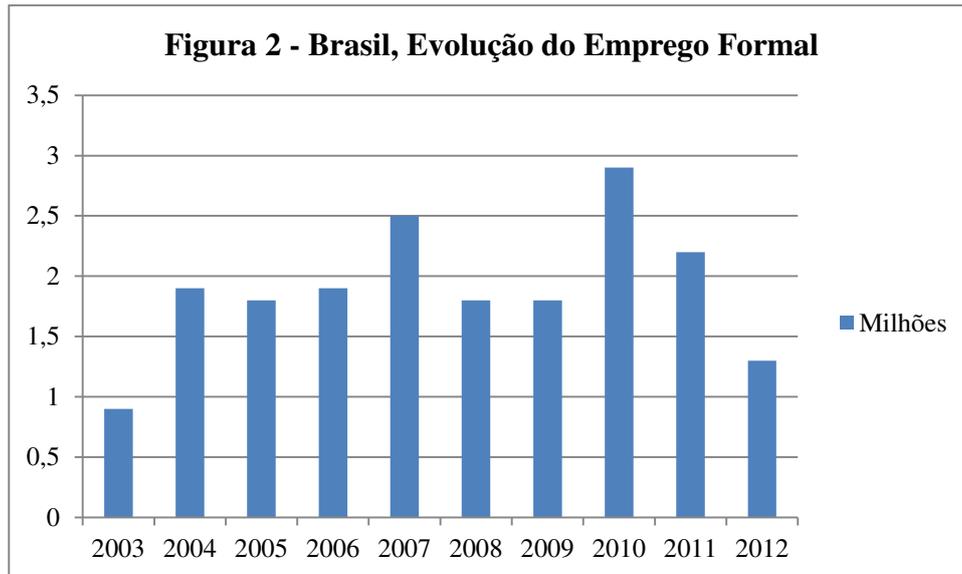
Apesar do alarde quase sempre descabido da mídia nativa em relação à economia brasileira e das expectativas oscilantes do empresariado nacional, nosso crescimento econômico destoou da periclitante situação do cenário internacional e colocou o Brasil como um dos principais destinos dos investimentos externos, como atestam os dados abaixo do BACEN - indicando que, mesmo com problemas, estávamos longe da situação caótica aventada por 9 entre 10 analistas econômicos.

Gráfico 3 - IED acumulado em 12 meses, em bilhões de dólares, entre 1996 e set/2014



Fonte: WEO-FMI. Dados do Instituto de Pesquisas em Ciências Humanas da Facamp, compilados pelo professor Rodrigo Sabbatini.

A retomada do crescimento em uma economia castigada por mais de duas décadas de semi-estagnação e deterioração do mercado de trabalho acarreta efeitos imediatos na geração de renda e na ocupação.



Fonte: RAIS/CAGED

A figura acima mostra a criação de vagas formais no Brasil entre 2003 e 2012. Fica evidente o incremento substancial a partir de 2004, iniciado o ciclo de crescimento econômico. Os anos de 2007 e 2010, nos quais as taxas de expansão da economia foram 6,2% e 7,5%, respectivamente, apresentaram a maior criação de empregos formais: 2,5 milhões em 2007 e 2,9 milhões em 2010, confirmando a relação positiva entre crescimento econômico e geração de emprego.

A expansão econômica e a ampliação do emprego, combinada com determinadas políticas sociais, diminuiu a pobreza e melhorou a estrutura social na medida em que propiciou um processo de mobilidade social ascendente. Quase 28 milhões de miseráveis deixaram de existir, ao passo que mais de 30 milhões de pessoas se tornaram Baixa Classe Média. Esse movimento acarretou na queda da desigualdade observada pela diminuição no índice de Gini, que caiu de 0,583 em 2003 para 0,53 em 2012¹²². Olhemos os condicionantes e significados dessas mudanças econômicas e sociais.

O crescimento recente da economia brasileira possui condicionantes externos e internos.

¹²² Fonte: IPEADATA

Sob a perspectiva externa, as exportações brasileiras ampliaram-se bastante. De US\$73,1 bilhões em 2003 saltaram para US\$242,2 bilhões em 2013¹²³. Tal fato explica-se pelo aumento da demanda internacional e dos preços das *comodities* e matérias-primas, influenciado em grande medida pela voracidade do consumo chinês - que tornou-se nosso maior parceiro comercial. O Brasil, através da elevada produtividade agrícola decorrente da abundância de terras, da mecanização e da excelência de instituições como a Embrapa, aproveitou a conjuntura externa e foi um dos grandes beneficiados desse *boom* de *comodities*.

No tocante aos fatores internos, quatro são os principais motivos. O primeiro diz respeito à elevação do nível geral de investimentos puxado, em grande medida, pela retomada dos investimentos públicos - destacadamente os relacionados direta ou indiretamente ao PAC, Minha Casa Minha Vida e à cadeia produtiva do O&G (Óleo e Gás). O segundo, à expansão do crédito frente ao conjunto da economia, que passa de 24% do PIB em 2003 para 56% em 2013. Nesse universo, o incremento do crédito à pessoa física saltou de 5,7% do PIB em 2003 para 25,8% em 2013 ao passo que o destinado à pessoa jurídica foi de 17,4% para 30,2%¹²⁴. Em terceiro lugar, o aumento do salário mínimo, que salta de R\$ 240,00 em 2003 para R\$ 678,00 em 2013¹²⁵. Por último, a ampliação dos programas de transferência de renda, destacadamente o Bolsa-Família¹²⁶, que passa a contemplar 14,1 milhões de famílias em 2013 ante 3,6 milhões em 2003. Nesse ínterim, os valores transferidos aumentaram de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 24,9 bilhões¹²⁷.

¹²³ Fonte: BCB

¹²⁴ Idem

¹²⁵ Fonte: DIEESE

¹²⁶ “O que talvez seja ainda mais importante é que os benefícios do crescimento econômico estão sendo distribuídos de forma mais igualitária. A taxa de pobreza e as desigualdades de renda têm se reduzido. Mais pessoas do que nunca estão trabalhando – cerca de 7 em cada 10 brasileiros em idade de trabalho – e mais empregos estão sendo criados. A taxa de desemprego está em 5,3%, um nível historicamente baixo, e mais da metade da população conta agora com emprego com carteira assinada e com acesso ao crédito. Na última década, mais de 40 milhões de brasileiros chegaram à classe média. Isso representa um em cada cinco brasileiros! Esse crescimento inclusivo não se deu por acidente, mas é o resultado de políticas eficientes, implementadas para assegurar um crescimento mais forte e justo. Os esforços para facilitar o acesso da população à educação estão gerando aumentos sustentáveis na escolaridade e nos indicadores educacionais, permitindo que os trabalhadores obtenham empregos melhor remunerados. Os programas de complementação de renda também estão sendo reforçados: um excelente exemplo é, como todos sabem, o *Bolsa Família*, um programa de complementação de renda que vincula as transferências sociais à frequência escolar e à participação em programas de medicina preventiva.” Disponível em: <http://www.oecd.org/about/secretary-general/observacoes-secretario-geral-lanamento-do-estudo-economico-do-brasil-2013.htm>. Acessado em 11-5-2014.

¹²⁷ Disponível em www.mds.gov.br

Não há dúvidas de que o crescimento nesse período acarretou melhoras à sociedade brasileira. O incremento da renda e a expansão da base material atestam isso. A combinação entre aumento das exportações, do crédito, do investimento público, do salário mínimo e dos programas sociais dinamizou a economia e afetou positivamente o mercado de trabalho em seu conjunto, melhorando a qualidade de vida da população na medida em que proporcionou um acréscimo na renda mas também garantiu a expansão dos benefícios sociais mediante ampliação da formalização no mercado de trabalho e dos programas sociais.

Tabela 21 – Brasil, evolução do emprego e da renda do trabalho segundo a PME			
	2003	2008	2012
Taxa de Desemprego	12,3	7,9	5,5
Taxa de Participação	57,1	57	57,3
Taxa de Ocupação	50	52,5	54,2
Emprego Assalariado (%)	73,5	75,8	77,3
Ocupação não assalariada (%)	26,5	24,2	22,7
Emprego Formal (%)	70,2	74	79,5
Emprego sem carteira (%)	29,8	26	20,5
Renda Média do Trabalho	100	115,2	132,3

Fonte: Baltar (2014)

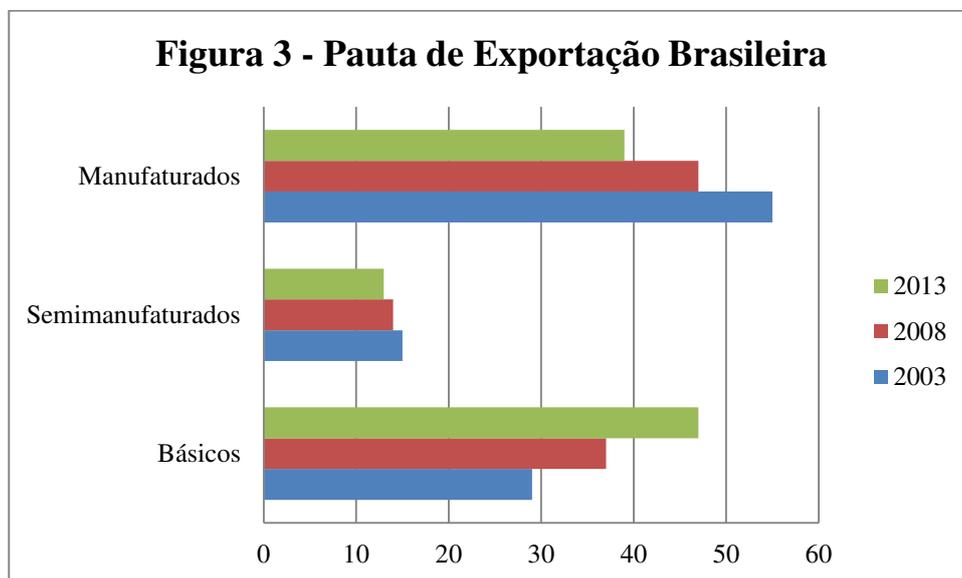
A análise da tabela acima mostra uma queda substancial na taxa de desemprego, que cai de 12,3% em 2003 para 5,5% em 2012. A ampliação da população ocupada foi impulsionada pelo aumento do emprego formal, que atinge quase 80% dos ocupados em 2012. Por sua vez, o incremento da formalidade amplia o assalariamento da economia, que passa a abranger 77,3% dos postos de trabalho.

Neste sentido, o movimento recente da economia brasileira traduziu-se na melhora do mercado de trabalho retratada tanto pelo incremento das ocupações quanto pela formalização das mesmas, proporcionando não só elevação do rendimento médio (que cresce de R\$ 1.626,00 em janeiro de 2003 para R\$ 2.067,10 em setembro de 2014)¹²⁸ como expansão dos benefícios trabalhistas garantidos pela legislação. Ao adicionarmos a este quadro um aumento dos recursos destinados aos programas sociais a partir de 2004, o resultado é uma melhora substancial na estrutura social brasileira. Entretanto, apesar desta indubitável constatação,

¹²⁸ Fonte: IBGE-PME. Em Reais constantes de setembro de 2014 (INPC).

algumas ressalvas devem ser feitas ao analisarmos a trajetória econômica e social do Brasil a partir de 2004.

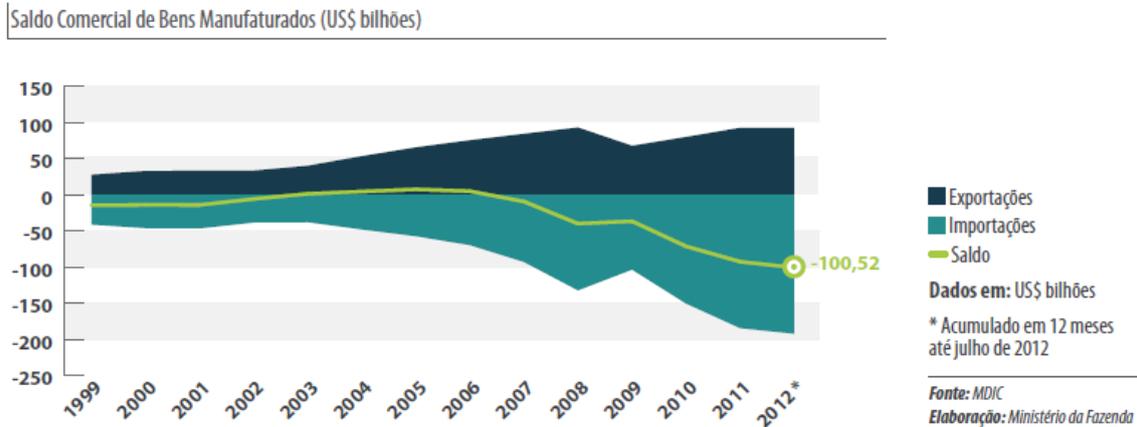
Com relação à expansão da demanda externa, que juntamente com o incremento do crédito doméstico e o ciclo de consumo foi a grande responsável pelo crescimento econômico recente, vale notar que nossa inserção no comércio internacional gradativamente restringiu-se à exportação de produtos primários ou industriais com baixo valor agregado e à importação de produtos mais elaborados.



Fonte: Funcex/Elaboração Própria

Os dados acima refletem a dinâmica do comércio exterior brasileiro: nossa participação nas exportações de produtos de maior valor agregado regride consideravelmente. Enquanto que em 2003 55% do que exportávamos correspondia a produtos manufaturados, em 2013 esse percentual caiu para 39%. Paralelamente, as exportações de produtos básicos saltaram de 29% para 47% do total no mesmo período. Retornamos à condição de primário-exportadores e, conseqüentemente, importadores de produtos de maior valor agregado, como mostra a figura abaixo:

Figura 4 – Brasil, Exportação, Importação e Saldo Comercial de Bens Manufaturados



Essa regressão no comércio internacional é “coerente” com o ajuste recessivo dos anos 1980 e com a escancarada abertura dos 1990 num contexto de sobrevalorização cambial, na qual a indústria perde seu protagonismo na economia acarretando um retorno ao padrão comercial pré 30. O esforço desenvolvimentista entre 1930 e 1980 parece desmanchado no ar. A história é antiga¹²⁹ mas é sempre bom lembrar as consequências do encolhimento industrial e da volta ao modelo primário-exportador: limitada capacidade de crescimento do produto, submissão no âmbito das relações econômicas internacionais, suscetibilidade à demanda externa, dependência tecnológica, necessidades de recursos externos, déficit em transações correntes, risco cambial e vulnerabilidade externa.

“A tendência para nós é a de ficarmos com os setores industriais de baixo conteúdo tecnológico: produzir, hoje, aço, alumínio ou papel não é muito diferente de fabricar tecidos, em 1930. Perderíamos, então, qualquer poder de crescimento autônomo, que deriva do investimento industrial em novos setores. O ritmo de nosso desenvolvimento voltaria a depender exclusivamente do comportamento das exportações” (Cardoso de Mello, 1992, p.60).

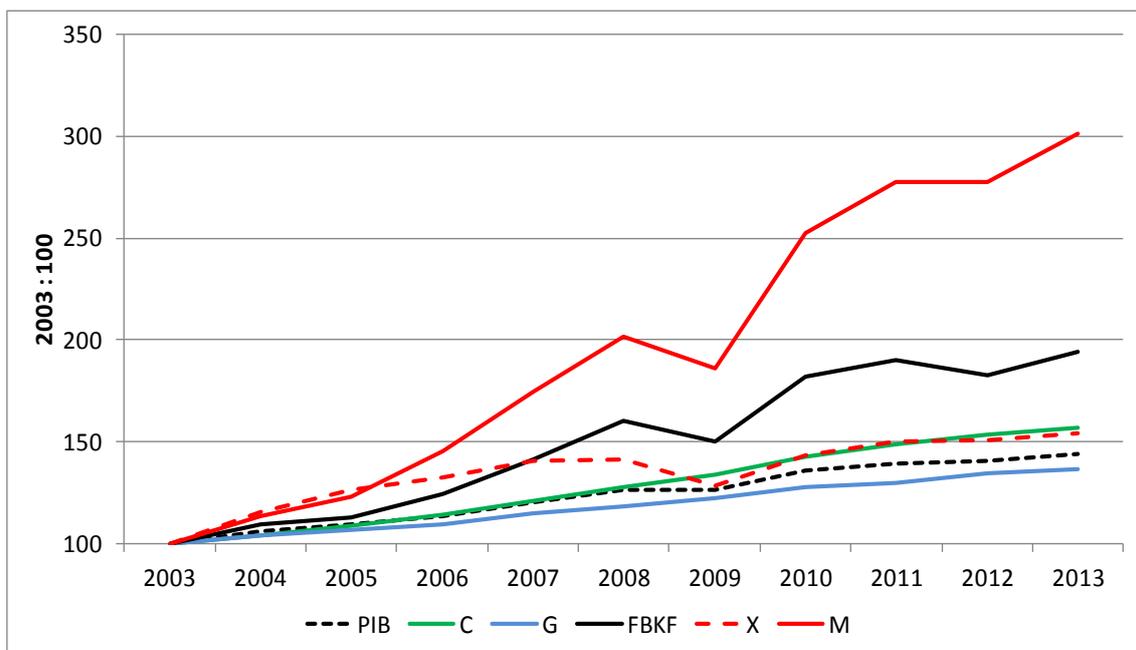
Parece que o acanhamento da política industrial e o não comprometimento de parte do empresariado nacional com os destinos da nação, aliado ao comportamento oposto dos países do leste asiático - destacadamente a China - acarretou no retrocesso da posição brasileira no

¹²⁹ “A posição subordinada da economia brasileira na economia mundial capitalista está duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial... a fragilidade do capitalismo brasileiro transformou-nos em campo de exportação de capitais dos países maduros...” (Cardoso de Mello, 1998, p.115).

comércio mundial. O mundo agradece: o crescimento econômico pindorâmico gera riqueza e empregos qualificados alhures. A título de exemplo, ao analisarmos o comportamento do comércio chinês com a Argentina, historicamente a principal parceira comercial do Brasil, percebemos nossa perda de mercado externo: enquanto a participação dos produtos brasileiros na pauta de importações argentina caiu de 34,4% do total em 2004 para 22,6% em 2013, a dos produtos chineses subiu de 3,9% em 2004 para 15,4% em 2013¹³⁰.

A queda nas exportações de produtos manufaturados é concomitante ao aumento das importações, que preenche o vácuo deixado pela produção doméstica.

Gráfico 4 – Brasil, Crescimento acumulado (variação trimestral), agregados selecionados



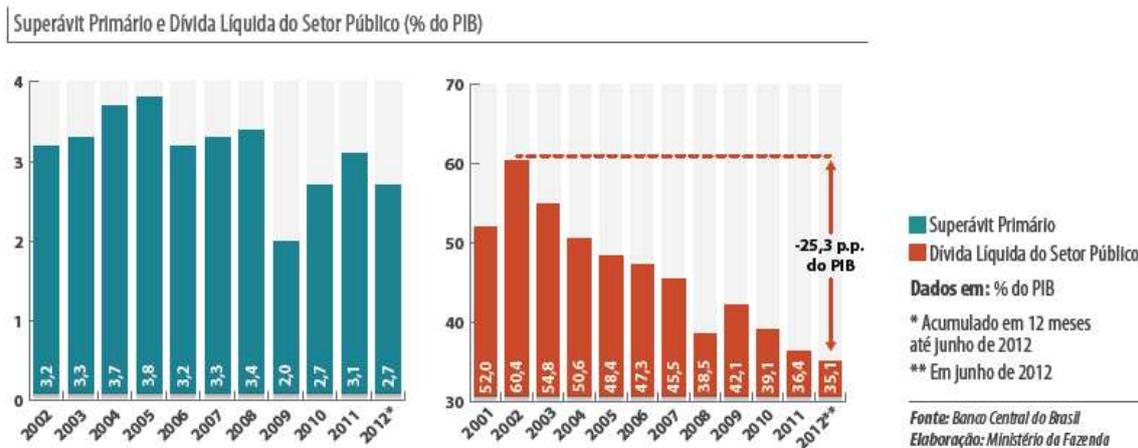
Fonte: Dados do Grupo de Estudos em Economia da Facamp, compilados pela professora Beatriz Bertasso.

O gráfico acima retrata o crescimento acumulado (evolução trimestral) entre 2003 e 2013 do PIB, do Consumo Total, dos Gastos do Governo, da Formação Bruta de Capital Fixo, das Exportações e das Importações. Percebe-se nitidamente o crescimento das importações a uma taxa muito maior que as demais variáveis. Apesar da FBKF caminhar na mesma trajetória das importações, revelando que parte do conteúdo importado é destinado à

¹³⁰ Dados disponíveis no jornal Folha de São Paulo, seção Mercado, publicado em 14 de setembro de 2014.

ampliação do investimento, permanece ainda uma diferença importante entre ambas, indicando a ampliação dos produtos importados na economia brasileira. É importante destacar o fraco desempenho dos Gastos do Governo, abaixo das demais variáveis, demonstrando nosso compromisso com o tripé da política econômica - em sintonia com a valorização do capital na esfera financeira.

Figura 5 – Brasil, Superávit Primário e DSLP



A figura acima mostra o comportamento do resultado fiscal e da dívida líquida do setor público entre 2002 e meados de 2012.

Percebe-se que excetuado o ano de 2009, duramente atingido pela Crise Mundial de 2008, o superávit primário situou-se na média de 3,24% do PIB entre 2002 e 2012, com destaque para 2005 no qual atingiu o pico de 3,8%. Neste sentido, o esforço fiscal do governo sofreu poucas alterações no período, em que pese o fato de sua dívida líquida ter se reduzido substancialmente de 60,4% do PIB em 2002 para 35,1% em 2012. A trajetória destas contas públicas demonstra que, independente do nível da dívida, o governo mostra-se extremamente comprometido com o tripé da política econômica - consubstanciado no câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário. Conforme discutido anteriormente, essa tríade é extremamente prejudicial ao desenvolvimento das forças produtivas, especialmente num contexto de crise internacional no qual desajustes cambiais podem acarretar oscilações dos preços internos ao passo que a austeridade estatal impossibilita o comportamento anticíclico do setor público.

No tocante aos condicionantes internos do crescimento entre 2004 e 2013, há motivos para otimismo e preocupações.

A expansão dos investimentos produtivos, em grande medida puxados pelo setor público, é de extrema relevância. Menos pela mudança de patamar – a FBKF ainda situa-se em torno de 18% PIB - e mais pelo simbolismo, os Programas de Aceleração do Crescimento e Minha Casa Minha Vida e os projetos de investimento relacionados à cadeia de O&G (destacadamente os conectados ao Pré-Sal) bem como à infraestrutura e energia (Belo Monte etc.) sinalizam a retomada do protagonismo estatal nas principais decisões econômicas, ampliando o horizonte de confiança e planejamento do setor privado.

Tabela 22 – Brasil, FBKF/PIB, anos selecionados

Ano	FBKF/PIB	FBKF/PIB	FBKF/PIB	Setor Público
	Setor Público (%)	Setor Privado (%)	(%)	(%)
2000	2,7	14,1	16,8	16,1
2005	2,6	13,4	16	16,3
2006	3	13,4	16,4	18,3
2007	2,9	14,5	17,4	16,7
2008	3,7	15,4	19,1	19,4
2009	4,2	13,9	18,1	23,2
2010	4,7	14,8	19,5	24,1
2011	4	15,3	19,3	20,7
2012	4,5	13,6	18,1	24,9

Fonte: Belluzzo & Almeida (2013)

A tabela acima mostra um aumento do investimento do setor público entre 2000 e 2012, saltando de 2,7% do PIB para 4,5%, ampliando sua participação de 16,1% para 24,9% sobre o investimento total na economia. Ainda que a reação do setor privado frente ao incremento das inversões públicas tenha sido tímida – mas é importante ressaltar o aumento em 2008 antes do estouro da Crise bem como em 2010 e 2011 frente aos estímulos fiscais e creditícios executados pela política anticíclica de combate à Crise -, a expansão do investimento público tem, além de seu efeito multiplicador positivo pelo conjunto da economia, a possibilidade de diminuir as incertezas e ampliar o *animal spirit* do setor privado no longo prazo. Tal papel desempenhado pelo Estado é uma lembrança remota no país, sendo o último grande projeto de desenvolvimento consubstanciado no II PND entre 1974 e 1979. A

“reintrodução” do planejamento estatal, ainda incipiente, aumenta a capacidade de execução de projetos de maior monta, principalmente num ambiente de crise internacional no qual, geralmente, as restrições internas e externas à maior intervenção estatal são debilitadas – conforme demonstraram as ações de Getúlio Vargas frente à Crise de 29¹³¹. Sendo assim, o momento é de otimismo. No entanto, há ainda um extenso caminho a percorrer, como afirmam Belluzzo & Almeida¹³²:

“No Brasil, certas iniciativas nos últimos anos procuraram reconstituir a capacidade financeira e de execução de projetos por parte do Estado. A definição de programas de inversão em infraestrutura com recursos do Orçamento federal, o PAC, a destinação de recursos do Tesouro para o financiamento de longo prazo por meio do BNDES e as medidas de incentivo e aperfeiçoamento da regulação e do crédito para a construção habitacional são exemplos. Elas tiveram efeito relevante, mas em termos da taxa de investimento do setor público, assim como da taxa de investimento global da economia, seu significado é ainda muito limitado. Assim, o investimento do setor público (incluídos os governos federal, estadual e municipal, além de empresas estatais federais) de 4,5% do PIB em 2012 na prática tão somente repôs o padrão anterior à onda neoliberal dos anos 1990. O mesmo ocorreu com a inversão global, que em um e outro período se situou no modesto nível de 18% do PIB”.

Outra questão que merece destaque, no âmbito da ação do setor público, é o esforço recente que o mesmo vem fazendo para ampliar parcerias e concessões junto ao setor privado, aumentando a sinergia e confiança entre ambos, como é o caso dos aeroportos e ferrovias.

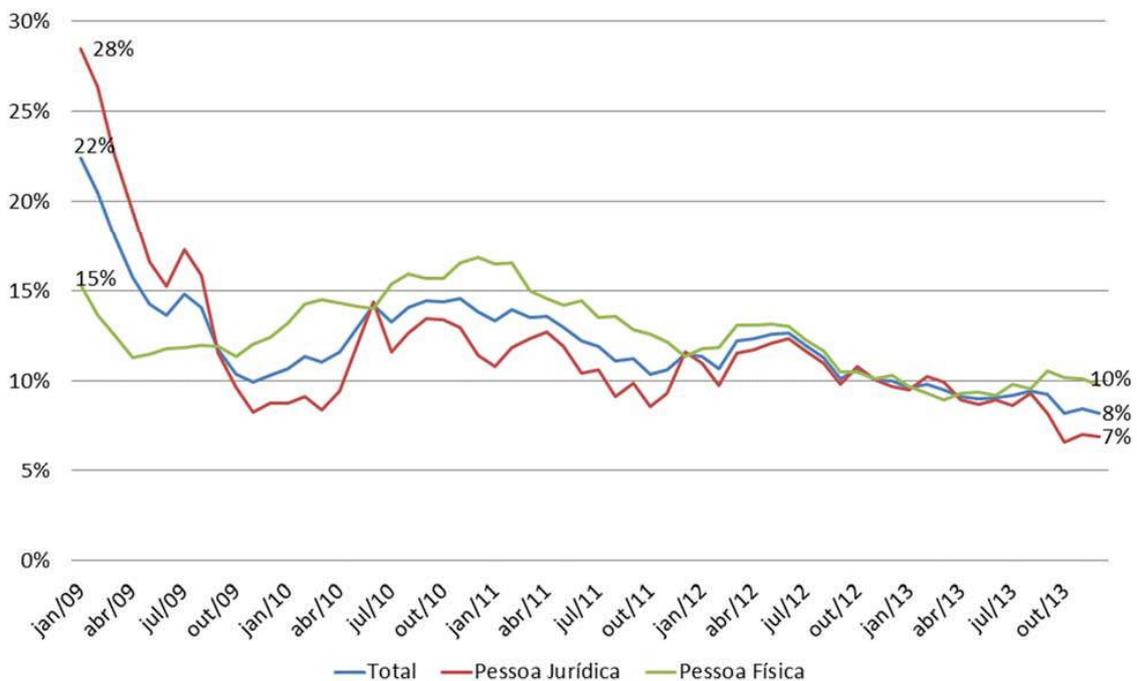
Com relação à expansão do crédito - outro fator crucial ao crescimento econômico recente - o movimento é bem-vindo mas poderia ser melhor. Sendo o capitalismo uma economia do endividamento na qual os agentes econômicos têm que recorrer ao sistema de crédito para executar seus investimentos, não resta dúvida da supremacia dos mecanismos de financiamento como dinamizadores do mercado. **No capitalismo, o crédito produtivo é a mola propulsora da economia.**

Conforme discutido anteriormente, há uma deficiência histórica nos instrumentos de financiamento de longo-prazo no Brasil. Neste sentido, incrementar os recursos creditícios é

¹³¹ “... quanto mais profunda for a crise, menores restrições internas (dos setores liberais e reacionários à industrialização) surgirão, fortalecendo o apoio político necessário para esse processo; quanto mais profunda e longa for a crise externa, tanto melhor para essa primeira etapa do processo, dado que a soberania nacional poderá ser melhor exercida, haja vista que os imperialismos estarão muito ocupados com suas próprias economias, dando-nos maior grau de liberdade” (Cano, 2002, p. 79).

¹³² “A macroeconomia dos desencontros”. Artigo publicado na revista Carta Capital em 28 de agosto de 2013.

condição *sine qua non* ao desenvolvimento econômico. Entretanto, em que pese a enorme ampliação dos recursos disponibilizados pelo BNDES - um dos maiores bancos de investimento do mundo, cujos financiamentos saltaram de R\$ 35,2 bilhões em 2003 para R\$ 190,4 bilhões em 2013¹³³ - a modalidade de crédito que mais se expandiu no Brasil foi a destinada à pessoa física e não ao investimento produtivo, variável chave ao crescimento e desenvolvimento econômico e social. É o que demonstra o gráfico abaixo, extraído da Nota Técnica nº 135, de maio de 2014, do DIEESE¹³⁴, que apresenta a taxa de crescimento real acumulado em 12 meses do saldo das operações de crédito no Brasil entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013.



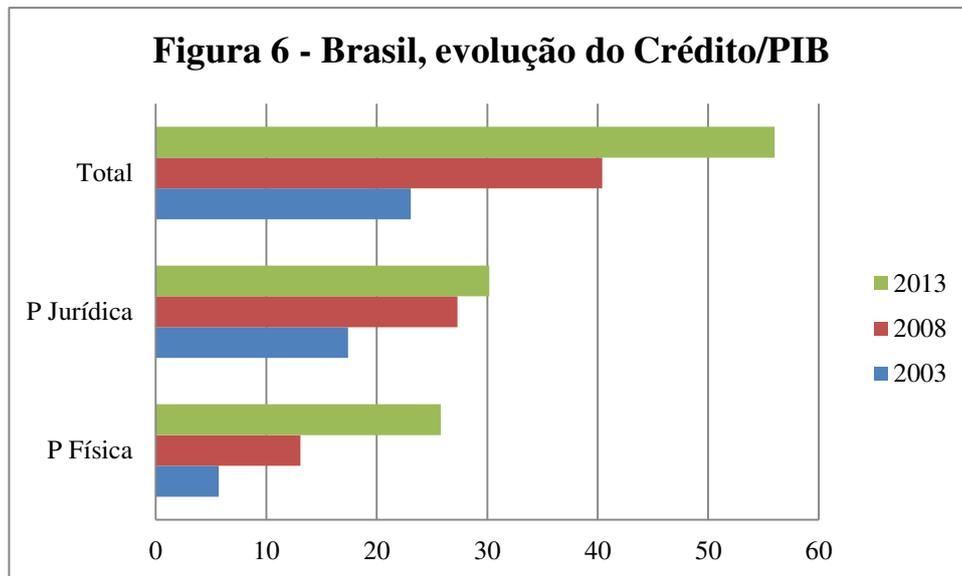
Fonte: DIEESE (maio de 2014)

Pode-se observar que, apesar da diligente ação das autoridades econômicas no enfrentamento da Crise de 2008 - incrementando consideravelmente o crédito à pessoa física mas principalmente à jurídica em 2009 - em geral a expansão do primeiro situa-se acima do segundo. Os dados do Banco Central do Brasil também confirmam essa tendência: enquanto a expansão do crédito total sobre o PIB, entre 2003 e 2013, variou de 24% para 56% -

¹³³ Fonte: www.bndes.gov.br

¹³⁴ Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>. Acessado em 21/05/2014.

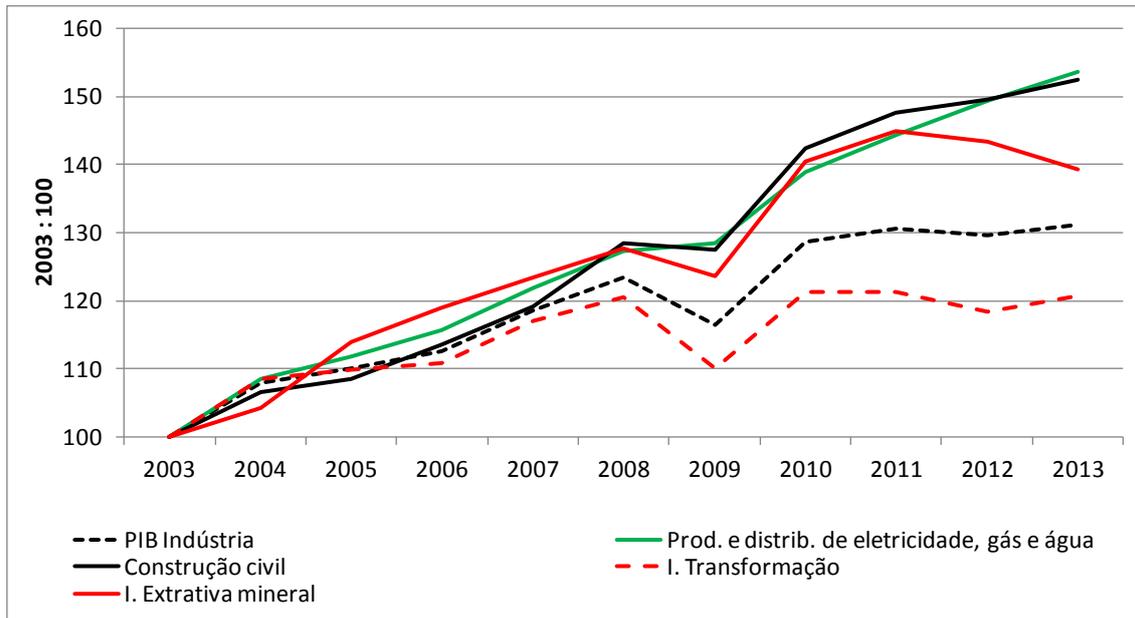
crescendo 133,3% em termos relativos, o crédito à pessoa física foi de 5,7% para 25,8% do PIB, expandindo 352,6%. No mesmo período, o crédito à pessoa jurídica foi de 17,4% para 30,2%, variando 73,6%.



Fonte: BCB. Elaboração Própria.

Esse movimento não é necessariamente ruim numa economia já desenvolvida, detentora de uma estrutura produtiva industrial avançada que muitas vezes precisa de um “viés consumista” para se dinamizar. Por outro lado, a elevação do crédito ao consumo numa economia aberta e com câmbio valorizado, cuja indústria foi dilacerada por mais de duas décadas, é fonte de preocupação. No curto-prazo, amplia a base material e a qualidade de vida das pessoas. No longo, destrói empregos e aniquila o principal setor da economia. O crescimento econômico pelo incremento do consumo tem vida curta; somente a elevação equilibrada do investimento é capaz de propiciar um desenvolvimento sustentado.

Gráfico 6 – Brasil, crescimento acumulado (var. trimestral) de setores selecionados



Fonte: Dados do Grupo de Estudos em Economia da Facamp, compilados pela professora Beatriz Bertasso.

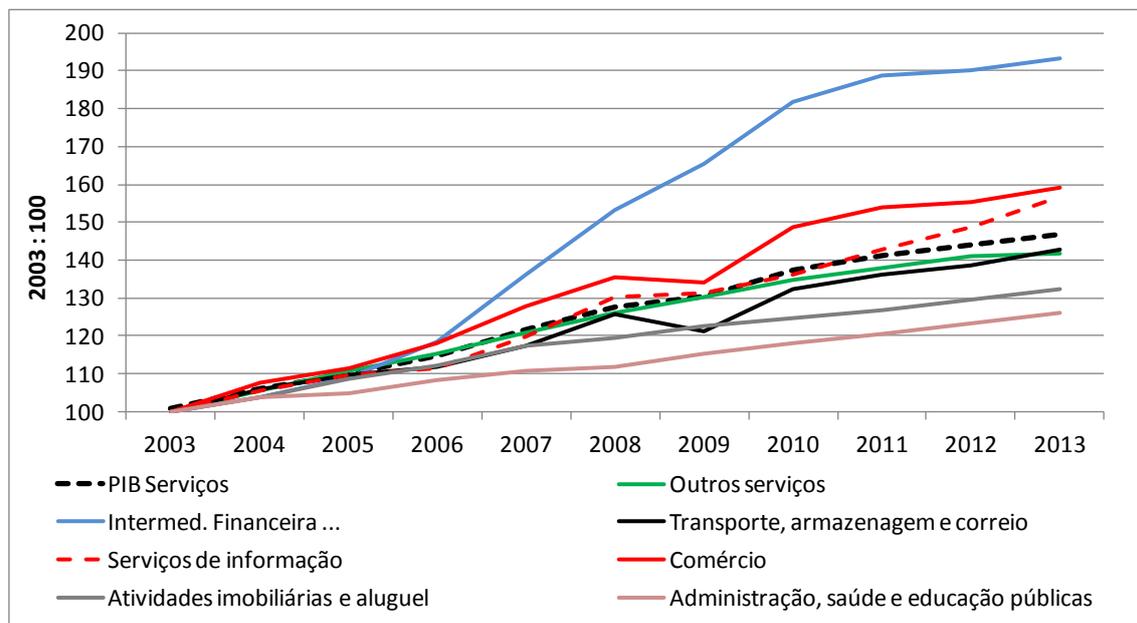
O gráfico acima mostra o crescimento acumulado entre 2003 e 2013 da indústria e seus variados “subsetores”.

Salta aos olhos o baixo desempenho da indústria de transformação, que cresceu abaixo dos demais a partir de meados de 2005. É um fato deveras preocupante, visto ser a indústria de transformação o setor mais diversificado e que mais agrega valor na economia, gerando empregos mais qualificados com maiores salários e direitos trabalhistas. O setor transforma matérias-primas em bens, incluídos os bens de consumo duráveis e não duráveis e o setor de bens de capital. Tal constatação piora ainda mais a situação na medida em que o decênio traduziu-se na expansão significativa dos bens de consumo duráveis domésticos, destacadamente a indústria automobilística e a linha branca, o que demonstra que o baixo incremento da indústria de transformação decorre da importação de bens de consumo não duráveis, de bens intermediários (peças e componentes) e principalmente de bens de capital, o mais importante dentre os industriais, acarretando não só maior dependência externa como diminuta capacidade endógena de reprodução/ampliação industrial, perpetuando assim um dos principais problemas da economia brasileira. De fato, de acordo com o relatório de março de 2014 da ABIMAQ: “A média anual da participação da importação no consumo brasileiro de máquinas e equipamentos saltou de **48%** em 2008 para **76%** em 2014. A produção

nacional continua o processo de perda de seu ‘market share’, no consumo brasileiro. Mesmo com a melhora registrada em março/14 o nível de participação continua sendo um dos menores da série histórica”. É importante ressaltar que o relatório destaca que o país que mais ampliou as exportações de máquinas e equipamentos para o Brasil foi a China. Enquanto que em 2007 as exportações chinesas perfaziam 8,2% do total de máquinas e equipamentos importados pelo Brasil, em março de 2014 elas atingiram 21,2% do total.

A piora no desempenho industrial decorre de uma combinação perversa entre juros elevados, abertura comercial e financeira, sobrevalorização cambial e ainda limitado investimento público e privado. Por outro lado, a elevação dos spreads bancários proporcionaram ganhos enormes às instituições financeiras em solo doméstico, aumentando muito a rentabilidade dos serviços de intermediação financeira.

Gráfico 7 – Brasil, PIB acumulado, setores selecionados



Fonte: Dados do Grupo de Estudos em Economia da Facamp, compilados pela professora Beatriz Bertasso.

O gráfico acima retrata o PIB acumulado entre 2003 e 2013 do setor de serviços e de seus “subsetores”. Três constatações são importantes.

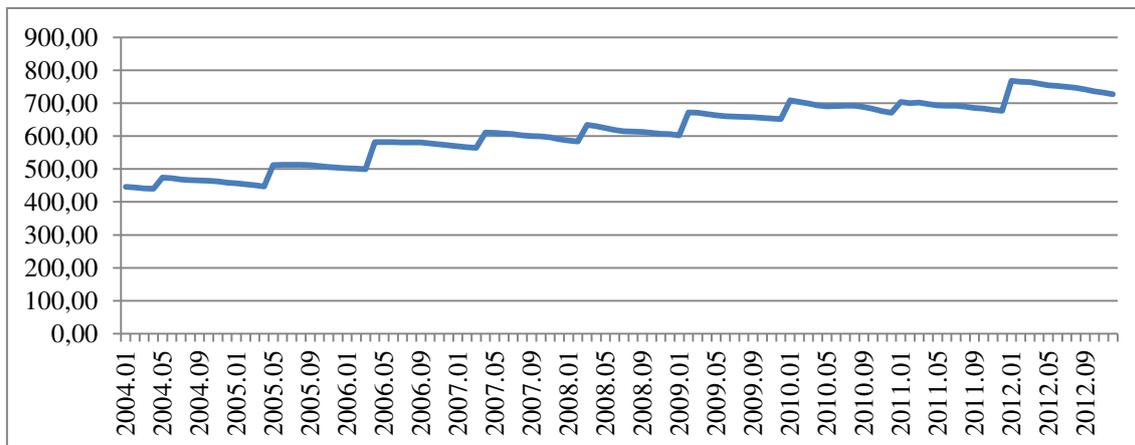
Em primeiro lugar, destaca-se o elevado crescimento da Intermediação Financeira, refletindo os vultosos ganhos¹³⁵ dos bancos e demais instituições financeiras com a política de juros altos - utilizados à exaustão como único instrumento para combater a inflação. Em segundo, o bom desempenho do comércio revela a expansão do crédito ao consumo e a insistência do governo em utilizar o mesmo como variável chave ao crescimento econômico, relegando ao investimento papel secundário. Por último, o baixo crescimento da Administração, Saúde e Educação Públicas, revelando o relativo diminuto gasto público em áreas essenciais – fruto da manutenção de elevados superávits primários.

Por fim, o aumento do salário mínimo e a expansão dos programas de transferência de renda, além de muito importantes ao crescimento econômico recente, são uma questão moral frente à heterogeneidade social intrínseca à sociedade brasileira. Sejam pelos baixos rendimentos da maioria das ocupações ou pelo apartamento de milhões de cidadãos do mercado de trabalho, a elevação do salário mínimo e a disseminação dos programas de transferência de renda são, antes de tudo, uma questão de justiça social. Era inconcebível que o mínimo garantido por Lei fosse menor do que o preço de um par de tênis ou incompatível com as três refeições diárias de uma família padrão, ou ainda que milhares de pessoas não tivessem a “liberdade” de escolha oferecida pelo dinheiro. Hoje o salário mínimo, ainda abaixo dos padrões dos países desenvolvidos, propicia relativa dignidade à parcela considerável dos lares brasileiros num contexto de baixo desemprego no qual mais de um membro da família consegue trabalhar. E os programas de transferência de renda, destacadamente o Bolsa Família, inibem a sujeição aos trabalhos degradantes, movimentam o comércio local de centenas de cidades pouco prósperas e confere aos beneficiados a possibilidade de arbitrar sobre o uso do dinheiro, liberdade desconhecida por milhares de pessoas até então¹³⁶. A crítica que se faz aqui à expansão do salário mínimo e dos programas de transferência de renda é à sua realização tardia.

¹³⁵ “Em 2013, os seis maiores bancos apresentaram lucro líquido total de R\$ 56,7 bilhões, com variação média de 11,2% em relação a 2012”. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2013/desempenhoDosBancos2013.pdf>

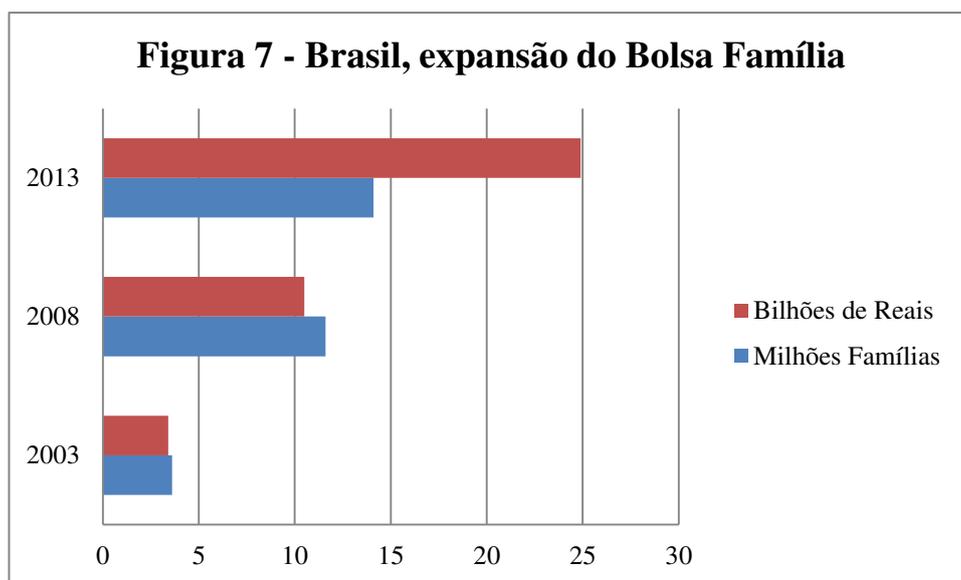
¹³⁶ “(...) não existe no mundo um programa mais eficiente de redução da pobreza do que o brasileiro e a prova disso é que está sendo imitado em vários países (...) O Bolsa Família é um sistema que dá liberdade à mulher, ajuda a mãe de família, mas cobra a obrigatoriedade de que ela cuide da educação e mantenha o filho na escola.” (Delfim Netto, em artigo intitulado A arte de cultivar incertezas, publicado na Carta Capital, Ano XX, nº 799, 14 de maio de 2014).

Gráfico 8 – Evolução do Salário Mínimo Real



Fonte: IPEADATA

O Gráfico acima mostra a evolução mensal do salário mínimo real a partir de janeiro de 2004, quando seu valor era de R\$ 444,00. Seu ponto máximo foi atingido em janeiro de 2012, quando chegou a R\$768,00. Sendo assim, sua taxa de expansão foi de 72,97% em termos reais, revelando um ganho significativo em seu poder de compra.



Fonte: MDS. Disponível em www.mds.gov.br. Elaboração própria.

A Figura acima mostra a evolução do Programa Bolsa Família no que tange às famílias beneficiadas e aos recursos dispendidos.

De um total de 3,6 milhões de famílias beneficiadas em 2003, o Programa passa a incorporar 11,6 milhões de famílias em 2008 e 14,1 milhões em 2013, expandindo-se a uma taxa de 291,7% no período. Por sua vez, os recursos dispendidos saltaram de R\$ 3,4 bilhões em 2003 para R\$ 10,5 bilhões em 2008, atingindo R\$ 24,9 bilhões em 2013, aumentando 632,4% no período!!!! Neste sentido, o benefício médio por família passou de R\$ 944,4 ao ano em 2003 para R\$ 1.765,9 ao ano em 2013, um acréscimo de 87%. É importante frisar que um benefício anual de R\$ 1.765,9 significa R\$ 147,16 mensais, em média, por família beneficiada pelo Bolsa Família.

Independentemente da vertente ideológica, posicionamento político ou comprometimento com o país, parece inquestionável a ocorrência de um duplo movimento nesse período recente: o crescimento econômico, mesmo que limitado pela crise mundial, e a geração de milhares de postos de trabalho formais com expansão da renda e queda na desigualdade. Nesses quesitos, as vozes de acadêmicos, analistas, políticos e estudiosos do tema vibram em uníssono.



Fonte: Pochmann (2010)

A Figura 8 acima retrata a trajetória da renda *per capita* e do índice de Gini no Brasil entre 1960 e 2009.

Após a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, finalizado o Plano de Metas, percebe-se três grandes movimentos: 1) 1960 a 1980, no qual há a simultaneidade da expansão da renda e da desigualdade, com forte expansão do mercado de trabalho; 2) 1980 a 2003, no qual ocorre, apesar das oscilações durante o período, estagnação da renda e da desigualdade em meio ao aumento do desemprego e das ocupações precárias; 3) 2004 a 2009, no qual há incremento da renda e redução na desigualdade com forte expansão do emprego formal. O período mais recente é, portanto, o único em que a *renda per capita* e a desigualdade caminham em direções opostas.

“Desde o final da primeira metade da década de 2000 observa-se o surgimento de um novo padrão de mudança social no Brasil. Esse terceiro padrão possui como características principais a combinação da expansão da renda nacional per capita com a queda na desigualdade pessoal da renda. Para os anos de 2004 e 2010, a renda per capita cresceu 2,9% como média anual, enquanto a desigualdade da renda pessoal caiu 1,5% em média ao ano. Com isso, observa-se também tanto a redução média anual da taxa de desemprego (5,2%) e da pobreza (4,8%), como o forte aumento médio anual no valor real do salário mínimo (7,1%), na ocupação (3,2%) e nos anos de escolaridade (3,8%) dos brasileiros. Em grande medida, o melhor desempenho nos indicadores de mobilidade social encontra-se fortemente associado ao conjunto de transformações na economia e nas políticas públicas (...) Entre 2004 e 2009, por exemplo, houve a geração líquida de 8,1 milhões de postos de trabalho formais, enquanto entre 1998 e 2003 foram criados apenas 1,9 milhão de novos empregos assalariados com carteira assinada em todo o Brasil” (Pochmann, 2010, p.642).

Mesmo após a eclosão da Crise de 2008, com seus efeitos deletérios sobre o comércio e o crédito internacional, a geração de empregos, o incremento da renda e a queda na desigualdade mantiveram a mesma trajetória progressista.

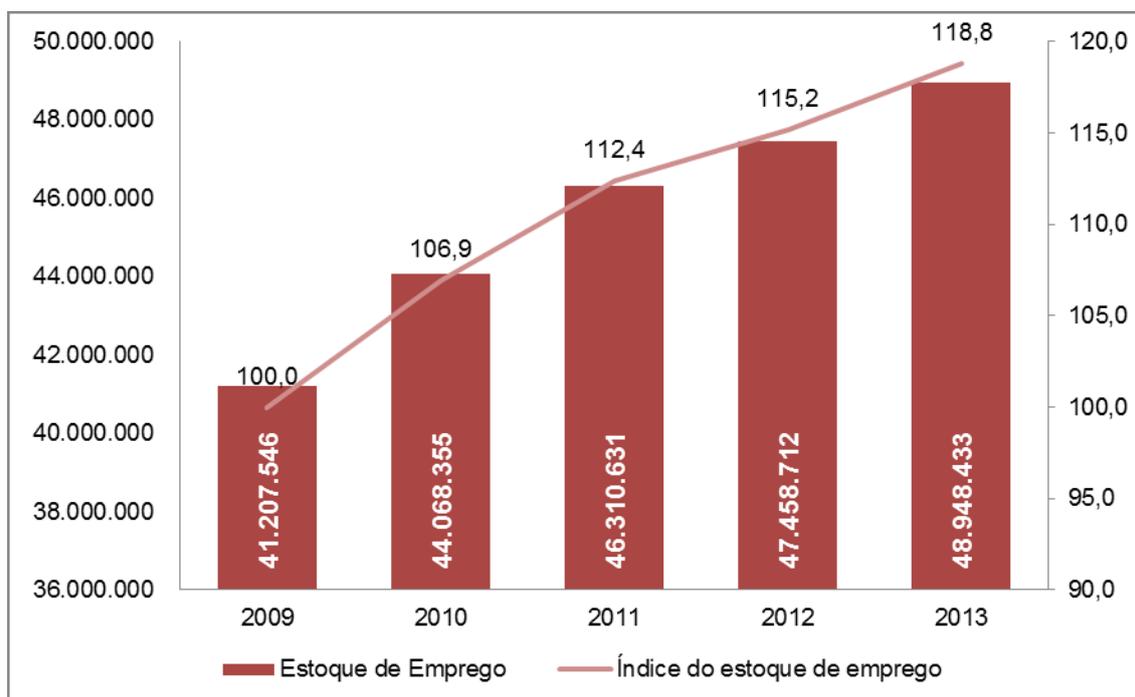
As medidas heterodoxas no enfrentamento da Crise, destacadamente a ampliação do crédito e o prosseguimento de determinados investimentos públicos aliados à manutenção dos reajustes do salário mínimo e dos benefícios sociais – juntamente com o apelo do então Presidente Lula para que as empresas não demitissem e as pessoas continuassem consumindo - mantiveram a economia relativamente aquecida. Acresceram-se a esse conjunto de medidas isenções fiscais importantes como a redução do IPI à uma série de bens duráveis, evitando quedas acentuadas no consumo. De acordo com Almeida (2010):

“Ou seja, propriamente relacionados à defesa do nível de atividade durante a crise e promotores da recuperação após a recessão do último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009, podem ser relacionados os instrumentos fiscal, o qual pode ser considerado tímido, o instrumento da liquidez, que mais propriamente defendeu o sistema bancário contra o risco de uma crise, e o instrumento do crédito dos bancos públicos, este sim o instrumento ativo da defesa da economia contra a crise e da restauração das condições de retorno ao crescimento (...) O governo não abriu mão dos investimentos do PAC, por exemplo. Pelo contrário, procurou ampliar esses investimentos e criou dois outros programas relevantes: o "Minha Casa, Minha Vida", que terá maior alcance a partir de 2010 e o "Programa de Sustentação do Investimento" (...) O governo também não voltou atrás em decisões como as de ampliar e reajustar o Bolsa Família, conceder reajuste do salário mínimo e também não restringiu o direcionamento do crédito, como por exemplo, no sistema que vincula a captação da caderneta de poupança, que teve significativo aumento no ano da crise, com o financiamento de moradias. (...) Foi, em suma, a manutenção e a evolução do nível do investimento público, mas, sobretudo a ampliação do crédito em plena crise, o determinante do êxito brasileiro em responder à crise internacional e superá-la com rapidez.”

Essas iniciativas anticíclicas, se insuficientes para evitar uma queda no crescimento em 2009, foram eficazes à manutenção das expectativas positivas¹³⁷ dos empresários, que retomaram seus investimentos em 2010 acarretando num crescimento econômico de 7,5%. Mesmo a partir de 2011, quando iniciou-se um “ciclo de baixa” na atividade econômica, tanto a expansão do emprego quanto da renda continuaram.

¹³⁷ “A crise interrompeu um ciclo de investimentos que se desenvolvia no Brasil. Mas, na medida em que seus efeitos foram controlados, não foi removida a perspectiva favorável que nutre a decisão de investir, vale dizer, a expectativa de um mercado em expansão que torna possível ao empresário antecipar uma atrativa rentabilidade do capital” (Almeida, 2010 b).

Gráfico 9 - Evolução do estoque de empregos e do índice do crescimento do estoque de empregos



Fonte: DIEESE (Setembro, 2014).

O gráfico acima retrata a evolução do estoque de empregos e do índice do crescimento do estoque de empregos entre 2009 e 2013, período pós Crise de 2008. Nesses cinco anos foram criados mais de 7,7 milhões de empregos formais, equivalente a uma expansão de 18,8%. Nesse ínterim, a remuneração média atingiu R\$2.266,00 em dezembro de 2013, mantendo sua trajetória ascendente e crescendo 12,2% em termos reais em relação a 2009. Como a remuneração média e o número de empregos cresceram simultaneamente, a massa salarial aumentou 33% desde 2009 - atingindo R\$106 bilhões¹³⁸ em 2013.

¹³⁸ DIEESE (Setembro de 2014)

3.4 – Conclusão do Capítulo

Procuramos neste Capítulo demonstrar os condicionantes e limites do crescimento econômico recente fundado, em grande medida, no incremento das exportações de produtos de baixo valor agregado e na expansão do consumo.

O aumento do apetite mundial por commodities elevou os preços e a quantidade dos produtos exportados pelo Brasil (e demais produtores agrícolas). Esse bônus externo contribuiu à dinamização da economia interna, impactando destacadamente o setor primário e em menor escala o agroindustrial, colaborando decisivamente ao crescimento econômico observado entre 2003 e 2013. Por sua vez, a demanda internacional acarretou na grande ampliação das reservas brasileiras, que saltaram de US\$ 20,5 bilhões em 2003 para US\$ 375,8 em 2013¹³⁹, diminuindo nossa vulnerabilidade externa elevando-nos à condição de credores líquidos internacionais.

Ao incremento das exportações acrescentou-se a sinalização e execução de determinados investimentos governamentais que, embora tímidos frente aos picos históricos de inversões públicas, estimularam o setor privado a investir. Paralelamente, a expansão do crédito e o aumento consistente do salário mínimo e dos programas de transferência de renda ampliaram o consumo e a base material. O corolário desses movimentos simultâneos foi, sem dúvida, o melhor desempenho do mercado de trabalho e o aumento da renda dos brasileiros, acarretando na criação de um consistente mercado de consumo de massas e no incremento das condições de vida da população.

Entretanto, essa trajetória progressiva revelou limitações – consubstanciadas principalmente no processo de desindustrialização sofrido pelo Brasil. A combinação entre canalizar esforços à exportação primário-exportadora, combater a inflação com juros altos e câmbio sobrevalorizado e dinamizar a economia expandindo o crédito ao consumo, mantendo paralelamente superávits primários elevados e abertura comercial generalizada, foi fatal à indústria nacional¹⁴⁰. A manutenção da política econômica alicerçada no tripé câmbio

¹³⁹ Disponível em www.bcb.gov.br

¹⁴⁰ “A valorização do câmbio foi largamente utilizada no Brasil para manter a inflação domesticada. A política de metas ao manejar a Selic apenas simulou a desimportância dos movimentos do câmbio nominal, ao mesmo tempo que sobreutilizava esse preço-chave para atingir seus objetivos. Nas pegadas da globalização financeira, o Brasil manteve por 20 anos uma combinação câmbio-juro hostil ao crescimento da indústria manufatureira, mas amigável à arbitragem e especulação, filhas diletas das ‘pressões de curto prazo’ exercidas pelos capitais

flutuante, metas de inflação e superávit primário inibiu maior intervenção do Estado na economia e prejudicou o planejamento de longo prazo, essenciais à formação de expectativas futuras capazes de impulsionar o investimento presente.

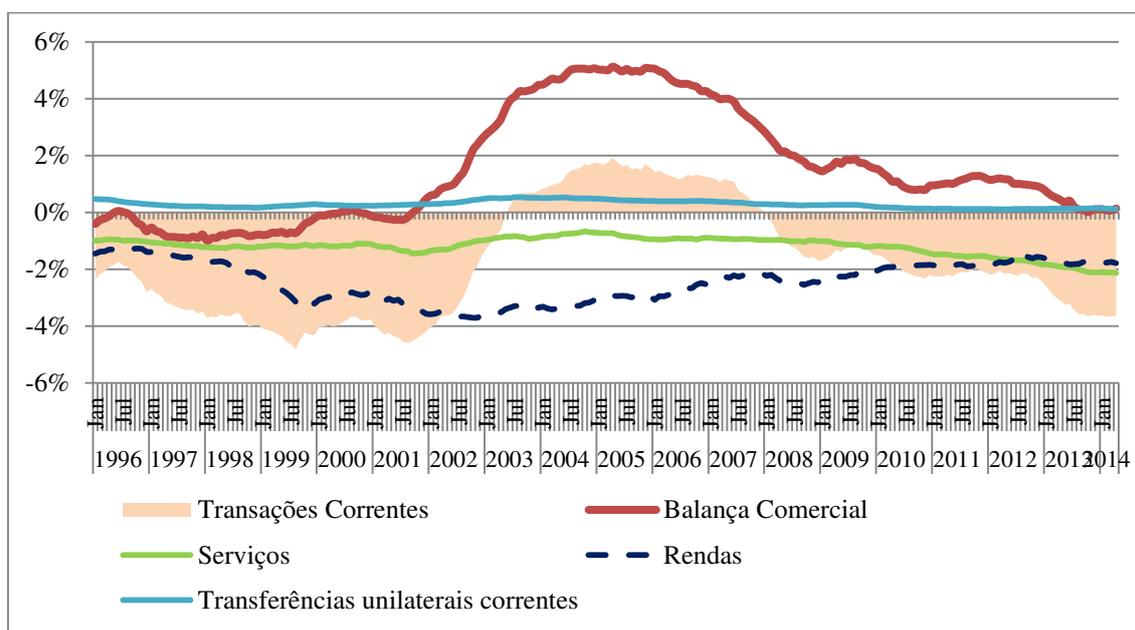
A diminuição dos investimentos industriais foi concomitante ao crescimento da importação de produtos manufaturados. A indústria perdeu densidade e capilaridade, restringindo sua capacidade de dinamizar o conjunto da economia tanto pela ótica do emprego quanto da renda. Acrescido o desfavorável cenário internacional, a consequência é o arrefecimento da atividade econômica e da geração de postos de trabalho - conforme observado a partir de meados de 2014. Por sua vez, a diminuição da atividade econômica e a perda de dinamismo do mercado de trabalho colocam em dúvida a capacidade das famílias em contrair novos endividamentos, levando ao limite a estratégia de crescimento via expansão do consumo. Nesta conjuntura, impulsionar o crescimento e a criação de empregos melhor remunerados demanda, necessariamente, a retomada da indústria mediante expansão dos investimentos produtivos puxados, em larga medida, pelos investimentos públicos.

A exportação de commodities diminui seu ímpeto num contexto de crise externa, revelando as limitações da estratégia centrada na venda de produtos de baixo valor agregado. O crédito ao consumo, numa economia aberta com câmbio valorizado, mostra sua inviabilidade frente a um projeto nacional de desenvolvimento de longo prazo calcado na industrialização e na ampliação da infraestrutura produtiva, urbana e social capaz de fornecer serviços públicos de qualidade ao conjunto da nação¹⁴¹. Ao adicionarmos a esse cenário as constantes remessas de lucro e os elevados pagamentos de juros, o resultado é uma ampliação da nossa vulnerabilidade externa expressa no crescente déficit em transações correntes:

(neuróticos ou racionais?) sobre as economias nacionais dos países de moeda não conversível” (“Os money doctors”. Artigo escrito por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo na Revista Carta Capital nº 819, de 1º de outubro de 2014).

¹⁴¹ “Um padrão de desenvolvimento que aumente a participação da indústria e dos serviços, principalmente em setores de maior densidade tecnológica, geraria também oportunidades de empregos mais qualificados e melhor remunerados. O avanço das políticas sociais também criaria postos de trabalho de maior qualificação nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança etc. Assim, novas oportunidades abertas nos setores privado e público poderiam servir de meio para a mobilidade social ascendente” (Barbosa de Oliveira, 2010, p.191).

Figura 9 – Brasil, Saldo da Conta de Transações Correntes



Fonte: Dados do Grupo de Estudos em Economia da Facamp, compilados pelos professores Guilherme Mello e Paulo Van Neije.

Tanto pela ótica interna quanto pela externa o Brasil vive um impasse refletido nas baixas taxas de crescimento de 2012 e 2013: a expansão do consumo, sem a devida contrapartida do investimento, dá sinais de exaustão; e as exportações perderam fôlego, diminuindo sensivelmente nosso superávit comercial e piorando o resultado das contas externas. Manter a trajetória de crescimento da renda e do emprego observada até então exige a expansão dos investimentos produtivos centrados na infraestrutura e na indústria, que propiciariam maior dinamização do mercado interno ao passo que reduziriam as importações de produtos manufaturados na medida em que a produção doméstica ganhasse corpo e consistência. Reside aqui o principal desafio do próximo governo¹⁴².

É importante explicitar que além dos limites ao crescimento baseado na exportação de produtos de baixo valor agregado e na expansão do consumo, o segundo mandato da Presidente Dilma não contará com o bônus externo tampouco com um novo ciclo de crédito e consumo. Se a “estratégia” de crescimento anterior era limitada e nociva ao desenvolvimento industrial, porém permitia ao governo procrastinar a resolução dos entraves econômicos ao

¹⁴² “(...) cabe advertir para a importância da luta política pela continuidade do desenvolvimento, pois nos anos 1980 e 1990 a estagnação que se sucedia aos curtos ciclos de crescimento provocava perdas rápidas nos ganhos acumulados na expansão” (Barbosa de Oliveira, 2010, p.185).

desenvolvimento na medida em que propiciou o aumento da renda e do emprego, agora isso não mais será possível. Ou o governo enfrenta o problema de fato ou a crise econômica e social será de proporções assustadoras... Com a indicação do novo Ministro da Fazenda, nos parece que a crise foi a opção escolhida pela Presidente.

Esperamos que a discussão sobre os condicionantes e limites ao crescimento econômico recente tenha sido aqui realizada. No tocante aos tipos de empregos gerados, abordaremos a questão no próximo capítulo. Uma observação, entretanto, faz-se necessária: é imprescindível ao leitor ter em mente que o crescimento recente deu-se sobre uma base produtiva dilacerada por quase 25 anos de baixo crescimento; e que nos últimos 10 anos (1994 – 2003) acresceram-se ao diminuto dinamismo econômico uma abertura comercial e financeira banhadas à taxas de juros e câmbio reais bastante valorizadas. O fato de o dinamismo econômico pós 2003 ter ocorrido sobre uma “terra arrasada” - na qual a economia amargurou décadas de baixo desempenho - tem duas consequências imediatas: 1) uma resposta rápida à geração do emprego e da renda, dado o baixo patamar do “ponto de partida”; 2) a incapacidade de recomposição da indústria nacional na ausência de uma política industrial robusta. Combinadas, ambas as consequências acarretam na geração de empregos menos qualificados e na dificuldade de se constituir uma trajetória de crescimento sustentável de longo prazo, colocando em risco o processo de mobilidade social recente vivenciado principalmente pelas camadas menos favorecidas.

Capítulo IV – A Baixa Classe Média sob a ótica social, ocupacional e educacional: um estudo regional

4.1 - Introdução

Os capítulos anteriores procuraram retratar a evolução da Classe Média “tradicional” e da Baixa Classe Média (Classe C) à luz das transformações econômicas, políticas e sociais vivenciadas pelo Brasil a partir de 1930, iniciado nosso processo de industrialização e constituído nosso Estado Nacional Capitalista.

Partindo do pressuposto de que mudanças na estrutura produtiva ensejam mudanças na divisão social do trabalho que afetam as demais relações econômicas e sociais, objetivou-se mostrar como o desenvolvimento das forças produtivas rebate na estrutura ocupacional, na geração de renda e na estruturação social. Mediante a constatação de que o crescimento econômico acarreta a geração de novos postos de trabalho e o incremento da renda, observou-se no Capítulo I que entre 1930 e 1980, e principalmente entre 1956 e 1973, a expansão econômica decorrente da industrialização acelerada e da estruturação do setor público em meio a um intenso processo de urbanização propiciou o surgimento de milhares de ocupações típicas de classe média bem como de novos postos de trabalho manuais sujeitos à enorme mobilidade social presente no período, o que significou alterações profundas e positivas na estrutura social. Em contrapartida, conforme descrito no Capítulo II, a estagnação que tomou conta da economia durante os 23 anos compreendidos entre 1980 e 2003 culminou na destruição de milhares de postos de trabalho, no encolhimento da renda e na precarização dos serviços públicos, deteriorando a estrutura social e a sociedade brasileira. Por outro lado, o crescimento recente da economia relatado no Capítulo III traduziu-se em expressiva elevação das ocupações e no incremento significativo da renda, dinamizando o mercado de trabalho e a estrutura social.

Neste sentido, o objetivo deste capítulo é demonstrar e analisar as transformações ocorridas na estrutura social brasileira entre 2004 e 2012 enfatizando o principal fenômeno

observado nesse processo: a expansão da Classe C¹⁴³. Na primeira parte do capítulo, retrataremos as transformações sociais em seu conjunto, observando panoramicamente a dinâmica nas classes sociais como um todo. Na segunda parte, concentraremos os esforços em uma análise mais profunda sobre a Baixa Classe Média no tocante à estrutura social, ocupacional e educacional.

Em ambas as partes priorizar-se-á o enfoque regional, objetivando ressaltar as particularidades regionais nas transformações sociais recentes com o intuito de melhor compreender seu movimento em nível nacional.

4.2 – Transformações recentes na Estrutura Social Brasileira

Sob qualquer perspectiva da análise econômica – ortodoxa, heterodoxa, de esquerda, de centro ou de direita – ou social - histórica, sociológica ou política -, é unânime a constatação de uma melhora na estrutura social brasileira a partir de 2004. Tal consenso repousa na observação do incremento da ocupação e da renda auferido pelo conjunto da sociedade nos últimos anos, principalmente em seu aumento substancial no estrato populacional conhecido como Baixa Classe Média. Como atestam os números, este estrato obteve o maior crescimento na massa de renda e a maior expansão de postos de trabalho no período. Ainda, como veremos adiante, entre 2004 e 2012 os estratos superiores (Média e Alta Classe Média) também evoluíram positivamente, porém em menor intensidade quando comparados à Baixa Classe Média. Este movimento foi simultâneo à queda significativa do número de Miseráveis no país, que em 2004 eram aproximadamente 42 milhões de pessoas e em 2012 chegaram a pouco mais de 14 milhões, uma redução substancial de mais de 27,8 milhões de indivíduos!!! Paralelamente, diminuiu em 7.304.253 a quantidade de pessoas aqui denominadas Massa Trabalhadora (pobres, situadas pouco acima dos Miseráveis). Neste sentido, a retração acentuada dos estratos inferiores (Miseráveis e Massa Trabalhadora) e o

¹⁴³ Conforme supracitado, a metodologia utilizada neste trabalho refere-se à Classe C como *Baixa Classe Média*. Enquanto a renda familiar da Classe C vai de R\$1.315,00 a R\$5.672,00, a renda familiar da BCM vai de R\$1.664,00 a R\$4.160,00. Apesar da diferença entre as rendas, nosso recorte monetário engloba a maioria (aproximadamente 87%) das famílias da Classe C. Em trabalho recente, Kerstenetzky & Uchôa (2013) dividem os domicílios da assim chamada Classe C ou Nova Classe Média em três faixas de renda: 1) de R\$1.315,00 a R\$2.768,00, que contempla 60% dos domicílios; 2) de R\$2.768,00 a R\$4.220,00, que contempla 27% dos domicílios; 3) de R\$4.220,00 a R\$5.672,00, que contempla 13% dos domicílios.

aumento considerável das classes médias atestam uma progressão da estrutura social brasileira na medida em que refletem a ascensão das camadas mais baixas às intermediárias, indicando clara melhora – o que não impede a constatação da permanência de problemas estruturais na sociedade brasileira, notadamente a enorme desigualdade, os baixos rendimentos e a carência nas áreas sociais básicas como educação, saúde e infraestrutura.

É importante ressaltar, no âmbito do debate sobre estrutura social e destacadamente sobre Baixa Classe Média ou Classe C, que a maioria esmagadora dos estudos referentes ao tema baseia-se exclusivamente na análise da renda para inferir suas conclusões.

Embora importante variável de análise, principalmente em um país como o Brasil com carências estruturais em infraestrutura, educação, saúde, habitação e políticas de proteção social no qual possuir recursos monetários é um diferencial¹⁴⁴ na qualidade de vida, a análise baseada exclusivamente na renda pode acobertar desigualdades “estruturais”. Ao tomarmos dois indivíduos com rendas iguais provenientes de origens sociais distintas abstraímos as “vantagens familiares” que asseguram determinados monopólios sociais, marca registrada da sociedade brasileira. Um economista filho de médico que mora em Perdizes tem uma vida diferente do torneiro mecânico que vive em São Mateus, ainda que declarem a mesma renda. Paradoxalmente, se a renda maior é garantia de uma vida melhor num país com carências nas mais diversas áreas, a heterogeneidade social derivada em parte destas mesmas carências pode ser acobertada ao tratarmos os indivíduos como iguais ao declararem a mesma renda.

A limitação¹⁴⁵ da análise baseada exclusivamente na renda é a *massificação* dos indivíduos, no sentido de serem tratados como iguais cuja diferença baseia-se unicamente na renda auferida. Tal fato oblitera percepções mais subjetivas sobre as diferenças entre as pessoas em uma sociedade tão desigual como a nossa, jogando por terra qualquer tentativa mais qualitativa de compreensão baseada em classes, estratos ou segmentos. De acordo com Quadros (2003): “... no grosso dos trabalhos de perfil acadêmico mais recentes, que tomam os indivíduos, e não as classes, como unidade de análise. Em suas ‘classes’ A,B,C,D,E,... ou em seus percentis (os 5% ou 10% mais ricos, os 50% mais pobres, etc.) indivíduos indiferenciados são agregados por faixas de rendimentos médios. Com isso, assumem que, salvo as diferenças de renda, todos os indivíduos são iguais... ‘capta’ corretamente os

¹⁴⁴ Ver Maia (2006)

¹⁴⁵ “Não obstante, muito embora a renda seja o elemento diferenciador mais comumente utilizado, especialmente entre economistas e especialistas em marketing, há amplo consenso de que se fazem necessários critérios sociológicos” (Kerstenetzky & Uchôa, 2012, p.2).

indivíduos enquanto consumidores massificados e homogeneizados pela publicidade e meios de comunicação. Entretanto, de uma perspectiva que toma o indivíduo enquanto cidadão (republicano) ele se mostra inadequado, uma vez que, em termos de horizontes de vida (acesso às oportunidades, direitos efetivos, 'interesses estratégicos', etc.), indivíduos de uma mesma faixa de rendimentos, mas com diferentes situações de classe, podem revelar distinções cruciais.¹⁴⁶

Para além da realidade brasileira, a adoção de critérios meramente estatísticos na agregação por rendimentos médios obscurece diferenças importantes na concretude social de diferentes países na medida em que, independente do nível de renda, todo país possui estatisticamente uma classe baixa, uma média e uma alta. Estatisticamente há classe média no Brasil, na Bolívia, no Zaire, no Japão e na Suécia.

Apesar de tudo, é inquestionável a relevância da renda no estudo da realidade econômica e social nacional. Situados numa economia capitalista selvagem na qual praticamente tudo é precificado, dinheiro significa obtenção. Na sua ausência, prevalece a carência. Minimizar a importância da renda é desconhecer a realidade brasileira. Por outro lado, amenizar os problemas intrínsecos à estrutura social que ultrapassam¹⁴⁷ a questão monetária é ignorar nossa história. O desafio consiste, portanto, em como utilizar a renda declarada para estratificar a sociedade sem obscurecer a concretude da estrutura social.

Neste sentido, uma abordagem de estudo que transponha o universo da renda faz-se necessária ao melhor entendimento da realidade social brasileira.

4.2.1 - A abordagem Sócio-Ocupacional

A contraposição à abordagem neoclássica de classificação dos indivíduos exclusivamente mediante seus rendimentos foi realizada por intelectuais comprometidos com a humanidade e preocupados em entender com mais profundidade o mundo em que viviam.

¹⁴⁶ Daí a importância da estrutura ocupacional elaborada por Mills, cuja abordagem extrapola o indivíduo.

¹⁴⁷ “(...) queremos chamar a atenção para o fato de a elevação do padrão de vida não depender somente da renda monetária, mas também das políticas sociais, que também têm caráter distributivo, pois beneficiam proporcionalmente mais as camadas menos favorecidas” (Barbosa de Oliveira, 2010, p.188).

Avessos à ideia de que a totalidade é a mera soma das partes, grandes pensadores procuraram compreender a sociedade como um complexo composto por classes sociais que se digladiam sob a égide da concorrência imposta por um regime assentado na busca incessante pela valorização do capital. Karl Marx, um dos maiores pensadores de todos os tempos, é o genitor desta linha de pensamento. Ao tratar as pessoas como peças de uma engrenagem maior, destituídas de vontade própria e submetidas à um conjunto de relações sociais derivadas da estrutura econômica – relações alheias às vontades pessoais – Marx joga por terra a primazia da análise individual e coloca os conflitos entre as classes¹⁴⁸ no regime capitalista como central ao entendimento do mundo em que vivemos.

A compreensão gestáltica de Marx considerava a existência de três classes sociais que formavam o regime de produção capitalista, embora admitisse que as mesmas não abarcassem a sociedade em sua plenitude:

“Los propietarios de simple fuerza de trabajo, los propietarios de capital y los propietarios de tierras, cuyas respectivas fuentes de ingresos son el salario, la ganancia y la renta del suelo, es decir, los obreros asalariados, los capitalistas y los terratenientes, forman las tres grandes clases de la sociedad moderna, basada en el régimen capitalista de producción.

Es en Inglaterra, indiscutiblemente, donde más desarrollada se halla y en forma más clásica la sociedad moderna, en su estructuración económica. Sin embargo, ni aquí se presenta en toda su pureza esta división de la sociedad en clases. También en la sociedad inglesa existen fases intermedias e de transición que oscurecen en todas partes (aunque en el campo incomparablemente menos que en las ciudades) las líneas divisorias. Esto, sin embargo, es indiferente para nuestra investigación (...)

El problema que inmediatamente se plantea es éste: ¿qué es una clase? La contestación a esta pregunta se desprende en seguida de la que demos a esta otra: ¿qué es lo que convierte a los obreros asalariados, a los capitalistas y a los terratenientes en factores de las tres grandes clases sociales?

Es, a primera vista, la identidad de sus rentas y fuentes de renta. Trátase de tres grandes grupos sociales cuyos componentes, los individuos que los forman, viven respectivamente de un salario, de la ganancia o de la renta del suelo, es decir, de la explotación de su fuerza de trabajo, de su capital o de su propiedad territorial”(Marx, 2001, p.817).

¹⁴⁸ Apesar da grande contribuição, o estudo de Marx sobre as classes sociais ficou inacabado - como podemos observar no *Capítulo LII (As Classes) da Seção Sétima do Livro III*, que contém pouco mais de uma página. De acordo com Engels: “Finalmente, la sección séptima aparecía redactada en su integridad, pero sólo en forma de primer proyecto, cuyos períodos interminables era necesario desdoblar para poder darla a la imprenta. Del último capítulo sólo existe la primera parte. Aquí habían de estudiarse las tres grandes clases de la sociedad capitalista desarrollada correspondientes a las tres grandes formas de renta – la renta del suelo, la ganancia y el salario – los terratenientes, los capitalistas y los obreros asalariados, y la lucha de clases inseparable de su existencia, como resultado efectivo del período capitalista. Marx solía reservar estas síntesis finales para la última redacción...” (Prólogo do Livro III, *El Capital* (2001), p.12).

Marx despreza portanto a tradição clássica, que trata indiscriminadamente todas as pessoas como iguais que se diferenciam apenas pelo montante de rendimento auferido, ao situar cada indivíduo em uma das três classes sociais cujas rendas originam-se de fontes específicas.

Ao dividir a sociedade entre proprietários de terra, capitalistas e trabalhadores, Marx parte da estrutura produtiva de uma economia capitalista¹⁴⁹ e de sua correspondente divisão social do trabalho para estratificar a sociedade em classes. À estas classes correspondem indivíduos que ocupam determinada posição na divisão social do trabalho, da qual provém sua renda. A identidade entre essas pessoas é, portanto, definida pela função que exercem na divisão social do trabalho (trabalhador, proprietário de terra ou capitalista) à qual corresponde determinada fonte de renda (salário, renda da terra e lucro). Em última instância, a classe é definida pela ocupação (função exercida na divisão social do trabalho) que propicia a obtenção da renda.

A divisão da sociedade em três classes sociais fora bastante adequada ao momento no qual Marx viveu¹⁵⁰ - um mundo no qual a II Revolução Industrial estava sendo gestada, transitando do capitalismo concorrencial para o monopolista. Entretanto, a complexidade produtiva oriunda das transformações econômicas sucedidas a partir da segunda metade do século XIX (discutidas no Capítulo I) ensejou mudanças profundas na estrutura social dos países industrializados avançados. A divisão entre proprietários de terra, capitalistas e trabalhadores torna-se insuficiente¹⁵¹ para compreender a nova sociedade que emergira do advento da II Revolução Industrial e da constituição do capitalismo monopolista.

Um estudo mais adequado à nova realidade econômica e social derivada das transformações produtivas ocorridas a partir de meados do século XIX, baseado no entendimento de que a sociedade capitalista é formada por classes ou camadas sociais, foi realizado por Wright Mills em seu livro *White Collar* (A Nova Classe Média), cuja primeira

¹⁴⁹ Que mesmo plenamente constituída abarca relações sociais marginais “extra” econômicas, o que explicaria as fases *intermediárias e de transição que obscurecem em todas as partes as linhas divisórias*.

¹⁵⁰ Karl Marx nasceu em Tréveris, Alemanha, no dia 5 de maio de 1818 e morreu em 14 de março de 1883, em Londres, Inglaterra. Para um excelente relato de sua vida pessoal e intelectual, ler “Karl Marx o el espíritu del mundo”, de Jacques Attali, publicado pelo Fondo de Cultura Económica da Argentina (Buenos Aires, 2007).

¹⁵¹ “A principal acusação que se pode fazer a John Stuart Mill e Karl Marx é a de terem escrito seus trabalhos há cem anos. O que se passou desde então não pode ser explicado apenas como a destruição do mundo do século XIX; hoje temos diante de nós os contornos de uma nova sociedade, baseada em instituições que o século XIX desconheceu. A ideia geral da nova classe média, com toda a sua imprecisão e também com todas as suas ramificações complexas, é uma tentativa de compreensão dessas mudanças na estrutura social e no caráter humano” (Mills, 1979, p.21).

edição data de 1951. Nesta grande obra Mills dedica-se ao estudo dos colarinhos brancos – trabalhadores urbanos, não proprietários e que exercem ocupações não manuais – através da análise das mudanças ocorridas na economia estadunidense entre o final do século XIX e começo do XX (conforme descrito na Introdução dessa Tese).

Mediante a constatação das transformações na estrutura produtiva a partir da II Revolução Industrial, Mills observa o advento de uma nova camada social assalariada que não era proprietária de terras ou de qualquer outro negócio, morava nas cidades e executava trabalhos não manuais, seja na parte administrativa da empresa, nos escritórios, no setor de serviços em geral ou no aparelho burocrático estatal. A essa nova camada, que não era proprietária e executava trabalhos “intelectuais”, Mills classificou de “colarinhos brancos”, em contraposição aos colarinhos azuis trabalhadores braçais do chão de fábrica. Os *White Collar* são uma “camada intermediária” denominada por ele de “Nova Classe Média”, com o objetivo de diferenciá-los da classe média tradicional dos Estados Unidos composta majoritariamente pelos pequenos proprietários de terra. Nesse sentido, Mills olha para as novas ocupações geradas pelas transformações na estrutura produtiva para classificar as camadas ou classes sociais; para Mills a estrutura ocupacional numa economia capitalista desenvolvida define, em grande medida, a estrutura social.

A abordagem de Mills foi a que delineou a metodologia elaborada pelo professor Waldir Quadros, que criou uma **estrutura sócio-ocupacional** para estudar a estrutura social brasileira - da qual nos utilizamos para tabular todos os dados dispostos neste capítulo. De acordo com Quadros (2008):

*“(...) tinha uma clara convicção: não trilharia a abordagem da economia neoclássica, que trata os membros de uma sociedade como indivíduos ou consumidores genéricos que se diferenciam basicamente por seu poder aquisitivo. Ou seja, não adotaria a prática corrente, não só entre economistas, de hierarquizar a sociedade tão somente por estratos de rendimentos. Assim sendo, ao prosseguir meus estudos fui buscar nos clássicos (Smith, Ricardo, Marx e Weber) as referências conceituais para o entendimento da sociedade (capitalista) como formada por classes e camadas sociais. Entretanto, ao procurar avançar na compreensão da sociedade brasileira no meu mestrado no IE-UNICAMP, no final dos anos 1970, fui alertado para a necessidade de construir mediações históricas e teóricas entre aquelas referências gerais e a análise da situação concreta. Entre as várias alternativas debatidas em nosso meio naquela época, uma em particular me cativou e dela nunca mais me afastei. Trata-se da abordagem proposta por Wright Mills que encontra no estudo da **estrutura ocupacional** uma aproximação operacional do conceito de classes sociais nas condições vigentes em uma sociedade (e economia) capitalista avançada e complexa. Ou seja, em economias capitalistas que implantaram as estruturas produtivas criadas pela II Revolução Industrial” (Quadros, 2008, p.2).*

A metodologia criada por Quadros¹⁵² que parte, assim como Mills, da estrutura ocupacional para se aproximar das classes sociais, procurou adaptar a definição das ocupações propostas pelo sociólogo americano à realidade brasileira, “levando em conta as possibilidades e limitações oferecidas pelos inquéritos domiciliares do IBGE (Censo Demográfico e PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)”¹⁵³.

O primeiro passo de Quadros foi criar os grupos ocupacionais. Para tanto, classificou os indivíduos ocupados segundo sua situação na ocupação, ou seja, dividindo-os entre proprietários e não-proprietários - de acordo com a metodologia utilizada pelo IBGE no Censo e na PNAD. Entre os empregadores, foram criados dois subgrupos: 1) os que empregam mais de 10 empregados e 2) os que empregam até 10 empregados. Entre os não-empregadores, foram criadas duas divisões: 1) ocupados agrícolas e 2) ocupados urbanos. Dessas duas divisões, originaram-se alguns subgrupos. Dos ocupados agrícolas surgiram quatro subgrupos - pequenos agricultores familiares, trabalhadores autônomos agrícolas, trabalhadores assalariados agrícolas e os trabalhadores não remunerados agrícolas. Dos ocupados urbanos, surgiram seis subgrupos – os trabalhadores domésticos, os trabalhadores não remunerados não agrícolas, os colarinhos brancos assalariados (D), os colarinhos brancos autônomos (C), os trabalhadores assalariados (G) e os trabalhadores autônomos (F). Os grupos ocupacionais elaborados por Quadros são:

Estrutura Ocupacional Brasileira
Grupos Ocupacionais
A-1 Empregadores com + de 10 empregados
A-2 Empregadores com até 10 empregados
C “Colarinhos brancos” autônomos
D “Colarinhos brancos” assalariados
F Trabalhadores autônomos
G Trabalhadores assalariados
I Trabalhadores domésticos
J-1 Trabalhadores não remunerados urbanos
H-1 Proprietários conta própria agrícolas
H-2 Trabalhadores autônomos agrícolas
H-3 Trabalhadores assalariados agrícolas
J-2 Trabalhadores não remunerados agrícolas

¹⁵² A metodologia está disposta em Quadros (2008).

¹⁵³ Quadros (2008, p.3)

Após a elaboração dos grupos ocupacionais, o passo seguinte e definitivo foi estratificar a população. A estratificação baseou-se na classificação dos indivíduos em determinados “padrões de vida”, derivados tanto da ocupação exercida quanto do montante do rendimento médio declarado pelos entrevistados. Assim:

“Depois de várias tentativas adotamos os rendimentos médios declarados como critério de estratificação das ocupações. Ao estabelecermos as linhas de corte para os rendimentos declarados tomamos como referência o salário mínimo, assumindo que os indivíduos ocupados que declaram uma remuneração inferior ao mesmo podem ser classificados como sub-remunerados ou ‘miseráveis’ (...) Subindo na escala social adotamos de forma impressionista múltiplos deste piso para as linhas de corte superiores. E, da mesma forma que procedemos com os miseráveis, associamos as várias faixas de rendimentos declarados a distintas representações de ‘padrões de vida’ (...)*

**Merece registro que na definição das demais linhas de corte tomamos como referência algumas ocupações típicas de classe média. Assim, a faixa correspondente à alta classe média por definição deveria, por exemplo, conter os professores do ensino superior. Da mesma forma, os professores do ensino médio deveriam ser contemplados na média classe média; e, os professores do ensino fundamental, auxiliares de enfermagem, escriturários e balconistas, na baixa classe média” (Quadros, 2008, p.5).*

Os “padrões de vida” foram assim definidos por Quadros¹⁵⁴:

Faixas de Corte para Nível Ocupacional Individual

“Padrões de Vida”	R\$ a preços de 01/2004	R\$ a preços de 10/2013
Alta classe média	Acima de R\$ 2.500	Acima de R\$ 4.160
Média classe média	De R\$ 1.250 a R\$ 2.500	De R\$ 2.080 a R\$ 4.160
Baixa classe média	De R\$ 500 a R\$ 1.250	De R\$ 832 a R\$ 2.080
Massa trabalhadora	De R\$ 250 a R\$ 500	De R\$ 416 a R\$ 832
Miseráveis	Até R\$ 250	Até R\$ 416

¹⁵⁴ No quadro são apresentadas as linhas de corte adotadas, com os valores a preços de janeiro de 2004 (múltiplos do salário mínimo) e atualizados para outubro de 2013 pelo INPC.

Faixas de Corte para Nível Familiar (Renda Familiar¹⁵⁵)

“Padrões de Vida”	R\$ a preços de 01/2004	R\$ a preços de 10/2013
Alta classe média	Acima de R\$ 5.000	Acima de R\$ 8.319
Média classe média	De R\$ 2.500 a R\$ 5.000	De R\$ 4.160 a R\$ 8.319
Baixa classe média	De R\$ 1.000 a R\$ 2.500	De R\$ 1.664 a R\$ 4.160
Massa trabalhadora	De R\$ 500 a R\$ 1.000	De R\$ 832 a R\$ 1.664
Miseráveis	Até R\$ 500	Até R\$ 832

Como descrito acima pelo próprio autor, as linhas de corte utilizadas para definir os padrões de vida acima da Massa Trabalhadora levaram em contas as ocupações típicas de classe média, aproximando à realidade brasileira a tipologia adotada por Mills. Tal fato é muito relevante na medida em que confere à metodologia de Quadros um caráter mais sociológico, aproximando-se da sociologia do trabalho e afastando-se do economicismo¹⁵⁶, atribuindo portanto maior legitimidade ao seu uso na realização de análises sociais mais amplas.

Além da criação da estrutura sócio-ocupacional, Quadros sistematizou uma quantidade enorme de dados (todos provenientes da PNAD) referentes a essas ocupações - que contemplam informações sobre diversas variáveis econômicas e sociais que vão desde os rendimentos passando por escolaridade, cor, região dentre outras. Todos os dados aqui compilados foram extraídos do banco de dados organizado por Quadros, ao qual agradecemos imensamente.

4.3 - A perspectiva Regional

Visto que o objetivo deste trabalho é estudar a Baixa Classe Média sob a ótica social, ocupacional e educacional, sendo portanto necessário apreender a expansão recente da BCM, concluiu-se que uma análise nacional obliteraria a compreensão dos fatos particularizados que

¹⁵⁵ A renda utilizada aqui é a do membro melhor remunerado, que baliza o padrão de vida da família.

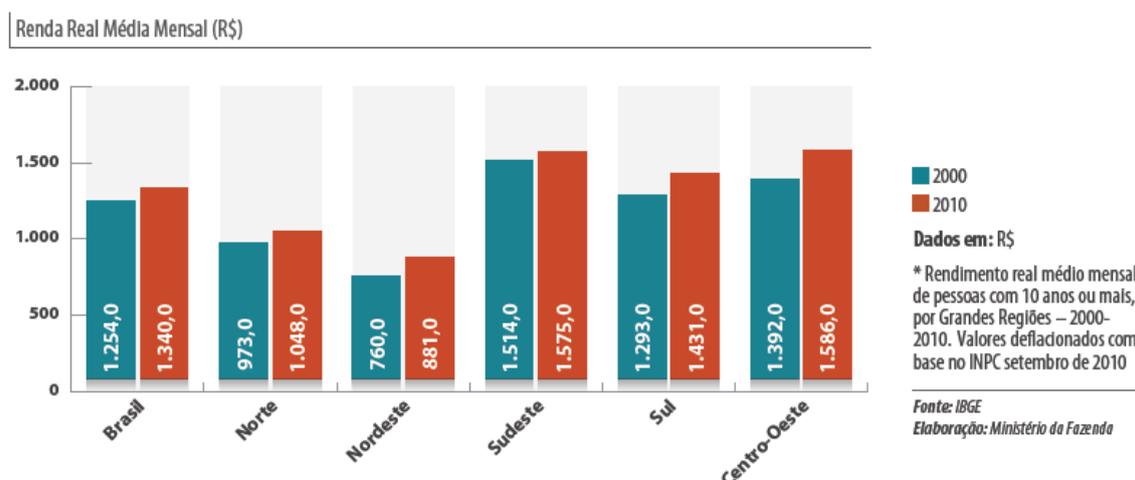
¹⁵⁶ É importante explicitar que o uso irrestrito da estatística em países muito heterogêneos e desiguais como o nosso distorce a realidade. A utilização da mediana como referência para dividir a sociedade “ao meio” é um bom exemplo, na medida em que rebaixa os padrões e “infla” a classe média. Para uma discussão mais aprofundada sobre medidas de desigualdade, ver (Medeiros, 2006).

explicam com mais propriedade o movimento recente deste estrato social dada a histórica desigualdade inter-regional brasileira.

Conforme observamos no Capítulo III, a expansão atual da BCM deveu-se à justaposição de quatro fatores: o crescimento econômico, a elevação da renda, o incremento do salário mínimo e a expansão dos benefícios sociais. Dada a desigualdade econômica e social inter-regional, a dinâmica destes quatro fatores diferiu em cada região do país. Neste sentido, a análise regionalizada pode esclarecer com maior nitidez o efeito de cada um destes quatro fatores na expansão da BCM permitindo assim um melhor entendimento deste processo em sua totalidade bem como de suas potencialidades e limites. Logo, optamos por estudar a expansão recente da BCM no Brasil e nas suas cinco Regiões.

É importante salientar que não faremos um estudo histórico, econômico, social ou político sobre a desigualdade regional no Brasil. Autores muito mais competentes como Wilson Cano ou Tânia Bacelar já discorreram extensivamente sobre o tema. Partiremos do suposto que as disparidades entre regiões são um fato e iniciaremos nossa análise em cima desta constatação. Neste sentido, não realizaremos nenhuma revisão bibliográfica sobre o tema.

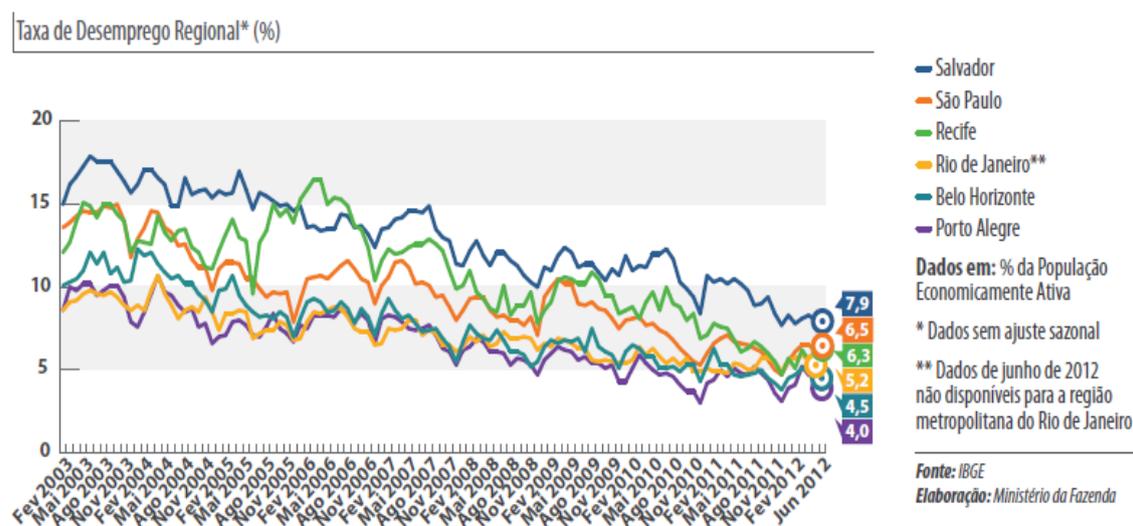
Gráfico 10 – Brasil, Renda Real Média Mensal Regional.



O gráfico acima discorre sobre o rendimento real médio mensal nas Grandes Regiões brasileiras. Percebem-se dois movimentos interessantes que sugerem impulsos diferenciados

no crescimento econômico recente das cinco Regiões. Em primeiro lugar o Sudeste, historicamente a Região com o maior rendimento mensal, perde a dianteira para a Região Centro-Oeste, cujo rendimento salta de R\$1.392,00 em 2000 para R\$1.586,00 em 2010, apresentando uma taxa de expansão de 14%. O segundo movimento foi a taxa de incremento do rendimento na Região Nordeste, a maior observada (16%), vis-à-vis à taxa do Sudeste, a menor observada (4%). No mesmo período, o rendimento médio cresceu 6,9% para o Brasil como um todo. Enquanto o primeiro movimento pode indicar o protagonismo do setor agroexportador no crescimento nacional recente, o segundo pode indicar a importância dos programas de transferência de renda e dos investimentos públicos no Nordeste vis-à-vis a perda de dinamismo industrial no Sudeste.

Gráfico 11 – Brasil, Taxa de Desemprego em Regiões Metropolitanas.



O gráfico acima mostra a evolução da taxa de desemprego nas Regiões Metropolitanas brasileiras entre fevereiro de 2003 e junho de 2012. Observa-se uma queda significativa em todas elas após iniciado o crescimento econômico em 2004.

Figura 10 – Brasil e Grandes Regiões, População e Participação Relativa.

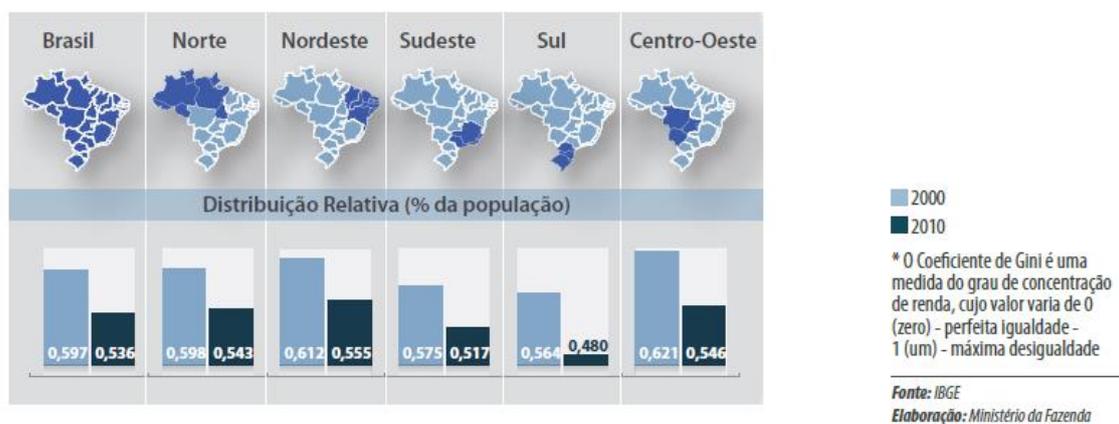
Brasil e suas Regiões: População e Participação Relativa (milhões de pessoas e % da população)



A Figura 10 mostra a População Total e a População Relativa do Brasil e de suas Grandes Regiões nos anos de 2000 e 2010. Enquanto o Brasil aumentou sua população em 12,4% no período a Região Norte apresentou a maior taxa de expansão (23,3%), seguida pela Região Nordeste (22%), pela Centro-Oeste (21,5%), pela Sudeste (11%) e finalmente pela Sul (9,2%). Somente as Regiões Norte e Centro-Oeste tiveram aumento em suas participações relativas.

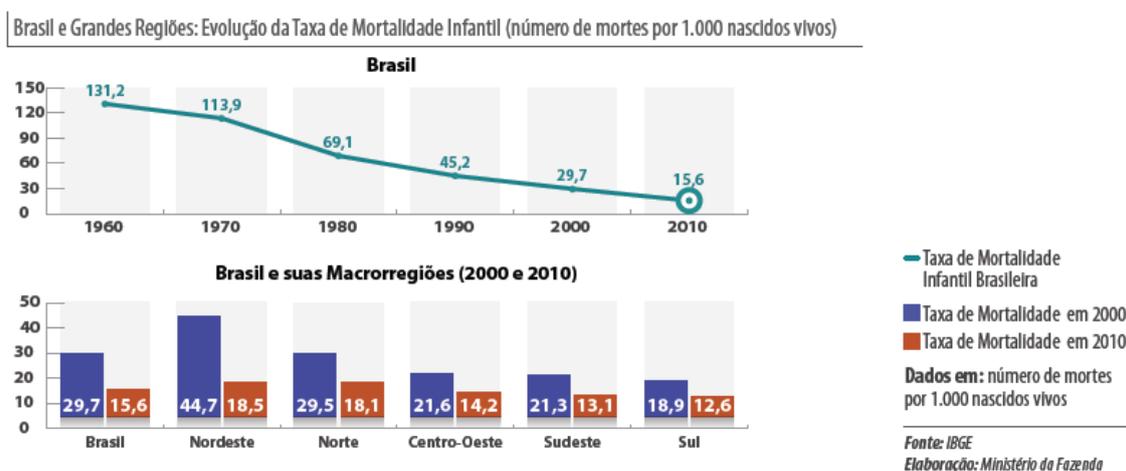
Figura 11 – Brasil e Grandes Regiões, Coeficiente de Gini.

Coeficiente de Gini*



A Figura acima mostra a trajetória do Coeficiente de Gini, que é uma medida de concentração de renda, no Brasil e em suas Grandes Regiões entre 2000 e 2010. Evidencia-se uma queda significativa em todo o país com destaque à Região Sul, que já possuía o menor índice e ainda assim apresentou a maior redução relativa (14,9%), seguida pela Região Centro-Oeste (12,1%). Para o Brasil em seu conjunto, a queda foi de 11,2%.

Gráfico 12 – Brasil e Grandes Regiões – Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil



O Gráfico 12 (em linha) trata da evolução da Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil a partir de 1960. Percebe-se uma queda contínua nos cinquenta anos entre 1960 e 2010, com diminuição mais acentuada na década de 1970 (39,6%) e nos anos 2000 (48,5%). O gráfico em barras mostra a mesma taxa para o Brasil e Grandes Regiões para a primeira década dos anos 2000. A redução mais expressiva ficou a cargo da Região Nordeste, da ordem de 58,6%, evidenciando a importância tanto do crescimento econômico quanto dos programas de transferência de renda.

4.3.1 - Evolução do Padrão de Vida no Brasil e nas Grandes Regiões entre 2004 e 2012

Esta parte do trabalho tem como propósito analisar a evolução do padrão de vida no Brasil e nas suas Grandes Regiões durante o período 2004/2012. Os dados utilizados são

aqueles disponíveis¹⁵⁷ pelo banco de dados criados pelo Professor Dr. Waldir José de Quadros em sua Metodologia de Estratificação Social, conforme anteriormente explicado. Os dados desta seção correspondem ao Nível de Estratificação Familiar.

Tabela 24: Brasil, Evolução do Padrão de Vida entre 2004 e 2012, Y per capita familiar				
Padrão de Vida	Nº Pessoas(2004)	Nº Pessoas(2012)	Participação (2004)	Participação (2012)
Alta Classe Média	11.311.362	16.995.736	6,17	8,51
Média Classe Média	18.268.915	29.909.432	9,96	14,98
Baixa Classe Média	52.379.593	82.387.989	28,55	41,26
Massa Trabalhadora	55.361.298	48.057.045	30,18	24,07
Miseráveis	41.991.784	14.190.380	22,89	7,11
Ignorado	4.126.301	8.148.325	2,25	4,08
Total	183.439.253	199.688.907	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A tabela acima mostra a evolução do padrão de vida no Brasil entre 2004 e 2012. O movimento geral nitidamente identificável é a diminuição dos Miseráveis e da Massa Trabalhadora, em termos absolutos e relativos, paralelamente à um aumento da Baixa, Média e Alta Classe Média também em termos absolutos e relativos.

A redução mais expressiva ficou a cargo dos Miseráveis, que passaram de 22,89% do total para 7,11%, sofrendo uma diminuição absoluta de 27.801.404 indivíduos – equivalente a uma queda de 66,21% !!! Já a Massa Trabalhadora foi de 30,18% para 24,07%, retraindo sua participação em 20,25% e “perdendo” 7.304.253 pessoas - variação negativa de 13,19%. Por outro lado, o maior aumento em termos absolutos foi o da Baixa Classe Média. Enquanto elevou sua participação relativa em 44,52%, de 28,55% para 41,26%, ampliou em mais de 30 milhões o seu contingente – uma expansão de 57,29%. Já a Média Classe Média saltou de 9,96% para 14,98%, ampliando em 50,40% sua participação relativa, o equivalente a 11.640.517 pessoas – um acréscimo de 63,72%, a maior taxa observada. A Alta Classe Média também experimentou um incremento significativo de 5.684.374 pessoas, aumentando 50,25% e engrossando sua participação relativa em 37,93%, de 6,17% para 8,51%. No mesmo

¹⁵⁷ Todos estes dados encontram-se na Plataforma de Pesquisa criada pelo Professor Waldir Quadros, disponível em www.perfilsocial.com.br.

período o crescimento vegetativo nacional foi de 8,86% e a participação das camadas intermediárias passou de 44,68% para 64,75%.

Essa evolução no período 2004/2012 indica um movimento ascendente do padrão de vida no Brasil na medida em que diminuem os estratos inferiores (-35.105.657 pessoas, equivalente à soma dos que deixaram os Miseráveis e a Massa Trabalhadora) e aumentam os intermediários (+ 47.333.287, equivalente à soma dos que ingressaram na Baixa, Média e Alta Classe Média). Há um alargamento no meio da pirâmide concentrado (mais) na Baixa Classe Média e (menos) na Média Classe Média, que juntas contemplam 56,24% da população, revelando portanto espaço para a continuidade deste movimento em direção às Classes Médias Média e Alta, o que denotaria uma estrutura social próxima a dos países desenvolvidos (destacadamente os europeus). A participação nestas duas camadas passou de 16,13% em 2004 para 23,49% em 2012.

Tabela 25: Região Norte, Evolução do Padrão de Vida entre 2004 e 2012, Y per capita familiar				
Padrão de Vida	Nº Pessoas (2004)	Nº Pessoas (2012)	Participação (2004)	Participação (2012)
Alta Classe Média	552.606	856.248	3,79	5,1
Média Classe Média	1.063.242	1.982.744	7,3	11,81
Baixa Classe Média	3.740.920	6.333.820	25,67	37,73
Massa Trabalhadora	5.221.091	5.446.069	35,83	32,44
Miseráveis	3.832.922	1.667.823	26,3	9,93
Ignorado	160.462	502.520	1,1	2,99
Total	14.571.243	16.789.224	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A tabela acima mostra a evolução do padrão de vida na Região Norte.

Embora constatada uma redução significativa (56,49%) dos Miseráveis da ordem de 2.165.099 indivíduos, retraindo sua participação relativa em 62,24% - de 26,30% para 9,93% - ocorreu, diferentemente do conjunto do país, um leve acréscimo da Massa Trabalhadora de 224.978 pessoas (4,31%). No entanto, a diminuição da participação relativa desta camada revela um movimento de ampliação das classes médias similar àquele observado no Brasil. A Baixa Classe Média foi a que mais incorporou indivíduos (2.592.900) expandindo-se a uma taxa de 69,31%, saltando de 25,67% para 37,73% do total. Já a Média Classe Média foi a que

apresentou a maior taxa de crescimento (86,48%) absorvendo 919.502 pessoas, fazendo com que sua participação relativa ampliasse mais que as demais: 61,78%, de 7,30% para 11,81%. A Alta Classe Média incorporou mais de 300 mil indivíduos, crescendo 54,95% atingindo assim 5,1% do total.

Como descrito, apesar do (pequeno) aumento absoluto da Massa Trabalhadora as participações relativas na Região Norte indicam, assim como para o conjunto do país, uma ampliação das camadas intermediárias. Entretanto, é válido ressaltar a menor participação destas camadas frente às demais Regiões. À exceção do Nordeste, a Região Norte é a que apresenta as participações mais diminutas das três camadas intermediárias.

Entre 2004 e 2012 a população da Região cresceu 15,22% (a maior taxa do país) e o peso das três camadas intermediárias passou de 36,76% para 54,64%. Quando observamos a dinâmica das duas camadas superiores, com padrão de nível de vida próximo à classe média dos países desenvolvidos, a participação passa de 11,09% para 16,91%.

Tabela 26: Região Nordeste, Evolução do Padrão de Vida entre 2004 e 2012, Y <i>per capita</i> familiar				
Padrão de Vida	Nº Pessoas (2004)	Nº Pessoas (2012)	Participação (2004)	Participação (2012)
Alta Classe Média	1.520.500	2.457.040	2,95	4,43
Média Classe Média	2.299.041	3.950.207	4,46	7,12
Baixa Classe Média	7.758.576	16.561.033	15,06	29,85
Massa Trabalhadora	16.274.555	22.554.339	31,58	40,66
Miseráveis	22.723.665	8.489.316	44,1	15,3
Ignorado	953.652	1.463.436	1,85	2,64
Total	51.529.989	55.475.371	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A Região Nordeste, diferentemente das demais, foi a única na qual a Massa Trabalhadora aumentou em termos absolutos e relativos, o que indica um atraso em sua estrutura produtiva e social quando comparada às demais Regiões brasileiras. O incremento absoluto deste contingente foi de quase 6,3 milhões de pessoas (lembrando que houve uma diminuição de pouco mais de 7,3 milhões de indivíduos da Massa Trabalhadora no conjunto do país), perfazendo 40,66% de participação em 2012. Por outro lado, a contração dos Miseráveis foi extremamente significativa, da ordem de 14.234.349 pessoas – equivalente a

mais da metade da redução dos Miseráveis no Brasil entre 2004 e 2012. Tal fato sugere um papel significativo dos programas de transferência de renda, como o BPC, ou das aposentadorias rurais, ambos vinculados ao salário mínimo e dirigidos, em sua maioria, às parcelas mais vulneráveis da população. No que diz respeito às camadas com padrão de vida de classe média houve ampliação em termos absolutos e relativos em todas as três, porém com menor intensidade que nas demais Regiões.

Em primeiro lugar a Baixa Classe Média agregou mais de 8,8 milhões de ingressantes, expandindo 113,45% (a maior taxa de crescimento da BCM dentre as cinco Regiões) e praticamente dobrando sua participação relativa de 15,06% para 29,85%. Entretanto, a Região Nordeste ainda apresenta o menor peso da BCM dentre as Grandes Regiões brasileiras. Além disso a Região é a única que possui, mesmo após o crescimento observado no período ora analisado, uma BCM com participação relativa menor do que a Massa Trabalhadora (29,85% contra 40,66%). A menor participação relativa da BCM é acompanhada também por uma diminuta fatia da Média e Alta Classe Média. Em ambas a participação no Nordeste é inferior às demais Regiões. A Média Classe Média, que absorveu 1.651.166 pessoas, ampliou 71,82%, perfazendo 7,12% do total em 2012 (ante 4,46% em 2004). Já a Alta Classe Média, que incorporou menos de 1 (um) milhão de indivíduos, atingiu meros 4,43% de participação relativa. Porém, é importante ressaltar que a expansão da Alta Classe Média no Nordeste foi a segunda maior do país (61,59%), ficando atrás apenas do Centro-Oeste (75,71%).

Entre 2004 e 2012 a população total da Região cresceu 7,66% e o peso das três camadas intermediárias passou de 22,47% para 41,40% - a menor participação das mesmas no país. Ao considerarmos as duas camadas superiores, a participação passa de 7,41% para 11,55%. É importante ressaltar que o Nordeste é a segunda Região mais populosa do país, perdendo apenas para o Sudeste.

Tabela 27: Região Sudeste, Evolução do Padrão de Vida entre 2004 e 2012, Y per capita familiar				
Padrão de Vida	Nº Pessoas (2004)	Nº Pessoas (2012)	Participação (2004)	Participação (2012)
Alta Classe Média	6.109.799	8.706.186	7,85	10,37
Média Classe Média	9.873.738	15.668.446	12,69	18,66
Baixa Classe Média	27.165.245	38.836.658	34,91	46,25
Massa Trabalhadora	21.712.611	13.015.141	27,9	15,5
Miseráveis	10.316.442	2.809.707	13,26	3,35
Ignorado	2.640.276	4.939.842	3,39	5,88
Total	77.818.111	83.975.980	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A dinâmica da estrutura social da Região Sudeste entre 2004 e 2012 mostrou uma tendência mais acentuada de encolhimento das camadas mais baixas e ampliação das intermediárias se comparada às Regiões Norte e Nordeste e mesmo ao Brasil em seu conjunto.

Os Miseráveis diminuíram consideravelmente, “eliminando” mais de 7,5 milhões de pessoas do seu contingente - montante superior à metade daqueles que abandonaram a miséria no Nordeste. Essa redução significativa, de 72,76%, fez com que os Miseráveis perfizessem 3,35% do total em 2012, diminuindo sua participação relativa em 74,74%. A Massa Trabalhadora perdeu 8.697.470 integrantes, regredindo 40,06%. Seu peso relativo caiu 44,44%, atingindo 15,50% em 2012 - revelando-se a segunda menor participação da Massa Trabalhadora no Brasil, atrás apenas da Região Sul. Por outro lado, a Baixa Classe Média incorporou praticamente 11,7 milhões de pessoas (quase 40% do total da BCM incorporada no Brasil), expandindo 42,96% e chegando a 46,25% do total. Já a Média Classe Média absorveu 5.794.708 indivíduos (taxa de acréscimo de 58,69%), praticamente a metade do total de ingressantes na MCM no Brasil, atingindo 18,66% do total. É importante ressaltar que o Sudeste abrange 52,39% dos cidadãos que se localizam na Média Classe Média nacional. Com relação à Alta Classe Média o incremento foi de quase 2,6 milhões de pessoas, uma elevação de 42,50%, fazendo com que a participação relativa dessa camada atingisse 10,37% em 2012. Novamente, é importante ressaltar que o Sudeste contempla 51,23% dos integrantes da Alta Classe Média no país (8.706.186 dos 16.995.736).

Entre 2004 e 2012 a população total da Região cresceu 7,91% e a participação das três camadas intermediárias passou de 55,45% para 75,28%. Ao considerarmos as duas camadas superiores, a participação passa de 20,54% para 29,03%.

Tabela 28: Região Sul, Evolução do Padrão de Vida entre 2004 e 2012, Y per capita familiar				
Padrão de Vida	Nº Pessoas(2004)	Nº Pessoas(2012)	Participação(2004)	Participação (2012)
Alta Classe Média	2.067.011	3.111.233	7,77	10,87
Média Classe Média	3.675.046	5.680.442	13,81	19,84
Baixa Classe Média	9.717.717	13.885.424	36,52	48,5
Massa Trabalhadora	7.717.842	4.353.324	29	15,2
Miseráveis	3.147.222	771.810	11,83	2,7
Ignorado	286.883	830.333	1,08	2,9
Total	26.611.721	28.632.566	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A estrutura social da Região Sul apresentou a melhor conformação social dentre as Regiões brasileiras. À exceção da Alta Classe Média, cuja participação relativa é a segunda maior do país, em todas as demais camadas a Região Sul revelou os melhores resultados (menor participação das camadas menos favorecidas em contrapartida ao maior peso das intermediárias).

No tocante aos Miseráveis, o Sul é a Região que contempla o mais baixo percentual dos menos favorecidos em nossa estrutura social. Contando já em 2004 com a menor participação (11,83%), a redução de 75,48% em seu contingente - correspondente a quase 2,4 milhões de pessoas - fez sua participação relativa recuar em 77,18%, perfazendo a marca de 2,7% do total da população em 2012. Por sua vez, a Massa Trabalhadora perdeu quase 3,4 milhões de integrantes, regredindo 43,59% e chegando a 4.353.324 pessoas em 2012. Esse número fez com que seu peso no conjunto dos sulistas caísse 47,59%, indo de 29% em 2004 para 15,20% em 2012, o menor percentual da Massa Trabalhadora dentre as Grandes Regiões nacionais. Foi uma redução relativa maior que no Sudeste. Por outro lado a Baixa Classe Média no Sul, que já possuía a participação relativa nacional mais elevada em 2004, mantém a dianteira em 2012: salta de 36,52% para 48,50% do total, equivalente a um acréscimo de praticamente 4,2 milhões de indivíduos (expansão absoluta de 42,89%, de 9.717.717 para 13.885.424). A Média Classe Média revelou desempenho semelhante à BCM: apresentando a melhor participação no cenário nacional em 2004, ela manteve a posição em 2012. A Região contemplou 19,84% de integrantes na Média Classe Média em 2012 frente à 13,81% em 2004, representando uma expansão de mais de 2 milhões de pessoas (taxa de 54,57% de crescimento), atingindo a marca de quase 5,7 milhões com este padrão de vida. É importante destacar que, embora a Região Sul represente 14,34% da população nacional, ela abrange

18,99% dos integrantes da Média Classe Média no país. Por último, a Alta Classe Média aumentou 50,52%, saltando de 2.067.011 para 3.111.233 pessoas (agregando 1.044.222), chegando a 10,87% de participação.

Entre 2004 e 2012 a população total da Região cresceu 7,59% e o peso das três camadas intermediárias passou de 58,10% para 79,25%, o maior dentre as Regiões brasileiras. Ao considerarmos as duas camadas superiores, a participação passa de 21,56% para 30,75% (a maior participação do país tanto em 2004 quanto em 2012).

Padrão de Vida	Nº Pessoas (2004)	Nº Pessoas (2012)	Participação(2004)	Participação (2012)
Alta Classe Média	1.061.446	1.865.029	8,22	12,59
Média Classe Media	1.357.848	2.627.593	10,52	17,74
Baixa Classe Média	3.997.135	6.771.054	30,97	45,7
Massa Trabalhadora	4.435.199	2.688.172	34,36	18,14
Miseráveis	1.971.533	451.724	15,27	3,05
Ignorado	85.028	412.194	0,66	2,78
Total	12.908.189	14.815.766	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A estrutura social da Região Centro-Oeste revelou uma conformação muito mais próxima às Regiões Sul e Sudeste do que às Regiões Norte e Nordeste, apresentando uma participação das camadas intermediárias em 2012 maior (em 2004 era menor entretanto) que a Região mais rica do país - ficando atrás somente da Região Sul. Tal constatação sugere o protagonismo do agronegócio no crescimento econômico recente, impulsionado por sua vez pela demanda do mercado externo, destacadamente a chinesa, conforme discutido no Capítulo 3.

O dinamismo econômico do Centro-Oeste retirou mais de 1,5 milhão de pessoas da miséria fazendo com que os Miseráveis reduzissem 77,09%, perfazendo 3,05% da população em 2012 - a menor participação no Brasil à exceção da Região Sul. A queda na participação relativa do Centro-Oeste nesta camada foi a maior do país, correspondendo a uma taxa de 80,03%. A Massa Trabalhadora encolheu 39,39%, equivalente a 1.747.027 indivíduos, passando de 34,36% para 18,14% do total. Por outro lado, a Baixa Classe Média incorporou

quase 2,8 milhões de pessoas, expandindo a uma taxa de 69,40% - contemplando assim 45,7% dos habitantes do Centro-Oeste em 2012 (frente a 30,97% em 2004). A Média Classe Média, por sua vez, ampliou 93,51% seu contingente (1.269.745 indivíduos), saltando de 10,52% para 17,74% da população. Foi a maior taxa de incremento da Média Classe Média no Brasil. Já a Alta Classe Média, que em 2004 possuía uma participação ligeiramente maior que no Sudeste (8,22% contra 7,85%, respectivamente), em 2012 atinge o peso mais alto dentre as Regiões nacionais: 12,59%, incorporando 803.583 pessoas e chegando a quase 1,9 milhão de indivíduos. Foi a maior elevação na participação relativa (53,16%) e a maior expansão da Alta Classe Média no país – a uma taxa de 75,71%.

Entre 2004 e 2012 a população total da Região cresceu 14,78% e a participação das três camadas intermediárias passou de 49,71% para 76,23%, o maior incremento dentre as Regiões brasileiras. Ao considerarmos as duas camadas superiores, a participação foi de 18,74% para 30,31%. Foi a maior expansão nacional, fazendo com que o peso das camadas com padrão de vida de classe média (próximo aos países desenvolvidos) no Centro-Oeste ultrapassasse o do Sudeste.

4.3.2 – Evolução da Estrutura Ocupacional da Baixa Classe Média no Brasil e Grandes Regiões entre 2004 e 2012

Esta parte do trabalho tem por objetivo retratar a evolução da Estrutura Ocupacional dos integrantes da Baixa Classe Média no Brasil e nas suas Grandes Regiões entre 2004 e 2012. A base de dados utilizada, assim como no item anterior, é o banco de dados criado pelo professor Dr. Waldir José de Quadros. No entanto, enquanto no item 4.2.1 nos valem do Nível de Estratificação Familiar, neste utilizaremos o Nível Ocupacional Individual, analisando portanto o universo dos indivíduos ocupados que se localizam na Baixa Classe Média (e não suas famílias).

Tabela 29 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Brasil (2004)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	1.395.831	7,34	1.276,71
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	787.951	4,14	1.301,19
Gerentes de produção e operações	708.748	3,73	1.441,83
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	648.933	3,41	1.326,05
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	635.932	3,34	1.184,93
Produtores agrícolas	584.842	3,07	1.271,68
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	388.502	2,04	1.106,19
Guardas e vigias	346.825	1,82	1.186,51
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	320.960	1,69	1.327,39
Produtores na pecuária	312.970	1,65	1.294,82
Total	6.131.494	32,23	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	19.019.790	100	1.085,34
Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Brasil (2012)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	3.081.663	8,26	1.186,01
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	1.831.243	4,91	1.250,08
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	1.799.857	4,82	1.233,90
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	1.454.007	3,9	1.119,12
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	1.135.162	3,04	1.336,87
Ajudantes de obras civis	871.536	2,34	1.085,82
Cozinheiros	831.857	2,23	1.131,87
Trabalhad. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	736.934	1,98	1.085,70
Garçons, barmen e copeiros	669.312	1,79	1.169,21
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	661.166	1,77	1.215,72
Total	13.072.737	35,04	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	37.312.391	100	1.064,65

* R\$ a preços de outubro de 2013 (INPC: IPEA / PNAD)

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A tabela acima discorre sobre a evolução da estrutura ocupacional dos membros da Baixa Classe no Brasil entre 2004 e 2012. Assim como para as demais Regiões, foram elencadas as 10(dez) principais ocupações nas quais atuam os integrantes da BCM.

Enquanto a população brasileira cresceu 8,86% entre 2004 e 2012 os ocupados na BCM expandiram 96,18%, de 19.019.790 para 37.312.391 pessoas. Por sua vez, a renda média real destes caiu 1,91%, de R\$1.085,34 para R\$1.064,65.

A análise da dinâmica das dez principais ocupações, que perfazem aproximadamente um terço (32,23% em 2004 e 35,04% em 2012) dos trabalhadores da BCM no Brasil nos dois anos aqui estudados, revela pontos interessantes.

A principal ocupação dos integrantes da Baixa Classe Média é - tanto no Brasil como em suas Grandes Regiões e seja para o ano de 2004 ou para 2012 - *Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados*. Esta ocupação abarcava 7,34% do total em 2004 passando para 8,26% em 2012. Em termos absolutos, esta profissão foi de 1.395.831 para

3.081.663 trabalhadores, equivalente a uma expansão de 120,78%, o quarto maior crescimento no país. Sua renda média caiu 7,10%, de R\$1.276,71 para R\$1.186,01. Apesar do incremento significativo, outras ocupações apresentaram desempenho superior. A maior taxa de crescimento ficou a cargo dos *Trabalhadores dos serviços domésticos em geral*, da ordem de 274,26%!!!, que saltaram de aproximadamente 388,5 mil para 1.454.007 pessoas - chegando a 3,9% do total em 2012. Já sua renda média variou pouco, 1,17% (de R\$1.106,19 para R\$1.119,12). A elevação da participação destes trabalhadores no universo da Baixa Classe Média, que historicamente se localizaram na Massa Trabalhadora e mesmo nos Miseráveis, indica que parte deste contingente elevou seu padrão de vida, ascendendo socialmente. Tal fato decorreu, em larga medida, em virtude do incremento dos rendimentos (salários, diárias, horas-extras etc) desta categoria bem como da ampliação da sua taxa de formalização.

A segunda taxa de crescimento ficou por conta dos *Trabalhadores de estruturas de alvenaria*, que expandiram 187,96%, atingindo mais de 1,8 milhão de ocupados - o segundo maior contingente em 2012. A renda destes trabalhadores foi a que mais aumentou, na ordem de 5,50%, de R\$1.184,96 para R\$1.250,08. A razão deste grande incremento repousa no elevado crescimento observado no setor da Construção Civil no período, fruto da combinação entre uma demanda preexistente reprimida, a elevação do crédito imobiliário e o crescimento dos investimentos públicos em infraestrutura e habitação, além do aumento dos gastos privados no setor. Os *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos* cresceram 128,42%, caindo do segundo maior contingente em 2004 para o terceiro em 2012, entretanto aumentando sua participação relativa de 4,14% para 4,82%. Sua renda, porém, diminuiu 5,17%.

Observa-se de um período para outro a mudança de cinco ocupações entre as dez principais: os *Gerentes de Produção e Operações*, os *Produtores Agrícolas*, os *Guardas e Vigias*, os *Condutores de Veículos sobre rodas (transporte particular)* e os *Produtores na Pecuária* cedem lugar aos *Garçom, Barmen e Copeiros*, aos *Ajudantes das Obras Civas*, aos *Cozinheiros*, aos *Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros* e aos *Trabalhadores nos Serviços de Higiene e Embelezamento*. A mudança nestas cinco ocupações traz observações importantes. A primeira, é que as cinco principais ocupações em 2012 constavam entre as dez em 2004 (*Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados*; *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos*;

Trabalhadores de estruturas de alvenaria; Condutores de Veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias); Trabalhadores dos serviços domésticos em geral), aumentando em termos absolutos e relativos, à exceção dos *Condutores de Veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)* que tiveram sua participação reduzida de 3,41% para 3,04%. A segunda, é que as cinco novas ocupações concentram-se em dois setores: o da **Construção Civil** (*Ajudantes das Obras Civas e Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros*) e o de **Serviços Pessoais** (*Garçom, Barmen e Copeiros, os Cozinheiros e os Trabalhadores nos Serviços de Higiene e Embelezamento*), setores que tiveram grande crescimento no período aqui estudado. Não por acaso, as duas ocupações que mais se expandiram localizam-se também nestes dois setores (os *Trabalhadores dos serviços domésticos em geral* e os *Trabalhadores de estruturas de alvenaria*).

Interessante notar que os *Gerentes de Produção e operações*, que possuíam a maior renda em 2004 (R\$1.441,83), não aparecem em 2012, possivelmente porque parte de seus integrantes “subiram” para outro padrão de vida.

Tabela 30 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Norte (2004)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	90.715	7,6	1.283,95
Produtores agrícolas	82.664	6,93	1.225,52
Gerentes de produção e operações	51.544	4,32	1.390,02
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	46.653	3,91	1.262,16
Produtores na pecuária	44.134	3,7	1.355,33
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	41.552	3,48	1.143,88
Professores (com formação de nível médio) no ensino fundamental	31.882	2,67	1.327,67
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	25.832	2,16	1.297,56
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	25.267	2,12	1.258,70
Vendedores ambulantes	23.988	2,01	1.203,37
Total	464.231	38,90	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	1.193.285	100	1.133,26
Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Norte (2012)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	217.963	9,11	1.180,72
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	145.774	6,1	1.161,68
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	120.430	5,04	1.243,91
Produtores agrícolas	75.216	3,15	1.156,37
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	65.879	2,75	1.327,86
Produtores na pecuária	58.407	2,44	1.288,76
Ajudantes de obras civis	57.437	2,4	1.024,11
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	53.159	2,22	1.180,88
Vigilantes e guardas de segurança	48.472	2,03	1.190,29
Guardas e vigias	45.715	1,91	1.124,05
Total	888.452	37,15	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	2.391.603	100	1.082,30
* R\$ a preços de outubro de 2013 (INPC: IPEA / PNAD)			

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A Tabela 30 mostra a evolução das 10 (dez) principais ocupações dos integrantes da Baixa Classe Média na Região Norte, que abarcavam quase 40% do total dos ocupados entre 2004 e 2012 (38,90% e 37,15%, respectivamente) com este padrão de vida. Enquanto nestes oito anos a população total da Região cresceu 15,22% (a maior taxa do Brasil no período), os ocupados na BCM expandiram 100,42%. O rendimento dos mesmos foi de R\$1.133,26 para R\$1.082,30, caindo 4,50%.

Dentre as dez ocupações presentes em 2004, três não se encontram em 2012: saem os *Gerentes de produção e operações*, os *Professores (com formação de nível médio) no ensino fundamental* e os *Vendedores ambulantes* e entram os *Ajudantes de obras civis*, os *Vigilantes e guardas de segurança* e os *Guardas e vigias* (setores de Construção Civil e Serviços).

A ocupação com a maior quantidade de indivíduos, tanto em 2004 quanto em 2012, é a *Vendedores ou demonstradores em lojas ou mercados*, cuja participação foi de 7,6% para 9,11% (acréscimo de 127.248 pessoas, equivalente a um aumento de 140,27%). Sua renda foi a que mais caiu, 8,04%, de R\$1.283,95 para R\$1.180,72. A ocupação que mais se expandiu foi a *Trabalhadores de estruturas de alvenaria*, a uma taxa de 250,82%!!! Acresceram-se mais de 104 mil pessoas, fazendo com que sua participação saltasse de 3,48% em 2004 para 6,1% em 2012. Sua renda variou 1,56%, de R\$1.143,88 para R\$1.161,68. Os *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos* apresentaram a segunda maior taxa de expansão (158,14%), agregando 73.777 membros elevando assim sua participação de 3,91% para 5,04%. Sua renda regrediu 1,45%, de R\$1.262,16 para R\$1.243,91. Já os *Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)* ampliaram sua participação de 2,16% para 2,75%, aumentando em 40.047 seu contingente (acréscimo de 155,03%). Sua renda foi a que mais cresceu, de R\$1.297,56 para R\$1.327,86 (2,34%). Por sua vez, os *Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)* elevaram-se a uma taxa de 110,39% (25.267 para 53.159 indivíduos) chegando a 2,22% do total. Sua renda regrediu 6,18%.

Os *Produtores agrícolas* e os *Produtores na pecuária* tiveram comportamento distinto quanto ao número de trabalhadores. Enquanto os primeiros foram os únicos que diminuíram em termos absolutos (7.448 membros), os segundos expandiram 32,34% (14.273 pessoas). Suas rendas caíram 5,64% e 4,91%, respectivamente.

Assim como no Brasil como um todo os *Gerentes de Produção e operações*, que possuíam a maior renda em 2004 (R\$1.390,02), não aparecem em 2012, possivelmente porque parte de seus integrantes “subiram” para outro padrão de vida. Vale notar também que o Norte é a única Região na qual os *Trabalhadores dos serviços domésticos em geral* não aparecem entre as dez principais ocupações dos integrantes da Baixa Classe Média tanto no ano de 2004 quanto no de 2012, indicando a permanência do baixo patamar de seus rendimentos (salários, diárias, horas-extras) bem como da sua taxa de formalização na Região.

Tabela 31 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Nordeste (2004)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	199.214	8,13	1.249,83
Produtores agrícolas	168.242	6,87	1.169,10
Gerentes de produção e operações	119.856	4,89	1.382,26
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	88.958	3,63	1.306,93
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	84.030	3,43	1.309,19
Professores (com formação de nível médio) no ensino fundamental	72.652	2,97	1.256,76
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	69.954	2,85	1.120,90
Produtores na pecuária	64.730	2,64	1.200,28
Vendedores ambulantes	60.913	2,49	1.246,29
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	58.429	2,38	1.256,62
Total	986.978	40,28	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	2.450.255	100	1.125,16
Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Nordeste (2012)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	528.896	9,21	1.173,43
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	358.845	6,25	1.145,15
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	253.421	4,41	1.199,05
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	180.279	3,14	1.223,38
Produtores agrícolas	166.252	2,89	1.186,08
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	154.386	2,69	1.209,39
Ajudantes de obras civis	118.306	2,06	1.023,19
Gerentes de produção e operações	115.020	2	1.315,02
Garçons, barmen e copeiros	113.338	1,97	1.161,03
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	103.410	1,8	1.077,74
Total	2.092.153	36,42	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	5.743.051	100	1.075,95
* R\$ a preços de outubro de 2013 (INPC: IPEA / PNAD)			

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A tabela acima mostra a evolução das dez principais ocupações exercidas pelos integrantes da Baixa Classe Média no Nordeste entre os anos de 2004 e 2012 que contemplavam, respectivamente, 40,28% e 36,42% do total dos ocupados na BCM. Enquanto a população da Região cresceu 7,66% no período os ocupados na BCM expandiram 134,39%. Sua renda média caiu 4,37%, de R\$1.125,16 para R\$1.075,95.

A dinâmica das ocupações na Região mostra a saída dos *Professores (com formação de nível médio) no ensino fundamental*, dos *Produtores na pecuária* e dos *Vendedores ambulantes* dentre as dez principais ocupações e a entrada dos *Ajudantes de obras civis*, dos *Garçons, barmen e copeiros* e dos *Trabalhadores dos serviços domésticos em geral* em 2012. Assim como para o conjunto do país, essas profissões localizam-se no setor de Construção Civil e de Serviços Pessoais. O ingresso destas ocupações nas dez principais da Baixa Classe

Média traduz-se na evolução do padrão de vida de parte dos integrantes das mesmas, localizados antes em grande medida na Massa Trabalhadora.

A ocupação com o maior número de trabalhadores, tanto em 2004 quanto em 2012, é os *Vendedores ou demonstradores em lojas ou mercados*, cuja participação foi de 8,13% para 9,21% (acréscimo de 329.682 pessoas, equivalente a um aumento de 165,49%). É a maior participação da categoria no Brasil. Sua renda caiu 6,11%, de R\$1.249,83 para R\$1.173,43. A ocupação que mais se expandiu foi a *Trabalhadores de estruturas de alvenaria*, a uma impressionante taxa de 412,97%!!! Acresceram-se quase 289 mil pessoas, fazendo com que sua participação saltasse de 2,85% em 2004 para 6,25% em 2012. Sua renda variou 2,16%, de R\$1.120,90 para R\$1.145,15. O desempenho bastante favorável desta categoria provavelmente repousa no crescimento econômico da Região, superior aos demais, puxado em larga medida pela expansão dos programas sociais e pelos investimentos públicos em infraestrutura.

A segunda maior variação ficou a cargo dos *Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)*, cuja expansão chegou a 208,54%. Sua participação foi de 2,38% para 3,14%, ao passo que sua renda média caiu 2,65%, de R\$1.256,62 para R\$1.223,38. Os *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos* apresentaram a terceira maior taxa de expansão (184,88%), agregando 164.463 membros e elevando sua participação de 3,63% para 4,41%. Sua renda regrediu 8,25%, de R\$1.306,93 para R\$1.199,05 (a maior regressão observada na Região Nordeste). Já os *Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)* cresceram 83,73%, reduzindo entretanto sua participação no total de 3,43% para 2,69%. Por sua vez, a renda dos mesmos caiu 7,62%, de R\$1.309,19 para R\$1.209,39. É válido ressaltar que somente na Região Nordeste e na Norte aparecem tanto em 2004 quanto em 2012 a ocupação *Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)*, o que pode indicar o menor rendimento dos mesmos nestas Regiões frente ao restante do país.

Por fim, tanto os *Produtores agrícolas* quanto os *Gerentes de produção e operações* perderam integrantes e diminuíram sua participação - os primeiros caíram de 6,87% para 2,89% e os segundos foram de 4,89% para 2,0%. Enquanto a renda daqueles aumentou 1,45%, de R\$1.169,10 para R\$1.186,08, a destes baixou 4,86%, de R\$1.382,26 para R\$1.315,02. Tanto em 2004 quanto em 2012 a renda dos *Gerentes de produção e operações* foi a mais elevada dentre as dez principais ocupações da BCM no Nordeste. Entretanto, é

interessante notar que os *Gerentes de produção e operações* não se encontram entre as dez principais ocupações em 2012 nas demais Regiões do país, o que sugere que o processo de ascensão social nordestino da categoria é mais lento que no restante do Brasil.

Tabela 32 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Sudeste (2004)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	726.376	7,18	1.281,07
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	446.858	4,42	1.298,97
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	359.720	3,56	1.196,16
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	349.588	3,46	1.322,73
Gerentes de produção e operações	316.634	3,13	1.454,03
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	273.207	2,7	1.120,02
Guardas e vigias	217.931	2,15	1.197,39
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	173.086	1,71	1.157,78
Representantes comerciais e técnicos de vendas	160.797	1,59	1.394,69
Garçons, barmen e copeiros	159.030	1,57	1.221,14
Total	3.183.227	31,47	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	10.113.502	100	1.086,49
Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Sudeste (2012)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	1.464.214	7,77	1.180,71
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	955.147	5,07	1.237,06
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	877.943	4,66	1.125,69
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	839.122	4,45	1.284,84
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	534.512	2,84	1.351,32
Cozinheiros	470.882	2,5	1.134,59
Ajudantes de obras civis	448.346	2,38	1.106,89
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	430.572	2,28	1.078,20
Recepcionistas	394.800	2,09	1.144,79
Garçons, barmen e copeiros	365.696	1,94	1.179,61
Total	6.781.234	35,98	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	18.849.867	100	1.067,52
* R\$ a preços de outubro de 2013 (INPC: IPEA / PNAD)			

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A Tabela 32 mostra a evolução das 10 (dez) principais ocupações dos integrantes da Baixa Classe Média na Região Sudeste, que perfazem aproximadamente um terço do total de ocupados em 2004 e em 2012 (31,47% e 35,98%, respectivamente) com este padrão de vida. Enquanto no mesmo período a população total da Região cresceu 7,91%, os ocupados na BCM aumentaram 86,38%. O rendimento dos mesmos foi de R\$1.086,49 para R\$1.067,52, caindo 1,75%.

Dentre as dez ocupações presentes em 2004, três não se encontram em 2012: saem os *Gerentes de produção e operações*, os *Guardas e vigias* e os *Representantes comerciais e*

técnicos de venda e entram os *Ajudantes de obras civis*, os *Cozinheiros* e os *Recepcionistas* (setores de Construção Civil e Serviços).

A ocupação com a maior quantidade de indivíduos, tanto em 2004 quanto em 2012, é a *Vendedores ou demonstradores em lojas ou mercados*, cuja participação foi de 7,18% para 7,77%, atingindo o menor peso relativo no Brasil em 2012 (em 2004 apenas o Sul possuía uma participação menor que o Sudeste), indicando provavelmente o maior rendimento desta categoria (em seu conjunto) no Sudeste vis-à-vis às demais Regiões. Em termos absolutos, significou um acréscimo de 737.838 pessoas, equivalente a um aumento de 101,58%. Sua renda caiu 7,83%, de R\$1.281,07 para R\$1.180,71, a maior queda observada.

A ocupação que mais se expandiu foi os *Trabalhadores nos serviços domésticos em geral*, a uma taxa de 221,35%!!! Acresceram-se quase 605 mil pessoas, fazendo com que sua participação saltasse de 2,7% em 2004 para 4,66% em 2012, a mais elevada do país, refletindo uma maior ascensão social desta profissão no Sudeste em comparação ao restante do Brasil. Sua renda, entretanto, praticamente não variou (0,51%). Os *Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros* apresentaram a segunda maior taxa de expansão (148,76%), agregando 257.486 membros, elevando sua participação de 1,71% para 2,28%. Sua renda regrediu 6,87%, de R\$1.157,78 para R\$1.078,20.

Assim como nas demais regiões brasileiras, os *Trabalhadores de estruturas de alvenaria* no Sudeste aumentaram significativamente. Ao incorporarem 479.402 pessoas, cresceram 133,27%, passando de 3,56% do total para 4,45%. Sua renda média foi a que mais aumentou na Região, da ordem de 7,41%, de R\$1.196,16 para R\$1.284,84. Entretanto, enquanto em 2004 ocupavam a terceira posição entre as dez maiores ocupações, em 2012 caem uma posição, sendo superados pelos *Trabalhadores nos serviços domésticos em geral*, que pulam da 6ª para a 3ª. Os *Garçons, barmen e copeiros* incrementaram-se a uma taxa similar aos dos *Trabalhadores de estruturas de alvenaria*, (129,95%), mantendo o 10º posto entre as dez maiores ocupações tanto em 2004 quanto em 2012 - aumentando ligeiramente sua participação de 1,57% para 1,94%. Sua renda média regrediu 3,40%, de R\$1.221,14 para R\$1.179,61. Os *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos* mantiveram-se na segunda colocação dentre as dez maiores ocupações, expandindo-se a uma taxa de 113,75%, equivalente a 508.289 indivíduos, indo de 4,42% para 5,07% do total. Sua renda caiu 4,77%, de R\$1.298,97 para R\$1.237,06. Por fim, os *Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)* cresceram 52,90%, reduzindo entretanto sua participação

no total de 3,46% para 2,84%. Por sua vez, a renda dos mesmos aumentou 2,16%, de R\$1.322,73 para R\$1.351,32. Vale notar que a profissão *Receptionistas* aparece entre as dez principais ocupações da BCM somente no Sudeste em 2012. E os *Cozinheiros*, somente nas Regiões Sul e Sudeste.

Tabela 33 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Sul (2004)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	254.610	6,77	1.284,79
Produtores agrícolas	225.631	6	1.331,63
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	167.646	4,46	1.364,59
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	157.141	4,18	1.311,77
Gerentes de produção e operações	147.566	3,92	1.487,03
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	125.055	3,32	1.200,33
Produtores na pecuária	78.097	2,08	1.273,71
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	63.820	1,7	1.085,27
Representantes comerciais e técnicos de vendas	60.135	1,6	1.375,88
Professores (com nível superior) de discip. da educ. geral de 5ª a 8ª séries do fund.	58.142	1,55	1.456,64
Total	1.337.843	35,58	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	3.762.445	100	1.096,45
Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Sul (2012)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	592.545	8,32	1.201,87
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	328.783	4,62	1.255,23
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	324.798	4,56	1.283,59
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	291.012	4,09	1.138,93
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	236.746	3,33	1.387,81
Ajudantes de obras civis	170.527	2,4	1.100,06
Produtores agrícolas	170.237	2,39	1.306,08
Cozinheiros	165.663	2,33	1.144,12
Operadores de máquinas de costura de roupas	155.479	2,18	1.112,30
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	120.784	1,7	1.328,91
Total	2.556.574	35,92	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	7.118.865	100	1.079,50

* R\$ a preços de outubro de 2013 (INPC: IPEA / PNAAD)

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A tabela acima mostra a evolução das dez principais ocupações exercidas pelos integrantes da Baixa Classe Média na Região Sul entre os anos de 2004 e 2012 que abarcavam, respectivamente, 35,58% e 35,92% do total dos ocupados na BCM. Enquanto a população na Região cresceu 7,59% no período os ocupados na BCM expandiram 89,21%. Sua renda média caiu 1,55%, de R\$1.096,45 para R\$1.079,50.

A dinâmica das ocupações na Região mostra a saída dos *Professores (com nível superior) de disciplinas da educação geral de 5ª a 8ª séries do Fundamental*, dos *Produtores na pecuária*, dos *Gerentes de produção e operações* e dos *Representantes comerciais e*

técnicos de vendas dentre as dez principais ocupações e a entrada dos *Ajudantes de obras civis*, dos *Cozinheiros*, dos *Mecânicos de manutenção de veículos automotores* e dos *Operadores de máquinas de costura de roupas* em 2012, sugerindo uma melhora no padrão de vida de parte das pessoas localizadas nestas ocupações. Da mesma maneira, a saída dos *Gerentes de produção e operações* e dos *Professores (com nível superior) de disciplinas da educação geral de 5ª a 8ª séries do Fundamental*, que possuíam as maiores rendas em 2004 (R\$1.487,03 e R\$1.456,64, respectivamente), indica uma ascensão de parcela dos mesmos aos padrões de vida de Média e Alta Classe Média.

A ocupação com a maior quantidade de indivíduos, tanto em 2004 quanto em 2012, é a *Vendedores ou demonstradores em lojas ou mercados*, cuja participação foi de 6,77% para 8,32%. Em termos absolutos, significou um acréscimo de 337.935 pessoas, equivalente a um aumento de 132,73%. Sua renda caiu 6,45%, de R\$1.284,79 para R\$1.201,87, a maior perda observada no Sul. A ocupação que mais se expandiu foi os *Trabalhadores nos serviços domésticos em geral*, a uma taxa de 355,99%!!! Acresceram-se 227.192 mil pessoas, fazendo com que sua participação saltasse de 1,7% em 2004 para 4,09% em 2012, a maior taxa¹⁵⁸ de incremento da participação da categoria no Brasil. É importante lembrar que somente nas Regiões Sudeste e Sul a mesma apareceu entre as dez maiores ocupações exercidas pela BCM tanto em 2004 quanto em 2012, o que indica maior ascensão destes trabalhadores nestas localidades.

A segunda taxa de crescimento ficou por conta dos *Trabalhadores de estruturas de alvenaria*, que expandiram 159,72%, atingindo quase 325 mil ocupados - o terceiro maior contingente em 2012. A renda destes trabalhadores foi a que mais aumentou, na ordem de 6,94%, de R\$1.200,33 para R\$1.283,59. Os *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos* cresceram 109,23%, subindo do quarto maior contingente em 2004 para o segundo em 2012, ampliando sua participação relativa de 4,18% para 4,62%. Sua renda, porém, caiu 4,31%. Os *Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)* encorporaram 41,22%, reduzindo entretanto sua participação no total de 4,46% para 3,33%. Por sua vez, a renda dos mesmos aumentou 1,70%, de R\$1.364,59 para R\$1.387,81. Já os *Produtores agrícolas* regrediram em termos absolutos (os únicos) e

¹⁵⁸ O maior crescimento percentual da categoria ocorreu na Região Centro-Oeste, na qual estes trabalhadores passaram de 1,73% em 2004 para 4,26% em 2012. Entretanto, em 2004 os *Trabalhadores nos serviços domésticos em geral* não figuravam entre as dez principais ocupações no Centro-Oeste (ocupavam a 11ª posição), transbordando portanto nosso universo de análise.

relativos, caindo da 2ª para a 7ª posição. Sua renda diminuiu 1,92%, de R\$1.331,63 em 2004 para R\$1.306,08 em 2012.

É importante ressaltar que os *Mecânicos de manutenção de veículos automotores* e os *Operadores de máquinas de costura de roupas* aparecem entre as dez principais ocupações dos integrantes da BCM somente na Região Sul.

Tabela 34 - Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Região Centro-Oeste (2004)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	124.916	8,33	1.272,46
Gerentes de produção e operações	73.148	4,88	1.431,98
Supervisores da construção civil	52.491	3,5	1.206,52
Produtores na pecuária	48.517	3,23	1.304,39
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	48.341	3,22	1.314,42
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	47.438	3,16	1.315,35
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	39.651	2,64	1.190,51
Trabalhadores da mecanização agropecuária	35.196	2,35	1.219,37
Trabalhadores na pecuária	29.410	1,96	1.110,60
Vendedores ambulantes	27.097	1,81	1.227,79
Total	526.205	35,08	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	1.500.303	100	1.149,01
Ocupações: Quantidade, Participação e Renda Média. Centro-Oeste (2012)			
Ocupação	Quantidade	Participação	Renda Média*
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	278.045	8,66	1.208,17
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	162.704	5,07	1.314,60
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	142.076	4,43	1.217,00
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	136.700	4,26	1.086,77
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	117.746	3,67	1.347,70
Trabalhadores na pecuária	98.718	3,08	1.212,68
Ajudantes de obras civis	76.920	2,4	1.073,79
Trabalhadores agrícolas	72.328	2,25	1.152,42
Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	68.588	2,14	1.096,24
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	65.260	2,03	1.234,80
Total	1.219.085	37,99	
Total de todos os ocupados da Baixa Classe Média	3.209.005	100	1.103,03

* R\$ a preços de outubro de 2013 (INPC: IPEA / PNAD)

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A Tabela 34 mostra a evolução das 10 (dez) principais ocupações dos integrantes da Baixa Classe Média na Região Centro-Oeste, que contemplavam 35,08% do total de ocupados em 2004 e 37,99% em 2012 com este padrão de vida. Enquanto nestes oito anos a população total da Região cresceu 14,78%, os ocupados na BCM aumentaram 113,89%. O rendimento dos mesmos foi de R\$1.149,01 para R\$1.103,03, caindo 4,0%.

Dentre as dez ocupações dispostas em 2004, cinco não aparecem em 2012: saem os *Gerentes de produção e operações*, os *Supervisores da construção civil*, os *Produtores na pecuária*, os *Trabalhadores da mecanização agropecuária* e os *Vendedores ambulantes* e entram os *Trabalhadores dos serviços domésticos em geral*, os *Ajudantes de obras civis*, os *Trabalhadores agrícolas*, os *Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros* e os *Trabalhadores nos Serviços de Higiene e Embelezamento* (setores de Construção Civil, Agrícola e Serviços Pessoais).

A ocupação com a maior quantidade de indivíduos, tanto em 2004 quanto em 2012, é a *Vendedores ou demonstradores em lojas ou mercados*, cuja participação foi de 8,33% para 8,66% (acréscimo de 153.129 pessoas, equivalente a um aumento de 122,59%). Sua renda caiu 5,05%, de R\$1.272,46 para R\$1.208,17. A ocupação que mais se expandiu foi a *Trabalhadores de estruturas de alvenaria*, a uma taxa de 310,34%!!! Acreceram-se 123.053 mil pessoas, fazendo com que sua participação saltasse de 2,64% em 2004 para 5,07% em 2012. Sua renda variou 10,42%, a maior variação observada, de R\$1.190,51 para R\$1.314,60. Os *Trabalhadores na pecuária* apresentaram a segunda maior taxa de incremento, da ordem de 235,66%, equivalente a 69.308 indivíduos, pulando de 1,96% para 3,08% na participação sobre o total. Sua renda média expandiu 9,19%, de R\$1.110,60 para R\$1.212,68. É importante ressaltar que a única Região que revelou a participação de *Trabalhadores na pecuária* (em 2004 e 2012) e de *Trabalhadores agrícolas* (em 2012) entre as dez principais ocupações da Baixa Classe Média foi a Centro-Oeste, indicando uma melhora nos padrões de vida destes trabalhadores que historicamente sempre se localizaram na Massa Trabalhadora ou mesmo nos Miseráveis. A ascensão dos mesmos corrobora a importância do agronegócio frente ao crescimento econômico nacional entre 2004 e 2012 (conforme discutido no Capítulo 3 deste trabalho) e o seu impacto positivo durante o período nas economias das regiões tradicionalmente primário-produtoras. Não é por menos que o Centro-Oeste apresentou a melhora mais consistente no conjunto de sua estrutura social dentre as Grandes Regiões brasileiras, como discutido no item 4.2.1 deste Capítulo. Apesar do agronegócio corresponder majoritariamente às grandes propriedades, a renda derivada do seu dinamismo impulsiona as cidades, o comércio e a demanda por alimentos (que é produzido em boa medida por pequenos produtores rurais), atingindo parte considerável da população. Uma prova do impacto econômico do agronegócio e da melhoria social no Centro-Oeste é a ascensão dos *Trabalhadores dos serviços domésticos em geral*. Apesar de não aparecerem entre as dez

principais ocupações em 2004 na Região (aparecia em 11º, portanto fora do nosso universo de análise), esses trabalhadores perfaziam 1,73% neste ano e atingiram 4,26% em 2012.

Os *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos* cresceram 192,84%, subindo do quinto maior contingente em 2004 para o terceiro em 2012, ampliando sua participação relativa de 3,22% para 4,43%. Sua renda, porém, caiu 6,70% (a maior perda observada na Região), indo de R\$1.314,42 para R\$1.217,00. Os *Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)* expandiram 148,21%, elevando sua participação no total de 3,16% para 3,67%. Por sua vez, a renda dos mesmos aumentou 2,46%, de R\$1.315,35 para R\$1.347,70.

4.3.3 – Evolução da Escolaridade dos integrantes da Baixa Classe Média no Brasil e em suas Grandes Regiões durante o período 2004/2012

Analisaremos agora a escolaridade dos membros da Baixa Classe Média no Brasil e em suas Grandes Regiões nos anos de 2004 e 2012. Novamente utilizaremos como universo de estudo o banco de dados criado pelo Professor Waldir José de Quadros, concentrando-nos no Nível de Estratificação Familiar, o mesmo do item 4.2.1.

Tabela 35 - Escolaridade da Baixa Classe Média, Brasil				
Escolaridade	2004 (Nº)	2012 (Nº)	2004 (%)	2012 (%)
Nunca Frequentou Escola	4.478.658	6.895.185	8,56	8,47
1º Grau Incomp./Compl.	27.537.568	41.582.421	52,66	51,05
2º Grau Incomp./Compl.	16.491.775	26.777.662	31,54	32,88
3º Grau Incomp./Compl.	3.785.953	6.195.178	7,24	7,61
Total	52.293.954	81.450.446	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A análise do grau de escolaridade dos integrantes da Baixa Classe Média no Brasil revela uma melhora muito leve na instrução dos mesmos, o que se traduz na redução do percentual daqueles que Nunca Frequentaram a Escola ou que só possuem o 1º Grau

Incompleto ou Completo e no aumento dos que possuem o 2º ou 3º Grau Incompleto ou Completo.

De fato, enquanto em 2004 existiam 8,56% dos integrantes da BCM que nunca haviam frequentado a escola, em 2012 essa proporção caiu para 8,47% (variação negativa de 1,05%). Com relação àqueles que possuíam somente o 1º Grau Incompleto ou Completo, a participação foi de 52,66% para 51,05% (queda de 3,06%). Por outro lado, no tocante ao 2º Grau Incompleto ou Completo essa relação vai de 31,54% para 32,88% (aumento de 4,25%). Já no nível 3º Grau Incompleto ou Completo o percentual foi de 7,24% em 2004 para 7,61% em 2012 (crescimento de 5,11%).

Percebe-se que, apesar da “melhora”, as participações nos respectivos níveis de escolaridade continuam ainda muito precárias, indicando o baixo grau de educação da Baixa Classe Média no Brasil. Ao somarmos os que Nunca Frequentaram a Escola com aqueles que possuem apenas o 1º Grau Incompleto ou Completo, esse percentual vai de 61,22% em 2004 para 59,52% (redução de 2,88%). Por outro lado, o diminuto nível educacional da BCM ainda em 2012 sugere a ascensão de pessoas com baixíssima escolaridade oriundas da Massa Trabalhadora e dos Miseráveis, revelando a melhora no padrão de vida destas camadas menos educadas.

Escolaridade	2004 (Nº)	2012 (Nº)	2004 (%)	2012 (%)
Nunca Frequentou Escola	473.736	731.839	12,69	11,72
1º Grau Incomp./Compl.	1.983.089	3.086.535	53,12	49,43
2º Grau Incomp./Compl.	1.083.833	1.986.258	29,03	31,81
3º Grau Incomp./Compl.	192.678	440.146	5,16	7,05
Total	3.733.336	6.244.778	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A tabela acima mostra a evolução da escolaridade dos integrantes da Baixa Classe Média na Região Norte entre os anos de 2004 e 2012. Percebe-se uma melhora um pouco mais acentuada do que aquela observada no Brasil em seu conjunto.

O percentual daqueles que Nunca Frequentaram a Escola caiu de 12,69% para 11,72%, uma regressão de 7,64%. Os que possuíam 1º Grau Incompleto ou Completo foram

de 53,12% em 2004 para 49,43% em 2012, uma redução de 6,95% (a maior queda no Brasil). Por sua vez, aqueles que detinham o 2º Grau Incompleto ou Completo aumentaram de 29,03% para 31,81% (acréscimo de 9,58%), ao passo que os que possuíam o 3º Grau Incompleto ou Completo pularam de 5,16% para 7,05% - um incremento na taxa de participação da ordem de 36,63% (a maior do país).

A melhora da escolaridade da BCM no Norte fica mais visível ao adicionarmos os que Nunca Frequentaram a Escola aos que possuem apenas o 1º Grau Incompleto ou Completo durante os dois anos em estudo: o percentual vai de 65,81% em 2004 para 61,15% em 2012 (redução de 7,08%). Apesar da melhora é essencial registrar que o Norte, tanto em 2004 quanto em 2012, detinha a taxa mais elevada do país no tocante aos que Nunca Frequentaram a Escola e a taxa mais baixa dos que passaram pelo 3º Grau, apresentando portanto o pior perfil nacional no que diz respeito à escolaridade.

Escolaridade	2004 (Nº)	2012 (Nº)	2004 (%)	2012 (%)
Nunca Frequentou Escola	706.150	1.689.863	9,13	10,38
1º Grau Incomp./Compl.	3.711.760	8.012.329	47,97	49,19
2º Grau Incomp./Compl.	2.637.736	5.237.592	34,09	32,16
3º Grau Incomp./Compl.	681.324	1.347.295	8,81	8,27
Total	7.736.970	16.287.079	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A Tabela 37 trata da escolaridade dos membros da Baixa Classe Média em 2004 e em 2012 no Nordeste. Diferentemente do restante do país, o nível educacional da BCM piorou na Região – o que indica a incorporação de pessoas menos educadas da Massa Trabalhadora e dos Miseráveis que ascenderam à Baixa Classe Média.

O peso dos que Nunca Frequentaram a Escola aumentou de 9,13% para 10,38% - uma taxa de 13,69%; e dos que possuem o 1º Grau Incompleto ou Completo cresceu 2,54%, de 47,97% para 49,19%. Por sua vez, a participação dos que haviam o 2º Grau Incompleto ou Completo caiu de 34,09% para 32,16% - uma diminuição de 5,66%. Já os universitários com o 3º Grau Incompleto ou Completo foram de 8,81% para 8,27%, equivalente a uma queda de 6,13%.

A prova da piora relativa da escolaridade no Nordeste é a elevação daqueles com grau de educação mais baixo: o conjunto dos que Nunca Frequentaram a Escola com os que tem 1º Grau Incompleto ou Completo foi de 57,20% para 59,61%. É interessante notar que em 2012 o Nordeste possuía a segunda maior taxa dos que Nunca Frequentaram a Escola do Brasil (10,38%) mas também contava com o maior percentual dos estudantes da Baixa Classe Média com 3º Grau Incompleto ou Completo (8,27%), o que também ocorria em 2004 (8,81% cursaram parcialmente ou totalmente o 3º grau em 2004).

Tabela 38 - Escolaridade da Baixa Classe Média, Região Sudeste				
Escolaridade	2004 (Nº)	2012 (Nº)	2004 (%)	2012 (%)
Nunca Frequentou Escola	2.151.430	2.864.958	7,93	7,45
1º Grau Incomp./Compl.	14.230.150	19.427.660	52,45	50,50
2º Grau Incomp./Compl.	8.853.061	13.331.069	32,63	34,66
3º Grau Incomp./Compl.	1.898.598	2.843.796	7,00	7,39
Total	27.133.239	38.467.483	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A evolução da escolaridade na Região Sudeste revelou um desempenho positivo aos moldes do conjunto do país.

Regrediram os que Nunca Frequentaram a Escola, de 7,93% para 7,45% (diminuição de 6,03%), e os que possuem o 1º Grau Incompleto ou Completo (de 52,45% para 50,50%, queda de 3,72%). Por outro lado, os com 2º Grau Incompleto ou Completo foram de 32,63% para 34,66%, equivalente a um crescimento de 6,22%; e os integrantes do 3º Grau (Incompleto ou Completo) aumentaram de 7,00% para 7,39%, taxa de 5,57%.

O montante da soma dos que possuem o 2º ou o 3º Grau Incompleto ou Completo na Região Sudeste foi de 39,63% em 2004 para 42,05% (variação de 6,11%).

Tabela 39 - Escolaridade da Baixa Classe Média, Região Sul				
Escolaridade	2004 (N°)	2012 (N°)	2004 (%)	2012 (%)
Nunca Frequentou Escola	730.064	928.468	7,52	6,73
1º Grau Incomp./Compl.	5.493.908	7.757.820	56,62	56,25
2º Grau Incomp./Compl.	2.764.064	4.067.354	28,49	29,49
3º Grau Incomp./Compl.	714.231	1.037.022	7,36	7,52
Total	9.702.267	13.790.664	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A tabela acima discorre sobre o nível de educação da Baixa Classe Média na Região Sul nos anos de 2004 e 2012. O movimento geral é de uma pequena melhora no grau de escolaridade (redução do percentual daqueles que Nunca Frequentaram a Escola e dos que possuem o 1º Grau Incompleto ou Completo e aumento dos que completaram ou não o 2º ou o 3º Grau) dos integrantes da BCM.

É válido ressaltar que o Sul abarcava, tanto em 2004 quanto em 2012, o menor percentual daqueles que Nunca Frequentaram a Escola (7,52% e 6,73%, respectivamente). Com relação aos que possuem o 1º Grau Incompleto ou Completo, a participação varia minimamente de 56,62% para 56,25% - é o maior peso deste nível de educação no país em ambos os anos. Por outro lado, se o Sul contempla a maior quantidade relativa de estudantes no 1º Grau, detém a menor no 2º Grau dentre todas as Regiões: 28,49% em 2004 e 29,49% em 2012. No tocante ao 3º Grau a proporção sobe pouco, de 7,36% para 7,52% (variação de 2,17%). No total, a soma dos mais educados (2º e 3º Grau Incompleto ou Completo) foi de 35,85% em 2004 para 37,01% em 2012.

Tabela 40-Escolaridade da Baixa Classe Média, Região Centro-Oeste				
Escolaridade	2004 (N°)	2012 (N°)	2004 (%)	2012 (%)
Nunca Frequentou Escola	417.278	680.057	10,46	10,21
1º Grau Incomp./Compl.	2.118.661	3.298.077	53,12	49,52
2º Grau Incomp./Compl.	1.153.081	2.155.389	28,91	32,36
3º Grau Incomp./Compl.	299.122	526.919	7,50	7,91
Total	3.988.142	6.660.442	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A escolaridade dos membros da Baixa Classe Média na Região Centro-Oeste apresentou melhora durante o período ora analisado, principalmente nos seus níveis “intermediários”. A participação daqueles que Nunca Frequentaram a Escola permaneceu praticamente a mesma - 10,46% e 10,21%. Já os que possuem o 1º Grau Incompleto ou Completo diminuíram de 53,12% para 49,52%, a segunda maior redução no país (6,78%). Por sua vez, os estudantes do 2º Grau Incompleto ou Completo saltaram de 28,91% para 32,36%, equivalente a um incremento de 11,93%, a maior taxa observada no país. E os universitários foram de 7,50% para 7,91% (elevação de 5,47%). Focalizando nos dois níveis superiores de escolaridade (2º e 3º Grau Incompleto ou Completo), a participação dos mesmos foi de 36,41% para 40,27% (expansão de 10,60%).

4.4 – Nota sobre a Evolução do Padrão de Vida dos Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral

Tabela 41 - Evolução do Padrão de Vida, Brasil, 2004 e 2012

Trabalhadores dos Serviços Domésticos em geral				
Padrão de Vida	(Nº) 2004	(Nº) 2012	(%)2004	(%)2012
Alta Classe Média	854	3.636	0,01	0,06
Média Clas. Média	22.763	89.037	0,35	1,37
Baixa Classe Média	480.689	1.820.674	7,38	27,96
Massa Trabalhadora	2.048.803	2.936.921	31,45	45,11
Miseráveis	3.928.826	1.528.726	60,31	23,48
Ignorado	32.858	131.673	0,50	2,02
Total	6.514.793	6.510.667	100	100

Fonte: Perfil Social. Elaboração Própria.

A tabela acima mostra a evolução no padrão de vida dos *Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral* entre 2004 e 2012. A estratificação utilizada é o Nível Social Individual, que analisa o padrão de vida de cada trabalhador isoladamente e não o da sua família.

A maioria dos *Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral* concentrava-se, em 2004, nos Miseráveis, revelando que 60,01% deles ganhava até 1 salário mínimo. Acima

destes encontravam-se quase um terço (31,45%) destes trabalhadores, localizados na Massa Trabalhadora. Somente 7,38% pertenciam à Baixa Classe Média, sendo desprezível o percentual daqueles que se situavam nos padrões de vida mais favorecidos.

Em 2012, entretanto, o cenário muda bastante. Os Miseráveis reduzem acentuadamente, mas ainda perfazem quase um quarto (23,48%) destes trabalhadores - o que é lamentável. Aqueles com padrão de vida de Massa Trabalhadora atingem 45,11%, tornando-se os mais numerosos. E os pertencentes à Baixa Classe Média chegam a quase 28%.

A evolução do padrão de vida dos *Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral* entre 2004 e 2012 mostra uma melhora considerável, mas ainda muito distante daquilo que poderíamos considerar como razoável. Se por um lado mais de 90% destes trabalhadores viviam em condições bastante precárias em 2004, ganhando no máximo até dois salários mínimos, em 2012 não chega a um terço os que ganham entre 2 e 3 salários mínimos. A melhora foi evidente mas ainda insuficiente para garantir a estes trabalhadores um padrão de vida satisfatório. No entanto, é imprescindível ressaltar que houve uma redução no número absoluto de ocupados no período, algo inédito no Brasil para esta categoria, o que demonstra que muitos trabalhadores se deslocaram para outras profissões - indicando uma melhora social dos mesmos.

4.5 – Conclusão do Capítulo

Procurou-se neste capítulo analisar a Estrutura Social, Ocupacional e Educacional da Baixa Classe Média no Brasil e em suas Grandes Regiões durante o período 2004/2012.

Em que pese as históricas disparidades inter-regionais em seus múltiplos aspectos econômicos, sociais e políticos, a trajetória da Baixa Classe Média entre 2004 e 2012 mostrou-se, em linhas gerais, similar no conjunto das Regiões Brasileiras. Se por um lado regiões tradicionalmente primário produtoras perceberam maior impulso em virtude da expansão da demanda¹⁵⁹ (interna e principalmente externa) por alimentos e matérias-primas, ou regiões mais pobres absorveram mais o incremento dos programas sociais ou a elevação do

¹⁵⁹ O que fez a participação dos *Produtores agrícolas* e dos *Produtores na pecuária* na BCM cair em todas as Regiões – indicando ascensão aos padrões de vida mais elevados.

salário mínimo, ou ainda regiões mais desenvolvidas incorporaram com mais intensidade o aumento do consumo de bens duráveis, o resultado é que todas as Regiões se beneficiaram do crescimento econômico e do aumento da renda. A expansão do emprego, do crédito, dos serviços e da construção civil foi uma constante no Brasil durante o período 2004/2012. A combinação destes fatores, conseqüentemente, acarretou num incremento substancial da Baixa Classe Média em todo o país.

A melhora da Estrutura Social decorrente de um intenso processo de mobilidade ascendente das camadas subalternas foi a regra nacional nestes oito anos. Milhões de pessoas deixaram a Miséria ou a pobreza da Massa Trabalhadora e caminharam em direção à Baixa Classe Média. Este contingente passa a ser o mais expressivo em todas as Regiões à exceção do Nordeste, mudando profundamente a Estrutura Social principalmente nas localidades marcadas pela miséria e pobreza extremas. Entretanto, ao observarmos a Estrutura Ocupacional das pessoas com padrão de vida de Baixa Classe Média percebemos determinados limites à continuidade e incremento deste processo.

Se é verdade que o aparecimento entre a Baixa Classe Média de ocupações tradicionalmente relacionadas à Massa Trabalhadora como *Ajudantes de obras civis, Vigilantes e guardas de segurança, Recepcionistas, Mecânicos, Costureiras, Cozinheiros e Trabalhadores na agricultura* indica a melhora do padrão de vida destes trabalhadores e portanto deve ser comemorada, a análise das principais ocupações dos integrantes da BCM revelou o predomínio de postos de trabalho historicamente precários concentrados nos Serviços e na Construção Civil, com menos direitos trabalhistas e mais suscetíveis às intempéries da economia capitalista monopolista. É notória a baixíssima presença de ocupações ligadas diretamente à indústria, tradicionalmente melhor empregadora que os demais setores. À exceção dos *Gerentes de produção e operações*, presentes em todo o país em 2004 mas que permanecem somente no Nordeste entre as dez principais ocupações da BCM em 2012 justamente por ascenderem aos padrões de vida mais elevados, não se observa nenhuma ocupação essencialmente industrial entre as mesmas. Em contrapartida, em todas as Regiões detectou-se a presença de quatro ocupações - com elevadas taxas de crescimento - entre as dez principais exercidas pela BCM tanto em 2004 quanto em 2012. São elas: *Vendedores ou demonstradores em lojas ou mercados* (que abarca o maior número de trabalhadores em todas as Regiões), *Trabalhadores de estruturas de alvenaria* (que apresentou a maior taxa de crescimento observada no país entre 2004 e 2012 - 412,97% no

Nordeste – bem como a maior do Norte e Centro-Oeste e, à exceção do Sudeste, aparece entre as três principais ocupações em todas as Regiões em 2012 - no SE aparece na quarta posição), *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos* (que aparecem entre as três principais ocupações em todas as Regiões em 2012) e os *Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)*.

Em linhas gerais, os *Vendedores ou demonstradores em lojas ou mercados* são trabalhadores que recebem parte considerável da sua renda mediante comissões e estão sujeitos às sazonalidades próprias do comércio em geral, além de não possuírem uma organização sindical coesa. Por sua vez, os *Trabalhadores de estruturas de alvenaria* são em sua maioria pedreiros e afins que historicamente não desfrutam de direitos trabalhistas e são submetidos às insalubridades derivadas da atividade que exercem, além da constante incerteza em arrumar um novo trabalho após finalizada determinada empreitada. Já os *Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos* encontram-se na base dos serviços administrativos em geral e frequentemente sofrem com as condições estressantes de trabalho permeadas por horas-extras mal remuneradas. Por fim, os *Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)* - basicamente caminhoneiros - estão sujeitos às extensas jornadas dirigindo em estradas majoritariamente precárias, com prazos de entrega apertados e, no caso dos autônomos, arcam com os custos de manutenção e depreciação dos veículos que dirigem além dos preços dos pedágios em franca ascensão após as concessões iniciadas no final dos anos 1990.

Por outro lado, além da constância das quatro ocupações supracitadas, é notória a expansão dos *Trabalhadores dos serviços domésticos em geral*. Presentes em 2004 apenas no Sul e no Sudeste entre as dez principais ocupações, aparecem em 2012 em todas as Regiões nacionais à exceção da Norte. Tal fato revela a ascensão¹⁶⁰ deste contingente aos padrões de vida de Baixa Classe Média, fruto da combinação entre o aumento do salário mínimo, a elevação da formalização e a criação de postos de trabalho em outros setores o que diminuiu, até certo ponto, a oferta de *Trabalhadores dos serviços domésticos em geral*. Se por um lado a ascensão destes trabalhadores deve ser comemorada, o entusiasmo não pode encobrir dois fatos: 1) por mais que melhorem suas condições de empregabilidade e sua renda é sabido que, principalmente no Brasil, esta ocupação ainda tem muito o quê evoluir (na verdade deveria

¹⁶⁰ É importante lembrar que os *Trabalhadores domésticos em geral* atingem mais do que 4% dos ocupados da BCM em 2012 nas Regiões Sul (4,09%), Centro-Oeste (4,26%) e Sudeste (4,66%), indicando uma melhor conformação social nas mesmas frente às Regiões Norte e Nordeste.

desaparecer) para ser considerada digna e decente; 2) conforme discutido, 45,11% destes trabalhadores encontram-se na Massa Trabalhadora e 23,48% nos Miseráveis em 2012; em virtude disto, considerar seus integrantes como classe média, ainda que Baixa, é ignorar a realidade.

No tocante à Escolaridade, a análise mostrou avanços limitados. Embora melhor, em linhas gerais, em 2012 frente à 2004, o nível de educação da Baixa Classe Média ainda deixa muito a desejar. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste o percentual dos que Nunca Frequentaram a Escola ainda é superior a 10%, aumentando inclusive no Nordeste durante o período. Por outro lado, a participação dos que possuem o 3º Grau Incompleto ou Completo não chega a 8% em nenhuma Região excetuando-se o Nordeste (8,27%). Por outro lado, é importante destacar que a diminuta escolaridade da BCM em 2012 revela a ascensão de pessoas pouco (ou nada) educadas oriundas dos Miseráveis e da Massa Trabalhadora, o que reforça a constatação da melhora nos padrões de vida desta parte desfavorecida da população brasileira.

Neste sentido, a análise dos dados sociais, ocupacionais e educacionais da Baixa Classe Média no Brasil e em suas Grandes Regiões entre 2004 e 2012 revelou avanços importantes no tocante a Estrutura Social na medida em que mostrou um engrossamento da BCM decorrente de uma diminuição dos Miseráveis e da Massa Trabalhadora, o que é altamente positivo. Por outro lado, as principais ocupações exercidas pela BCM denotam relativa precariedade e concomitantemente vulnerabilidade às oscilações econômicas. E sua ainda insuficiente Escolaridade, frente a uma conjuntura de baixo crescimento econômico, não assegura ascensão a postos de trabalho melhor qualificados e remunerados.

Capítulo V – Interpretando a literatura sobre a “Nova Classe Média” (Classe C) no Brasil

5.1 – Introdução

Conforme descrito no Capítulo IV, o Brasil da última década propiciou a ascensão de milhões de pessoas a patamares mais elevados de renda. Principalmente a partir de 2004, observam-se mudanças substanciais em diversos aspectos da vida econômica e social nacional. O incremento da base material, fruto da disseminação de bens de consumo duráveis e não duráveis à parcela da população até então excluída desses mercados, é evidente. A incorporação “física e espacial” de estratos sociais outrora apartados, indiscutível.

Mesmo ao observador mais distraído, dirigir numa estrada, fazer compras num *shopping center*, caminhar numa universidade ou utilizar o aeroporto são experiências deveras distintas em 2002 e 2012. Há dez anos, o trânsito era menos denso, o shopping “menos cheio”, a universidade mais elitizada e o aeroporto mais “exclusivo”. A presença de negros, nordestinos, pedreiros e empregadas domésticas era, **em grande medida**, acessória: na limpeza dos banheiros, no conserto de buracos, no transporte de bagagens, cozinhando nos refeitórios, ajudando na manutenção. Hoje, **em determinada medida**, dividem o pedágio, as lojas, as salas de aula do terceiro grau e os apertados assentos das aeronaves comerciais com os tradicionais habituês, o que desperta regozijo em alguns e desconforto ou até asco em outros.

Não se afirma aqui que o Brasil de 2014 é um lugar no qual os espaços ou os meios e estilos de vida são contemplados homogeneamente pelo conjunto da população, tampouco que a histórica clivagem econômica e social deixou de existir; ou ainda, em sintonia com os mais entusiastas, concordar com uma “revolução social” em andamento no país, que tornara-se uma nação desenvolvida de classe média. Longe disso. Entretanto, não deixamos de assinalar o reconhecimento de mudanças substanciais na sociedade brasileira do último decênio.

Essas mudanças foram, até certo ponto, percebidas por intelectuais, acadêmicos, marqueteiros e empresários. Centenas de análises, artigos e reportagens foram publicados intuindo “estudar” o que ficou conhecido como “A Nova Classe Média” ou “Classe C”.

Em sua maioria, tais estudos são caracterizados pela pobreza analítica e principalmente pela ausência relacional entre esse fenômeno recente e aspectos centrais da nossa formação econômica, política e social. Mais do que isso, explicitam seu caráter político e utilitário.

Esse capítulo tem como objetivo interpretar essa “literatura”, a qual denominaremos “dominante”. A razão dessa designação repousa unicamente em sua predominância quantitativa (sobretudo nos meios de comunicação de massa), inversamente proporcional à sua qualidade analítica e aos valores a ela subjacentes.

5.2 - A essencialidade da literatura sobre a Classe C no Brasil

Parte dominante da literatura referente ao que ficou conhecido como Classe C baseia-se exclusivamente na análise da renda¹⁶¹ e em critérios estatísticos para discorrer suas reflexões e argumentos.

As ideias centrais, consubstanciadas por Marcelo Neri, expoente desses novos estudiosos¹⁶² sobre a Classe C, derivam da constatação de que milhões de pessoas ingressaram na faixa de renda familiar¹⁶³ entre R\$ 1.200,00 e R\$ 5.174,00¹⁶⁴ mensais,

¹⁶¹ “Estas classes são definidas por suas rendas per capita de todas as fontes. Uma parte central da análise é desagregar essas fontes de renda em trabalho, aluguéis, aposentadoria, programas sociais etc, outra é aproveitar a ida da pesquisa as casas das pessoas para computar seus bens de consumo (carro, duráveis, moradia etc) e o respectivo uso e acesso a ativos de produção (educação, internet, carteira de trabalho etc). Estes atributos tomados de forma conjunta permitem analisar o grau de sustentabilidade das transformações em curso (isto é, saber até que ponto mudou pra valer?)” (Neri, 2010, p.7). “A estratificação calcada apenas no critério de renda empobrece a compreensão de importantes dimensões analíticas associadas à classe social, muitas das quais se expressam no recorte ocupacional – o qual é lembrado na contribuição de Quadros (2008; 2010)...” (Xavier Sobrinho, 2011, p.75).

¹⁶² Dentre esses destacam-se ainda Amaury de Souza e Bolívar Lamounier, que incorporam reflexões políticas e sociológicas em suas análises, e também Ricardo Paes de Barros e Samuel Pessoa.

¹⁶³ Tais estudos utilizam a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) como universo de análise. “Ocorre que as estimativas de renda baseiam-se na renda declarada no inquérito domiciliar da pesquisa PNAD, e não na renda efetiva. Assim, em nosso juízo, ela deve ser encarada mais como uma representação social, e não como uma informação de poder aquisitivo, podendo ser utilizada para estratificarmos a sociedade, mas não para outras derivações” (Quadros, 2010).

intervalo que a princípio proporcionaria um padrão de vida de classe média a seus integrantes e que abrangia 55,05% da população (100,5 milhões de brasileiros) em 2011. Esse ingresso comprova-se pela “incontestável incorporação de 39,6 milhões de pessoas à Classe C entre 2003 e 2011¹⁶⁵”, refletindo três movimentos importantes que nortearão a maior parte dos argumentos e reflexões dessa literatura e de seus apologistas. O primeiro, é a melhora da qualidade de vida desses entrantes expressa principalmente na ampliação do consumo. O segundo, é a queda da pobreza mediante contração das Classes D e E¹⁶⁶. Por último, uma diminuição “acentuada” na desigualdade¹⁶⁷ econômica e social brasileira demonstrada pela redução do Índice de Gini. Em linhas gerais, a sociedade brasileira estaria superando sua característica histórica de desigualdade e pobreza, tornando-se mais democrática e avançando rumo ao desenvolvimento¹⁶⁸.

Para a literatura dominante, a trajetória ascendente pela qual percorre o país - que gradativamente “abandona a heterogeneidade social para se tornar um país de classe média” - enseja uma clara preocupação com a “sustentabilidade” e “refinamento” desse processo. *Até que ponto essa Classe C conseguirá replicar esse “modelo” de desenvolvimento às futuras gerações? Há possibilidade de superação da Classe C e portanto ingresso na A/B?* Sua resposta é enfática: depende, antes de tudo, da disseminação da educação. Se esses emergentes tiverem acesso à formação educacional equivalente a da Classe Média “Tradicional”, terão chances não só de perpetuar essa ascensão como ocupar lugar de destaque no cenário econômico e político nacional, tornando-se a principal classe do país com poder decisório sobre as mais importantes questões nacionais¹⁶⁹. O aumento da escolaridade

¹⁶⁴ “Atualizamos a faixa estabelecida pelo autor para R\$ de janeiro de 2013, de modo a manter o mesmo valor real. A nova faixa ficou entre R\$ 1.315,00 e R\$5.672,00” (Kerstenetzky & Uchoa, 2013, p.16).

¹⁶⁵ “Olhando mais para cima e para o alto da distribuição, cerca de 39,6 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (classe C) entre 2003 e 2011 (59,8 milhões em 1993). Centrando nossa análise ao período mais recente, notamos crescimento acumulado de 9,12% na proporção de pessoas pertencente a esse grupo desde 2009, o que equivale a dizer que 10,5 milhões de brasileiros, que não eram, passam a ser classe C (3,7 milhões só no último ano). A classe, que abrangia 50,45% da população brasileira em 2009, passa agora a 55,05% em 2011. Traduzindo em números absolutos, atingimos a marca de 100,5 milhões de brasileiros que têm renda entre R\$ 1.200,00 até R\$ 5.174,00 mensais, sendo essa a classe dominante, no sentido populacional” (Neri, 2011, p.90).

¹⁶⁶ Segundo o critério utilizado por Neri (2011), as classes sociais são definidas de acordo com a renda domiciliar mensal: Classe E, de 0 a R\$751,00; Classe D, de R\$751 a R\$1.200,00; Classe C, de R\$1.200,00 a R\$5.174,00; Classe AB, acima de R\$5.174,00.

¹⁶⁷ “... talvez a maior inovação sócio-econômica brasileira na década passada foi a desconcentração de renda” (Neri, 2010, p.21).

¹⁶⁸ Instituto Braudell (2006); Neri (2010).

¹⁶⁹ “... à maior escolaridade corresponde também maior participação em redes sociais e organizações de todos os tipos e, não menos importante, um nível mais alto de informação e sofisticação conceitual para avaliar eventos correntes na esfera pública. É a este conjunto de fatores, principalmente, que se deve a histórica expectativa de

proporcionaria acesso ao conhecimento e às informações essenciais à participação no mercado, promovendo igualdade de condições tanto de ingresso quanto de rendimentos¹⁷⁰, ao mesmo tempo em que “despertaria” na Classe C a consciência¹⁷¹ de seus interesses, os quais poderiam ser alcançados mediante organização política mais coesa decorrente da maior instrução. Em outras palavras, a educação asseguraria condições isonômicas de competição econômica, política e portanto social, que garantiriam espaço à manutenção e reprodução desta recente porém destacada Classe C. A conquista desse espaço seria uma consequência natural da livre competição mercantil que, apesar de suas imperfeições, é bastante exitosa na inclusão social de indivíduos e estratos sociais. Como afirma Eduardo Gianetti, “*Se os mercados livres fossem sinônimos de exclusão social, a miséria no Canadá seria maior do que no Paquistão*”¹⁷².

Como ressaltado por diversos autores¹⁷³, apesar dos problemas “exógenos” aos quais se defronta, destacadamente a alta carga tributária, a burocracia impeditiva ao abrir novos negócios, a informalidade decorrente dos elevados encargos trabalhistas, o patrimonialismo e a desconfiança¹⁷⁴ perante os outros, problemas esses decorrentes do peso do Estado na sociedade e da mentalidade estatista¹⁷⁵ oriunda dessa anomalia, a Classe C tem incrustado valores e características essenciais que possibilitam a conquista de um lugar ao sol. Ela é portadora de princípios e atitudes que garantiram à Classe Média Tradicional lugar de destaque não só na sociedade brasileira como nos demais países com nível de desenvolvimento igual ou superior ao nosso: o valor do trabalho, da poupança, da família, da

que a classe média venha a constituir um pilar decisivo da democracia e da economia de mercado” (Souza & Lamounier, 2010, p.15).

¹⁷⁰ Sobre a redução nos diferenciais de educação entre trabalhadores e seus impactos na diminuição das diferenças entre os rendimentos do trabalho, ver IPEA (2006).

¹⁷¹ “A classe C será o motor dessa alteração na economia política. Após melhorar de renda e conseguir equipar uma casa e adquirir o carro, ela passará a cobrar melhora na infraestrutura urbana e nos serviços públicos de educação e saúde. Também pedirá, provavelmente, a redução da carga tributária e a aceleração do crescimento para que o mercado de trabalho melhore para seus filhos. A partir deste momento os políticos tomarão as medidas necessárias para que a taxa de crescimento se acelere” (Artigo de Samuel Pessoa publicado na Folha de São Paulo em 1/1/12, na coluna “Análise: Perspectivas”).

¹⁷² (Guedes & Oliveira 2006, p. 21).

¹⁷³ Ver, dentre outros, Neri (2010), Fonseca (2006), Souza & Lamounier (2010).

¹⁷⁴ “Isso porque, no Brasil, o capital social reside em larga medida nas famílias e no círculo de amigos. Um ciclo possivelmente virtuoso de relações em círculos mais amplos não se realiza, devido, em larga medida, à falta de confiança nos outros, traço cultural disseminado e, sem dúvida, reforçado, no período recente, pela escalada da criminalidade” (Souza & Lamounier, 2010, p. 7).

¹⁷⁵ “O estatismo que impregna o imaginário da sociedade, em todas as classes, é um dos principais entraves ao desenvolvimento do espírito empreendedor no Brasil. Essa mentalidade manifesta-se de maneiras diversas, afetando a percepção de empreendedores e não empreendedores” (Souza & Lamounier, 2010, p. 94).

honestidade, da moralidade¹⁷⁶ e, acima de tudo, um espírito empreendedor inato. Afinal, “*O sonho dominante... não é o emprego público ou a carteira assinada... A grande aspiração da maioria é ter o negócio próprio e fazê-lo prosperar*”¹⁷⁷. Sendo assim, livre das amarras impostas pelo Estado e superado o hiato educacional, a Classe C naturalmente se tornaria protagonista¹⁷⁸ no cenário econômico e político nacional, dado seu peso relativo na sociedade¹⁷⁹. E com seu avanço, a qualidade de vida de seus integrantes melhoraria ainda mais, a desigualdade social diminuiria e portanto o Brasil se tornaria mais igualitário, homogêneo e democrático¹⁸⁰, superando enfim seus principais problemas e ingressando no mundo desenvolvido.

5.3 – Limites, dificuldades e intenções da literatura sobre a Classe C no Brasil

Do exposto acima, pode-se depreender determinadas incongruências defendidas por parte relevante da literatura referente à Classe C.

Antes de tudo, impressiona a ausência relacional entre a dinâmica pela qual vem passando esse estrato social e o sistema no qual está inserido, bem como as especificidades de seu desenvolvimento no Brasil. Explico-me melhor.

É impossível realizar qualquer análise social, em qualquer país do mundo¹⁸¹, sem levar em conta duas coisas: a primeira, é a história do desenvolvimento econômico, político e social desse país; a segunda, é o reconhecimento de que esse país está imerso no capitalismo e portanto o destino de qualquer estrato social depende da dinâmica desse sistema associada às

¹⁷⁶ “Motivado pelo ressentimento, a ‘indignação moral’ é uma referência sumária à ‘consciência de classe’ da classe média, sublinhando seus interesses em preservar a ordem social sobretudo por meio da legislação penal, criminalizando comportamentos transgressivos” (Souza & Lamounier, 2010, p. 102).

¹⁷⁷ Afirmação de Eduardo Gianetti da Fonseca, ao ressaltar o espírito empreendedor da NCM (Guedes & Oliveira, 2006, p. 21).

¹⁷⁸ “... nova classe média – hoje com poder de definir do próximo presidente da República às metas futuras de investimentos públicos e privados... Ao impulsionar esse novo consumo, o comércio popular alavancou a produção industrial e desencadeou esse círculo virtuoso que está gerando uma sociedade mais dinâmica, consciente de seus direitos e deveres e, sobretudo, mais justa.” Artigo de Michael Klein, publicado na Folha de São Paulo de 3/1/12 em “Tendências/Debates”.

¹⁷⁹ Neri (2010); Souza & Lamounier (2010).

¹⁸⁰ “Filhos como consumidores e eleitores... É dos filhos dessas famílias trabalhadoras que se erguerá uma nova classe de lideranças políticas e cívicas, consolidando em definitivo a democracia do Brasil nas próximas décadas” (Guedes & Oliveira, 2006).

¹⁸¹ Consideram-se aqui os países denominados capitalistas.

especificidades históricas da nação. Entretanto ambos, história¹⁸² e capitalismo, são relegados na maioria das reflexões acerca da Classe C. Tal fato acarreta no distanciamento de discussões mais relevantes referentes ao tema ao passo que oblitera a tentativa de análise em questões de maior profundidade. Senão vejamos.

Grosso modo, o que fica constatado pela literatura dominante é o que se segue. A partir de 2002, a classe média cresce vertiginosamente no Brasil. Tal fato demonstra uma melhora na qualidade de vida dessas pessoas expressa pela **ampliação do seu universo de consumo**, possibilitada pela expansão dos postos de trabalho, pela elevação da renda e pelo incremento do crédito. Demonstra também, uma **redução na pobreza**, mediante contração das classes mais pobres (D e E). E tem como consequência, a **diminuição da desigualdade**. Este é o **diagnóstico** do que vem ocorrendo. Para que essa “transformação” social continue, deve-se **universalizar a educação** e facilitar o empreendedorismo e a geração de novos empregos **diminuindo-se sensivelmente o tamanho e a interferência do Estado** na economia e na sociedade. Esta é a **solução** para o desenvolvimento econômico e social nacional.

No tocante ao diagnóstico supracitado, algumas ressalvas devem ser feitas.

É **incontestável** que as pessoas que ascenderam das “Classes D e E à C” melhoraram de vida por dois motivos óbvios: seus rendimentos elevaram-se e o acesso ao crédito aumentou consideravelmente; e, com maiores recursos, podem comprar mais. Adicionado ao incremento da renda o câmbio valorizado e uma miríade de produtos importados baratos, o universo disponível ao consumo amplia-se sobremaneira. E a expansão do nível de consumo, ao se traduzir na aquisição de bens materiais que confortam a vida das pessoas, gera bem-estar e é vital à existência de uma sociedade mais evoluída. Obviamente nos referimos ao ingresso no mercado consumidor e ao correspondente acesso a bens e serviços até então inatingíveis, e não ao incremento do consumo supérfluo ou conspícuo. Afinal,

¹⁸² “A literatura histórico-sociológica (*não há referência no texto ao que isso significa tampouco a citação de expoentes dessa literatura – observação minha*)... a conhecida tendência a superestimar o peso causal dos ‘grilhões do passado’, ou seja, da herança colonial” Souza & Lamounier (2010, p.6).

“Para os alemães despojados de qualquer pressuposto, somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida” (Marx & Engels, 2007; grifo meu).

De fato havia uma demanda reprimida por bens de consumo duráveis (BCD), essenciais à vida contemporânea nas cidades, como casas, meios de transporte, fogões, geladeiras e mesmo máquinas de lavar, que está sendo preenchida e sem dúvida facilita e melhora a vida dessas pessoas. Há, entretanto, três problemas que consideramos importantes nessa discussão e gostaríamos de ressaltá-los.

O primeiro é o baixo recorte de renda utilizado à classificação de “Nova Classe Média”. Em que pese o incremento da renda, o patamar inferior de R\$1.315,00 não confere a uma família de quatro pessoas um padrão de vida de classe média. R\$328,75 *per capita* nas grandes cidades permite, quando muito, uma vida precária. É inconcebível classificar como classe média uma família nesta condição. Afinal,

“(...) as evidências examinadas indicam que o perfil da assim chamada ‘nova classe média’ não exhibe a maior parte dos critérios (aqui considerados¹⁸³ como) distintivos de uma classe média. O perfil observado da maior parte de seus domicílios é: casa própria sem adensamento de moradores, contendo, porém, apenas um banheiro, com chefes sem cartão de crédito, cheque especial, plano de saúde ou educação superior, com filhos na rede pública de ensino. Surpreende ainda que na assim chamada ‘nova classe média’ haja muitos domicílios com adensamento e sem banheiro, que uma proporção significativa dos chefes tenha cursado apenas o ensino fundamental e muitos deles sejam ainda analfabetos” (Kerstenetzky & Uchôa, 2013, p.23).

O segundo problema, abordado parcialmente pela literatura que diz respeito ao tema, é a forma de aquisição dos bens de consumo pela Classe C. Em que pese o fato do incremento da renda mediante mercado de trabalho ou transferências¹⁸⁴, esses BCD estão sendo

¹⁸³ Casa própria com padrões elevados de habitação, acesso ao crédito, educação universitária e demanda privada por bens providos pelo Estado.

¹⁸⁴ IPEA (2006).

adquiridos em decorrência da expansão do crédito (cartões de crédito, carnês, crediário, parcelamento etc. a taxas de juros exorbitantes)¹⁸⁵ e dos preços atrativos derivados da valorização cambial. Nesse sentido, há dois problemas: 1) dada a fragilidade da Classe C às oscilações do mercado de trabalho e à defesa do seu nível de renda contra as intempéries de uma economia capitalista, esse endividamento pode se tornar uma reviravolta do quadro presente num contexto de crise econômica e deterioração do mercado de trabalho, jogando milhares de pessoas “de volta” às Classes D e E¹⁸⁶; 2) a valorização cambial, que permite um ganho de renda real ao trabalhador aumentando no curto prazo sua base material, acarreta no desmantelamento das cadeias produtivas domésticas no médio e no longo prazo, contribuindo à menor geração de renda e emprego - o que invariavelmente afetará não só a Classe C mas a sociedade brasileira como um todo.

O terceiro problema, intocado pela atual literatura, é o significado desse consumo numa sociedade capitalista de massa¹⁸⁷. Sem a intenção de aprofundar tal problemática e muito menos nos contrapor ao consumo – essencial à melhora nas condições de vida e à manutenção da economia -, é importante lembrar que a atividade consumidora cotidiana, esgotada as necessidades básicas e de conforto material, pouco reflete em melhora na qualidade de vida. Pelo contrário. O consumo como “estilo de vida” tem a pretensão de pertencimento¹⁸⁸ a determinado grupo, de sobreposição aos pares, da resolução dos problemas existenciais inerentes à sociedade de massas, da busca pela impossível felicidade plena e da tentativa constante de, através da aquisição de novos bens, destacar-se e vender-se¹⁸⁹ objetivando vantagens na acirrada concorrência do mercado de trabalho. Dada a incessante criação de novas “necessidades” oriundas da produção permanente de novos produtos, os indivíduos que assim se relacionam com o consumo encontram-se constantemente

¹⁸⁵ “De extrema importância na formação da nova classe média... cumpre também valorizar o papel desempenhado pelo varejo popular e a revolução do crédito ao consumidor no Brasil... não resta dúvida de que as linhas de crédito oferecidas pelas grandes redes varejistas possibilitaram à massa da população o acesso a bens de consumo antes restritos apenas às elites” Artigo de Michael Klein, publicado na Folha de São Paulo de 3/1/12 em “Tendências/Debates”.

¹⁸⁶ Como reconhecem alguns dos expoentes desta literatura dominante: “... a crise expõe a vulnerabilidade socioeconômica de milhões de indivíduos que ascenderam recentemente a partir das classes trabalhadora e baixa. A instabilidade da renda e dos empregos, o alto grau de endividamento e o isolamento social ameaçam puxá-la de volta à pobreza” (Souza & Lamounier, 2010, p.50).

¹⁸⁷ Para uma maior discussão do tema ver: Baumann (2008), Cardoso de Mello & Novais (2009) e Mills (1977).

¹⁸⁸ “... notável é a semelhança entre o perfil de consumo das famílias de classe média baixa (C) e de classe média (A/B)” (Souza & Lamounier, 2010, p.38).

¹⁸⁹ “... categorías de personas, en apariencia tan distintas, son instadas, empujadas u obligadas a promocionar un *producto* deseable y atractivo, y por lo tanto hacen todo lo que pueden, empleando todas las armas que encuentran a su alcance, para acrecentar el valor de mercado de lo que tienen para vender. Y el producto que están dispuestos a promocionar y poner en venta en el mercado no es otra cosa que *ellos mismos*” (Bauman, 2008, p.17).

insatisfeitos e extremamente vulneráveis a problemas psicológicos caso privados, ainda que temporariamente, do acesso a esses bens. Logo a atividade consumidora, longe de acarretar felicidade, torna-se fonte constante de frustrações, medo e tristeza. Medir a evolução da qualidade de vida das pessoas apenas pela dinâmica do consumo¹⁹⁰, mesmo em pesquisas direcionadas menos a questões sociais do que ao potencial de consumo¹⁹¹, é algo limitado. Afinal,

“Essa forma de consciência social, que identifica progresso a estilos de consumo e de vida, oculta os pressupostos econômicos, sociais e morais em que se assentam no mundo desenvolvido. Forma reificada de consciência, acrescentamos, peculiar à periferia, onde é possível consumir sem produzir, gozar dos resultados materiais do capitalismo sem liquidar o passado, sentir-se moderno mesmo vivendo numa sociedade atrasada” (Cardoso de Mello & Novais, 2009, p.42).

Outra questão extremamente relevante é o problema ecológico envolto nessa frenética sociedade de consumo - apontado por Celso Furtado há décadas em *O mito do desenvolvimento econômico* e negligenciada pela literatura que aqui analisamos - que afeta diretamente a vida das pessoas e é motivo crescente de alerta àqueles que se preocupam com o futuro da humanidade. Por incompetência, não nos aprofundaremos nesse assunto; por zelo ao porvir, ressaltamos a necessidade da ampliação e aprofundamento desse debate na sociedade, de maneira que olhares técnicos e sensatos desloquem opiniões radicais tanto dos “materialistas” quanto dos “verdistas”.

Ainda no universo do consumo, é importante destacar um fato que, se por um lado revela determinado caráter progressista do regime capitalista, por outro dificulta análises mais significativas: a queda nos preços dos bens de consumo. Principalmente após a entrada da China como grande produtora mundial de mercadorias, há uma tendência inequívoca à queda dos preços de bens de consumo duráveis e não duráveis. Estudos recentes¹⁹² mostram que, entre agosto de 2000 e agosto de 2011, o preço médio dos televisores no mundo caiu 87%. A

¹⁹⁰ “No entanto, nem o smartphone nem o tablet são percebidos como inacessíveis pela nova classe média – e eis um belo indício de que a mobilidade social, hoje, é mais segura do que no passado” (Revista *Veja*, 14 de dezembro de 2011).

¹⁹¹ “A intenção da CNI foi gerar conhecimento para orientar a estratégia de mercado das empresas... o crescimento desse estrato da população... mudando a face de mercados Brasil afora” (Souza & Lamounier, 2010, *Apresentação*); “Nossa abordagem é usar cálculo similar não para definir as fronteiras entre as classes, mas para avaliar o potencial de consumo das pessoas em cada classe. Calculamos os índices de potencial de consumo...” (Neri, 2010, p.25).

¹⁹² FMI e Banco Mundial

princípio, isso é positivo: o acesso a televisores foi facilitado. Entretanto, levantamos as perguntas: a) até que ponto a mudança de um aparelho de LCD para plasma significa ingresso à classe média? b) o menor preço chinês implica na tomada de mercado até então ocupado em parte por fabricantes nacionais, o que resulta no fechamento de unidades produtivas no Brasil e conseqüente demissão de trabalhadores. Isso beneficia a Classe C?

Nosso objetivo aqui não é responder prontamente a tais questões, mas sim ressaltar a complexidade de determinados temas que a literatura dominante sobre a Classe C desconsidera. Senão vejamos.

Abordar a problemática do consumo no Brasil e seu efeito conjunto na economia e sociedade exige, necessariamente, introduzir a temática da taxa de câmbio no debate. Isso porque, parte considerável do consumo interno, a partir de 1995, vem sendo preenchida via importação. A participação dos importados na cesta de consumos doméstica caminha *pari passu* à valorização cambial. Em outras palavras, o incremento da aquisição de bens de consumo duráveis e não duráveis estrangeiros é diretamente proporcional ao “fortalecimento” da moeda nacional.

Essa relação é tratada, pela literatura que aqui analisamos, como virtuosa: a política de estabilização a partir de 1995, que tem na sobrevalorização cambial e na abertura comercial o esteio do combate inflacionário propicia, além de uma economia estável¹⁹³, ampliação do nível de consumo (e satisfação) interno. Entretanto, olhar a questão sob esse prisma oblitera a visão do conjunto. Se é verdade que o consumo aumenta no curto-prazo, no médio e longo a situação é outra. O incremento das importações significa menor venda dos produtos nacionais. Significa maior concorrência, perda de mercado, fechamento das unidades domésticas. A contrapartida é o aumento do desemprego interno na indústria e a “exportação” de postos de trabalho. Há um *trade-off* entre consumo presente e emprego futuro (nem tão futuro assim), oriundo da expansão do consumo de importados como um dos principais entraves à expansão da indústria nacional (e conseqüentemente da renda e dos postos de trabalho dela

¹⁹³ “A tarifa máxima de importação será de 10%, e fica proibida a exigência de conteúdo nacional nos financiamentos do BNDES e nas compras governamentais... traria um aumento exponencial na taxa de produtividade, o único motor testado e capaz de garantir o crescimento sustentado e não inflacionário da economia... Sem se exporem à concorrência internacional e sem se integrarem às cadeias produtivas internacionais, a indústria e as empresas brasileiras em geral não ganharão produtividade, serão ineficientes e só existirão sob o protecionismo”. Edmar Bacha, sugerindo uma solução à economia brasileira. Revista Veja, edição 2303, ano 46, nº2, 9 de janeiro de 2013.

decorrentes), atingindo em cheio a capacidade de reprodução da Classe C. Porém, até onde pesquisamos, esse problema é sequer mencionado pela literatura aqui analisada.

No tocante à afirmação de uma melhora social decorrente da queda da desigualdade mediante redução do Índice de Gini no universo da PNAD, há limitações na análise.

Ao utilizarem o universo Pnadiano como base de estudo, relevam alguns limites inerentes a essa pesquisa. Tomando-a como representativa literal de toda a sociedade brasileira, dividem essa amostra em cinco classes (A, B, C, D e E) recortando-as por renda. E dentro deste conjunto, que refletiria fielmente nossos estratos sociais, portanto do mais pobre ao mais abastado, constata-se uma queda na desigualdade de renda. O problema é que a **PNAD baseia-se na declaração dos entrevistados**. E, historicamente, há uma “subdeclaração”¹⁹⁴ das rendas mais elevadas no Brasil. Mais pelas fraudes no fisco e menos pelo receio de assaltos ou sequestros, os mais abastados não declaram totalmente seus rendimentos. Logo, os ricos e muito ricos não são captados nesta pesquisa, o que faz com que a renda do topo apresente-se menor do que realmente é - diminuindo a distância entre ricos e pobres. Tal constatação é observada ao verificarmos a expansão do consumo de bens de luxo no Brasil e o aumento da propriedade dos considerados ricos e muito ricos, decorrentes em larga medida da elevação dos ganhos financeiros destinada à diminuta parcela da população.

Sendo assim, depreende-se que a literatura dominante sobre o tema está parcialmente correta ao afirmar que, **dentro do universo da PNAD**, a desigualdade de renda está declinando. Falta, entretanto, destacar as limitações desse universo ao tomá-lo como representativo da totalidade da sociedade brasileira. Nele, os muito ricos e milionários, grandes beneficiados por uma política econômica favorável ao rentismo, não aparecem. Estes, dado o crescente montante que absorvem mediante recebimentos de juros e demais aplicações financeiras, estão aumentando sua renda e riqueza, como demonstra tanto a ampliação do seu nível de consumo quanto o incremento de sua propriedade. Assim, a afirmação de uma queda na desigualdade deve ser relativizada. Tal fato não é uma surpresa ao analisarmos os pilares da política econômica interna.

¹⁹⁴ “(...) deve-se apontar um certo viés subestimador da concentração da renda pessoal captada pela PNAD. É voz corrente entre aqueles envolvidos com os inquéritos domiciliares a percepção de que as pessoas melhor situadas omitem uma parcela considerável de seus rendimentos familiares. Ou seja, é possível admitir-se que na realidade a concentração da renda é significativamente mais acentuada do que aquela que se constata com base na PNAD (e no censo Demográfico)” (Quadros & Antunes, 2001, p.5).

Explicitamente anti-produtiva, a manutenção da taxa básica de juros elevada concomitantemente à permanência do câmbio flutuante (porém sobrevalorizado) e à total liberdade dos fluxos de capitais faz da nossa política econômica um prato cheio aos amantes do dinheiro e avessos à labuta. A possibilidade do ganho monetário sem o temor do *salto mortal* da mercadoria é um privilégio pindorâmico num mundo afundado em uma crise econômica e social. Sabiamente, o Professor Delfim Netto nos definiu como “o último peru com farofa” do mercado financeiro mundial. O *mal necessário* não é necessário no Brasil. Ao menos, não a todos. O pré-requisito para se beneficiar do circuito D-D’ é possuir ou ter acesso a D. E isso não é pra qualquer um. Logo, a constatação de uma queda na desigualdade de renda no Brasil deve ser relativizada. Tal contestação aumenta a partir do momento em que interessados no tema ampliam seu universo de análise e passam a observar com mais atenção a cúspide da pirâmide social bem como analisar outros dados além das pesquisas domiciliares:

“Nossa conclusão é que os dados tributários revelam uma concentração no topo substancialmente maior do que as outras fontes (...) o 0,1% mais rico recebeu quase 11% da renda total, o que implica que sua renda média foi quase 110 vezes maior do que a média nacional. O 1% mais rico, incluindo esse 0,1%, apropriou-se de 25%, e os 5% mais ricos receberam 44%, quase a metade da renda total. Na Colômbia e nos Estados Unidos a parcela do 1% mais rico na renda total situa-se em torno de 20% (...) é provável que a queda da desigualdade nesse período, identificada nas pesquisas domiciliares, não tenha ocorrido ou tenha sido muito inferior ao que é comumente medido (...) em comparação com os dados tributários, os levantamentos domiciliares subestimam tanto a renda média quanto o nível de concentração no topo. No entanto, todas as fontes concordam que, pelo menos no que diz respeito à concentração de renda entre os mais ricos, a tendência de queda da desigualdade no Brasil no período de 2006 a 2012 deixa de ser evidente (...)” (Medeiros, Souza & Castro, 2014).

Compreender as mudanças sociais em qualquer lugar do planeta implica, até certo ponto, “se livrar” dos números. Não basta apenas se debruçar sobre séries históricas ou variações nominais. Muitas vezes, os números escondem mais do que revelam. “Entender o que se passa” demanda, necessariamente, observar o cotidiano a olhos nus. Olhar para fora da janela e contemplar o que está acontecendo. Ver o movimento nas ruas, nas lojas, no supermercado, no cinema e no teatro. Prédios em construção, carros na estrada, pessoas na calçada. Conversar com o motorista de taxi, com o porteiro do prédio ou a balconista. Ir a parques, rodoviárias e aeroportos. Visualizar as propagandas nos outdoors, jornais, revistas, rádios, televisão e internet. Ler a coluna social. Assistir a programas de auditório. “Perder” um tempo analisando os comentários das notícias publicadas no UOL e no Terra. Notificar-se

de qual é o vídeo mais assistido no *You Tube*, o *Twitter* mais seguido ou a postagem mais “curtida” no *Face*. Escutar as pessoas, as manifestações no coreto e, se possível, as conversas alheias no banco da praça, nos corredores, no elevador, no consultório, no clube, na academia, no salão de beleza, no metrô, na van, no ônibus ou no avião. **Análises sociais profundas são realizadas observando-se o cotidiano.** Vide a obra *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna* que, magistralmente, descreve acontecimentos e mudanças econômicas e sociais importantes no Brasil mediante descrição do cotidiano e dos “detalhes” da vida ordinária.

É nesse sentido que relativizamos a queda da desigualdade no Brasil. Se por um lado é **visível** a incorporação de pessoas menos abastadas nos espaços antes destinados aos mais endinheirados, como concessionárias, *shoppings* de “maior nível”, aeroportos e mesmo no Jóquei (aqui por um duplo movimento de ascensão dos de baixo e desprestígio da atividade), por outro é **incontestável** o incremento das lojas de luxo nas metrópoles e nas cidades interioranas mais ricas, dos *shoppings* de alto padrão, da reforma na Oscar Freire, da suntuosidade do *Jardins*, do aumento no faturamento de marcas como *Louis Vitton* e *Diesel*, da expansão vertiginosa dos carros de luxo, das grifes famosas, da elevação de publicações em revistas destinadas ao público AAA, da “disseminação” de condomínios horizontais e verticais de elevadíssimo padrão. Além do olhar para a rua, o olhar para o céu também é emblemático: a “parte de cima” de São Paulo e Rio de Janeiro apresenta um dos maiores tráfegos aéreos do mundo. O Brasil é o segundo mercado mundial de jatinhos e helicópteros particulares. E a venda de barcos e iates de luxo caminha a passos largos. Sem falar no aumento do número de milionários na última década e dos decorrentes nichos de mercado desenvolvidos no período. Ao que nos parece, os anos 2000 apresentaram um duplo movimento na pirâmide social brasileira: o engrossamento do “meio” e o incremento do topo. Logo, a diminuição da desigualdade mostra-se bastante controversa.

Há outro aspecto curioso (mas não surpreendente) na análise das condicionalidades da suposta melhoria na distribuição da renda nacional. Parte considerável dos estudos confere à queda na desigualdade duas razões principais: o incremento na renda do trabalho e o impacto positivo de algumas transferências, destacadamente o Bolsa Família¹⁹⁵. Em contrapartida, atacam a “regressividade” na distribuição mediante aumento das aposentadorias¹⁹⁶, pensões e

¹⁹⁵ “O efeito do aumento do mínimo sobre a desigualdade é pequeno. Sou muito mais fã do Bolsa Família”. Entrevista de Marcelo Neri à Revista *Carta Capital* - Ano XVII, nº 680, Janeiro de 2012.

¹⁹⁶ “Em conjunto, as transferências governamentais contribuíram com cerca de 1/3 da redução na concentração de renda, o que aponta para uma elevada importância desse fator... Porém, o custo dessas políticas é sensivelmente diferente: o custo da expansão das aposentadorias e pensões no período foi de quatro a cinco

salário mínimo. Novamente, o descaso com fatos históricos e a conseqüente dificuldade em apreender a realidade econômica doméstica impressiona.

Primeiro, ignoram um dos principais acontecimentos que contribuiu à melhora na distribuição da renda no Brasil: a criação, na Constituição de 1988, da aposentadoria rural vinculada ao salário mínimo. Tamanha conquista permitiu a milhões de pessoas um rendimento mensal até então inexistente, capaz de garantir dignidade tanto aos beneficiários quanto aos seus familiares, ao passo que movimentou significativamente as economias das cidades rurais das regiões mais pobres do país - destacadamente no Nordeste - injetando bilhões de reais no comércio local. Segundo, em um mercado de trabalho no qual parte considerável das remunerações está atrelada ao salário mínimo, a elevação do mesmo tem peso decisivo no incremento da renda “geral”¹⁹⁷.

Na verdade, o crescimento econômico auferido pelo Brasil a partir de 2004, associado ao constante aumento do salário mínimo desde 2002, é o grande responsável pela elevação da renda do trabalho. Ambas as realidades (do incremento do salário mínimo e das aposentadorias e pensões), entretanto, são distorcidamente mencionadas pela literatura dominante, que associa a expansão dos salários ao aumento da escolaridade. E provavelmente são distorcidas pela contraposição que acarretam à atual política econômica. Afinal, o maior gasto com salários, pensões e aposentadorias pode comprometer a magnitude do superávit primário e conseqüentemente a remuneração com juros e demais encargos da dívida pública, mecanismo de ganho preferido por onze entre dez rentistas de plantão.

Há outro ponto importante na discussão sobre desigualdade e estrutura social que não é abarcado pela literatura dominante: aumento da desigualdade não significa, necessariamente, piora nas condições de vida. Ainda que a tendência à maior homogeneidade seja almejada por todos àqueles que possuem preocupações sociais, ela não é condição *sine qua non* a uma sociedade mais próspera tampouco reflete, obrigatoriamente, melhora nas condições de vida. Dois bons exemplos são o Brasil dos anos 60 e 70¹⁹⁸ e a China de hoje. Em

vezes superior ao da expansão do Bolsa Família e do BPC. Daí decorre que o Bolsa Família e o BPC apresentam-se com muito mais custos efetivos no combate à desigualdade que as aposentadorias e pensões” (IPEA, 2006, p.6).

¹⁹⁷ O que polemiza ainda mais a discussão sobre a queda na desigualdade de renda; como grande parte do mercado de trabalho é impactada positivamente com a elevação do Salário Mínimo, muitos ocupados “sobem” de vida. Há uma melhora generalizada que pode não afetar sobremaneira a distribuição da renda.

¹⁹⁸ “Mesmo com a redução na taxa de pobreza (-1,3% ao ano) e a elevação nos anos de escolaridade dos brasileiros, o grau de desigualdade na renda pessoal aumentou 1% ao ano durante o mesmo período. Em função disso, o padrão de mobilidade de mudança social verificado até o final da década de 1970 caracterizou-se pelo

ambas as situações houve crescimento vertiginoso, com elevação da renda/capita e do rendimento médio. Milhares de pessoas deixaram a linha da pobreza. A expectativa de vida aumentou. Incrementou-se a base material. Melhorou-se a qualidade de vida. E, no entanto, presenciou-se um aumento na desigualdade. A China de 2014 é mais desigual do que há 30 anos. Mas os chineses estavam melhor antes? Definitivamente não. Nesse sentido, a dinâmica da desigualdade deve ser analisada conjuntamente com a do crescimento econômico. Se esse é pujante, impulsionando todos para “cima”, o coletivo é beneficiado, ainda que alguns incorporem maior fatia do ganho que outros (o que é intrínseco ao sistema capitalista). A desigualdade aumenta, mas todos ascendem. Por outro lado, pode ocorrer uma queda na desigualdade fruto de um rebaixamento generalizado da renda, o que piora as condições gerais de vida num ambiente de maior “homogeneidade”.

Corroborando nosso argumento, é importante destacar dois fatos que, apesar de bem-vindos, demonstram os limites das melhoras sociais e da queda da desigualdade circunscritos no atual modelo de crescimento econômico: a geração de postos de trabalho e a criação de empregos formais¹⁹⁹. De acordo com Marcio Pochmann²⁰⁰, *“Na década de 2000, por exemplo, foram 21 milhões de novos postos de trabalho abertos, sendo 95% deles com remuneração de até 1,5 salário mínimo²⁰¹ mensal, capazes de permitir a redução tanto do mar de pobreza existente como do patamar extremo da desigualdade no interior do rendimento do trabalho. Na década de 1990, o Brasil das políticas neoliberais abriu somente 11 milhões de ocupações, sendo 62,5% delas sem remuneração. O adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente identificada como uma nova classe média”*. Observa-se, portanto, o engrossamento da parte inferior da pirâmide social (é verdade que daqueles situados acima dos miseráveis ou muito pobres). Tal fato deve-se, em grande medida, à geração de postos de trabalho pior

forte contraste entre a rápida elevação da renda nacional por habitante e o forte aumento no grau de desigualdade na repartição dos frutos do crescimento econômico” (Pochmann, 2010). Ver também Rocha (2006).

¹⁹⁹ “Talvez a principal característica da NCM seja a carteira assinada”. Neri, em programa na Globonews.

²⁰⁰ Artigo publicado em 2/1/12 pela Folha de São Paulo em “Tendências/Debates”.

²⁰¹ É válido lembrar que o próprio salário mínimo é um limite às melhoras sociais visto que, apesar de sua tendência ascendente, ainda é muito baixo. Sua referência como piso traduz-se na manutenção de salários diminutos à parcela considerável da população. Ademais, o contínuo crescimento do salário mínimo esbarra em restrições impostas pela atual política econômica, destacadamente a “necessidade” de realização de constantes superávits primários.

remunerados, destacadamente no setor de serviços, dado os limites à industrialização e à criação de empregos públicos impostos pela atual política econômica²⁰².

Para além dos números, uma discussão aprofundada sobre o **verdadeiro**²⁰³ **significado da desigualdade** em um país extremamente heterogêneo sob as perspectivas econômicas, sociais, políticas e regionais, com um passado primário-exportador baseado na grande propriedade e na escravidão e periférico no âmbito das relações econômicas internacionais, **jamais** foi realizada pelo que aqui convencionamos literatura dominante sobre a Classe C. Focando somente na dimensão “renda”, tais estudos referem-se apenas a um dos aspectos de uma problemática muito mais ampla: **a desigualdade social**. Reduzir essa característica estrutural da sociedade brasileira a uma diferenciação nos rendimentos ou no nível educacional²⁰⁴ é menosprezar a magnitude do problema.

A desigualdade social no Brasil abrange questões como distribuição da propriedade, estoque da riqueza, lócus²⁰⁵ de moradia, acesso a bens e serviços públicos²⁰⁶, relações sociais, oportunidades de trabalho, nível cultural dentre outras, nas quais a desigualdade de renda é **uma delas**²⁰⁷. Nesse sentido, o enfretamento da problemática *desigualdade social* demanda o

²⁰² “Apesar de o desemprego vir se mantendo em patamares historicamente baixos, o mercado de trabalho perde dinamismo há meses e já não consegue mais impulsionar a geração de vagas formais. O número de trabalhadores com carteira assinada não registrou variação em novembro em relação a outubro (11,2 milhões) segundo o IBGE. A indústria, mais uma vez, cortou vagas, o que contribui, no médio e longo prazo, para uma queda no rendimento médio real do trabalhador brasileiro. ‘O emprego na indústria está sendo substituído pelo emprego no comércio e no setor de serviços. Isso leva a uma economia de baixos salários’, alertou o pesquisador do IPEA Fernando Mansur Mattos. ‘Nesses setores que hoje criam emprego, o trabalhador é mal remunerado e mal qualificado’” (Reportagem publicada pelo O Estado de São Paulo em 2 de janeiro de 2012, intitulada *Salário Médio cai com avanço dos Serviços*).

²⁰³ Para uma discussão ampla e incisiva sobre o tema, ver Henrique (1999), Cardoso de Mello & Novais (2009), Prado Jr. (2011) e Furtado (1959).

²⁰⁴ “Como sempre, o mais relevante determinante da desigualdade e da pobreza no país é a educação” (Neri, 2010, p. 64).

²⁰⁵ “O distrito de Moema, que abriga a Vila Nova Conceição, bairro com o metro quadrado mais caro de São Paulo, possui uma renda per capita média de 5,5mil reais e um Índice de desenvolvimento Humano (IDH) de 0,961, superior ao de países como Suíça, Dinamarca e Estados Unidos. Mas 90% da população paulistana possui condições de vida consideradas baixas ou muito baixas. É o caso dos moradores do Jardim Helena, na zona leste, região severamente castigada pelas recentes enchentes do rio Tietê. Com uma população de 124,9 mil habitantes, o distrito possui uma renda média de 584 reais e um IDH inferior ao de países como Gabão e Sri Lanka” (*Metrópole para Poucos in Carta Capital*, 2010).

²⁰⁶ “Das 31 subprefeituras da capital paulista, apenas quatro (Sé, Pinheiros, Lapa e Vila Mariana) concentram 50% dos postos de trabalho. Somadas, 14 outras subprefeituras (como Perus e Cidade Tiradentes) possuem apenas 10,6% dos empregos disponíveis na cidade. Não é tudo. Enquanto os bairros de três subprefeituras concentram 44% dos cinemas da cidade, 13 subprefeituras possuem uma participação próxima de zero. Em relação à distribuição dos equipamentos públicos, a discrepância permanece. Treze subprefeituras possuem uma participação inferior a 1% dos equipamentos culturais. Oito não possuem equipamentos esportivos gratuitos” (Idem).

²⁰⁷ “Nossas pesquisas partem do pressuposto teórico de que o trabalho, os serviços sociais e a sociabilidade são mecanismos decisivos para a superação de atenuação das situações de pobreza. Você pode ter dois indivíduos com a mesma renda nominal, mas, se um deles tem acesso à habitação subvencionada pelo Estado, saúde etc. e o

imbricamento de políticas públicas produtivas e sociais, almejando tanto o crescimento econômico quanto a melhora dos serviços relacionados à saúde, educação, transporte, habitação, infra-estrutura e lazer, paralelamente a uma reforma tributária que privilegie a progressividade dos impostos, a produção e a distribuição da renda. É muito mais complexo do que o mero ingresso numa determinada faixa de renda. Em um país como o Brasil, historicamente clivado economicamente e socialmente, despossuído de um Estado de Bem-Estar social, plutocrático e oligárquico, diminuir **somente** a desigualdade de renda **não é** sinônimo de justiça social. Afinal,

“Conforme mostra a experiência histórica, a redução das desigualdades passa por certos mecanismos básicos. As desigualdades gritantes de renda no Brasil justificariam a elevação de alíquotas de imposto de renda sobre os ricos e a classe média alta, e o aumento de impostos também sobre os bens de luxo, sobre o lucro imobiliário, sobre as grandes propriedades rurais etc... o caráter selvagem historicamente assumido pelo desenvolvimento capitalista no Brasil e a ausência de instituições e valores que limitassem suas manifestações resultaram em uma sociabilidade governada pela concorrência entre os indivíduos, concorrência particularmente exacerbada no mercado de trabalho” (Barbosa de Oliveira, 2010, p. 192).

No tocante a **solução** proposta pela literatura dominante - leia-se as medidas necessárias para que esse processo de melhora social se perpetue - os problemas são mais graves.

Começando pelo papel conferido a educação²⁰⁸, baluarte da propagação deste movimento ascendente, a literatura dominante atem-se a determinados dogmas há tempos descartados por exemplos concretos na história econômica nacional e internacional.

Em primeiro lugar, ignora a dinâmica de uma economia capitalista na qual, concomitantemente ao seu desenvolvimento produtivo e tecnológico, criam-se proporcionalmente cada vez menos postos de trabalho frente ao montante de produto gerado -

outro não tem, um é mais pobre e segregado do que o outro. É preciso analisar sempre além da renda... isso, aliás, está em sintonia com os estudos internacionais mais recentes... a pobreza até pode estar sendo atenuada, mas por outro lado a desigualdade pode estar sendo reproduzida”. Marta Arretche, diretora do Centro de Estudos da Metrópole in “Desigualdade sem igual”. Revista FAPESP (2010).

²⁰⁸ É importante ressaltar que a euforia em torno do aumento da educação (anos de estudo) e seu impacto na elevação da renda, dentre outros problemas, se assenta em bases empíricas frágeis. Entre 2003 e 2009 (de acordo com a PNAD de 2010), período de grande expansão da Classe C, a “evolução” (em anos) da educação média do brasileiro passou de 6,31 para 7,27, ou seja, menos de um ano de diferença. Será que essa pequena variação tem tanto impacto sob a ótica econômica e social?

para cada unidade adicional de produto, gera-se uma quantidade (relativa) menor de trabalho. O trabalho humano, base miserável da valorização do capital, torna-se cada vez mais redundante. Com o advento de novas tecnologias e a expansão abissal da capacidade produtiva, expressa no incremento de máquinas e equipamentos, a necessidade da “participação” humana diminui.

“Em poucos anos – digo, ainda em nossas próprias vidas – seremos capazes de executar todas as operações da agricultura, da mineração e da manufatura com um quarto do esforço humano ao qual estamos habituados. Por hora, a grande velocidade dessas mudanças está nos machucando e trazendo problemas difíceis de resolver. Países excluídos da vanguarda do progresso sofrem relativamente. Uma nova doença, cujo nome alguns leitores ainda não ouviram mas se familiarizarão bastante nos próximos anos, nos aflige – o desemprego tecnológico. Isso significa desemprego oriundo dos nossos descobrimentos relativos aos meios de economizar o emprego da força de trabalho, muito mais rápidos que aqueles destinados a encontrar novos usos para essa força” (Keynes, Possibilidades Econômicas dos nossos netos).

Tal fato constata-se ao observarmos a evolução do emprego na agricultura e na indústria dos países avançados, conforme discutimos no Capítulo I. A eliminação de postos de trabalho anteriormente necessários engrossa a disputa por ocupações nas quais a automatização ainda é incipiente, acirrando a concorrência nestes setores que raramente proporcionam um equilíbrio entre oferta e demanda por trabalho. Mais educados e menos educados disputam uma parte considerável das mesmas²⁰⁹ vagas, acarretando no desemprego daqueles com menor instrução e na queda dos salários daqueles com maior nível de escolaridade.

Muitos argumentam que esse ainda não é o caso do Brasil. Teríamos “espaço” econômico para gerar muitos empregos dado nosso atraso relativo frente aos países centrais. Prova cabal seria tanto o “apagão” de mão-de-obra observado no período recente de crescimento econômico quanto a quantidade de empregos gerados nos últimos anos.

De fato, o potencial geracional de postos de trabalho na economia brasileira é enorme. Após 24 anos de “semi-estagnação” econômica - capitaneada por um processo de

²⁰⁹ “Agora se pede diploma de segundo grau ou universitário para qualquer função. Um gari da prefeitura, por exemplo, precisa apresentar diploma de segundo grau... um auxiliar de escritório precisa apresentar diploma universitário... A pergunta que fica é: qual é a recompensa de se ter estudado para acabar fazendo telemarketing e ganhar tão pouco?”. Nadya Guimarães, pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole in “Desigualdade sem igual”. Revista FAPESP (2010).

desindustrialização e esfacelamento do protagonismo estatal - há grande oportunidade para reconstrução e avanço rumo a uma economia mais moderna e a uma sociedade mais justa. Conforme discutido anteriormente, os anos 80 e principalmente os quase 15 anos entre a década de 90 e meados dos 2000 destruíram milhares de postos de trabalho, principalmente industriais. A recomposição de parte desses postos mediante a reindustrialização do Brasil é vital à construção de uma sociedade digna e decente.

A retomada da industrialização significa a geração de melhores empregos e produtos com maior valor agregado, aumentando o PIB e o rendimento médio do trabalho, ao passo que amplia, diversifica e moderniza o espectro das atividades produtivas internas, nos libertando das amarras de uma economia primário-exportadora²¹⁰ claramente limitante ao progresso econômico e social. E selaria o Brasil no rol das economias industrializadas, definindo por completo nossa posição de destaque no âmbito das relações econômicas internacionais. Como pré-requisito à reindustrialização, a retomada do Estado desenvolvimentista presente entre 1930 e 1960 possibilitaria um planejamento macroeconômico de longo-prazo, diminuindo as desigualdades regionais e promovendo um desenvolvimento **nacional** sustentável sob a ótica econômica, social e ambiental. O crescimento econômico-industrial planejado propiciaria maior dinamismo ao mercado de trabalho concomitantemente a um aumento do PIB/*capita* e da arrecadação, essenciais à melhora nas condições de vida e à expansão das políticas públicas decisivas à justiça social. Entretanto ambas as questões - **Estado e indústria** – são relegadas descaradamente em grande parte dos estudos sobre a Classe C, provavelmente por afrontarem interesses rentistas lastradores da política econômica vigente (jamais questionada por tais estudos).

Insistindo na educação como a panacéia do desenvolvimento, a literatura dominante apóia-se na Lei de Say²¹¹ para justificar suas reflexões. Mediante a disseminação do ensino, milhares de pessoas instruídas ingressariam no mercado de trabalho. Sua presença condicionaria a criação de novas vagas à altura dessa oferta qualificada, significando melhores rendimentos e aumento do bem-estar. “Prova” disso são os salários mais elevados correspondentes aos trabalhadores com maior nível educacional que historicamente têm mais facilidades para adentrar ao mercado de trabalho... Aqui a confusão é completa. A leniência

²¹⁰ No cenário mundial a presença de economias predominantemente primário-exportadoras detentoras de uma sociedade considerada desenvolvida é algo raro.

²¹¹ Desacreditada pela história e pelo bom senso, a Lei de Say afirma que toda oferta cria sua própria demanda.

com o conhecimento econômico e a inversão causa/conseqüência acompanham parte considerável da análise. Vejamos.

O incremento “sustentável” dos postos de trabalho numa economia capitalista dá-se via expansão do Investimento. Ao aspirarem maior renda no futuro os agentes capitalistas recorrem ao crédito - endividando-se - com o intuito de expandir sua capacidade produtiva e aumentar sua participação no mercado. É decorrente dessa decisão – **decisão de investir** para aumentar a capacidade produtiva e abocanhar maiores ganhos – que novos postos de trabalho são gerados²¹². Não porque o nível educacional simplesmente elevou-se. Se assim fosse, não haveria razão à existência de desemprego em países como o Japão, Estados Unidos ou Espanha, reconhecidamente bem educados.

O mesmo vale à dinâmica dos rendimentos. Em um contexto no qual os investimentos aumentam, dada a expectativa dos agentes, a demanda generalizada por trabalho eleva-se²¹³. Esse incremento, ao persistir, pressiona os salários para cima. A direção é bastante clara: expansão do investimento acarreta crescimento econômico que gera mais postos de trabalho cujos salários aumentam. O impacto da educação parece bem diminuto. Tanto que a própria literatura dominante reconhece, mas não entende, uma queda dos salários mais qualificados frente aos demais, o que demonstra a relativa relação entre educação e rendimentos. De fato, no Brasil da primeira década dos anos 2000, *“No campo a renda cresceu 49% e nas metrópoles, 21%. Entre as mulheres aumentou 38% e entre os homens, 16%. Para os negros 43%, ante 21% para os brancos. Entre analfabetos cresceu 47%. Para as pessoas com pelo menos o superior incompleto caiu 17%. Ou seja, para todo mundo que é pobre cresceu a renda”*²¹⁴. Essa “vitória” dos despossuídos é comemorada e traduzida como uma melhora

²¹² “O mercado de trabalho no capitalismo não é dotado de dinamismo autônomo, pois seus movimentos respondem a impulsos favoráveis ou desfavoráveis que dependem do processo de acumulação de capital” (Barbosa de Oliveira, 2010, p.184).

²¹³ “Em um sistema de *laissez-faire* o nível do emprego depende, em grande parte, do assim chamado estado de confiança. Se este se deteriora, o investimento privado declina, do que resulta uma queda do produto e do emprego (tanto diretamente como através do efeito secundário que a queda das rendas exerce sobre o consumo e o investimento)” (Kalecki, 1983, p.55).

²¹⁴ Entrevista de Marcelo Neri a Carta Capital (Ano XVII, nº 680, janeiro de 2012). Em seguida, continua: “Por que a renda cresce na base da pirâmide? Pense no filho do peão. O pai dele era analfabeto ou analfabeto funcional. Ele foi lá, estudou, chegou ao ensino médio e não quer ser peão como o pai. Aí a demanda por pessoas pouco educadas aumentou muito. Tem mais gente com ensino médio, chegando ao ensino superior, com qualidade questionável da educação, é verdade, mas tem mais concorrência. Quem tem um diploma deixou de ser tão valorizado. E quem não tem diploma passou a ser valorizado porque são poucos, e tem muito trabalho braçal”. Aqui Neri parece reconhecer a importância da demanda por trabalho na elevação dos salários, mas superestima a “disseminação” do diploma universitário no Brasil.

social, mas na realidade encobre uma problemática estrutural do sistema capitalista: a incessante redundância do trabalho vivo e a tendência de queda generalizada dos salários²¹⁵.

Em que pese a bem recebida elevação dos salários mais baixos, ela ocorre em virtude do aumento da demanda em setores com alto potencial expansivo cuja automatização é incipiente ou “inviabilizada” pelo baixo custo da mão-de-obra, destacadamente o da construção civil²¹⁶ e o de serviços pessoais (manicure, cabeleireiro etc.). Ela é “localizada”, no sentido de não se disseminar com o mesmo ímpeto aos demais setores. Nestes, vale a tendência sistêmica: incremento do capital constante e/ou excesso de oferta de mão-de-obra, acarretando em queda nos salários. A comemorada automaticidade entre quedas nas desigualdades de educação e renda, além de inverídica para níveis mais elevados de renda reflete, no longo-prazo, uma piora generalizada nos rendimentos médios. Há um nivelamento “por baixo”, no sentido dos rendimentos mais elevados²¹⁷ diminuírem e “aproximarem-se”²¹⁸ dos menores, cuja elevação é sistemicamente limitada.

Entretanto, a insistência da literatura dominante continua mediante observação de que pessoas com maior escolaridade ganham mais. Analisam-se as faixas de rendimento e constata-se que as maiores correspondem aos mais educados. Logo, quem tem maior educação ganha mais... Mas não seria o caso de perguntar: “*Não ocorre o contrário?*”. Afinal, quem ganha mais pode proporcionar melhor educação aos seus filhos. E esses filhos, através dos relacionamentos de seus familiares, da escola que estudam e do clube que frequentam, têm maiores e melhores oportunidades de trabalho. O círculo social no qual estão inseridos tem peso fundamental na sua trajetória de vida - círculo que a Classe C dificilmente terá acesso, com ou sem educação.

A concorrência mercantil é uma disputa acirrada na qual um avô desembargador, um tio diretor financeiro ou um padrinho médico podem ajudar muito na rede de contatos, a famosa *network*, essencial à conquista de um lugar ao sol no mercado de trabalho. Quantos

²¹⁵ É importante destacar que, aos desejosos de uma sociedade progressista, é muito mais plausível comemorar a ascensão dos menos abastados do que a queda dos que aqui se consideram “Classe A” - cidadãos que não são ricos e muito menos milionários. Uma sociedade desenvolvida não nivela seus membros “por baixo”.

²¹⁶ “Os setores de atividade com desempenho acima da média incluem aqueles que abrigam a parcela de pessoas menos escolarizadas, como as que trabalham com serviços domésticos, agricultura e construção” (Neri, 2011, p. 33).

²¹⁷ Não consideramos aqui os rendimentos localizados na cúspide da pirâmide salarial, principalmente aqueles relacionados aos altos executivos do mercado financeiro.

²¹⁸ “... mostra que um ano adicional de estudo sobre a renda real familiar flutuava em torno de 10% até o final da década de 1990. Daí em diante, a sensibilidade média dos rendimentos à escolaridade sofreu um declínio gradual e contínuo, que se acelerou entre 2001 e 2005. Essa queda foi certamente um dos fatores que contribuíram para a queda na desigualdade de renda no período” (Souza & Lamounier, 2010, p. 170).

integrantes da Classe C possuem essa “rede social”? Seu **ponto de partida** é outro. E o ponto de chegada – posição ocupada no mercado de trabalho que define em grande medida a posição na estrutura social – depende do ponto de partida. Na corrida, leva vantagem quem sai na frente²¹⁹:

“No capitalismo, a concorrência entre os homens formalmente livres e iguais é um processo objetivo que determina, que escolhe os que se apropriarão das oportunidades de investimento, mais ou menos lucrativas, e se transformarão em empresários, pequenos, médios ou grandes, integrando a classe proprietária; e os que colherão tal ou qual oportunidade de trabalho, distribuindo-se pelas várias classes e estratos de não proprietários. Do mesmo modo, é a concorrência entre capitalistas que seleciona as empresas que irão crescer ou desaparecer, ou é a concorrência entre os trabalhadores que estabelece os que marcarão passo ou avançarão na carreira. O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais ‘econômicos’. Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. Não há nenhuma consideração pelas virtudes, que não sejam as ‘virtudes’ exigidas pela concorrência: a ambição pela riqueza e a capacidade de transformar tudo, homens e coisas, em objeto do cálculo em proveito próprio. No entanto, a situação de partida é sempre desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre empresas e entre homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as empresas” (Cardoso de Mello & Novais, 2009, p.22- grifos meus).

Na verdade, a defesa enfática da educação como solução ao desenvolvimento econômico não é particularidade dos apologistas sobre a Classe C. Está presente em 99,9% dos manuais de economia, em 100% dos de auto-ajuda e é recomendação obrigatória dos organismos multilaterais – FMI, Banco Mundial – aos países que desejam enriquecer. A vasta literatura sobre capital humano comprova isso. Não é surpresa. Em um mundo de ganhadores e perdedores, no qual esforço e qualidades individuais²²⁰ são a chave do sucesso e a concorrência importante mecanismo de sociabilidade²²¹, a educação parece arma útil à sobreposição aos pares. Obviamente, ela não é suficiente. Depende da vontade e determinação de **cada um**. Afinal, para os liberais, cada pessoa traça o seu destino²²² buscando

²¹⁹ Trata-se dos monopólios sociais. Ver Cardoso de Mello & Novais (2009); Tilly (2000).

²²⁰ “(...) há que se distinguir as formigas trabalhadoras das cigarras consumistas” (Neri, 2010, p. 25).

²²¹ “O que é que nós chamamos de capitalismo selvagem? Selvagem por quê? Qual é o padrão básico da sociabilidade capitalista? É a concorrência entre indivíduos privados. Não pensem que a concorrência é da microeconomia. É um padrão geral de organização da sociedade capitalista. Quando nós falamos de capitalismo selvagem, estamos falando de uma concorrência sem travas, concorrência aberta a partir de condições desiguais” (Cardoso de Mello, 1990, p.5).

²²² “Eu mesmo traço o meu destino. *Keep walking. Jonny Walker*”. Propaganda que atingiu níveis estrondosos de sucesso nos últimos anos.

racionalmente o melhor para si. E, ao fazê-lo, beneficia o coletivo²²³. É através do individualismo exacerbado e da concorrência desenfreada que as pessoas retiram o máximo de si e constroem uma sociedade superior. Depende da atitude e da expectativa de cada um²²⁴. Mas, para isso, precisa haver liberdade...

Para a literatura dominante, a não intervenção do Estado na sociedade é o segundo pilar que, juntamente com a educação, asseguraria ao Brasil o ingresso no mundo desenvolvido - traduzido na ampliação da classe média e na democratização dela decorrente.

Para estes literatos, a interferência estatal na economia é prejudicial pois inibe a eficiência alocativa do mercado, subutilizando alguns fatores de produção ao passo que sobreutiliza outros. Neste contexto a Classe C, à margem das benesses oferecidas pelo poder público, leva desvantagem na busca por melhores condições de vida. Ela é preterida nas principais decisões de política pública²²⁵.

Paralelamente, o peso excessivo do Estado na sociedade impede a Classe C de ampliar o espectro de suas atividades econômicas. Como ela tem um grande espaço a conquistar, precisa desobstruir os entraves ao seu desenvolvimento. E dentre estes, **sem dúvida**, a intervenção estatal é o maior deles. Além de solapar a possibilidade das principais trajetórias ascendentes, destacadamente a abertura de novos negócios (empreendedorismo²²⁶) e a geração

²²³ A literatura dominante sobre a NCM no Brasil frequentemente cita Adam Smith para justificar essa passagem. A título de exemplo: “O esforço natural de cada indivíduo para melhor sua própria condição, quando se lhe permite ser exercitado com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso que ele é capaz, por si só, e sem qualquer assistência, não apenas de conduzir a sociedade à riqueza e prosperidade, mas de sobrepujar uma centena de obstruções impertinentes com as quais a estupidez das leis humanas com tanta frequência estorva sua operação” Eduardo Gianetti, transcrevendo um trecho de *A Riqueza das Nações in* (Guedes & Oliveira, 2006, p. 21).

²²⁴ “Uma última abordagem que usamos é pela análise das atitudes e expectativas das pessoas. Este tipo de abordagem que foi bastante desenvolvido nos anos 50 e 60 por George Katona, psicólogo behaviorista que tinha o Nobel de Economia, James Tobin, um de seus grandes admiradores. Seguindo, nesta linha, Thomas Friedman, colunista internacional do New York Times em seu Best-seller ‘O mundo é Plano’ define classe média como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. Esta fábrica de realização de sonhos individuais é o motor fundamental para conquista da riqueza das nações. O combustível é o anseio de subir na vida já o lubrificante seria o ambiente de trabalho e negócios. Complementarmente propomos em pesquisa anterior o Índice de Felicidade Futura (IFF) desenvolvido por nós em projeto para o Banco Inter-Americano (BID) (...)” (Neri, 2010, p. 26).

²²⁵ Como supracitado, esse não é um “destino manifesto” mas sim um estado temporário, visto que com a ampliação da educação e com o grande número de integrantes a NCM, através da concorrência mercantil, “naturalmente” ocupará lugar de destaque nas decisões políticas nacionais mais relevantes.

²²⁶ “O talento empreendedor é uma característica frequentemente associada à classe média... atitudes ‘weberianas’ a que fizemos referência... relevantes em nossa reflexão sobre a sustentabilidade da mobilidade social ascendente e da tendência à formação de uma grande classe média” (Souza & Lamounier, 2010, p. 75).

de melhores empregos, o Estado destrói aquelas existentes mediante alta carga tributária e excessiva burocracia.

Em suma, a combinação perniciosa entre o preterimento nas políticas públicas e a obstrução do espírito *self made man* - oriunda da distorção ao livre funcionamento do mercado decorrente da excessiva participação do Estado - engessa as possibilidades de avanço da Classe C. Logo, um reordenamento do papel do setor público – **leia-se enxugamento** – faz-se mister à expansão da Classe C e portanto à democratização e ao desenvolvimento do Brasil. Esta é uma das principais bandeiras defendidas pelos apologistas da Classe C.

Aqui não há muito o quê divagar. A literatura dominante sobre a Classe C no Brasil transpõe sua posição política. Define-se claramente liberal – **anti-estatal**. Novamente a história parece ter ficado em terceiro plano, ao passo que a defesa de interesses particulares e a ideologia míope sobrepõem-se aos valores republicanos e ao bom senso.

Olhando para o desenvolvimento econômico e social brasileiro e analisando a trajetória da Classe Média “Tradicional” – “padrão” a ser atingido²²⁷ pela Classe C de acordo com a literatura dominante - é impossível não conferir papel de destaque ao Estado Nacional.

A classe média emerge de fato gradativamente a partir da década de 30 no Brasil, consolidando-se nos anos 60 e 70 concomitantemente ao processo de modernização e urbanização decorrente da formação do Estado Nacional e do início do processo de industrialização aflorados pela Revolução Vargas. Até então, sob a égide de uma economia primário-exportadora eminentemente rural, as possibilidades de existência do funcionário público, do profissional autônomo-liberal, do pequeno empresário ou comerciante, do empregado industrial²²⁸, do secretariado bilíngüe ou do vendedor qualificado - ocupações que compreendem parte considerável do que aqui consideramos classe média (mais a antiga do que a “nova”) - eram muito escassas.

²²⁷ Na verdade, alguns já consideram esse feito realizado: “Do ponto de vista sociológico... é a rápida transformação da chamada classe C em numerosos estratos de nível mais alto, situados ao lado ou logo abaixo da classe média tradicional” (Souza & Lamounier, 2010, *Prefácio*).

²²⁸ A título de ilustração, em 1920 a população recenseada era de 30.635.605 habitantes, ao passo que o país possuía 13.336 empresas industriais (40,2% relacionadas ao setor alimentício e 27,6% ao têxtil) com 275.512 operários (Reichstul & Goldenstein).

“A Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL demonstrava como as limitações das atividades primário-exportadoras resultavam em baixo dinamismo do mercado de trabalho no setor moderno exportador, que operava com tecnologia avançada e altos níveis de produtividade. Como o setor exportador (moderno) crescia de acordo com a demanda de produtos primários pouco dinâmica dos países centrais, suas baixas taxas de crescimento resultavam em reduzida demanda de trabalho. Uma parcela considerável da população vegetava no setor tradicional da economia, que produzia com arcaicos padrões técnicos e com baixos níveis de produtividade, o que condenava essas populações à penúria. A coexistência do setor atrasado com o setor moderno exportador determinava a conformação de um mercado de trabalho desfavorável ao trabalhador, pois a oferta ilimitada de mão-de-obra desejava abandonar o setor tradicional pressionava o mercado de trabalho no núcleo capitalista exportador, impedindo que os salários desse setor crescessem, acompanhando os aumentos de produtividade, o que era viabilizado pelas restrições legais à existência ou à atuação dos sindicatos” (Barbosa de Oliveira, 1998, p. 115).

Uma estrutura produtiva nucleada em uma atividade agrícola destinada ao mercado externo²²⁹, mesmo que “moderna” como o café, tem limites²³⁰ intransponíveis à diversificação econômica e à geração de postos de trabalho melhor remunerados, engessando as possibilidades de mobilidade e ascensão social. Nesse ambiente, os espaços à classe média são extremamente limitados. Basta olharmos para o mundo.

A preponderância da classe média é restrita aos países desenvolvidos – América do Norte, Japão, Coreia do Sul e Europa Ocidental. Em que pese suas especificidades, todos possuem duas características básicas em comum: *a)* Estados Nacionais fortes e interventores decisivos ao *b)* processo de industrialização pelo qual **todos** passaram. Das características básicas derivam aquelas que permitiram a ascensão da classe média: a urbanização, o surgimento da grande empresa e do grande banco, os enormes escritórios, o grande magazine, os serviços de apoio à indústria, a presença de serviços e empregos públicos, a geração de postos de trabalho no comércio, escolas, hospitais, lazer, cultura, entretenimento... Por outro lado, países como Bolívia, Paraguai, Sudão do Sul, Namíbia, Afeganistão e Iraque não possuem uma classe média “consistente” por apresentarem uma estrutura produtiva muito distante do que denominaríamos industrial.

Caso o exemplo desses países seja algo distante e intangível ao leitor, centremos nossa análise no Brasil. As regiões que possuem maior contingente de indivíduos classificados

²²⁹ “O café representa em 1920, por volta de 60% do total das exportações, seguido por couros e peles (5,3%), açúcar (4,7%), algodão (3,4%), cacau (3,3%) e borracha (3,0%)” (Idem).

²³⁰ Para uma análise mais arguta sobre o tema, ver Aureliano (1999) e Prado, Jr. (2004).

como “classe média” são a Sudeste e a Sul. O motivo central reside no fato de que ambas²³¹ foram o principal palco do processo de industrialização nacional. Por outro lado, a histórica e estrutural desigualdade presente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste decorre da importância das atividades primárias herdeiras de uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade escravista e monocultora.

Essas questões, entretanto, são intocadas pela maioria das referências bibliográficas acerca da Classe C. Como supracitado, a história é preterida na análise do presente. Por tratar-se de uma literatura liberal que confere ao indivíduo a escolha do seu futuro mediante força de vontade e determinação, o passado pouco importa. Assegurada a boa educação e extirpada as indevidas interferências exógenas (estatais, sindicais etc.) as pessoas se submeterão a uma competição justa que premiará os merecedores, portadores de valores como o trabalho, o empenho, a dedicação, a paciência, a família e a vida regrada. Nesse sentido, todo o esforço realizado pelos principais interpretadores do Brasil como Celso Furtado, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Oliveira Vianna e João Manuel Cardoso de Mello, que buscaram na história a compreensão dos problemas econômicos, políticos e sociais nacionais, é totalmente desconsiderado.

A literatura dominante atribui a razão da desigualdade ao diferencial na educação, na quantidade de anos de estudo. O fato do Brasil ter sido um *negócio*²³², baseado num sistema de *plantation* destinado à exportação, pouco importa. Que os interesses internos se coadunavam com os externos em prol de uma atividade econômica que cerceava a diversificação da estrutura produtiva²³³, engessava as possibilidades de mobilidade social e restringia a participação política da maioria da população, é irrelevante. Que fomos o último país a libertar os escravos²³⁴ e jamais realizamos uma reforma agrária, parece não refletir no nosso desígnio. Que o nosso processo de industrialização ocorreu sobre uma estrutura econômica, social, regional e proprietária profundamente desigual²³⁵, ao passo que não foi

²³¹ Necessário destacar que, enquanto a Região Sudeste foi palco de um processo de industrialização muito mais intensivo e extensivo, a presença de pequenas e médias propriedades rurais foi maior na Região Sul. Ambos os fatores contribuem ao maior contingente de classe média nas duas regiões.

²³² Conceito desenvolvido por Caio Prado Jr. para retratar a gênese da economia e sociedade brasileira.

²³³ Sobre o tema ver, dentre outros, Furtado (1959), Aureliano (1999), Cardoso de Mello (1998).

²³⁴ Sobre os impactos da incidência do trabalho escravo na economia cafeeira, ver Cardoso de Mello (1998, Cap. 1 item 1.2.2).

²³⁵ Sobre a expansão industrial entre os anos 1950 e 1980, “No entanto, a concentração de propriedade, riqueza e renda havia piorado. A pobreza no meio rural persistiu, embora tenha adquirido outras formas com o avanço técnico-produtivo da agricultura e as mudanças do campo. Já a pobreza no meio urbano tornou-se um problema nacional, conformando-se extensos bolsões de pobreza e miséria nas metrópoles. Naquelas áreas que apresentaram elevado dinamismo econômico, a concentração de renda e o rápido crescimento populacional

acompanhado pela expansão de políticas sociais capazes de amenizar tais problemas, é assunto desconhecido. Que passamos por um processo de urbanização intenso e desordenado, inchando as cidades e inundando-as de um excedente expressivo de mão-de-obra barata e desqualificada, simultaneamente à repressão e obstrução por inúmeras passagens em nossa história da ação sindical²³⁶ e demais formas de organização coletiva, não afeta hoje o destino das pessoas. Que, entre as décadas de 80 e meados de 2000, esgarçamos nossa estrutura social - assentada até então no incremento da Classe Média e Média Alta – mediante regressão no processo de industrialização e na ação generalizada do setor público, parece ter ocorrido em outro país. Que nos submetemos a uma política econômica favorável à financeirização e ao rentismo, beneficiando uma estreita camada da população interna e externa e restringindo o incremento da estrutura produtiva e o desenvolvimento econômico e social, parece ser um discurso alienígena.

Ainda no tocante a “escassez histórica”, é curiosa a diminuta analogia que a literatura dominante faz entre a Classe C e a Classe Média “Tradicional”.

Seria de se esperar que, ao introduzir a denominação “nova”, alguma relação com a “antiga” fosse feita. Confrontar o contexto econômico, social e político no qual ambas se desenvolveram; comparar as respectivas inserções no mercado de trabalho; contrapor a qualidade e os “estilos” de vida. Obviamente, essas são questões profundas e de difícil análise e não se cobra aqui a resolução desses “problemas”. Entretanto, à melhor compreensão do fenômeno da Classe C torna-se vital entender o que foi a Classe Média “Tradicional”. Teoricamente, é a partir do conhecimento desta (da sua estrutura ocupacional, de renda e social) que se “recorta” aquela. Quais as similaridades entre ambas? Quem era a CMT nos

reforçaram a tendência de ampliação de novas situações de nova pobreza. As áreas que se beneficiaram relativamente menos das transformações econômicas, algumas passando até mesmo por uma relativa estagnação, tornaram-se por sua vez imensos depósitos de população pobre. A consolidação de nosso capitalismo industrial envolveu a reprodução de profundas desigualdades de acesso às oportunidades, à terra e à moradia, de propriedade, de riqueza e renda, de educação, de consumo de bens e serviços essenciais ou não, privados e públicos, de benesses estatais. O Brasil emergiu, assim, como um país também marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, talvez o mais desigual do mundo capitalista se levarmos em conta seu grande desenvolvimento material” (Henrique, 1999, p. 7).

²³⁶ “O Regime Militar, com a justificativa ideológica da “ameaça comunista” ou da “república sindical”, aniquilou todas as possibilidades das camadas subalternas de defender seus interesses... A representação política dos trabalhadores, limitada por um Congresso esvaziado de poderes, tornou-se quase nula e constantemente ameaçada por cassações. O esvaziamento político das representações populares criaria as condições para reformas antidemocráticas no campo das relações de trabalho, pois líderes sindicais também seriam cassados e a própria legislação trabalhista facilitaria as intervenções oficiais nos sindicatos... No momento em que o país ingressava num período de rápida expansão da produção e da produtividade, o bloqueio à ação sindical e uma legislação salarial definida sem participação popular reduziam a renda dos trabalhadores” (Barbosa de Oliveira, 1998, p. 121).

anos 60 e 70 no Brasil vis-à-vis a Classe C? Em quais setores prevalecia? Trabalhavam em quais ocupações? Havia entraves à sua “reprodução”? Como se diferenciam na estrutura social? Como se distinguem em relação ao acesso aos bens e serviços públicos? Há disparidades em seu “capital cultural”? E do ponto de vista da organização política e social?

Tais questionamentos, irrealizados pela literatura dominante, contribuiriam ao esboço de um “perfil” da Classe C e possibilitariam compreender, até certo ponto, quem são essas pessoas e quais as possibilidades de “sustentabilidade”²³⁷ desta parcela da população – uma das preocupações centrais da literatura dominante.

Destacamos mais essa lacuna deixada pelos atuais estudos sobre a Classe C, justificada pela “ahistoricidade” das suas análises. Como sua interpretação dos fatos prescinde da história e separa a economia (mercado) da política e da sociedade, em consonância com o *mainstream* do pensamento econômico, qualquer referência ao passado torna-se redundante. Conseqüentemente, uma tentativa de “definição” do que seria um indivíduo de classe média, do ponto de vista social, passa longe dos atuais estudos. Obviamente, essa é uma temática extremamente controversa e buscar um consenso ou o esgotamento do tema é praticamente impossível. Entretanto, o que se propõe aqui é minimamente uma contextualização histórica, sob as perspectivas econômicas, políticas e sociais, da Classe C. Na contramão, como afirma Neri (2011, p.83), *“Heuristicamente, os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga de nossa Belíndia... A classe C aufere, em média, a renda média da sociedade, ou seja, é a classe média no sentido estatístico. A classe C é a imagem mais próxima da média da sociedade brasileira. Dada a desigualdade, a renda média brasileira é alta em relação ao resto da distribuição”*.

A princípio, não há nada inverídico na afirmação supracitada. O problema é, a partir dela, inferir ao Brasil o selo de “país de classe média”, igualando-o aos países desenvolvidos e ressaltando sua superioridade em relação às demais nações emergentes²³⁸. O ardil dessa suposição consiste na constatação que mais da metade da população (100,5 milhões de pessoas) aufere a renda média da sociedade e portanto essa parcela predomina sobre as

²³⁷ Sustentabilidade aqui significa capacidade de reproduzir essa ascensão às gerações subsequentes.

²³⁸ “Na década de 2000 (OCDE, 2010), as taxas de crescimento anual de renda domiciliar per capita dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos em cada um dos diferentes países foram: China (8,5% e 15,1%); Índia (1,0% e 2,8%); África do Sul (5,8% e 7,6%); no Brasil, no entanto, o bolo dos mais pobres cresce mais do que os mais ricos (6,3% e 1,7%). Ou seja, o bolso dos brasileiros, em especial dos pobres brasileiros, cresce mais do que o PIB. O oposto acontece nos demais BRICs. A taxa de crescimento dos 20% mais ricos no Brasil é inferior à de todos os BRICs, e a dos 20% mais pobres superior a de todos, menos da China” (Neri, 2011, p.23).

demais tornando o Brasil um país de classe média, mais democrático e cada vez menos discrepante, **feliz**²³⁹, rumo ao desenvolvimento. Há aqui, dois problemas: o primeiro é encobrir o fato de que, a partir do critério utilizado, existe classe média em **qualquer** lugar do mundo (é um critério meramente estatístico; em todo país há uma renda média e quem ganhar aquilo é considerado classe média, seja na Etiópia, no Mali, Eritréia ou Noruega, não importando o seu valor nominal ou real); o segundo é ocultar que, ao não saber realmente quem são esses indivíduos sob as óticas do mercado de trabalho, da organização política, da estrutura social, do nível cultural ou do acesso a bens e serviços públicos, não há como compará-los com as demais classes médias, seja a “tradicional” do Brasil ou aquelas dos países desenvolvidos. O que se critica, portanto, não é o resultado oriundo do método e sim o uso que se faz dele.

5.4 – Conclusão

A análise social não prescinde da história. Pelo contrário. Qualquer tentativa de compreensão sobre fenômenos econômicos, sociais e políticos que afetam parte ou totalidade da sociedade no presente deve, obrigatoriamente, olhar para o passado. Afinal, o hoje decorre do sucedido até então. Acontecimentos sociais nascem da interação de uma gama de fatores dispersos no tempo. Do andamento deste, relatado pela história, decorrem aqueles. Como supracitado, a literatura dominante sobre a Classe C, “ou melhor²⁴⁰, NCM”, comete, assim, seu primeiro erro capital.

²³⁹ “A juventude é um estado de espírito, não determinado pela idade si, mas pela postura da pessoa diante de seu futuro ... O Brasil é recordista mundial de felicidade futura. Em uma escala de zero a dez, o brasileiro dá uma nota média de 8,60 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2015 superando, **junto com o Turcomenistão, todos os demais 154 países da amostra** ... O brasileiro é aquele que apresenta maior expectativa de felicidade futura superando até a Dinamarca ... Outro estudo da FGV falava em medida subjetiva de classe média. Classe média, como a juventude, seria um estado de espírito de acreditar que a vida vai melhorar no futuro. Pois aí está, entre outras medidas de *forward-looking* ... Somos campeões mundiais de felicidade futura, ou de atitude jovem. Essa interpretação permite reconciliar duas qualificações recorrentemente atribuídas ao Brasil: ‘o país do futuro’, por uns, e ‘país jovem’ por outros. Mais do que um país de jovens em sua composição demográfica, o Brasil é um país habitado por jovens de espírito ... o *brasileiro, profissão esperança* que a vida vai melhorar, independentemente de onde se está, talvez seja o verdadeiro espírito de nossa nova classe média” (Neri, 2011, p.73, grifo meu). Por incrível que pareça, Neri dedica exatas 13 páginas para discorrer sobre a importância do IFF (Índice de Felicidade Futura) nas análises econômicas e sociais, destacadamente no Brasil.

²⁴⁰ “A nova classe média, e não a classe C encorpada, talvez seja a maneira mais adequada de descrever esse corte demográfico que hoje define o Brasil – sendo que por classe média entendemos não apenas a capacidade financeira de comprar um carro zero-quilômetro ou um computador, mas a chegada àquele patamar weberiano (baseado nas ideias do filósofo alemão Max Weber) em que as pessoas passam a pertencer a grupos que

Ao ignorar a história, busca o entendimento deste movimento social, indiscutivelmente significativo, através da aparência dos fatos. Provavelmente, não o faz por livre arbítrio. O meio ideológico – leia-se liberalismo econômico - no qual floresceu *opera* dessa maneira. Imputa o desenvolvimento econômico à genialidade e ao esforço de determinados homens, à dedicação e perseverança daqueles que constantemente superam seus próprios limites almejando satisfação e felicidade, à inteligência, criatividade e labuta dos diferenciados que não se contentam com pouco. A evolução humana deriva dos dotes e decisões de algumas pessoas. Não é um processo histórico-social. É um estado de espírito **individual**²⁴¹.

Mediante as discutíveis “disseminação” da educação e ampliação da média dos anos de estudo no Brasil a partir de meados dos anos 1990, a literatura dominante sobre a Classe C afirma que os indivíduos com espírito empreendedor e vontade de vencer na vida galgaram posições na estrutura social brasileira entre 2002 e 2012. Recompensados por seus esforços, ascenderam. Enquanto portadores de valores como trabalho, família, iniciativa, gana e empenho, tiveram a chance e aproveitaram. Foram chancelados pelo mercado como vencedores.

Para a literatura dominante, obviamente, esse reconhecimento está por completar-se. As desobstruções devem prosseguir. A disseminação da educação, a flexibilização das leis trabalhistas, a redução da carga tributária, o fim da burocracia pública, a reforma previdenciária e a diminuição da influência sindical devem ser perseguidas para liberar das amarras impostas pelo **Estado** aqueles que buscam o enriquecimento e ascensão social. A permissão deste projeto individual é salutar à sociedade, visto que quanto mais pessoas tiverem atendidos seus anseios privados, mais beneficiado será o coletivo. Afinal, matematicamente, o todo é a soma das partes. Maiores as partes, maior o todo.

Claro é, para seus apologistas, que a melhora social começa pelo mercado. Nunca pelo Estado. Poucas são as menções às políticas públicas, à exceção das educacionais, que devem ficar a cargo do setor público (o que lembra, diga-se de passagem, uma construção social

produzem cultura e reproduzem os valores da sociedade, que valorizam a educação, buscam informação e acreditam no progresso, lutando para que seus filhos os superem e sejam superados pelos netos.” (Revista *Veja*, 14 de dezembro de 2011).

²⁴¹ Referindo-se a outro contexto, porém imerso na mesma problemática “... não no sentido do Gustavo Franco, que disse que foram 40 anos de burrice, como se isso pudesse ser decidido por um cérebro privilegiado: eu vou decidir que não vou fazer substituição de importações, vou fazer crescimento pelo setor de bens de capital ou pela inovação tecnológica! Isso é uma visão completamente abstrusa do que são as condições históricas em que se dá o processo. Tivemos essa consciência de que não fazemos o que queremos, as suas decisões nem sempre são aquilo que você gostaria de fazer, existe o constrangimento histórico”. Entrevista do prof. Belluzzo ao *Cadernos de Desenvolvimento* do Cento Celso Furtado, p. 425, Jul-Dez de 2011.

muito próxima à estadunidense). Como o mercado é o lócus de desenvolvimento individual e, portanto, social, visto a sociedade ser a totalidade dos indivíduos, **educação + não intervenção estatal** é a combinação perfeita que acarreta na qualificação das pessoas liberando-as para, sozinhas, lutarem pelo seu bem-estar. Esta luta livre mercantil culmina em uma sociedade mais homogênea, democrática e rica, pois há justiça (reconhecimento) àqueles que fazem por merecer. E a maioria o fará, visto ser natural ao ser humano buscar o melhor para si. E todos buscando, em igualdade de condições (mesmo nível educacional), o melhor para si, o **equilíbrio** social é inevitável, pois todos os merecedores serão reconhecidos. Prova cabal é a natureza que, intocada, equilibra-se. A concorrência, intrínseca à “natureza humana”, torna-se justa, o que acarreta em uma sociedade harmoniosa. Resolvido o problema.

Daqui decorre outro erro capital: a **naturalização da economia** e a conseqüente distorcida discussão referente ao que é capitalismo.

Longe de esgotarmos o assunto, permito-me grosseiramente analisar o sistema capitalista à luz do principal pensador de todos os tempos, intuindo a contraposição à eufórica visão predominante na literatura sobre a Classe C.

Resumidamente, de acordo com Marx (1995), o sistema capitalista tende a: *a) financeirização; b) aumento da composição orgânica do capital; c) centralização e concentração; d) conseqüente geração de desigualdade*. Seu sentido, a valorização constante do capital mediada pela concorrência, não o permite atingir um ponto ótimo. Está sempre em expansão ou retração. Nunca em harmonia. Jamais estático. Não existe o equilíbrio como na natureza porque ali não há uma construção social mediada pelo dinheiro (subjetividade máxima representativa do capital), que passa a ser o objetivo central (D´) do sistema.

O homem, imerso no capitalismo, tem suas necessidades básicas atendidas mas nunca se satisfaz. Quer sempre mais²⁴². Não há limites. O sistema não sacia. Cria incessantemente novas necessidades. A insatisfação expressa pelo consumo desenfreado é um dos seus propulsores. A exaustão dos recursos naturais, uma de suas conseqüências²⁴³.

²⁴² “É verdade que as necessidades humanas parecem insaciáveis. Mas elas se dividem em duas classes – as absolutas, que todos nós temos e que independem da situação de nossos pares, e as relativas, que sentimos apenas quando sua satisfação nos eleva e nos torna superiores aos nossos semelhantes. Necessidades da segunda classe, que satisfazem o desejo de superioridade, são realmente insaciáveis; maior o nível geral, mais elevadas serão” (Keynes, *Possibilidades Econômicas dos nossos netos*).

²⁴³ Uma reflexão sobre os limites naturais desse ímpeto consumista bem como seus efeitos sobre as pessoas e o planeta passa distante da literatura que aqui analisamos. Destaque especial ao quesito transporte urbano, no qual comemora-se a venda de automóveis mas não se discute as demais possibilidades de transporte público. A esfera

Em sentido contrário à natureza, cujo equilíbrio abarca, necessariamente, a totalidade dos seres vivos, a concentração e centralização dos capitais vai expurgando capitalistas e não capitalistas da concorrência, deixando-os às margens da sociedade. A *exclusão desigual* é intrínseca ao sistema. Por essas e outras, a intervenção estatal faz-se necessária para minimizar as mazelas do capitalismo, amenizando seus efeitos e restringindo as chances de ruptura e crise. Ao que aqui nos interessa, basta destacarmos o caráter estritamente **social** do sistema, o que significa pouquíssima margem de manobra para vontades e realizações individuais. Quem promove as coisas no capitalismo é o sistema, não os indivíduos. Afinal o capital, cuja constante valorização é o cerne do capitalismo, é uma relação social que se dá ao longo do tempo. “O ser-humano não tem natureza. Tem história”²⁴⁴.

Essa individualização promovida pela literatura oblitera a visão de aspectos mais gerais que explicam o incremento da Classe C: o crescimento econômico sobre uma economia relativamente moderna, a política de salário mínimo, a expansão dos programas sociais, o incremento do crédito público, a retomada do investimento estatal e a correspondente dinamização do mercado de trabalho. São decisões políticas e ocorrências econômicas e sociais que determinam a trajetória da Classe C (assim como de qualquer estrato social), e não projetos individuais. A cisão entre mercado, política e sociedade não existe. A história do desenvolvimento econômico e social brasileiro (e mundial) explicita o imbricamento das decisões políticas e econômicas e seus efeitos na estrutura social.

Em suma, depreende-se que a literatura dominante sobre a Classe C é **Liberal**. **Naturaliza** a economia e coloca o **indivíduo** como cerne das mudanças. **Combate a intervenção estatal e não busca no passado** a compreensão do presente visando o planejamento do futuro. Até aqui, a inocência ou ignorância poderiam justificar tal posicionamento. Mas a análise mais apurada revela um viés político e econômico inerente à essa literatura.

Sob a ótica política, a euforia com a Classe C (mais ainda com o termo “Nova Classe Média”) intenciona imortalizar os pilares da atual política econômica. A partir da constatação de que tudo vai bem, que nunca antes nesse país houve tamanho crescimento econômico com tanta disseminação da riqueza gerada, que o desenvolvimento e a democracia enfim

do consumo abarcada é a estritamente individual e utilitária dos bens-de-consumo; não há discussão sobre a importância e o acesso aos bens públicos, culturais e ambientais, que significam realmente uma melhora na qualidade de vida ao passo que formam cidadãos com espírito público preocupados com o próximo.

²⁴⁴ Prof. Fernando Novais, em palestra realizada na Faculdades de Campinas (Facamp) no dia 17-2-2012.

adentraram ao país, por que mudar? Por que intervir na política econômica? Por que prender-se ao passado e retomar um projeto desenvolvimentista obsoleto, calcado na industrialização, condicionante de boa parte das mazelas percebidas no Brasil? Em time que está ganhando não se mexe. Tal posicionamento explica, em larga medida, a generosa recepção mercantil e governamental a essa literatura bem como o apoio de organismos multilaterais às publicações e resultados oriundos desses estudos. E imiscui, por completo, direitistas e esquerdistas apoiadores desse “fenômeno” nacional.

Nesse sentido, a retomada do protagonismo estatal intuindo a industrialização, vital ao alçamento do Brasil como país desenvolvido, não é refletida pela literatura dominante. Na verdade, não há menção a um projeto nacional de desenvolvimento de longo-prazo baseado na reindustrialização. Não há discussão sobre as possibilidades de agregação ao produto nacional, do incremento da renda industrial ou da geração de empregos melhor remunerados oriundos de uma economia industrial mais dinâmica. Tampouco a expansão dos direitos sociais e a possibilidade da construção de um Estado de Bem-Estar Social são contempladas na agenda. Todas essas coisas são *desnecessárias*.

Em realidade, até o presente momento, não foi realizado nenhum estudo aprofundado referente às reais condições de vida e aos tipos de trabalho abarcados pela Classe C. Comemora-se a geração de empregos e o incremento da renda. Mas não se sabe quais são esses empregos muito menos a possibilidade de manutenção e incremento dessa renda no decorrer do tempo. Quem são essas pessoas beneficiadas? Em quais setores trabalham? São empregos considerados de “Classe Média”? Como é a condição de empregabilidade? Há um mínimo de estabilidade e proteção a eventuais intempéries da economia capitalista? E os direitos sociais? Há uma verdadeira lacuna nessa literatura, principalmente na análise do mercado de trabalho e da problemática social. São questões complexas, cujos equacionamentos o presente trabalho pretendeu contribuir.

Por outro lado, a discussão sobre educação tem uma finalidade explícita: incrementar os rendimentos no mercado de trabalho. Em outras palavras, educação serve para subir na vida. Um debate sobre a importância da educação na formação de cidadãos com espírito público conscientes de seus deveres para com os outros e com o país, das possibilidades de disseminação de valores como ética, solidariedade e justiça social através das escolas e demais atividades educativas, da vitalidade da cultura e da civilidade, ainda não foi realizado

pelos apologistas da Classe C. Existe, por trás da temática educação, um caráter estritamente utilitário.

Caráter esse que parece “casar” com outra finalidade da maioria dos estudos sobre a Classe C: a pesquisa de mercado. É curioso que tais estudos concentram-se em duas variáveis: a renda média e a quantidade de indivíduos em determinada faixa de renda. Da renda X a renda Y concentram-se tantas pessoas.....da Z a W mais tantas.... e assim vai. O interesse é quantificar para saber as potencialidades de mercado²⁴⁵. E ponto. O critério é econômico no sentido pobre da palavra: capacidade de demanda para bens de consumo. Mercado consumidor. Tal fato explica a euforia e o otimismo dessas pesquisas ao vislumbrar o pujante incremento de novos consumidores à sociedade brasileira; essas pessoas são, antes de mais nada, **consumidores**. A preocupação com o desenvolvimento econômico e o caráter libertário dele decorrente, objetivando uma sociedade moderna, republicana e socialmente justa, afastando a humanidade da condenação há séculos imposta pela escassez, praticamente não aparece nas discussões até hoje realizadas²⁴⁶ sobre a Classe C.

Enfim, a literatura dominante sobre a Classe C é parcial, viesada e por vezes contraditória: ao passo que destaca a centralidade do indivíduo tanto no processo de ascensão social quanto na melhora generalizada da sociedade, trata a Classe C como uma massa de consumidores aptos a adentrarem ativamente ao mercado de bens e serviços; ressalta a educação como a resolução dos problemas individuais, ao refletir maiores rendimentos, mas esquece da sua função coletiva e social; afirma que o Brasil está evoluindo através da democratização do consumo, mas não discute os impactos sociais e ambientais dessa expansão; celebra a queda na desigualdade mas não olha o incremento da renda do topo da pirâmide; critica a excessiva intervenção estatal mas reconhece nos programas de transferência de renda um dos esteios do fenômeno da Classe C; trata esse incremento como

²⁴⁵“Após essa telegráfica passagem por algumas referências analíticas, sinto-me um pouco mais autorizado a afirmar que a construção de Neri identifica-se mais operacional e epistemologicamente, com o ‘Critério Brasil’ das empresas anunciantes e ofertantes de pesquisa do que com qualquer abordagem sociológica a respeito de classes sociais” (Xavier Sobrinho, 2011, p. 74). “Um primeiro esforço é o de condensar informações para transformá-las em conhecimento *prático, do tipo quanto cresceu, ou diminuiu, ao fim e ao cabo o bolso dos diferentes brasileiros*” (Neri, 2010, p.52).

²⁴⁶ Diametralmente opostas às preocupações daqueles que colocam o homem e seu bem-estar acima de tudo. “Assim, pela primeira vez desde sua criação, o homem se defrontará com seu real e permanente problema – como usar sua liberdade das necessidades econômicas urgentes, como ocupar o tempo livre possibilitado pela ciência e pelos juros compostos, para viver bem, de uma maneira sábia e agradável”. (Keynes, *Possibilidades Econômicas dos nossos netos*).

um fenômeno mundial²⁴⁷, mas esquece da regressão social sofrida pelos EUA e Europa. É o resultado da visão estanque entre economia, política e sociedade, aliada à análise estática dos acontecimentos subsidiada por interesses mercantis e políticos. Incapaz de apreender a história do filme, no máximo enxerga a frente do quadro. Nunca o que está por trás.

²⁴⁷ “... representa uma massa de pessoas – antes totalmente excluída do mapa do consumo mundial – que emerge de forma avassaladora no planeta inteiro, e na qual a economia global vem se fiando. A abrangência dessa classe e o seu poder de fogo, portanto, são muito mais amplos do que os da velha classe média...” (Revista *Veja*, 14 de dezembro de 2011).

Considerações Finais

Objetivou-se neste trabalho compreender quem é a Baixa Classe Média no Brasil sob perspectivas econômicas e sociais que abarcassem a estrutura social, ocupacional e educacional. A motivação foi a constatação da expansão recente da BCM e de seus desdobramentos na economia, na sociedade e na política nacional, que passaram a ser alvos de discussões e debates acalorados quase sempre permeados mais por interesses mercantis e partidários e menos pela razão e conhecimento de causa.

O caminho percorrido foi tentar responder determinadas questões que propiciassem o entendimento da Baixa Classe Média para além de um recorte meramente monetário, possibilitando assim uma visão menos economicista e mais sociológica. Procurou-se elucidar as seguintes questões: 1) quem é, da perspectiva da sociologia do trabalho, essa BCM; 2) como se deu a expansão recente da BCM; 3) que estrutura social e ocupacional decorre desta expansão; 4) como os apologistas deste movimento veem este processo.

Tendo em vista a constatação de que a sociedade como um todo é moldada a partir de sua estrutura produtiva e que transformações naquela somente ocorrem quando esta se modifica - visto que a divisão do trabalho muda e conseqüentemente mudam as relações sociais que são derivadas desta divisão - e que por sua vez estas modificações se dão **ao longo da história**, procurou-se mostrar como o desenvolvimento da economia brasileira a partir de 1930 (quando se inicia nosso processo de industrialização) conformou nossa atual estrutura social - da qual a Baixa Classe Média é parte integrante.

No primeiro capítulo deste trabalho, que englobou o período 1930/1980, conclui-se que mediante a criação do Estado Nacional capitalista e do profundo processo de industrialização por ele levado à cabo - que culminou numa radical mudança na estrutura produtiva brasileira e numa intensa urbanização, consolidando o capitalismo monopolista no país - criou-se uma miríade de novas ocupações assalariadas, não-manuais e urbanas típicas de classe média. A passagem de uma economia arcaica e subdesenvolvida assentada numa estrutura produtiva primário-exportadora para uma economia capitalista dinâmica e moderna traduziu-se no fim do atraso no qual o país manteve-se mergulhado por mais de quatrocentos anos ao propiciar um avanço enorme à sociedade brasileira.

Por outro lado, no segundo capítulo demonstrou-se como a crise econômica que afetou o país entre 1980/2003 desmantelou o setor público e deteriorou a estrutura produtiva interna, afetando drasticamente a indústria. A concomitância destes fatores destruiu milhares de postos de trabalho mais qualificados localizados no I Setor e no setor secundário - historicamente melhores remunerados e com direitos sociais ampliados - além da aniquilação de centenas de milhares de ocupações menos qualificadas. Por sua vez, a diminuição da participação do Estado na economia leva à compressão das políticas sociais deixando a mercê um enorme contingente de desocupados bem como seus familiares, piorando as condições sociais de parte considerável da população. A ausência de crescimento econômico entre 1980 e 2003 foi a grande responsável pela regressão da sociedade no período.

Entretanto, a retomada do crescimento econômico entre 2004 e 2012, descrita no Capítulo 3, impactou positivamente a estrutura social brasileira na medida em que conferiu a possibilidade de um vertiginoso processo de mobilidade social ascendente das camadas menos favorecidas. Demonstrou-se que este crescimento econômico recente, diferentemente do período 1930/1980 calcado no planejamento estatal de longo-prazo assentado na industrialização, baseou-se principalmente na expansão da demanda externa por commodities e matérias-primas e pelo incremento do crédito - notadamente ao consumo. Verificou-se que, além da vulnerabilidade externa e do viés consumista, o crescimento recente ocorreu sobre uma estrutura produtiva dilacerada por quase vinte e cinco anos de baixo dinamismo econômico. Foi neste contexto que ocorreu a expansão da Baixa Classe Média.

O Capítulo 4 apresentou as decorrências deste contexto de expansão da Baixa Classe Média no tocante à estrutura social, ocupacional e educacional. O crescimento econômico propiciou a ascensão de dezenas de milhões de pessoas com padrão de vida mais baixo – os Miseráveis e a Massa Trabalhadora – aos mais elevados, mudando profundamente a estrutura social brasileira. A BCM passa a ser a camada mais numerosa do país. Entretanto, a estrutura ocupacional referente à BCM revelou a presença de ocupações precárias e bastante vulneráveis às oscilações do capitalismo, geradas por uma economia que sofreu por mais de duas décadas com o baixo crescimento econômico. Por sua vez, a leve melhora na escolaridade destes indivíduos está longe de garantir uma perspectiva de “avanço sustentável”, como defendem os entusiastas deste movimento.

Por fim, o Capítulo 5 debruçou-se sobre esta literatura entusiasta para compreender o porquê de seu alvoroço e como procede seu entendimento sobre o fenômeno recente de

expansão da Baixa Classe Média. Concluiu-se que a ausência da perspectiva histórica, aliada à interesses econômicos e políticos, oblitera um olhar mais amplo sobre o tema restringindo parte considerável do debate à uma visão economicista e liberal.

Se é verdade que o crescimento econômico recente acarretou uma melhora na estrutura social brasileira, é verdade também que esta melhora foi limitada pela inexistência de um planejamento nacional de longo-prazo capaz de modernizar e dinamizar a estrutura produtiva possibilitando assim a emergência de uma economia propensa a gerar ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas aos moldes daquelas típicas das classes médias dos países desenvolvidos.

O crescimento baseado na exportação de produtos primários e na expansão do consumo, sem a devida contrapartida do incremento do investimento em infraestrutura e da elaboração de políticas públicas capazes de retomar o protagonismo da indústria, conferiu avanços à sociedade brasileira que dificilmente continuarão num contexto de baixo dinamismo econômico como o que ora enfrentamos. Assim como a consolidação da classe média no Brasil entre 1930 e 1980 decorreu do protagonismo estatal nas principais decisões de investimento que por sua vez levaram à cabo o processo de industrialização nacional, a continuidade do movimento recente de melhora social exige a retomada do planejamento econômico de longo prazo no país centrado na coordenação do setor público e na expansão da indústria. É claro que os tempos são outros, o mundo é outro e não se prega uma volta ao desenvolvimentismo dos anos 1950.

A compreensão do reordenamento da indústria em âmbito mundial é extremamente importante para traçarmos o rumo da indústria nacional. A retomada da indústria no Brasil deve se pautar pela situação atual da estrutura produtiva nacional e sua capacidade de inserção nas cadeias produtivas internacionais²⁴⁸. Avanços importantes como o Banco dos BRIC's e acordos com países fora da esfera da influência estadunidense podem ser vantajosos para o país se colocado o interesse nacional acima dos interesses privados. Apesar de tudo, ainda possuímos uma indústria diversificada plena de oportunidades que não podemos entregar, como a cadeia de Óleo e Gás, ou a área da saúde, na qual há a possibilidade de usar estrategicamente o poder de compra do SUS.

²⁴⁸ “Reconstrução da indústria com inserção em cadeias internacionais. É possível. Os chineses estão dispostos a receber exportações de fábricas brasileiras, ao contrário do que dizem” (Entrevista de João Manuel Cardoso de Mello à Folha de São Paulo no dia 19 de abril de 2015).

Para tanto, há a necessidade do Estado brasileiro recuperar sua função de coordenador das decisões privadas, mediante a elevação substancial do investimento público em infraestrutura com o devido cuidado para garantir a difusão dos efeitos pelos diversos setores industriais que produzem e geram empregos no país. Somente assim seria possível retomar o crescimento econômico sustentado, criar ocupações de boa qualidade e ampliar as condições fiscais para se assegurar um Estado de Proteção social capaz de garantir condições decentes de vida ao conjunto da população, da qual a Baixa Classe Média é parte integrante. Mas estas são questões titânicas que extrapolam o escopo deste trabalho...

Bibliografia

- 1) ABIMAQ. Indústria Brasileira de Bens de Capital Mecânicos: Indicadores Conjunturais, Março de 2014. DCEE – Departamento de Competitividade, Economia e Estatística do Sistema ABIMAQ.
- 2) ALMEIDA, J. G. Como saímos da Crise. Publicado em março de 2010 (a). Disponível em: http://www.brasileconomico.com.br/noticias/como-saimos-da-crise_79023.html.
- 3) _____. A volta do investimento. Publicado em abril de 2010 (b). Disponível em: http://www.brasileconomico.com.br/noticias/a-volta-do-investimento_80768.html.
- 4) ANTUNES, D. J. N. Capitalismo e Desigualdade. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 2011.
- 5) AURELIANO, L. No Limiar da Industrialização. 2.ed. Campinas-SP: Unicamp-IE (coleção teses), 1999.
- 6) BACHA, E. Prólogo para a 3ª Carta. In: FMI x Brasil. A Armadilha da Recessão. Fórum Gazeta Mercantil. São Paulo, 1983.
- 7) BALTAR, P. O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90. Tese de Livre-Docência. Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 2003.
- 8) BALTAR, P. Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil. In: IPEA. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro. Brasília, 2014.
- 9) BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M.A. (Org.). Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- 10) _____. O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Ed. UNESP e Campinas: IE/Unicamp, 2003
- 11) _____. Desenvolvimento comparado: América Latina e Ásia. In: DEDECCA, C.S. & Proni, M.W. (Orgs.). Economia e Proteção Social: textos para estudo dirigido. Campinas: IE/Unicamp, 2006.
- 12) _____. Mercado de Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. In: Desenvolvimento: Ideias para um Projeto Nacional. Fundação Mauricio Cabrois & Anita Garibaldi, 2010.
- 13) BAUMAN, Z. Vida de Consumo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

- 14) BELLUZZO, L. G. M. Plano Real: do sucesso ao impasse. In: Economia Aplicada. FEA-USP/FIPE: São Paulo, março 1999.
- 15) _____. Finança global e ciclos de expansão. In: Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.
- 16) _____. Problemas do Desenvolvimento Brasileiro. In: Revista de Cultura IMAE, n. 8, julho/dezembro 2002.
- 17) _____. Transfigurações do Desenvolvimento. In: Desenvolvimento: Ideias para um Projeto Nacional. Fundação Mauricio Cabrois & Anita Garibaldi, 2010.
- 18) BELLUZZO, L.G.M. e GOMES DE ALMEIDA, J.S. A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. In: BELLUZZO & BATISTA Jr. (Orgs.) A luta pela sobrevivência da moeda nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- 19) _____. Depois da Queda: A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- 20) BRAVERMAN, H. Labor and Monopoly Capital: the degradation of work in the twentieth century. Kharagpur, India: Cornerstone, 2006.
- 21) CANO, W. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. Unicamp, IE. Campinas, 1998.
- 22) _____. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo in FIORI, J.L. (Org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Vozes. Petrópolis, 1999.
- 23) _____. Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil. Unicamp, IE. Campinas, 2002.
- 24) CARDOSO DE MELLO, J. M. O Estado Brasileiro e os Limites da Estatização. In: Ensaio de Opinião, 2-3, 1977.
- 25) _____. O significado da “Revolução de 64”. Transcrição de aula proferida no Instituto de Economia da Unicamp em 16/08/90.
- 26) _____. Consequências do Neoliberalismo. In Economia e Sociedade. Revista do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas: 1992.
- 27) _____. A Contra-Revolução Liberal-Conservadora e a Tradição Crítica Latino-Americana: um Prólogo em Homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, M.C. & FIORI, J.L. (Orgs.). Poder e Dinheiro: uma Economia Política da Globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

- 28) _____ . O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, 1998.
- 29) CARDOSO DE MELLO, J.M. & BELLUZZO, L.G.M. Reflexões Sobre a Crise Atual. In: BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil, Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- 30) _____ . Introdução. In: FMI x Brasil. A Armadilha da Recessão. Fórum Gazeta Mercantil. São Paulo, 1983(b).
- 31) _____ . Reflexões Sobre a Crise Atual. In: BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil, Vol. 1. 4ª Edição. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- 32) CARDOSO DE MELLO, J.M. & NOVAIS, F. A que ponto chegamos. In: PRAGA, ESTUDOS MARXISTAS. A que ponto chegamos: balanço do governo fh cardoso e perspectivas da oposição. São Paulo: Hucitec, 1998.
- 33) _____ . Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. Campinas: UNESP - Edições Facamp, 2009.
- 34) CARNEIRO, R. A Economia Brasileira no período 1974-89. In Economia e Sociedade. Revista do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas: 1993.
- 35) COUTINHO, L. Pontos Mínimos para uma Negociação Externa Soberana e Realista. In: FMI x Brasil. A Armadilha da Recessão. Fórum Gazeta Mercantil. São Paulo, 1983(a).
- 36) _____ . Fundamentação das Hipóteses Utilizadas para Projeção do Balanço de Pagamentos (Anexo) In: FMI x Brasil. A Armadilha da Recessão. Fórum Gazeta Mercantil. São Paulo, 1983 (b).
- 37) _____ . A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: As Grandes Tendências de Mudança. In Economia e Sociedade, nº1. Revista do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas: 1992.
- 38) _____ . Coreia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres in FIORI, J.L. (Org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Vozes. Petrópolis, 1999.
- 39) COUTINHO, L. & BELLUZZO, L.G.M. Política Econômica, Inflexões e Crise: 1974–1981. In: BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil, Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- 40) COSTA, L. C. Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil in BARTELT, D.D. (ORG). A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- 41) DAVIDOFF CRUZ, P. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após guerra. In: Economia e Sociedade, nº 3. Revista do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, dez.1994.
- 42) _____. Endividamento externo e transferência de recursos reais para o exterior: os setores público e privado na crise dos anos 80. In: Revista Nova Economia, Vol. 4, nº 1. UFMG, agosto 1995.
- 43) _____. Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira dos anos 70. Campinas: IE/Unicamp, 1999.
- 44) DIEESE. A evolução do crédito na economia brasileira: 2008-2013. Nota Técnica nº 135, Maio de 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>
- 45) _____. O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro: Resultados da RAIS 2013. Nota Técnica nº 140, Setembro de 2014. Disponível em <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec140Rais2013.pdf>.
- 46) DRAIBE, S.M. Rumos e Metamorfoses. RJ: Paz e Terra, 1985.
- 47) FIESP. Por que reindustrializar o Brasil? Departamento de Competitividade e Tecnologia. São Paulo, agosto 2013.
- 48) FONSECA, E. G. Periferias Invisíveis. In: Braudel Papers, nº 39. São Paulo: FAAP, 2006.
- 49) FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Nacional, 1959.
- 50) GALBRAITH, J.K. O Novo Estado Industrial. São Paulo: Pioneira, 1983.
- 51) GUEDES, P. M. & OLIVEIRA, N. V. A democratização do consumo. In: Braudel Papers, nº 39. São Paulo: FAAP, 2006.
- 52) GUIMARAES, C. M. C. B. 1964 Estado e Economia: a Nova Relação. Tese de Doutorado. IE/Unicamp. Campinas, 1990.
- 53) HEMINGWAY, E. Paris é uma festa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- 54) HENRIQUE, W. O Capitalismo selvagem: Um Estudo sobre Desigualdade no Brasil. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp, 1999.
- 55) HOBBSBAWN, E. Era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- 56) _____. La Era del Imperio (1875-1914). Buenos Aires: Crítica, 2007.
- 57) JANUZZI, P. Migração e Mobilidade Social no Brasil: padrões históricos, tendências recentes *In* General Population Conference XXIV. ABEP. Salvador, 2001.
- 58) KALECKI, Political Aspects of Full Employment, 1943.
- 59) KEYNES, J.M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1992.
- 60) LAPLANE, M. & SARTI, F. O Investimento Direto Estrangeiro e a Internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. *In* Economia & Sociedade, nº18. Revista do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, janeiro/junho de 2002.
- 61) LARA RESENDE, A. Crise Externa: Avaliação do Impasse neste momento. *In*: FMI x Brasil. A Armadilha da Recessão. Fórum Gazeta Mercantil. São Paulo, 1983.
- 62) LESSA, C. Visão Crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento. *In*: Revista de Cultura e Pesquisa. Tibiriçá, Ano II, nº 6. São Paulo, 1977.
- 63) _____. Quinze anos de Política Econômica. SP: Brasiliense, 1983.
- 64) _____. Algumas anotações sobre a Reordenação Financeira – Precondição para qualquer saída da crise. *In*: FMI x Brasil. A Armadilha da Recessão. Fórum Gazeta Mercantil. São Paulo, 1983 (b).
- 65) _____. A Estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso. Campinas: IE/Unicamp, 1998.
- 66) LESSA, C. K. & UCHÔA, C. É a “nova classe média” classe média? Texto para Discussão nº066, CEDE/UFF. Niterói, 2012.
- 67) _____. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média *in* BARTELT, D.D. (ORG). A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- 68) MACEDO, R. A Dimensão Social da Crise. *In*: FMI x Brasil. A Armadilha da Recessão. Fórum Gazeta Mercantil. São Paulo, 1983.
- 69) MAIA, A. G. Espacialização de Classes no Brasil: uma nova dimensão para análise da estrutura social. Tese de Doutorado. Campinas: IE/Unicamp, 2006.
- 70) MALAN, P. A Questão Externa. *In*: FMI x Brasil. A Armadilha da Recessão. Fórum Gazeta Mercantil. São Paulo, 1983.
- 71) MARACCI GIMENEZ, D. Ordem Liberal e a Questão Social no Brasil. Debates Contemporâneos (Vol.3). São Paulo: LTR/CESIT/IE/UNICAMP, 2008.

- 72) MARX, K. El Capital: Crítica de la economía política - Libro I. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- 73) _____. El Capital: Crítica de la economía política - Libro II. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- 74) _____. El Capital: Crítica de la economía política - Libro III. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- 75) MARX, K. & ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.
- 76) MAZZUCHELLI, F. Os dias de sol: a trajetória do capitalismo no pós-guerra. Campinas: Editora Facamp, 2013.
- 77) MEDEIROS, C.A. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina In: TAVARES, M.C. & FIORI, J.L. (Orgs.). Poder e Dinheiro: uma Economia Política da Globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.
- 78) MEDEIROS, C.A. & SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento in FIORI, J.L. (Org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Vozes. Petrópolis, 1999.
- 79) MEDEIROS, M. Uma introdução às representações gráficas da desigualdade de renda. IPEA, Texto para Discussão nº 1202. Brasília: 2006.
- 80) MEDEIROS, M., SOUZA, P.F. & CASTRO, F.A. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012. UNB. Brasília, 2014.
- 81) MILLS, W. C. A Nova Classe Média (White Collar). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- 82) NERI, M. A nova classe média. Rio de Janeiro: FGV/ CPS, 2008.
- 83) _____. A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/ CPS, 2010.
- 84) _____. A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.
- 85) POCHMANN, M. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes. Serv. Soc. Soc., São Paulo, nº 104, out./dez. 2010.
- 86) POCHMANN, M. *et alii* (Orgs.). Classe Média: Desenvolvimento e crise. São Paulo: Cortez, 2006.

- 87) POLANYI, K. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- 88) PRADO Jr., C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- 89) _____. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- 90) QUADROS, W.J. O Milagre Brasileiro e a Expansão da Nova Classe Média. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia – Unicamp, 1991.
- 91) _____. Aspectos Sociais da Crise Social no Brasil dos anos Oitenta e Noventa. Tese de Livre-Docência. Campinas: Instituto de Economia – Unicamp, 2003.
- 92) _____. Textos para discussão nº 147. A evolução da estrutura social brasileira: notas metodológicas. IE/Unicamp, novembro de 2008. Disponível em www.eco.unicamp.br
- 93) _____. Textos para discussão nº 148. A evolução recente da estrutura social brasileira. IE/Unicamp, 2008. Disponível em www.eco.unicamp.br
- 94) _____. Texto para discussão nº 176. Melhorias na estrutura social brasileira – 2004 a 2008. IE/Unicamp, 2010. Disponível em www.eco.unicamp.br
- 95) _____. Texto para discussão nº 189. Em 2009 a heterodoxia afastou a crise social. IE/Unicamp, 2011. Disponível em www.eco.unicamp.br
- 96) QUADROS, W. J. & ANTUNES, D. J. N. Classes sociais e distribuição de renda no Brasil dos anos noventa. Cadernos do CESIT nº30. IE/Unicamp, outubro de 2001.
- 97) QUADROS, W. J., GIMENEZ, D. M. & ANTUNES, D. J. N. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000 in BARTELT, D.D. (ORG). A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- 98) REICHSTUL, H. P. & GOLDENSTEIN, L. “Sessenta anos”: 1920/1980.
- 99) ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? FGV. Rio de Janeiro, 2006.
- 100) ROSE, R. Public employment in Western nations. Cambridge University Press. Great Britain, 1985.
- 101) SALM, C. A Retórica sobre o Desemprego. In: FMI x Brasil. A Armadilha da Recessão. Fórum Gazeta Mercantil. São Paulo, 1983.
- 102) SERRA, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil, Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- 103) SERRANO, F. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível in FIORI, J.L. (Org.) O Poder Americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- 104) SHONFIELD, A. Capitalismo Moderno. Rio de Janeiro, RJ : Zahar, 1968.
- 105) SOUZA, A. & LAMOUNIER, B. A classe média brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.
- 106) SOUZA, J. Os Batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora? . Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- 107) SUZIGAN, W. A Política Industrial Brasileira após uma década de Industrialização. In Economia e Sociedade. Revista do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas: 1992.
- 108) TAVARES, M. C. Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais. In Economia e Sociedade. Revista do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas: 1992.
- 109) _____ . A retomada da hegemonia norte-americana. In: Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.
- 110) TAVARES, M. C. & ASSIS, J.C. O Grande Salto para o Caos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- 111) TAVARES, M. C. & BELLUZZO, L. G. M. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil, Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- 112) TILLY, C. La desigualdad persistente. Buenos Aires: Ediciones Manantial SRL, 2000.
- 113) XAVIER SOBRINHO, G. G. F. “Classe C” e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média? Indic. Econ. FEE, vol. 38, nº4. Porto Alegre, 2011.